



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JULIANO MEDEIROS

**A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais,
institucionalização e crise do progressismo**

Brasília, 2020

**A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais,
institucionalização e crise do progressismo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa von Bülow.

Brasília, 2020
JULIANO MEDEIROS

**A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais,
institucionalização e crise do progressismo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito
parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Marisa von Bülow (Presidente)
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Prof. Dr. André Singer
Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Edson Miagusko
Departamento de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profa. Dr. Adrián Nicolás Albala
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Rebecca Abers
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

*Ao povo brasileiro, que em breve virará
essa página infeliz de sua história.*

Agradecimentos

Eu sequer havia defendido a dissertação de Mestrado em História quando recebi a notícia de que era um dos aprovados para Doutorado em Ciência Política no IPOL/UnB, um dos mais respeitados centros de estudos da área em todo o país. Uma grande mudança de ares se aproximava, na minha trajetória acadêmica e no país: golpe parlamentar, assassinato de Marielle, prisão do ex-presidente Lula, eleição de Jair Bolsonaro. O Brasil não é nem sombra do que era quando recebi aquela notícia.

Transitar de uma área do conhecimento para outra pode ser desafiador. Mas também traz consigo dificuldades que não poderiam ter sido superadas sem a colaboração de muitas pessoas. No período em que cursei o Doutorado fui eleito Presidente Nacional do Partido Socialismo e Liberdade, mudei de Brasília para São Paulo e enfrentei enormes desafios. Portanto, essa pesquisa foi realizada sob condições muito difíceis. Só foi possível concluí-la, antes de tudo, pela generosidade e paciência de minha orientadora, professora Marisa von Bülow, e demais docentes da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília.

Agradeço, ainda, aos companheiros e companheiras do PSOL, que suportaram a divisão entre as tarefas partidárias e as tarefas acadêmicas, em especial, aos companheiros Zé Ibiapino e Paula Coradi. Agradeço aos membros da bancada federal do PSOL que toleraram minhas ausências, assim como os demais membros da Executiva Nacional do partido. Entre os amigos que incentivaram esta empreitada não posso deixar de mencionar Gilberto Maringoni, Márcio Rosa, Vítor Lucena, Kauê Scarim, Jaqueline Brizola, Juliana Caetano, Rafael Nascimento Gomes, Nádia Junqueira, Carla Bezerra, Pedro Brandão, Carla Guareschi, Raphael Sodré, Martin Zamora, Lívia Duarte, Guilherme Boulos, Luiza Erundina, Glauber Braga, Aldo Fornazieri, Tarso Genro, Ana Barbour, Cláudio Puty, Aldenor Júnior, Lilian Oliveira, Robson Santiago, Alexandre Varela, Valério Arcary e Thiago Rocha Leandro.

Entre os amigos que facilitaram o contato com os ativistas entrevistados neste trabalho ou colaboraram de alguma outra maneira agradeço a Cheron Moretti, Carolina Pérez Datari, Soledad Rolando, Alejandra Parra, Juliana Brandão, Venâncio Guerrero, Edgar Sánchez, Julie Ricard e Carla Moscoso. Também agradeço aos professores Adrián Albala (UnB) e André Singer (USP) pelas observações preciosas sobre o trabalho e pelo incentivo.

Aos companheiros do MTST (Brasil), de *Revolución Democrática* e *Comunes* (Chile), e aos ativistas que participaram do movimento #YoSoy132, meus mais sinceros agradecimentos pela colaboração e boa vontade neste esforço de reflexão sobre os rumos da

esquerda e dos movimentos sociais na América Latina. Os limites e insuficiências deste trabalho são, evidentemente, de minha total responsabilidade.

Agradeço ainda à minha família pela paciência com as ausências e os momentos de dedicação à escrita da tese: minha filha Clara, razão dos meus mais belos sonhos de justiça e igualdade; Lorena Nisiyama, minha companheira de caminhada na maior parte desta jornada; Seu Didi, meu pai; Denise, minha irmã; Luana e Gabriel, meus sobrinhos queridos. Aqui também vai um pouco de vocês e de tudo o que vivemos.

Por fim, agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras da UnB e de todas as instituições de ensino por onde passei. Filho de um operário e uma dona de casa, frequentei apenas instituições públicas toda a vida, da pré-escola ao doutorado. Isso só foi possível porque o Estado brasileiro, apesar de suas enormes fragilidades e problemas, ofereceu condições mínimas para que eu pudesse concluir esse ciclo de aprendizado. Num momento de tantos ataques à educação pública, aos estudantes e profissionais da educação, esta tese busca entender as formas de resistência de nosso tempo e como fazer frente à ofensiva reacionária que se abate sobre o Brasil. Para transformar a realidade é necessário, antes de tudo, compreendê-la.

*Tantas veces me mataron
Tantas veces me morí
Sin embargo estoy aquí resucitando*

Leon Gieco

RESUMO

MEDEIROS, Juliano. **A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais, institucionalização e crise do progressismo**. 2018. 287 folhas. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2020.

Esta tese analisa os movimentos sociais da nova esquerda na América Latina e as trajetórias de institucionalização que alguns destes movimentos trilharam a partir de 2011, ano que marca um novo ciclo de protestos sociais em todo o mundo. Como efeito da combinação da crise econômica e política, os movimentos sociais da nova esquerda surgem questionando os limites da democracia liberal enquanto forma de organização do poder e endereçam suas críticas ao “1% mais rico” e às elites políticas com ele comprometidas. Na América Latina, esses movimentos ganharam projeção através de protestos em defesa dos serviços públicos, contra a corrupção ou a fraude eleitoral, contra os impactos de grandes projetos de infraestrutura e em oposição ao neoliberalismo. Por seu destacado protagonismo no ciclo de conflitos aberto em 2011, esses movimentos passaram a interagir fortemente com o sistema político gerando diferentes trajetórias de institucionalização. Neste trabalho analisamos três casos em particular: o movimento estudantil do Chile; o movimento sem-teto do Brasil e o movimento #YoSoy132 do México. Cada um trilhou um caminho particular de interação com o sistema partidário; da institucionalização completa com a criação de novos partidos político (Chile), passando por uma institucionalização parcial na forma de uma aliança entre partidos e movimentos (Brasil); chegando até a rejeição ao processo de institucionalização (México). Ao analisar estas trajetórias, este trabalho apresenta um modelo teórico capaz de apontar variáveis que favorecem ou constroem o processo de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda, tais como a autonomia em relação aos sistemas políticos, a confiança nas instituições da democracia representativa, a relação com a existência de experiências progressistas no poder, a acessibilidade dos sistemas partidários e a coesão interna dos movimentos sociais aqui analisados.

Palavras-chave: movimentos sociais, nova esquerda, progressismo, institucionalização, partidos políticos.

RESUMEN

MEDEIROS, Juliano. **La Nueva Izquierda latinoamericana: movimientos sociales, institucionalización y crisis del progresismo**. 2018. 287 hojas. Tesis (Doctorado) – Instituto de Ciência Política, Universidad de Brasília, 2020.

Esta tesis analiza los movimientos sociales de la nueva izquierda en América Latina y las trayectorias de institucionalización que algunos de estos movimientos han seguido desde 2011, un año que marca un nuevo ciclo de protestas sociales en todo el mundo. Como resultado de la combinación de la crisis económica y política, los movimientos sociales de la nueva izquierda parecen cuestionar los límites de la democracia liberal como una forma de organizar el poder y abordar sus críticas al "1% más rico" y a las élites políticas comprometidas con él. En América Latina, estos movimientos ganaron protagonismo a través de protestas en defensa de los servicios públicos, contra la corrupción o el fraude electoral, contra los impactos de los principales proyectos de infraestructura y en oposición al neoliberalismo. Debido a su papel destacado en el ciclo de conflictos abierto en 2011, estos movimientos comenzaron a interactuar fuertemente con el sistema partidario, generando diferentes trayectorias de institucionalización. En este artículo analizamos tres casos en particular: el movimiento estudiantil en Chile; el movimiento de personas sin hogar en Brasil y el movimiento #YoSoy132 en México. Cada uno siguió un camino particular de interacción con el sistema político: completa institucionalización con la creación de nuevos partidos políticos (Chile); pasando por una institucionalización parcial en forma de una alianza entre partidos y movimientos (Brasil); llegando al rechazo del proceso de institucionalización (México). Al analizar estas trayectorias, este trabajo presenta un modelo teórico capaz de señalar variables que favorecen o limitan el proceso de institucionalización de los movimientos sociales de la nueva izquierda, como la autonomía en relación con los sistemas políticos, la confianza en las instituciones de la democracia representativa, la relación con las experiencias progresivas en el poder, la accesibilidad de los sistemas de partidos y la cohesión interna de los movimientos sociales analizados aquí.

Palabras clave: movimientos sociales, nueva izquierda, progresismo, institucionalización, partidos políticos.

ABSTRACT

MEDEIROS, Juliano. **The Latin American New Left: social movements, institutionalization and the crisis of progressivism.** 2018. 287 pages. Thesis (Doctoral Degree) – Institute of Political Science, Universidade de Brasília, 2020.

This thesis studies the social movements of the New Left in Latin America and the paths towards institutionalization that some of these movements have taken since 2011, year that witnessed the outbreak of a new cycle of demonstrations across the globe. As a result of the combination between the economic and political crisis, the social movements of the New Left arise questioning the limits of the liberal democracy as a way to organize and address their criticism to the “wealthiest 1%” and to the political elites committed with the latter. In Latin America, these movements gained prominence through demonstrations in favor of basic public services, against corruption or electoral fraud, against the impact of large infrastructure projects and opposing neoliberalism. Due to their outstanding protagonism in the cycle of conflicts opened in 2011, these movements began to strongly interact with the political system, which resulted in different paths towards institutionalization. This thesis focuses on three particular cases: the students movement in Chile; the homeless movement in Brazil, the movement #YoSoy132 in Mexico. Each of them took a specific path when interacting with the political party system; the complete institutionalization by means of the creation of new political parties (Chile), a partial institutionalization represented by the alliance between political parties and social movements (Brazil), and the rejection of the institutionalization process (Mexico). As a result of assessing these different paths, this thesis presents a theoretic model that outlines the variables that favor or restrain the process of institutionalization of the social movements of the New Left, such as autonomy in relation to political systems, trust in the institutions of the representative democracy, the relationship with the existence of progressive experiences in power, accessibility to the partisan system and the internal cohesion of the social movements object of this study.

Keywords: social movements, new left, progressivism, institutionalization, political parties.

Lista de Siglas e Abreviaturas

- AAP** – Aam Aadmi Party
- AFP** – Administradoras de Fondos de Pensão
- AIT** – Associação Internacional dos Trabalhadores
- ALBA** – Alternativa Bolivariana para as Américas
- ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas
- APIB** – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- APRA** – Aliança Popular Revolucionária Americana
- ATL** – Acampamento Terra Livre
- CELAC** – Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
- CEPAL** – Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe
- CIDH** – Corte Interamericana de Direitos Humanos
- CIDOB** – Confederación de los Pueblos Indígenas de Bolivia
- CMP** – Central de Movimentos Populares
- CONAIE** – Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador
- CONAM** – Confederação Nacional das Associações de Moradores
- CONAMAQ** – Conselho de Ayllus e Markas de Qullasuyu
- Confech** – Confederação dos Estudantes do Chile
- CONLUTAS** – Coordenação Nacional de Lutas
- CRE** – Conservadores e Reformistas Europeus
- CSUTCB** – Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DCE** – Diretório Central dos Estudantes
- DEM** – Democratas
- EDD** – Grupo da Europa da Democracia e das Diferenças
- EFD** – Europa da Liberdade e Democracia
- ELDR/ALDE** – Partido Liberal Europeu, Reformistas e Liberais
- EUA** – Estados Unidos da América
- EZLN** – Ejército Zapatista de Liberación Nacional
- FA** – Frente Ampla
- FARC-EP** – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo
- FBP** – Frente Brasil Popular
- FEFC** – Fundo Especial para Financiamento de Campanhas
- FEJUVE** – Federação das Juntas Vecinales de El Alto

FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMLN – Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
FPSM – Frente Povo Sem Medo
FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional
FSM – Fórum Social Mundial
GUE/NGL – Esquerda Unitária Europeia/Esquerda nórdica verde
ICS – Índice de Confiança Social
IND/DEM – Grupo Independência/Democracia
INE – Instituto Nacional Electoral
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais
M5S – Movimento Cinco 5 Stelle
MAS – Movimento ao Socialismo
MBL – Movimento Brasil Livre
Mineduc – Ministério da Educação do Chile
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MORENA – Movimento de Regeneração Nacional
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimentos dos Trabalhadores Ruais Sem-Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
MVR – Movimento V República
NAFTAB – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
ONU – Organização das Nações Unidas
OPT – Organización Política del Pueblo y los Trabajadores
PAN – Partido da Ação Nacional
PASOK – Movimento Socialista Pan-Helênico
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCI – Partido Comunista da Itália
PDC – Partido Democrata Cristão
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional

PNP – Partido Nacionalista Peruano
PP – Partido Progressista
PPD – Partido Pela Democracia
PPE – Partido Popular Europeu
PPS – Partido Popular Socialista
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRD – Partido da Revolução Democrática
PRI – Partido Revolucionário Institucional
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRSD – Partido Radical Social Democrata
PS – Partido Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSE – Partido Socialista Europeu
PSOE – Partido Operário Socialista Espanhol
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RD – Revolución Democrática
SEC – Servicio Electoral Chileno
SPD – Partido Socialdemocrata Alemão
TDI – Grupo Técnico dos Deputados Independentes
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UEN/ENL – União para a Europa das Nações/Europa das Nações e da Liberdade
UKIP – Partido da Independência do Reino Unido
UNASUL – União das Nações da América do Sul
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Verts/ALE – Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 – A DEMOCRACIA LIBERAL EM CRISE	28
1.1 A democracia liberal como sinônimo de “democracia”	28
1.2 Elementos da crise da democracia liberal.....	36
1.3 Crise Econômica e Crise Democrática	42
1.4 A socialdemocracia no contexto da crise democrática	49
1.4.1 Origem e desenvolvimento da socialdemocracia	49
1.4.2 A hegemonia da socialdemocracia nas esquerdas	55
1.4.3 A crise da hegemonia socialdemocrata	62
1.5 A crise da democracia liberal como <i>ruptura</i>	70
1.6 Uma breve reflexão sobre a relação entre hegemonia e consenso	74
1.7 A Nova Esquerda: uma introdução.....	77
CAPÍTULO 2 – NOVA ESQUERDA E CRISE DO PROGRESSISMO.....	82
2.1 Movimentos sociais e composição social da nova esquerda	82
2.2 Democracia, classe e sistema político	86
2.3 Movimentos contra o “sistema”	92
2.4 Movimentos sociais, nova esquerda e sistema político	96
2.5 Por que se institucionalizar?	100
2.6 Desafios do processo de institucionalização	106
2.7 Protesto social e nova esquerda na América Latina	110
2.8 Definindo uma tipologia das esquerdas na América Latina	118
2.9 O progressismo no poder: ascensão e queda de uma utopia tropical	124
2.10 Nova esquerda na AL: quinto ciclo da esquerda latino-americana?	130
CAPÍTULO 3 – A NOVA ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA.....	139
3.1 Elemento constante: a nova esquerda está no espaço urbano.....	139
3.2 Variável 1: entre a autonomia e a dependência	146
3.3 Variável 2: confiança no sistema democrático representativo	151
3.4 Variável 3: experiência progressista no poder.....	153
3.5 Variável 4: Acessibilidade dos sistemas partidários.....	161

3.6 Variável 5: Coesão interna	166
3.7 Operacionalizando a análise das variáveis	168
3.8 Introdução aos casos selecionados	170
3.9 O movimento estudantil chileno e a construção da Frente Ampla	176
3.10 MTST: de junho de 2013 à candidatura de Guilherme Boulos	186
3.11 Os jovens mexicanos e o movimento #YoSoy132	194
3.12 Nota indispensável: camponeses, indígenas e feministas na América Latina.....	201
CAPÍTULO 4 – NOVA ESQUERDA E INSTITUCIONALIZAÇÃO	206
4.1 A autonomia no centro da questão	206
4.2 Confiança na democracia e suas instituições: Chile, Brasil e México	214
4.3 O progressismo no poder: Chile, Brasil e México	219
4.4 Chile, Brasil e México: acessibilidade dos sistemas partidários	223
4.5 O papel da coesão interna.....	230
4.6 O arquétipo da nova esquerda na América Latina: o caso chileno.....	237
4.7 Sinfonia inacabada: a aliança entre MTST e PSOL	243
4.8 Contra a ordem: o movimento #YoSoy132 e a negação da institucionalidade.....	249
4.9 Comparando variáveis e testando hipóteses	255
CONCLUSÕES	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267
ANEXO 1 - Lista de entrevistas realizadas	284
ANEXO 2 – Lista de Tabelas	285

INTRODUÇÃO

Teorizar sobre as esquerdas, em um momento em que as definições clássicas de “esquerda” e “direita” herdadas da Revolução Francesa são amplamente questionadas no mundo acadêmico, pode parecer pouco recomendável. No entanto, a contínua utilização dessas clivagens no debate público e sua persistência nas discussões travadas no interior das instituições democráticas mostra que não podemos ignorar sua presença. No caso da América Latina – e do Brasil em particular – onde a crescente polarização ideológica voltou a ser determinada pelas definições clássicas de esquerda e direita, ignorar as transformações promovidas pelo surgimento de novos atores na cena política e sua associação com as ideias de “nova esquerda” e “nova direita” seria inconcebível. Esta tese busca contribuir para compreender essas transformações por meio do estudo das trajetórias de institucionalização partidária de movimentos sociais de esquerda em diferentes países da América Latina.

Em uma conferência realizada em 2015, na Bolívia, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos analisava a onda de protestos que teve início em 2011 a partir dos impactos da crise econômica em diferentes países. Um estudo publicado pouco antes (ORTIZ *et al.*, 2013) analisando os protestos sociais entre 2006 e 2013 em 87 países, abrangendo 90% da população mundial, constatara a escalada dos protestos sociais neste período e a sua elevada incidência na Europa. Esses protestos foram definidos por Boaventura na referida conferência como “revoltas de indignação”. O termo, evidentemente, remete aos protestos dos “indignados” do sul da Europa (Espanha, Portugal, Grécia e Itália), região fortemente afetada pela crise econômica que eclodiu em 2008. Ele destaca que a predominância de um sentido de *negatividade* presente na noção de indignação, isto é, de rejeição à ordem, era característica comum na maioria dos protestos registrados a partir de 2011 no norte da África, Europa, Estados Unidos e América Latina. Mais do que afirmar um projeto (o socialismo, o comunismo, a revolução, etc.) como fizeram muitos movimentos sociais do século XX, essas revoltas tinham como centro a denúncia e a rejeição de algo que não lhes parecia correto (SANTOS, 2015).

E contra o que esses protestos se voltavam? Primeiro, contra os limites da globalização neoliberal e seus impactos sobre a vida das pessoas. Quando o sistema demonstrou sinais de disfunção, com aumento do desemprego e a precarização dos serviços públicos, o conflito distributivo entre capital e trabalho voltou à ordem do dia. Milhões de pessoas viam suas condições de vida se deteriorar à luz do dia, enquanto o sistema se reinventava para manter sua dinâmica de acumulação e concentração. Tudo feito com o

apoio das instituições do Estado, que atuaram para salvar bancos e especuladores que estavam diretamente envolvidos com as causas da crise.

Por isso, a indignação também se dirigiu ao sistema político, incluindo partidos e detentores de cargos públicos. Incapaz de assimilar as demandas populares por saídas que protegessem os mais pobres, a democracia liberal foi colocada em xeque. Onde ela não existia – notadamente Egito e Tunísia – a pressão tomou a forma de revoluções populares que destituíram ditadores e buscaram refundar o sistema político. Em outros casos, gerou conflitos de grandes proporções, como no caso das guerras civis na Líbia e Síria. Na Europa Ocidental, América e alguns países do Oriente Médio, a indignação tomou as praças contra o “1% mais rico” reivindicando transformações na política, na economia e na sociedade.

Mas as revoltas de indignação nem sempre identificaram sua crítica à globalização neoliberal e aos limites da democracia com posições à esquerda. Muitas vezes, como atestam estudos recentes, a indignação é capturada pelo nacionalismo, a xenofobia e o populismo de direita (CASTELLS, 2018). Para Boaventura, as revoltas são decididamente antineoliberais, mas nem sempre anticapitalistas. Recentemente, aliás, vimos surgir uma pitoresca combinação entre nacionalismo autoritário e ultraliberalismo, o que torna a associação “automática” entre o ciclo de protestos iniciado em 2011 e as posições de esquerda ainda mais problemática. Por isso, nosso trabalho tem um recorte preciso: analisamos aqui movimentos sociais que se identificam claramente como sendo de esquerda, isto é, que afirmam sua identidade anticapitalista. Nosso foco particular é o processo de *institucionalização* de movimentos sociais a partir da análise empírica daqueles movimentos que se enxergam como parte de uma *nova esquerda*, em oposição às posições hegemônicas no campo das esquerdas que limitam seu horizonte estratégico a uma melhor administração do capitalismo nos marcos da democracia liberal.

Até a eclosão das revoltas de indignação, o quadro político na maioria dos países democráticos encontrava-se relativamente estável. Na Europa, predominava a polarização entre socialdemocratas e liberais; nos Estados Unidos o bipartidarismo não dava margem para o surgimento de alternativas em nenhum dos partidos existentes; na África as ditaduras do norte avançavam em seu processo de integração autoritária com os mercados da Europa; na América Latina a democracia liberal parecia finalmente estável sob a liderança de forças progressistas após uma década de intensos conflitos políticos.

No campo das esquerdas, predominava uma incontestável hegemonia das posições socialdemocratas, que circunscreviam sua ação política à luta pela administração do Estado, com limitados questionamentos sobre as disfunções do sistema econômico ou político. Quando esse sistema entra em crise, porém, a socialdemocracia é arrastada para o olho do

furacão. Implementando em muitos países a agenda de ajustes exigida pelo mercado, as forças hegemônicas da esquerda se comprometeram até o limite do possível com a salvação de um sistema fortemente questionado. A partir e então, surgem ou ganham protagonismo novas forças políticas que assentam seu discurso sobre dois pontos fundamentais: crítica radical ao sistema econômico controlado por uma minoria e denúncia dos limites da democracia liberal.

A combinação entre crise econômica e crise democrática se evidencia no aumento dos protestos, mas também, no surgimento de novos atores que ocupam a cena política. Na Europa esse fenômeno encontra seu arquétipo no fim do bipartidarismo espanhol, com a criação de dois novos partidos: Podemos e Ciudadanos. Mas não foi o único caso. Na Grécia o movimento que surge da luta contra as políticas de austeridade acaba desaguando num pequeno partido de esquerda radical, o Syriza. Numa ascensão meteórica, o partido acaba chegando ao poder em janeiro de 2015. Na França, o surgimento do movimento França Insubmissa pode ser considerado parte do mesmo processo de crise da socialdemocracia, assim como a ascensão de Jeremy Corbyn na liderança do *New Labour* inglês, derrotando os partidários da chamada “terceira via” e das políticas neoliberais. Esses são apenas alguns dos exemplos que atestam o surgimento de uma nova onda de esquerda na Europa a partir da crise da hegemonia socialdemocrata, provocada, dentre outras razões, por sua adesão à defesa dos ajustes neoliberais.

Cruzando o Atlântico, esse processo abalou as estruturas do Partido Democrata, que viu a pré-candidatura de Bernie Sanders à presidência dos Estados Unidos angariar maciço apoio entre simpatizantes democratas jovens, mulheres, negros e imigrantes. Amparado numa crítica implacável ao sistema financeiro, Sanders se conectou à indignação presente no movimento *Occupy Wall Street*. No México, o movimento #YoSoy132 foi impulsionado pela juventude e se converteu num poderoso movimento de massas contra as fraudes eleitorais e em defesa da democracia, denunciando a manipulação do debate público por parte dos grandes monopólios da imprensa.

Na América do Sul, quando da eclosão da crise econômica, o continente vivia a experiência da chamada “onda rosa”. Precedido por duas décadas de conflitos sociais, o novo ciclo de protestos encontrou uma América do Sul sob forte hegemonia do chamado “progressismo”. Por isso ele impactou de forma distinta cada país. No Brasil, Chile e Colômbia, por exemplo, surgiram movimentos massivos contra a precariedade dos serviços públicos, a corrupção ou acordos de livre comércio. Em outros, como Equador, Bolívia e Venezuela, onde os movimentos sociais foram parte da ascensão de governos antineoliberais, a instabilidade política tem origens que não se relacionam diretamente com a onda de

protestos a qual nos referimos neste trabalho.

Seja como for, não é mera coincidência que a América Latina tenha vivido um crescimento mais o menos simultâneo dos protestos em diferentes países a partir de 2011. Muito menos devemos imaginar que esses protestos não tenham relação com o impacto da crise econômica e a piora nas condições de vida de setores sociais antes beneficiados com o crescimento econômico experimentado pelo contexto de expansão capitalista do início do século. O que nos interessa atestar nesse trabalho, no entanto, não é a existência de um ciclo de protestos que tem como eixo a denúncia da globalização neoliberal e da democracia liberal como forma de organização do sistema político. Queremos verificar que variáveis incidem sobre diferentes trajetórias de institucionalização de movimentos sociais de esquerda que surgiram ou se fortaleceram a partir da onda de protestos do período 2011-2013. Com isso, pretendemos contribuir com os debates em curso sobre o papel dos movimentos no século XXI e das esquerdas ante a crise do progressismo na América Latina.

Analisando os casos da Europa Ocidental e Estados Unidos, encontramos três formas particulares de integração de movimentos sociais ao sistema partidário. A primeira é através da criação de novos partidos políticos, normalmente na forma de “partidos-movimento”. A segunda é através da assimilação, por parte de um partido já existente, das bandeiras e da representatividade de um movimento social, onde este transfere a uma agremiação partidária a condição de representante de suas aspirações. E a terceira se dá através da integração com vistas à disputa de rumos de um partido existente, como aconteceu nos Estados Unidos com parte do movimento *Occupy Wall Street* e a pré-candidatura de Bernie Sanders.

Evidentemente, a simples “transplantação” da realidade europeia para a América Latina seria um erro metodológico imperdoável. Nosso continente tem realidades muito distintas e os movimentos sociais cumprem aqui um papel muito diferente daquele desenvolvido pelos movimentos sociais em sociedades cujas necessidades materiais básicas estão relativamente asseguradas para a maioria da população ou onde a chaga do colonialismo nunca foi uma realidade. Isso, no entanto, não pode ser justificativa para ignorar que a onda de protestos que se iniciou em 2011, especialmente nos países mais desenvolvidos da região, guarda enorme semelhança com as revoltas de indignação descritas por Boaventura. E, menos ainda, para deixar de torná-la objeto de uma análise científica que traga contribuições sobre a relação dos movimentos sociais com a disputa pelo poder político. Portanto, reconhecemos as especificidades da realidade latino-americana e utilizamos um modelo teórico capaz de assimilá-las e identificar fatores que incidem sobre o processo de institucionalização de movimentos sociais.

Por *processo de institucionalização* entendemos a dinâmica na qual um movimento

social reconhece a validade da disputa política das instituições democráticas e constitui seus próprios instrumentos partidários com vistas a integrar, influenciar a disputar os rumos do Estado. Nas palavras de Huntington (1968, p.12), “institucionalização é o processo pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade”. No caso dos movimentos sociais, significa assumir uma personalidade jurídica junto ao Estado e seu sistema de partidos, alterando sua identidade política.

O que analisamos neste trabalho, portanto, é quais variáveis incidem sobre os movimentos sociais, impactando suas trajetórias de institucionalização no contexto de crise da esquerda progressista e de restauração conservadora (LINERA, 2016), dando origem a forças políticas da “nova esquerda” a partir de estratégias de interação entre movimentos sociais e o sistema político. Para isso, construímos um modelo teórico que verifica a incidência de cinco variáveis independentes: a) autonomia em relação ao sistema político; b) acessibilidade do sistema partidário em cada país, c) experiência com a socialdemocracia no poder, d) coesão interna dos movimentos sociais, e) confiança no sistema democrático representativo. Como variável, entendemos toda característica que apresenta variação de um indivíduo ou grupo de indivíduos para outro. A variável dependente (o “resultado”) remete à probabilidade de institucionalização dos movimentos sociais da nova esquerda que surgem a partir de 2011. Em termos de hipótese, essas variáveis se apresentam assim:

Hipótese 1

Quanto mais autônomo, maiores as chances de institucionalização de um movimento social da nova esquerda.

A autonomia se revela um componente-chave na análise dos movimentos sociais de nova esquerda. Sem ela, os movimentos reproduzem padrões de relacionamento com o sistema político que reforçam o papel dos antigos partidos de esquerda, inibindo o surgimento de novas forças políticas. Nesta tese analisamos as formas de interação entre partidos e movimentos e o peso da variável *autonomia* nos processos de institucionalização de movimentos sociais a partir de um modelo teórico oferecido nos estudos de Hanagan (1998) sobre a relação partidos/movimentos.

Hipótese 2

Quanto maior a confiança de uma sociedade na democracia representativa, maiores as chances de institucionalização de um movimento social da nova esquerda.

Analisando os dados do Latinobarômetro, importante instituto de pesquisas sobre a democracia na América Latina, veremos que há uma relação direta entre a percepção das sociedades em relação às instituições democráticas e o surgimento de novos partidos políticos oriundos de movimentos sociais. Essa condição se mostra particularmente relevante quando percebemos que é justamente nos países onde os indicadores de confiança na democracia se mostraram mais elevados que verificamos trajetórias de institucionalização de movimentos sociais que levaram ao surgimento de novos partidos de esquerda, enquanto as trajetórias foram distintas em países com menor confiança na democracia.

Hipótese 3

A existência de governos socialdemocratas aumenta as chances de institucionalização de um movimento social da nova esquerda.

Como veremos, os governos progressistas da região no período analisado podem ser divididos em dois grandes blocos, um socialdemocrata e outro anti-imperialista. Nos países que foram governados por forças políticas da esquerda anti-imperialista (Venezuela, Bolívia e Equador) os registros de conflitos sociais com protagonismo dos novos movimentos populares é baixo. Os conflitos, nesses países, se expressam pela polarização entre as forças políticas no poder e a oposição política e empresarial representada pelas forças de direita, comprimindo o espaço para a surgimento de novos atores sociais. Nos casos onde predominaram governos de corte socialdemocrata, o surgimento de movimentos sociais da nova esquerda se verificou mais fortemente, como se nota na Argentina, Uruguai, Brasil e, principalmente, Chile.

Hipótese 4

Quanto mais acessível for o sistema partidário de um país, maiores as chances de institucionalização de um movimento social da nova esquerda.

O surgimento de novos movimentos sociais não guarda relação direta com a estrutura dos sistemas partidários de cada país. Mas o processo de institucionalização daqueles que optaram por esse caminho é influenciado, invariavelmente, pelas leis que definem as regras de acesso ao sistema partidário. Elas facilitam ou dificultam o acesso desses atores sociais e influenciam suas estratégias de interação. A hipótese desta tese é que um sistema partidário mais acessível estimula a criação de instrumentos próprios por parte dos movimentos sociais da nova esquerda. Ao contrário, sistemas menos permeáveis acabam estimulando mais fortemente a estratégia de interação com organizações partidárias já existentes. Para testar

essa hipótese, realizamos uma análise dos sistemas partidários nos países selecionados, determinando níveis de acessibilidade em cada um deles.

Hipótese 5

Quanto mais coeso for um movimento social, maiores as chances de institucionalização.

No decorrer das entrevistas que realizamos com lideranças de movimentos sociais, uma variável nova surgiu: a coesão interna. Sendo o processo de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda um fenômeno complexo, que altera a própria natureza dos atores políticos, a coesão política, ideológica e organizativa do movimento pode se revelar uma variável decisiva diante da decisão de institucionalizar-se. A coesão interna, se elevada, pode ajudar a administrar tensões internas que o processo de ingresso no sistema político pode ocasionar, enquanto uma baixa coesão pode colaborar para estimular diferenças e, com isso, dificultar o processo de institucionalização. Para medir essa variável introduzimos no questionário realizado com lideranças de movimentos sociais perguntas sobre o nível de coesão interna, as tensões internas geradas pelo processo de institucionalização e a ocorrência de dissidências internas. Esta abordagem (assim como a acessibilidade dos sistemas partidários) é inédita, complementando modelos anteriores para análise dos movimentos sociais.

Metodologia

Como se vê, trabalhamos com hipóteses probabilísticas que buscam apontar sob quais condições se torna possível o processo de institucionalização de movimentos sociais. O desenho de pesquisa desta tese analisa e compara três casos de trajetórias distintas de institucionalização em três países latino-americanos: Brasil, Chile e México. Os casos escolhidos representam trajetórias de institucionalização diferentes e, portanto, oferecem a oportunidade para entender o porquê dessas variações ocorrerem. No Chile encontramos um caso no qual ativistas de movimentos sociais de esquerda criaram novos partidos políticos; no Brasil encontramos um caso no qual a institucionalização se deu por meio de uma aliança entre movimentos sociais e um partido político; finalmente, no México trabalhamos um caso no qual os ativistas dos movimentos sociais rejeitaram majoritariamente a possibilidade de institucionalização. Entre os casos escolhidos para esse trabalho estão movimentos sociais que se destacam pelo elevado grau de autonomia em relação ao sistema político, mas que vivem realidades distintas em relação à coesão interna, relação com as forças socialdemocratas no poder, confiança nas instituições democráticas e oportunidades

oferecidas pelo sistema partidário. São movimentos sociais urbanos, que se relacionam diretamente com os problemas gerados pelo acelerado processo de urbanização em seus países, mas que assumem trajetórias de institucionalização distintas entre si.

Nosso trabalho se configura como um estudo de caso múltiplo acerca dos processos sociais que resultaram no aumento de protagonismo ou no surgimento de movimentos sociais a partir de 2011 e desaguaram em distintas trajetórias de institucionalização em três países: Chile, Brasil e México. Yin (2005) lembra que o estudo de caso inclui casos únicos e casos múltiplos – ambos como variantes da opção por se estudar dado fenômeno. O autor considera que o estudo de caso único é eminentemente justificável quando representa um teste crucial da teoria existente; uma circunstância rara ou exclusiva; um caso típico ou representativo; ou quando o caso serve a um propósito revelador ou longitudinal. De acordo com Yin, a escolha de realizar múltiplos estudos de caso geralmente é ainda mais desafiadora, por ser mais ampla e robusta do que o estudo detalhado de um único caso, ampliando as possibilidades de replicações teóricas e generalizações a partir de constatações e cruzamentos dos resultados dos casos. Por sua vez, Gil (2009) destaca um cuidado para a determinação do número de casos, que não pode ser feita a priori, a não ser quando o caso é intrínseco. O procedimento mais adequado para esse fim seria o adição progressivo de novos casos, até o instante em que se alcança a “saturação teórica”, isto é, quando o incremento de novas observações não conduz a um aumento significativo de informações. No caso em questão, porém, isso nos levaria a analisar dezenas de movimentos muito distintos entre si, o que seria impossível diante das condições de nossa pesquisa. Por isso, optamos por definir previamente unidades-caso que explicitem experiências diversas de institucionalização entre si.

Para operacionalizar a análise das hipóteses utilizamos diferentes técnicas de coleta de dados. A principal delas foi a entrevista com ativistas de movimentos sociais da nova esquerda. Ao todo foram realizadas 21 entrevistas (ANEXO 1) com integrantes de movimentos sociais de Chile, Brasil e México que participaram da onda de protestos nesses países entre 2011 e 2013. Os questionários se dividiram em três blocos de perguntas: o primeiro com informações gerais sobre a participação do/da ativista no referido movimento; o segundo sobre a imagem que o/a ativista tinha de si e do movimento; e o terceiro, com perguntas relativas à relação do movimento social com o sistema partidário.

Além das entrevistas, utilizamos dados de pesquisas de opinião pública sobre a percepção da democracia e do sistema partidário na América Latina, analisamos a legislação referente ao funcionamento do sistema partidário e eleitoral de cada um dos países, além de documentos internos dos movimentos sociais e partidos políticos.

A variável *confiança na democracia representativa* (DEM) foi mensurada a partir dos dados oferecidos pelo Latinobarômetro (2011 e 2013) sobre confiança nas instituições democráticas. Neste caso, usamos um modelo dicotômico tendo como referência o valor médio das respostas na América Latina. Para os países que estavam acima da média foi atribuído um valor = 1 e para os países abaixo da média foi atribuído um valor = 0. Como referência usamos apenas questões relativas diretamente à qualidade da democracia, como apoio à democracia, rejeição/aceitação de um regime autoritário, avaliação da qualidade da democracia, nível de satisfação com democracia e suas instituições, dentre outros. Na sequência parametrizamos cada resposta referente aos três países analisados nos anos a que se refere este trabalho e aferimos as médias nos anos em que cada movimento surgiu ou ganhou projeção.

A variável *presença da experiência progressista no governo* (PRO) foi aferida a partir de dois fatores. O primeiro foi o tempo de duração dos governos progressistas, com a definição de pesos distintos entre Chile (=2), Brasil (=1), México (=0); o segundo foi o impacto das políticas desses governos na diminuição da desigualdade social, através da medição do Índice de Gini no início e no final do período de cada ciclo progressista. Além dessa dimensão mais *objetiva*, também analisamos as respostas dos ativistas às questões relativas ao caráter do governo da época e suas relações com a socialdemocracia em cada país, buscando estabelecer relação entre as duas dimensões.

A variável *acessibilidade do sistema partidário* (SIST) foi aferida a partir da análise de três condições legais exigidas em todos os países analisados para a criação de novos partidos políticos: os prazos exigidos para cumprimento das obrigações legais; o número mínimo de apoiadores ou filiados exigidos por cada legislação nacional; e a distribuição geográfica mínimo requisitada pela lei. A partir da análise da legislação, criamos uma escala de acessibilidade considerando os dados levantados.

A variável *coesão interna* (INT) foi aferida a partir dos resultados obtidos pelas entrevistas com os ativistas, formando uma escala de coesão interna (1 a 10), bem como verificando as respostas relativas às potenciais tensões internas geradas pela decisão de interagir/não interagir com o sistema político-partidário.

A coleta de dados foi feita em pesquisa de campo realizada junto a ativistas que participam ou participaram dos três movimentos sociais analisados. As entrevistas foram estruturadas em três blocos de questões. O primeiro bloco teve seu foco a relação dos ativistas com o movimento social ao qual são ou foram vinculados; o segundo bloco buscou compreender como os ativistas constroem seus discursos sobre o lugar desses movimentos no contexto político de cada país, a relação de dependência/autonomia com outros atores

políticos e como compreendem o lugar dos movimentos sociais em relação às demais forças de esquerda; e o terceiro bloco reúne questões sobre o processo de institucionalização dos movimentos sociais e suas consequências. A seleção dos ativistas entrevistados levou em conta a posição dos ativistas em espaços-chave de decisão sobre o processo de institucionalização. No caso chileno, por exemplo, entrevistamos dirigentes dos novos partidos surgidos a partir do levante estudantil de 2011. Já no caso brasileiro, foram entrevistados membros da Coordenação Nacional do MTST, instância máxima de decisão do movimento. No caso mexicano, por sua vez, foram entrevistados ativistas com continuada atuação política, mesmo após o fim do movimento #YoSoy132.

Um olhar panorâmico permite concluir que a América Latina continua sendo uma região onde o conflito político está presente. Também podemos afirmar que essa conflituosidade é marcada por novos atores, novas agendas e novas formas de agir, que em muitos aspectos, aproximam esses processos daqueles vividos a partir de 2011 no sul da Europa, norte da África e Estados Unidos. Eles têm como pano de fundo uma crescente desconfiança com os sistemas políticos e os partidos tradicionais. Não por acaso, como percebem Albala e Vieira (2014), com exceção do Peru e seu frágil sistema partidário, os países que detinham os níveis mais baixos de confiança em relação aos partidos, quando teve início o novo ciclo de protestos na América Latina, em 2011, são também os que experimentaram as principais mobilizações sociais apartidárias. Nesse sentido, as grandes mobilizações no Chile (2011), Colômbia (2011-2012), México (2012) e Brasil (2013) parecem ter canalizado novamente o conflito para as ruas (ALBALA; VIEIRA, 2014). Entre os casos escolhidos para esse trabalho estão movimentos sociais urbanos que surgiram ou ganharam protagonismo a partir de 2011.

O primeiro deles é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Brasil. Surgido no fim dos anos 1990 no campo de movimentos sociais liderados pela Via Campesina, o MTST se autonomizou e buscou ocupar espaço próprio como movimento em defesa da reforma urbana. A partir de 2013, com os protestos que tomaram o país e a tímida resposta dos movimentos sociais vinculados ao Partido dos Trabalhadores, o MTST viu sua influência política aumentar exponencialmente. Vinculando-se às correntes da nova esquerda, passou a interagir crescentemente com o sistema político, chegando a apresentar o nome sua principal liderança, Guilherme Boulos, como candidato à Presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2018.

O segundo caso remete ao Chile. O movimento estudantil foi nos últimos anos o principal ator nos conflitos entre a sociedade chilena e as forças do Estado. Ao longo de quase uma década os estudantes assumiram o protagonismo em defesa da educação e

denunciaram as políticas que buscavam deteriorar as condições de ensino no país. Acumulando repertórios de mobilização e respeito junto à sociedade, o movimento estudantil chileno passou a interagir cada vez mais com o sistema político, até que importantes lideranças decidiram formar seus próprios partidos, abrigados no interior da Frente Ampla, coalizão de esquerda surgida em 2017 que hoje ocupa espaços no Senado e na Assembleia Nacional do Chile.

O terceiro caso é o dos jovens que organizaram o movimento #YoSoy132 no México. O movimento, formado inicialmente por estudantes da Cidade do México, tomou dimensões multitudinárias no contexto de polarização política que antecedeu as eleições presidenciais no país em 2012. Questionando a cobertura tendenciosa da imprensa monopolista – francamente favorável ao candidato do PRI, Enrique Peña Nieto – os estudantes mobilizaram atrás de si todos os setores progressistas que não suportavam mais a manipulação do debate público e as recorrentes ameaças de fraude eleitoral. Diferente do MTST e do movimento estudantil chileno, porém, o movimento #YoSoy132 não gerou uma trajetória de integração ao sistema partidário mexicano. Ainda que com algumas exceções (como lideranças que se vincularam à construção do novo partido de Andrés Manuel López Obrador) #YoSoy132 não integrou de forma orgânica o sistema político-partidário na perspectiva de uma participação na disputa do Estado.

Esses três casos mostram distintas trajetórias de institucionalização de movimentos sociais. Um deles ilustra um processo de institucionalização completo, onde ativistas do movimento social criaram seus partidos e ingressaram no sistema político (Chile); outro exemplifica um caso de institucionalização parcial, onde os ativistas continuaram sua atuação no movimento social mas estabeleceram alianças eleitorais com um partido político já existente (Brasil); e um terceiro caso ilustra um processo de *não institucionalização* e distanciamento em relação ao sistema político (México). O que verificamos nesta tese é como as variáveis listadas acima incidiram para estimular ou desestimular o processo de institucionalização desses movimentos sociais.

Evidentemente, há inúmeros outros movimentos sociais que poderiam ser objeto desse trabalho, como o movimento feminista, o movimento indígena, o movimento camponês, dentre outros que desenvolvem suas próprias trajetórias em relação aos sistemas partidários de cada país. No entanto, considerando o escopo de nossa investigação – institucionalização de movimentos que dialoguem com a perspectiva da “nova esquerda” – concluímos que os casos selecionados respondem bem aos questionamentos propostos. Com isso, nosso modelo teórico expande outros modelos disponíveis para a compreensão dos movimentos sociais da América Latina – especialmente aquele oferecido por Albala (2020)

em seu trabalho sobre a autonomização dos movimentos sociais pós-2011 – e apresenta inovações sobre quais elementos endógenos aos movimentos (o fator “coesão”) atuam sobre definições estratégicas dos atores analisados.

Ao fim e ao cabo, este trabalho busca apontar caminhos para que, em pesquisas futuras, outras perguntas possam ser respondidas. Existe de fato uma nova esquerda na América Latina ou trata-se apenas de uma atualização dos repertórios de movimentos já existentes? Em caso afirmativo, para onde vão esses novos atores e como pretendem levar a cabo seu projeto? Os sistemas partidários poderão assimilar a inovação política representada por esses movimentos? Ao buscar compreender que fatores incidem sobre os processos de institucionalização de movimentos sociais na América Latina essas são algumas das perguntas que, esperamos, possam ser respondidas a partir de novas pesquisas.

CAPÍTULO 1 – A DEMOCRACIA LIBERAL EM CRISE

Neste capítulo apresentaremos as características fundamentais da democracia liberal e os elementos que constituem sua crise de legitimidade. Também apresentaremos argumentos para justificar porque acreditamos que os limites da globalização neoliberal e as transformações no mundo do trabalho criam umnexo estreito entre crise econômica e crise democrática impactando os consensos estabelecidos desde o pós-Guerra. Estes são elementos imprescindíveis para compreender as mudanças em curso no mundo dos partidos políticos de esquerda e o surgimento de novas forças políticas que crescem angariando simpatia entre crescentes segmentos que não acreditam mais na capacidade da democracia liberal de resolver os impasses do nosso tempo.

Também neste capítulo apresentaremos uma cronologia da socialdemocracia, explicitando como ela se tornou a principal corrente das esquerdas no Ocidente e como os limites do sistema liberal democrático concorrem para aprofundar sua crise de hegemonia. Argumentaremos que a ruptura com os paradigmas então vigentes favorece o surgimento de novos atores políticos críticos aos limites da democracia liberal, como veremos ao longo deste trabalho. Por fim, apresentaremos o conceito de *nova esquerda* a partir de alguns casos emblemáticos que ilustram o fenômeno histórico que é objeto deste trabalho: os movimentos sociais da nova esquerda.

1.1 A democracia liberal como sinônimo de “democracia”

A democracia moderna – isto é, a democracia *liberal* – encontra suas origens na Magna Carta de 1688. Ali os senhores da aristocracia inglesa consolidaram sua liberdade em relação aos poderes da monarquia. A democracia como a conhecemos, portanto, nasce para afirmar os direitos das classes proprietárias e a manutenção de seus privilégios tanto em relação à Coroa quanto em relação às massas populares. Esse é o “pecado original” que está no nascedouro da democracia moderna: a separação entre o *demos* e o povo.

O encontro entre democracia e liberalismo se dá no início do século XIX. Como afirma Hobsbawm (2008), o liberalismo clássico acreditava que o mundo humano estava formado por átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando ao máximo aumentar suas satisfações e diminuir seus desprazeres, naturalmente, não reconhecendo limites ou direitos de interferência nessas pretensões. Ou seja, cada indivíduo era dotado “naturalmente” de vida, liberdade e busca da felicidade, como afirmava a declaração de independência dos Estados Unidos. Aliás, é na independência americana que

o conceito de democracia tal como o conhecemos ganhará um impulso fundamental, com o surgimento da ideia de *representação*¹. Os federalistas não afirmavam que a representação era necessária a uma grande República, mas, pelo contrário, que uma grande República é desejável por tornar *necessária* tal representação – e quanto maior fosse a distância entre representantes e representados, melhor (WOOD, 2003, p. 187).

Como afirmou Madison no *Federalist* número 10, o sentido da representação é “redefinir e ampliar as visões públicas, passando-as pelo filtro de um corpo de cidadãos escolhidos” (HAMILTON; MADISON; JAY, 2003). A utilização da democracia representativa em larga escala foi uma grande inovação da revolução americana. Ela possibilitou que algo até então percebido como antítese do autogoverno democrático passasse a ser não apenas compatível com a democracia, mas também um de seus componentes, a saber, a renúncia do exercício do poder político e sua transferência a terceiros (WOOD, 2003). Apesar de não terem criado a representação, os federalistas produziram um feito de enormes repercussões, que resolveria a dicotomia existente na origem da democracia moderna entre igualdade política e participação nos negócios públicos.

O casamento definitivo entre democracia e liberalismo ocorreu em seguida. A publicação das obras de Adam Smith, especialmente *A Riqueza das Nações* (1776), e David Ricardo, com seus *Princípios da Economia Política* (1817), marcam a consolidação do pensamento liberal na economia. O reconhecimento crescente do papel do trabalho no desenvolvimento econômico – especialmente a partir da teoria geral do valor de Ricardo – criava as condições para a entrada em cena das massas historicamente excluídas dos negócios do Estado. Em meados do século XIX tornava-se cada vez mais evidente que nos países desenvolvidos e industrializados do Ocidente os sistemas políticos teriam de abrir espaço a novas forças sociais (HOBSBAWM, 2009).

Além disso, também se tornava claro que o liberalismo, que formava a ideologia básica do mundo burguês, não tinha defesas teóricas contra essa contingência. Sua forma característica de organização política era o governo representativo através de assembleias eleitas representando não interesses sociais ou coletividades, mas agregados de indivíduos de *status* legalmente iguais (Idem, 2009). Para facilitar essa confluência entre liberalismo e democracia representativa, John Stuart Mill – o primeiro teórico liberal a colocar a liberdade para o desenvolvimento da própria personalidade como meta da democracia liberal – tentou combinar ambos significados: pensava que a liberdade de mercado e a liberdade do homem para realizar suas capacidades humanas poderiam chegar a ser harmonizadas através da

¹ Para conhecer mais sobre o debate acerca do conceito de representação ver REZENDE, D. 2014.

criação de cooperativas de produção, sistemas de produção no qual o operário é ao mesmo tempo capitalista e vice-versa.

O conceito de democracia liberal que propuseram Bentham e James Mill (pai de John Stuart) buscava equilibrar um sistema de governo democrático a uma sociedade de mercado capitalista, de modo tal que em nada alterasse o sistema de propriedade e de mercado imposto e justificado a partir da revolução americana. Vendo a miséria das classes trabalhadoras em seu tempo, Stuart Mill buscou meios de fazer valer um modelo de democracia que pudesse melhorar as condições de vida dos operários. Mas os valores liberais – difundidos pela apropriação das teorias de John Locke nos Estados Unidos – já estavam por demais arraigados entre as elites e as justificativas para a defesa da propriedade exerciam uma força descomunal (WOOD, 2003).

Depois dos Estados Unidos, a França foi o primeiro grande país a ter um presidente eleito pelo sufrágio “universal” (masculino). Com esmagadora maioria, Luís Bonaparte foi escolhido como líder máximo do país. Mesmo quando promoveu o golpe de 1851, que o converteu em imperador Napoleão III², manteve intacto o parlamento, como reconhecimento da importância que as instituições da democracia liberal haviam alcançado para o equilíbrio entre as diferentes frações das classes dominantes.

A verdade, porém, é que a democracia liberal era ainda bastante limitada em fins do século XIX. A título de comparação, Lincoln se elegeu nos Estados Unidos com menos da metade dos votos que asseguraram a vitória de Luís Bonaparte na França, mesmo com um eleitorado muito maior. Na Inglaterra o *Second Reform Act* ampliou o escopo dos eleitores, mas não chegou a alcançar 8% da população (HOBSBAWM, 2009, p. 67). Considerando o crescimento do movimento operário e as pressões por ele exercidas contra as péssimas condições de trabalho impostas pelos proprietários, o tema da participação das massas proletárias nos negócios públicos foi colocado na ordem do dia.

Por um longo período os partidos liberais – em geral representantes das classes industriais urbanas – mantiveram relativa hegemonia nos parlamentos formados na segunda metade do século XIX na Europa (as exceções eram Rússia e Turquia, que se mantinham como as únicas autocracias da região). Entretanto, a pressão das classes populares urbanas e a iminência da formação dos primeiros partidos operários criou as condições para que a democracia liberal assumisse um caráter de massas em diferentes países da Europa Ocidental.

² O Golpe de Estado de dezembro de 1851, perpetrado por Luís Bonaparte, então presidente da Segunda República Francesa, terminou com a dissolução da Assembleia Nacional e o estabelecimento do Segundo Império francês no ano seguinte. O episódio é analisado por Karl Marx no célebre *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Para saber mais ver MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (Boitempo, 2011).

As divisões ocorreram, primeiro, no seio dos partidos liberais. Como conta Hobsbawm, alas mais radicais defendiam um aprofundamento da participação, dando origem a partidos radicais na Dinamarca, Suécia, Noruega e Prússia (HOBSBAWM, 2009-a). A maioria dos novos partidos surgidos era composto por camponeses, o que não ameaçou a hegemonia dos grupos liberais no poder, basicamente, porque as classes dominantes acreditavam que o liberalismo era a única forma de garantir o progresso. Isso, claro, até o surgimento dos primeiros partidos socialdemocratas.

A democracia liberal, verdade seja dita, não sofreu a crítica ou oposição apenas de setores sociais “de baixo”. Ondas conservadoras volta e meia ganhavam força devido ao medo que as mudanças promovidas pelo capitalismo industrial provocavam nas velhas elites aristocráticas da Europa do século XIX. Quando esse sentimento se tornava majoritário, os soberanos governavam simplesmente ignorando o parlamento eleito, como fez Bismarck. No *Reichstag* os direitos constitucionais eram reduzidos ao mínimo para evitar que a representação popular tivesse condições de impor limites ao Kaiser. Além disso, não era incomum na virada do século passado, a aprovação de leis que limitassem enormemente a participação das maiorias. Em muitos países do Ocidente havia uma série de expedientes que impediam que grandes parcelas da sociedade participassem das eleições, como mulheres, analfabetos, imigrantes, dentro outros. A idade mínima podia chegar a 30 anos, além da manutenção do voto nominal em vários países (HOBSBAWM-a, 2009).

Na segunda metade do século XIX, o grupo social com maior potencial para questionar os limites da democracia liberal na Europa – quando ela sequer era uma realidade na maior parte do planeta – era o proletariado urbano. As agitações dos anos 1840 contribuíram para o surgimento de poderosas organizações políticas explicitamente vinculadas a uma classe. O “espectro do comunismo” eternizado pelo Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels, era uma realidade. Embora muitos líderes populares estivessem presos ou no exílio nos anos 1850 (Auguste Blanqui, Marx, Louis Blanc, dentre outros) e o movimento tivesse refluído após 1848, duas décadas depois o movimento socialdemocrata começava a ocupar crescentes espaços nas lutas sociais. Divididos em distintas correntes políticas, os radicais agrupavam socialistas, mutualistas e anarquistas na Associação Internacional dos Trabalhadores³, marcando o caráter

³ Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como Primeira Internacional, foi fundada em setembro de 1864. Foi a primeira organização operária a buscar a unidade política dos trabalhadores de diferentes países, reunindo membros de todos os países da Europa e Estados Unidos. A Internacional reunia trabalhadores das mais diversas correntes ideológicas, de comunistas a anarquistas, além de sindicalistas, reformistas, republicanos, cooperativistas e várias outras correntes políticas radicais. Para saber mais, ver MUSTO, 2014.

profundamente internacionalista dessa primeira fase do movimento operário europeu.

Na Alemanha, Ferdinand Lassalle, um autoproclamado seguidor de Marx, liderava uma das primeiras associações de classe do continente europeu, tendo como centro a defesa do voto universal, então restrito a uma minoria. Junto com um grupo marxista liderado por August Bebel e Wilhelm Liebknecht fundou em 1875 o Partido Social Democrata da Alemanha, o até hoje influente SPD. Com o sufrágio universal para todo o império alemão, concedido por Bismarck em 1871, o partido se converteu em pouco tempo num poderoso partido de massas com forte enraizamento social (HOBSBAWM, 2009).

A conquista da democracia formal e do sufrágio universal certamente representaram um enorme avanço histórico na segunda metade do século XIX, mas no final o capitalismo industrial, então em consolidação, ofereceu uma nova solução para o velho problema da divisão entre governantes e produtores. Já não era mais necessário corporificar a divisão entre privilégio e trabalho numa divisão política entre os governantes apropriadores e os súditos trabalhadores, uma vez que a democracia poderia ser confinada a uma esfera “política” formalmente separada, enquanto a “economia” seguia regras próprias. Se já não era possível restringir o tamanho do corpo daqueles que seriam considerados cidadãos, o alcance da cidadania deveria então ser fortemente limitado, mesmo sem a imposição de constrangimentos constitucionais (WOOD, 2003, p. 174).

Forjada sob um novo sistema socioeconômico – o capitalismo industrial – a democracia liberal preservaria intocados todos os mecanismos de controle e coerção que se reproduzem na esfera “privada” das relações de trabalho. Isso se deu graças a uma separação instrumental entre os negócios públicos (Poderes Constitucionais, Magistratura, Sistema Partidário, Forças Armadas, etc.) e os negócios privados (exploração do trabalho, circulação, distribuição, dinâmicas concorrenciais, dentre outros), deixando livres as forças do mercado (Idem, 2003).

Dado que a sociedade de mercado capitalista permite uma contínua transferência e perda de poderes através do mecanismo da representação, ela constitui um modelo de sociedade inadequado para maximizar a liberdade de homens e mulheres com a finalidade de desenvolver suas potencialidades, como previram os primeiros ideólogos da democracia liberal, como Stuart Mill (BUSTAMENTE, 2005). Macpherson acreditava, por essa razão, que a vantagem moral do bloco socialista em relação ao bloco capitalista, durante a chamada Guerra Fria, consistia exatamente no fato de que os primeiros haviam colocado fim à transferência compulsiva dos poderes entre os homens. Ao articular uma sociedade em torno da instituição da propriedade comum, nenhum homem poderia ser excluído por outro daquilo que necessitava para desenvolver sua personalidade (MACPHERSON, 1978). Como se

nota, Macpherson leva ao extremo a noção de que a importância da democracia não está relacionada com seus procedimentos – eleições, representação, voto – mas com a possibilidade de “reversão do governo de classe, em que o *demos*, o homem comum, desafia a dominação dos ricos” (WOOD, 2003), pois não basta que os métodos decisórios sejam democráticos: é preciso saber qual o conteúdo do que poderá estar sob deliberação.

O debate sobre os limites da democracia representativa é importante porque está na base das consequências políticas que hoje estimulam movimentos sociais a interagirem criticamente com a institucionalidade. Existe uma relação, no caso da política, entre o que o povo comum pensa e aquilo “que os pensadores pensaram antes” (SARTORI, 1994-a). Por isso é fundamental analisar como a democracia liberal foi sendo definida como representativa, formal, eleitoral e limitada. Como observa Macpherson:

Os primeiros formuladores da democracia liberal vieram a defendê-la mediante uma cadeia de raciocínios que partia do pressuposto de uma sociedade capitalista de mercado e as leis da economia política clássica. Esses postulados deram-lhes um modelo do homem (como maximizador de utilidades) e um modelo de sociedade (como conjunto de indivíduos com interesses conflitantes). A partir desses modelos, e um princípio ético, deduziram a necessidade de governo, as desejáveis funções do governo e daí o sistema desejável de escolher e autorizar governos (MACPHERSON, 1978, p. 30)

A consolidação do modelo descrito por Macpherson gerou um horizonte de expectativa no qual toda nação democrática deveria seguir determinados padrões de legitimação do poder constituído. Uma série de novas abordagens teóricas deram corpo a esse projeto e à conformação de um ideal de Estado, no qual a contribuição de Max Weber foi uma das mais influentes⁴. Além dele, Pateman (1992) cita Mosca e Michels como expoentes da primeira geração de pensadores da política moderna. Mosca, adepto das correntes elitistas, defendia uma sociedade burocratizada a partir de um governo liderado por uma elite no poder. Michels, analisando o processo de institucionalização do SPD alemão, desenvolveria a “lei de ferro da oligarquia”⁵.

⁴ Estado racional (capitalista) e empresa capitalista (racional) eram para Weber (1999, v. 2, p. 530.) formas análogas: “o Estado moderno, do ponto de vista sociológico, é uma ‘empresa’, do mesmo modo que uma fábrica: precisamente esta é sua qualidade historicamente específica”. Esse Estado seria expressão da “relação de dominação de homens sobre homens” (WEBER, 1999, p. 526). Essa relação se sustentaria no monopólio dos meios de coação legítima. Para saber mais sobre o Estado em Weber, conferir WEBER, Max. *The theory of social and economic organization* (The Free Press, 1980), *Ensaios de sociologia* (Zahar, 1988); *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (UnB, 1999).

⁵ Michels considerava que a verdadeira democracia era impossível, já que os sistemas representativos sempre levariam à formação de uma oligarquia. Considerava que a burocratização dos partidos era inevitável, devido à contradição entre “os interesses de reprodução da organização partidária e os interesses próprios de sua referência social”. Para mais detalhes sobre a “lei de bronze da oligarquia” cf. MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

Foi Schumpeter, no entanto, quem ofereceu a abordagem mais radical para o conceito de democracia liberal. Para ele, os procedimentos democráticos se assemelham à concorrência existente no mercado capitalista. Os candidatos seriam como empresas; os eleitores se comportariam como consumidores. Como no mundo empresarial, partidos e candidatos concorreriam entre si oferecendo vantagens em troca do voto dos eleitores. Com isso, Schumpeter (1984) refuta as teorias políticas do século XVIII que se assentavam em torno da ideia de “bem comum” e “vontade do povo” e apresenta uma alternativa na qual o método democrático é visto como um “acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população” (SCHUMPETER, 1984, p. 336). Ou seja, para ele a democracia se resume a um conjunto de *procedimentos* através dos quais os cidadãos exercem seu direito de escolha por via do voto (direto ou indireto) de elites políticas aptas a governar. Na concepção elitista de Schumpeter, o povo só exerceria sua capacidade de veto através das eleições, quando decidiria por não renovar o mandato de um determinado líder.

Raciocínio semelhante é oferecido por Dahl e Sartori. Ambos concordam que o processo eleitoral se resume a uma disputa de elites pelo poder, no qual o papel do cidadão comum é apenas escolher entre os líderes que se postulam como candidatos. Como nota Pateman, para Dahl “uma porcentagem relativamente pequena de indivíduos, em qualquer forma de organização social, aproveitará as oportunidades de tomada de decisão. E, portanto, o controle depende do outro lado do processo eleitoral, da competição entre os líderes pelos votos da população” (1992, p.18). Sartori apresenta formulação semelhante e argumenta que a participação popular deveria restringir-se apenas à participação no processo eleitoral, que através de pressão e do controle, influenciaria a atividade política (SARTORI, 1994-b).

Predomina, portanto, entre pensadores liberais do século XX como Sartori e Dahl uma noção instrumental da democracia, no qual ela é tão somente um meio para a renovação dos governantes e não uma forma de exercício da soberania popular, que, ao contrário, deve ser plenamente delegada às elites políticas aptas a governar. Essas concepções mostram-se ainda mais elitistas que aquelas presentes nos primeiros pensadores do liberalismo político. Além da esfera do mercado, tratado como pertencente à dimensão privada das relações sociais e, portanto, livre da interferência dos cidadãos, o Estado também passa a ser compreendido como um espaço a ser ocupado por verdadeiros “especialistas”⁶.

⁶ Essa abordagem ganhou enorme força na esteira da difusão das ideias neoliberais, onde a dimensão “técnica” passou a ter desproporcional preponderância sobre a dimensão “política”. Em poucos anos, uma operação ideológica bem-sucedida logrou associar no imaginário social eficiência e gestão privada, a partir do que ganhou força a ideia de que a política é o território da ineficiência, dos privilégios e da corrupção, abrindo caminho para uma tentativa de “higienização” da gestão pública, transferindo para o mercado e outros agentes privados a ele subordinados o controle de áreas sensíveis do Estado, quando não simplesmente

Com isso, a democracia liberal ao longo de um século passou de principal via para o desenvolvimento do mundo capitalista ocidental, a um sistema de organização do Estado e dos negócios públicos questionado política e teoricamente. Para os defensores da democracia liberal, a participação popular para além das eleições era comumente associada aos Estados totalitários do início do século XX, onde a ação direta das “massas” na vida pública cumpriria um papel de legitimação destes regimes (LAVALLE; ISUNZA, 2015, p. 54). A partir deste ponto de vista, as abordagens hegemônicas na teoria democrática passaram a opor democracia e participação, buscando meios para aprimorar e legitimar os sistemas representativos.

Como lembram Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002), se por um lado o debate em torno da desejabilidade da democracia como forma de governo foi resolvido após a II Guerra Mundial em favor do sistema democrático, por outro, a proposta que se tornou hegemônica implicou numa restrição das formas de participação e soberania em favor de um consenso em torno de um simples procedimento eleitoral para a formação de governos, tal como defendera Schumpeter. A oposição desta teoria à ideia de participação ganha contornos nítidos com Bobbio, segundo o qual “a participação direta nas decisões coletivas termina por submeter o indivíduo à autoridade do todo e por torná-lo não livre” (BOBBIO, 1994, p. 44).

Em termos históricos, a oposição entre participação e representação ganhou força durante a chamada “Guerra Fria” justamente porque a teoria democrática hegemônica se concentrou, majoritariamente, nos procedimentos para a eleição de governantes e na liberdade como valor fundamental, buscando fazer um contraponto aos sistemas socialistas e evitando qualquer debate para além da igualdade formal, uma vez que se sabia que as conquistas distributivas daqueles sistemas eram infinitamente superiores. Ao mesmo tempo, os autores alinhados a essa perspectiva preferiram dar ênfase às liberdades civis e políticas como estratégia conceitual mais segura para manter associados os conceitos de democracia e potencial emancipatório. No entanto, em nenhum momento fica claro nas obras dos principais procedimentalistas (Kelsen, Schumpeter e Bobbio) por que a democracia não pode comportar formas ampliadas de ação dos indivíduos, isto é, se as eleições esgotam ou não os procedimentos de autorização por parte dos cidadãos (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 26).

As perspectivas críticas em relação à democracia liberal parecem partilhar um princípio comum: a possibilidade de inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos nos processos de decisão (LAISNER, 2009). Nessa

privatizando setores estratégicos da economia até então sob controle público. Para saber mais sobre esse debate ver FRIEDMAN, M. (1977) e HAYEK, F. A (2010).

perspectiva, o debate proposto por Pateman no começo dos anos 70 teve enorme impacto sobre a Ciência Política e a Sociologia Política nos anos seguintes. Paralelamente, outras abordagens “não-hegemônicas” se desenvolveram em contraponto à perspectiva procedimentalista da democracia, como aquelas propostas por Lefort (1989), Castoriadis (1982), Habermas (1989), Lechner (1982) e outros. Todas buscavam reconhecer a pluralidade humana para a criação de uma nova gramática social através da combinação entre inovação institucional e inovação social, constituindo uma nova institucionalidade democrática (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Pensando a democracia como ruptura positiva no interior de uma sociedade, Habermas foi o autor que mais abriu espaço para que o procedimentalismo passasse a ser pensado como prática social e não apenas como método para a formação de governos. Para ele, a esfera pública seria um espaço no qual os indivíduos podem problematizar em público uma condição de desigualdade existente na esfera privada. As ações públicas dos indivíduos lhes permitiriam questionar sua exclusão dos arranjos institucionais através do seguinte princípio: “apenas são válidas aquelas normas-ações que contam com o assentimento de todos os indivíduos participantes de um mesmo discurso racional” (HABERMAS, 1989, p.64). Com esse princípio, Habermas defendia um método de deliberação amplo, recolocando no interior da discussão democrática uma visão participativa e social de seus procedimentos (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Além de Habermas, outros pensadores da democracia enriqueceram o debate sobre os limites da teoria democrática hegemônica, inserindo novos elementos para a compreensão da pluralidade de visões sobre a democracia, como o papel dos movimentos sociais na institucionalização da diversidade cultural e na ressignificação das práticas democráticas, especialmente na América Latina. Para esses autores, os movimentos sociais estariam inseridos em processos de luta pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 24). Eles seriam expressão dos limites da democracia liberal e sua incapacidade de incorporar, para além dos procedimentos de escolha dos governantes, as reivindicações permanentes de setores sociais que não conseguem acessar os sistemas políticos.

1.2 Elementos da crise da democracia liberal

Analisando as mais influentes reflexões sobre a democracia do século XX, Pateman (1992) sistematiza o que chama de “teoria contemporânea democrática”, cujas características seriam:

a) a existência de competição entre uma elite política eleita pelo voto universal em eleições periódicas livres; b) defesa do consenso em torno das regras do método democrático (desestimulando a participação da maioria); c) controle dos líderes pelo voto da maioria durante os processos eleitorais; d) democracia livre de valores intrínsecos. Esses são os cânones da democracia liberal.

Acontece que o sistema, em praticamente nenhum país do mundo, conseguiu garantir a conjugação desses pressupostos. Como lembra Castells (2018), poucos são os sistemas eleitorais que, por exemplo, asseguram a máxima de “uma pessoa, um voto” (p. 18). Com a complexificação do sistema capitalista, a democracia liberal, instrumento de garantia do livre mercado e da concorrência intercapitalista, teve de restringir todo o sistema, basicamente, aos procedimentos eleitorais, tal como defendido por Schumpeter. Com isso a democracia liberal se converteu em sinônimo de democracia representativa, embora existam exemplos onde ela foi incrementada com mecanismos de controle social, até certo ponto, eficientes, como conselhos, consultas públicas permanentes e mesmo sistemas de revogação de mandatos.

Como lembra Poulantzas, os mecanismos democráticos representativos vigentes revelam tanto a força dos grupos dominantes, quanto sua debilidade. A pressão dos grupos em posição de inferioridade impôs o processo eleitoral como forma quase universal de legitimação, estendeu direitos e garantias, estabeleceu espaços institucionais em que suas reivindicações podem ser ouvidas (MIGUEL, 2016). Mas o campo político permanece excluindo as maiorias em favor dos dominantes, justamente porque as instituições democráticas existentes expressam materialmente uma determinada correlação de forças.

Estamos de acordo com a premissa de que as instituições do Estado não podem ser entendidas como um mero instrumento a serviço da classe dominante, nem como um espaço “neutro” de resolução dos conflitos. Elas são um resultado da correlação de forças de uma determinada formação social, num determinado momento de sua história; assim podem incorporar avanços, mas sempre tendo como limite a hegemonia estabelecida (Idem, 2016).

A democracia liberal tal como a conhecemos é produto da prosperidade econômica que teve início nos anos 1950 baseado na combinação entre livre mercado e gestão keynesiana da economia, gerando uma segurança social proporcionada pelo Estado de Bem-Estar, o *Welfare State* (HUNTINGTON, 1975). No entanto, pressionados a assegurar permanente legitimidade ao sistema político e econômico democrático-liberal, os governantes precisavam garantir ao mesmo tempo a lucratividade da economia capitalista e o bem-estar dos cidadãos, gerando o conflito distributivo entre capital e trabalho que, para Offe (1984), está na base do da crise que marca o atual período histórico. Para autores como

Huntington, as raízes da crise da economia capitalista são o excesso de demanda e o declínio da autoridade, a solução seria menos demandas e mais autoridade – o que significa duplamente menos democracia (MIGUEL, 2014). Aliás, como lembra Miguel, Huntington afirma expressamente que há excesso de democracia e é necessário reduzi-la, o que passa a ser feito com a implementação de uma nova estratégia: o neoliberalismo.

De certa maneira, é possível dizer que as preocupações de Huntington e seus colegas encontraram uma solução com a implantação do projeto neoliberal (cuja desconfiança em relação à democracia nasce já nos escritos de Hayek, na primeira metade do século XX). As pressões sobre o Estado são reduzidas pela diminuição da abrangência do próprio Estado, isto é, o espaço das decisões tomadas por regras democráticas foi reduzido e, em contrapartida, ampliou-se a abrangência das regras não democráticas de caráter mercantil – realidade sintetizada na fórmula “menos democracia, mais mercado” (MIGUEL, 2014, p. 106)

Exemplo desse fenômeno é a crise econômica que eclodiu em 2008. Naquele momento, os governos foram mobilizados para responder às dificuldades do capitalismo em manter os padrões de acumulação de anos anteriores, transferindo para as maiorias sociais os custos de salvar todo o sistema de valorização do capital. Foram bilhões de dólares para socorrer o sistema bancário (US\$ 700 bilhões só do governo de Barack Obama), enquanto milhares de pessoas perdiam suas casas para... os bancos! O desemprego aumentou e as crises políticas no norte da África e Oriente Médio geraram uma onda migratória que alimentou a xenofobia e, conseqüentemente, os nacionalismos de extrema-direita na Europa. Em outras palavras, a resposta do sistema à crise e suas repercussões nas instituições da democracia liberal não poderia ser mais desastrosa. Como assinala Castells (2018)

Quando, em meio a uma crise econômica, bancos fraudulentos são salvos com dinheiro dos contribuintes enquanto são reduzidos serviços básicos para a vida das pessoas com a promessa de que as coisas vão melhorar se elas aguentarem e seguirem engolindo, e quando não é assim, é preciso romper com tudo ou aguentar tudo. E o rompimento fora das instituições tem um alto custo social e pessoal, demonizado por meios de comunicação que, em última análise, são controlados pelo dinheiro ou pelo Estado, apesar da resistência muitas vezes heroica dos jornalistas. Em situações de crise econômica, social, institucional e moral, aquilo que era aceito, porque não havia outra possibilidade, deixa de ser, e aquilo que era um modelo de representação desmorona na subjetividade das pessoas. Só resta o poder descarnado de que as coisas são assim, e aqueles que não aceitarem que saiam às ruas, onde a polícia os espera. Essa é a crise de legitimidade (CASTELLS, 2018, p. 12)

A crise de legitimidade da democracia liberal alcançou níveis inéditos na última década. Mais de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que todos os partidos priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, burocráticos e opressivos (Idem, 2018). Tomando a Espanha como referência, Castells demonstra a profundidade da crise de

legitimidade. Entre 2001 e 2016 a desconfiança dos espanhóis com o Parlamento Europeu subiu de 39% para 77%. No mesmo período, a desconfiança com os partidos políticos disparou de 65% para 88%. Perguntados como avaliam a situação política da Espanha, 18% declararam que a situação era “ruim” ou “muito ruim” em 2000. Uma década e meia depois, esse índice está acima dos 70% (Idem, 2018, p. 15).

No Brasil, pesquisa Datafolha publicada em junho de 2018 demonstra o crescente desconforto com as instituições políticas. Dentre 10 instituições, três relacionadas ao universo da representação política lideram empatadas como as menos confiáveis do país. Sete em cada dez (68%) declararam não ter confiança nos partidos políticos; 67% declararam não ter confiança no Congresso Nacional (o índice mais alto da série histórica); e 64%, na Presidência da República (DATAFOLHA, 2018). Já o Índice de Confiança Social (ICS), medido no Brasil pelo Ibope Inteligência, registrou em 2018 a mais baixa taxa de confiança nas instituições desde o início da série histórica, em 2009. Segundo a pesquisa, a confiança na instituição “Presidente” é a menor de todas: em uma escala de 0 a 100, atinge 13 pontos, índice nunca registrado por nenhuma instituição. Seu melhor desempenho foi em 2010, quando alcançou 69 pontos. Os partidos políticos, com 16 pontos, amargam a segunda colocação nesse ranking, ficando com metade da confiança alcançada em 2010 (33 pontos). Em terceiro lugar entre as instituições menos confiáveis aparece o Congresso Nacional, com 18 pontos. Para efeito de comparação, a instituição mais respeitada – o Corpo de Bombeiros – alcançou 82 pontos na última medição (IBOPE, 2018).

A crise de legitimidade das instituições da democracia liberal, porém, não representa necessariamente um abandono da confiança na democracia enquanto sistema de organização do poder. Em pesquisa recente, realizada no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, 69% dos brasileiros afirmaram que a democracia continua sendo a melhor forma de governo; apenas 12% afirmaram aceitar uma Ditadura “em certas circunstâncias” (DATAFOLHA, 2018-a).

Embora pareça paradoxal, a preferência pela democracia como forma de organização dos negócios públicos não é incompatível com uma baixa confiança nas instituições da democracia liberal. Isso porque a maioria dos cidadãos tem associado os problemas do sistema a uma forma concreta de organização da democracia: a democracia representativa tal como a conhecemos. Para Castells, isso se deve a uma soma de fatores relacionados à globalização, que desestruturou as economias nacionais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder a problemas que são globais em sua origem, como as crises financeiras, a violação dos direitos humanos, a mudança climática, a crise migratória, e economia criminosa ou o terrorismo (2018, p. 18).

Com isso, Castells inscreve a crise da democracia liberal nos marcos de uma crise da própria globalização, cujas promessas de integração, progresso e paz não se cumpriram. Como veremos na seção seguinte, enquanto as elites cosmopolitas se conectam em nível global viabilizando negócios em questão de segundos, as massas de trabalhadores têm acesso a escassos benefícios, quando não são penalizados pelo desenvolvimento tecnológico com desregulamentação das leis de proteção social, desemprego e miséria. A crise financeira que explodiu em 2008 colocou em xeque a globalização. Ela deixou evidente que as instituições do Estado agiram para garantir a manutenção do sistema de valorização do capital, mesmo que isso custasse a proteção dos mais vulneráveis. Na Europa, os “ajustes” impostos pelas instituições supranacionais da União Europeia impactaram profundamente o que sobrava do *Welfare State* em países como Grécia, Espanha e Portugal. Nos Estados Unidos, o governo desembolsou bilhões de dólares para evitar que outros agentes financeiros tivessem o mesmo fim que o banco Lehman Brothers, que foi à falência em 2008.

Castells (2018) afirma ainda que a crise econômica e as políticas que a geriram, pelo menos no caso europeu, foram um elemento-chave na crise de legitimidade da democracia liberal. Seus impactos nas políticas de crédito e, conseqüentemente, no financiamento dos setores produtivos, levaram a um aumento exponencial do desemprego e da crise social. No caso de países onde a manutenção das condições de vida dependiam de vultuosos investimentos estatais, como no norte da África ou Oriente Médio, a crise econômica e a ausência de canais democráticos para dar vazão à insatisfação popular produziram verdadeiras revoluções populares na Tunísia e Egito, guerra civil na Líbia e Síria, além de uma onda de protestos em países como Argélia, Bahrein, Iraque, Jordânia, Omã, Iêmen, Líbano, Marrocos, Mauritânia, Saara Ocidental, Sudão, entre outros.

Na Europa, as chamadas “políticas de austeridade” exigiram dos mais pobres sacrifícios impensáveis desde a II Guerra Mundial. Alguns países chegaram à beira do colapso, como Grécia e Espanha (VAROUFAKIS, 2016). Outros, como Portugal e Itália, aplicaram duros planos econômicos, uma vez que o endividamento desses países era enorme, graças aos esforços para ingressar na União Europeia e aderir à moeda única. Quando o Primeiro-Ministro grego, George Papandreou, quis submeter o pacote de medidas exigidas pela chamada Troika (União Europeia, Banco Central Europeu e FMI) a um referendo popular, foi destituído pelo parlamento e substituído por um nome ligado ao mercado. O mesmo ocorreu na Itália, quando da renúncia de Sílvio Berlusconi: em seu lugar assumiu um tecnocrata ligado ao mercado financeiro, Mário Monti (GUERRA, 2017).

Simultaneamente, casos de corrupção vieram à tona em alguns desses países (Portugal, Espanha e Itália, por exemplo), amplificando ainda mais o descontentamento com

o sistema político. Não demorou para que os protestos que se iniciaram no norte da África cruzassem o Mediterrâneo. O surgimento de novas mídias – Twitter, Facebook, dentre outros – borraram ainda mais as fronteiras entre os países e impulsionaram movimentos de contestação à globalização na Espanha, Grécia, Turquia, chegando aos Estados Unidos e América Latina.

Mas a crise de legitimidade da democracia liberal não alimentou apenas os movimentos de protesto contra o sistema financeiro, a corrupção ou os cortes de direitos. Também deu origem a uma nova onda de nacionalismo que retroalimentou projetos xenófobos de extrema-direita. No auge da crise grega, por exemplo, não era raro ver na imprensa alemã a ideia de que “os alemães não podem pagar a conta pelos excessos na Grécia”. Como veremos adiante, o questionamento à democracia liberal abriu caminho para os “extremos” e sua crítica implacável aos efeitos globalização. Se na virada do século a identidade dos movimentos antiglobalização era marcadamente anticapitalista, portanto, à esquerda do espectro político, após os levantes populares de 2001 a crítica à globalização neoliberal pode ser encontrada na plataforma de lideranças de extrema-direita na Alemanha, nos defensores do Brexit⁷ no Reino Unido e até nos discursos de Donald Trump.

Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2017) o “populismo de direita” se assenta na convicção de que as políticas de austeridade são o resultado natural dos excessos de bem-estar, de direitos e de proteção social conferidas por governos de centro-esquerda e por instituições europeias a cidadãos preguiçosos que recusam trabalho. Diante desse raciocínio, deve-se selecionar estritamente os grupos sociais que devem ser poupados da austeridade, e para isso é preciso deslocar o centro das decisões políticas de Bruxelas (sede da União Europeia) para a capital do país.

Os arranjos que foram paulatinamente institucionalizando normas de gestão da política econômica na Europa esvaziaram ainda mais a já frágil democracia representativa. O Tratado de Lisboa, que reformulou o funcionamento da União Europeia, representou um duro golpe contra a soberania popular. Depois de ver a proposta rejeitada em referendo na França e Holanda, os líderes europeus decidiram subordinar o texto a seus respectivos parlamentos nacionais, que o aprovaram com amplíssima maioria. O tratado foi assinado na capital portuguesa a portas fechadas, incorporando elementos de gestão macroeconômica baseados no Pacto de Estabilidade e Crescimento⁸ que estrangularam a capacidade de investimento dos Estados menos desenvolvidos (VAROUFAKIS, 2016).

⁷ Acrônimo em inglês para *british exit*, em referência à saída da Grã-Bretanha da União Europeia.

⁸ As bases do pacto previam inflação não superior a 2%, déficit das contas públicas não superior a 3% do PIB e dívida pública não superior a 60% do PIB.

Na teoria democrática moderna o poder político possuiria a capacidade de exercer o controle sobre o poder econômico. O poder político, por sua vez, tem como fundamento a soberania popular, que, embora submetida e mitigada ao instituto da representação, seria capaz de regulamentar e impedir o domínio de interesses econômicos sobre as instituições e sobre o Direito. O que se vê nos últimos anos, ao contrário, é a submissão do sistema democrático às necessidades de valorização do capital e conseqüente amplificação do descontentamento com a democracia liberal, vista por amplos setores sociais como incapaz de expressar, em seus limitados procedimentos decisórios, o mal-estar provocado pela crise econômica e social. As medidas de austeridade buscam esvaziar a democracia e as políticas de inclusão social que estão no centro do conflito distributivo. Como na Europa essa tensão foi institucionalizada, o descontentamento criado pela socialização da crise econômica encontra saídas à direita – que miram as conseqüências da austeridade – e à esquerda – que denunciam suas causas e reivindicam uma “democracia real” (SANTOS, 2017).

Na origem do mal-estar do nosso tempo estão as dificuldades do sistema do capital em assegurar sua dinâmica de valorização expandida e a incapacidade da democracia liberal de oferecer saídas ao crescente incômodo provocado pela interdição dos canais de interação entre sociedade e Estado. Se suas instituições já eram, nos dizeres de Poulantzas (1986), “instituições de classe”, com a crise econômica elas se converteram em instrumentos de controle social dos agentes do mercado, levando a crise da democracia liberal a um patamar de questionamento até então desconhecido.

1.3 Crise Econômica e Crise Democrática

A teoria econômica heterodoxa tem destacado a alteração nos padrões de acumulação do capital em nível mundial desde meados da década de 1970, com profundos impactos para os países da semiperiferia do sistema, como o Brasil. A abordagem sobre o tema utilizada em nosso estudo – que transita da economia política à sociologia e à filosofia – é a de István Mészáros. Analisando o que ele chama de “sociometabolismo do capital” Mészáros destrincha a natureza estrutural da crise de acumulação, que tem na queda do chamado “socialismo real” apenas a expressão de uma crise geral do modo de produção de mercadorias (2009).

A partir de um novo polo hegemônico – o capital financeiro – o capitalismo pôs abaixo os mais desenvolvidos sistemas de controle do capital, a saber, o *Welfare State* keynesiano e o socialismo soviético, tornando-se incontrolável e profundamente destrutivo. Contrariando a teoria dos ciclos de expansão/recessão do capital, Mészáros sustenta que

desde o fim dos anos 1970 o capital enfrenta limites estruturais à sua reprodução, o que justifica a continuada depressão dos padrões de acumulação. Estratégias como a expansão da valorização especulativa através do mercado de ativos financeiro ou a ampliação da tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, constituiriam nada menos que tentativas de responder à crise da reprodução industrial. Essa crise estrutural impacta profundamente a organização social da produção e, por conseguinte, toda a vida em sociedade (Idem, 2009).

A sociologia do trabalho tem se esforçado para analisar especificamente os impactos destas transformações sobre os trabalhadores e trabalhadoras. Com o processo global de desregulamentação do trabalho, aprofundado nas últimas décadas do século XX, o emprego precário sob a forma de cooperativas de trabalho, contratos comerciais e terceirizações tornou-se parte indispensável do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado, com vistas a reduzir o valor-trabalho e ampliar a valorização marginal do capital (BRAGA, 2106).

Essa situação se agravou drasticamente após a crise econômica de 2008. Entre o fim da II Guerra Mundial e a crise econômica que eclodiu no início dos anos 1970, o desenvolvimento capitalista em sintonia com a democracia liberal produziu uma verdadeira “Idade do Ouro” nos países do capitalismo central. Enquanto a África e Ásia mergulhavam em sangrentas guerras de libertação e a América Latina sofria entre golpes militares e líderes populistas, a Europa se reconstruía sob a proteção dos Estados Unidos e seu Plano Marshall, a mais importante entre as estratégias de exportação de capitais excedentes aos aliados estadunidenses. Com a chamada “Guerra Fria”, que criou uma nova ordem global e manteve o mundo sob a tensão do conflito nuclear entre as duas superpotências então existentes, a democracia liberal se consolidou, ao menos na Europa Ocidental, na forma de um invejável Estado de Bem-Estar Social.

Porém, o sonho de prosperidade estava ameaçado. Enquanto as tensões militares eram transferidas para a periferia do sistema (Vietnã, Afeganistão, República Dominicana, etc.) uma mudança radical estava em curso. O rompimento unilateral dos acordos de *Bretton Woods* e a consequente desvalorização do dólar obrigou os Estados Unidos a uma mudança geral na gestão dos mecanismos globais de reciclagem de excedentes. Ao invés de utilizar seus superávits na forma de empréstimos concedidos aos países em reconstrução no pós-guerra, os Estados Unidos passariam a financiar seus déficits através de sua dívida pública. Para isso, seria necessário aumentar a competitividade das empresas e elevar a taxa de juros dos títulos estadunidenses (PAULANI, 2017). Essas duas medidas foram alcançadas com a redução dos custos do trabalho e com a crise do petróleo (1973), que impactou países que competiam diretamente com os EUA, como Japão e Alemanha. Já os juros foram

paulatinamente elevados, criando uma porta de entrada de capitais capazes de alimentar o mercado financeiro estadunidense.

De acordo com Yanis Varoufakis, ex-ministro da economia da Grécia, os sistemáticos déficits comerciais dos EUA induziram a produção alhures, enquanto os déficits orçamentários foram transformando os superávits comerciais alheios em títulos estadunidenses que o mundo – e a China, em particular – foram acumulando. Essa liquidez estimulou Wall Street a usar os volumosos excedentes de capital em operações que geraram uma quantidade imensa de valor fictício, incluindo as concessões de hipotecas e crédito para as classes média e trabalhadora, permitindo o acesso a montanhas de recursos privados com base em operações totalmente insustentáveis (VAROUFAKIS, 2016). Quando a bolha imobiliária estourou, mais de U\$ 40 trilhões do patrimônio global desapareceram, junto com 700 mil empregos, só nos Estados Unidos.

Na África a crise produziu a partir de 2010 uma sequência espantosa de turbulências econômicas seguidas por levantes populares que derrubaram governos ou evoluíram para sangrentas guerras civis. Na América Latina, a crise foi combatida com as chamadas “medidas anticíclicas”, eficientes num primeiro momento, mas pouco duradouras.

No início do século XXI o Brasil ainda sentia os impactos das transformações promovidas pelo neoliberalismo. Durante os anos que se seguiram ao estabelecimento do Plano Real, em 1994, podem ser identificadas, segundo Márcio Pochmann (2012), duas tendências francamente opostas em relação ao comportamento das rendas do trabalho e da propriedade no país. Durante quase uma década, houve uma trajetória de queda da participação salarial na renda nacional, acompanhada simultaneamente pela expansão das rendas oriundas da propriedade, ou seja, lucros, juros, renda da terra e aluguéis. Entre 1995 e 2004, a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, enquanto a renda da propriedade cresceu 12,3% (POCHMANN, 2012, p. 9). Esse contexto demonstra um forte processo de financeirização do capital, uma vez que as atividades consideradas “produtivas” não demonstravam a mesma capacidade de rendimento.

O ciclo mundial de expansão econômica, que no Brasil coincidiu com os governos Lula (2003-2010) e o primeiro governo Dilma (2011-2014), foi fortemente marcado por esse contexto internacional. Com o enfraquecimento dos setores produtivos durante a metamorfose financeira da economia brasileira, que impactou especialmente a indústria, que perdeu considerável participação na renda nacional, a aceleração econômica da primeira década dos anos 2000 gerou um “boom” de empregos no setor de serviços, que foi responsável por nove em cada dez empregos gerados com salário de até 1,5 salários-mínimos (POCHMANN, 2012). Esse setor, promovendo uma sociabilidade fundada na integração ao

mercado de massas, aumentou sua participação no Produto Interno Bruto em 30,6%, respondendo por dois terços de toda a produção nacional. Enquanto isso, a diminuição dos postos de trabalho na indústria na primeira década do século XXI chegou a ser nove vezes maior do que o verificado na década de 1970, quando surgiu o chamado “novo sindicalismo” (Idem, 2012, p. 17). Segundo Ruy Braga, esse processo gerou condições de trabalho mais precárias, com o aumento da taxa de rotatividade e de flexibilização do emprego, impactando as formas tradicionais de organização política dos trabalhadores e trabalhadoras (BRAGA, 2016). O resultado é evidente: se até meados dos anos 1990 a dinâmica de acumulação capitalista no Brasil concentrava a criação de empregos na faixa de três a cinco salários-mínimos, com a indústria respondendo por 40% das novas vagas, entre 1994 e 2008 a geração de empregos deslocou-se para o setor de serviços (70%). O impacto dessas transformações oriundas da reestruturação e consequente expansão capitalista neoliberal incuba o vírus da superprodução, com efeitos drásticos sobre a queda das taxas de crescimento da economia mundial: entre 1950 e 1973 o crescimento foi de 4,9%; entre 1973 e 1990, 3.3%; e entre 1991 e 2009, 2,8% (COVARRUBIAS, 2010). E a queda seria muito maior sem o crescimento chinês.

Além disso, estudos recentes demonstram uma explosão da desigualdade em todo o mundo. O trabalho de Thomas Piketty (2014) apresenta estimativas sobre o aumento das desigualdades social em trinta países, concluindo que 1% da minoria mais rica da população (só grandes capitalistas) detinha sozinha 25% do patrimônio total na Europa e 35% nos Estados Unidos. Os 9% seguintes (que correspondem aos setores gerenciais ou diretivos de grandes empresas) detém 35% do patrimônio em ambas as regiões. Cerca de 10% dos habitantes do planeta controla sozinha de 60% a 70% do patrimônio nas duas principais regiões econômicas do planeta. No outro extremo, os 50% mais pobres têm apenas 5% do total de patrimônio existente (KATZ, 2016). Piketty também demonstra que esse enriquecimento não acompanha o crescimento mundial: ele teria sido duas a três vezes maior que o que o PIB durante os últimos 30 anos, o que não se via desde a primeira década do século passado (2014, p. 223).

Cláudio Katz (2016) combina três explicações para a crise econômica e seus impactos sobre o aumento da desigualdade. A primeira afirma que o neoliberalismo criou um problema de realização do valor das mercadorias ao contrair os salários – ou seja, estimulou o consumo sem permitir que ele pudesse ser desfrutado, ampliando a produção enquanto reduziu a renda. A segunda, ressalta os problemas de valorização; destaca que o neoliberalismo aumentou a taxa de mais-valia e reduziu os salários, sem realizar uma recuperação suficiente da taxa de lucro. A terceira explicação, por fim, ressalta a existência

de capitais super acumulados na esfera financeira; destaca as tensões geradas por esses fundos através de mecanismos de títulos, os investimentos chamados derivados e outras operações especulativas. Essas três explicações buscam demonstrar como o neoliberalismo desgastou as barreiras que atenuavam os desequilíbrios do capitalismo, amplificando a níveis inéditos a instabilidade do sistema (KATZ, 2016).

Ao garantir a hegemonia financeira no processo de valorização do capital, o neoliberalismo promoveu transformações de diferentes ordens, que impactaram o mundo do trabalho e, conseqüentemente, a dinâmica dos atores políticos e sociais e ele vinculados, gerando mudanças nos direitos civis e políticos e nas formas de exercê-los e promovê-los; transformações tecnológicas às vezes bruscas nos processos produtivos e no funcionamento dos mercados; alterações nas capacidades e modalidades de interpretação individual e social sobre a realidade. O Estado e suas instituições têm desempenhado um papel de destaque em todo esse processo de salvaguarda dos interesses do capital diante do conflito distributivo (LA SERNA, 2010).

Enquanto os empregos na indústria caem, postos de trabalho com baixos salários, pouca qualificação técnica e prescrição rígida de tarefas são criadas no setor de serviços: vendas no comércio varejista, vendas por telefone, atendimento ao cliente, bancos, seguros e todo uma miríade de outras funções com características semelhantes (MELLO E SILVA, 2016). Esses ramos, por suas próprias características, enfrentam maiores dificuldades para organizar-se politicamente, impactando a ação organizada das classes populares e as bases sociais dos sindicatos e correntes políticas a eles vinculadas. Ou seja, além das “vantagens” propriamente econômicas, a reestruturação neoliberal proporcionou, também, um enfraquecimento das organizações políticas de seus oponentes.

Segundo Perry Anderson (1995), economicamente, o neoliberalismo fracassou, pois não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como de início pretendia. Se foi um fracasso economicamente, no plano político e cultural o neoliberalismo alcançou êxito num grau insuspeitado, com o qual os seus fundadores provavelmente jamais sonharam. E fez isso simplesmente disseminando a ideia de que não há alternativas para seus princípios, de que todos, confessando ou negando, têm de se adaptar às suas regras (PAULANI, 1999).

Przeworski (1993) argumenta que o neoliberalismo, em vez de trazer estabilidade e crescimento econômico, causou recessão e grande perda democrática, já que o poder de decisão foi transferido a agentes externos e não estaria mais sobre o controle de representantes locais. Ao outorgar a agentes do mercado – por exemplo, através das

chamadas agências reguladoras ou da autonomia de instituições como o Banco Central – o poder de decidir aspectos fundamentais da atividade econômica de um país, o neoliberalismo limita ainda mais o alcance da democracia (PRZEWORSKI, 1993).

A perda da credibilidade da democracia nesse contexto se dá pela instituição de uma espécie de “pensamento único”. A alternância de poder sob o neoliberalismo estaria comprometida, uma vez que todos os partidos deveriam seguir a mesma política majoritariamente subordinada ao poder econômico. Se entendermos a democracia fundamentalmente como espaço da diversidade, o neoliberalismo a colocou em xeque ao tentar criar um consenso em torno de si mesmo. Talvez resida aí uma das contradições mais importantes entre o neoliberalismo e a democracia. Qualquer alternativa à receita neoliberal, sobretudo no campo econômico, é desqualificada ou apresentada como o caminho para o caos social. A construção de um Estado mínimo, com orçamento equilibrado e políticas econômicas previsíveis, seria condição para disparar o ímpeto empreendedor dos indivíduos e o investimento privado (CARNEIRO; GAMBI, 2018).

Essa postura é coerente com os valores neoliberais. Se o Estado é uma fonte de incompetência e ineficiência, de que vale a democracia? Afinal, os neoliberais sustentam que o processo político é fonte de grandes desperdícios, já que o mercado acaba usando enorme quantidade de recursos na tentativa de influenciar o governo. Imagine que o Estado deixe de introduzir uma tarifa que havia anunciado que seria aplicada. Perdem tantos os que gastaram com incentivos ao governo, para que aprovasse a tarifa, quanto aqueles que gastaram para influenciar o governo a não aplicá-la e, no fim das contas, o Estado não fez nada. Qual é a conclusão? A própria possibilidade de intervenção é uma causa de desperdício. Logo, os políticos deveriam ouvir os economistas (PRZEWORSKI, 1995). Como afirma Streeck:

A teoria econômica convencional aborda a estrutura social e a distribuição dos interesses e poderes nela operantes como coisas exógenas, considerando-as constantes e com isso tornando ambas invisíveis e, para os fins da “ciência” econômica, naturalmente dadas. A única política que uma teoria dessas consegue conceber envolve tentativas oportunistas, ou na melhor das hipóteses incompetentes, de transgredir as leis econômicas. Toda política econômica boa é por definição apolítica. O problema é que essa visão não é compartilhada por aqueles que consideram a política um recurso imprescindível contra os mercados, cuja operação à rédea solta interfere no que julgam ser a ordem correta das coisas (STREECK, 2012, p. 39).

Na crise econômica de 2008 tivemos inúmeros exemplos desse raciocínio. Acusados como perdulários e irresponsáveis, os países do sul da Europa (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) foram enquadrados pela racionalidade dos mecanismos de gestão macroeconômica – Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional – para cumprir uma série de

regras que retiravam direitos sociais em troca do financiamento de suas dívidas. O caso grego tornou-se mundialmente conhecido, dentre outras razões, porque sua crise impulsionou um movimento de esquerda radical que acabou chegando ao poder no inverno de 2015. Entre 2008 e 2009 o BCE e a Comissão Europeia, em dificuldades para conter a crise bancária, “socializaram” parte das perdas dos bancos e as transformaram em dívidas públicas. Essa operação trouxe um peso duplo aos países mais endividados, já que a adesão ao Euro os impedia de desvalorizar suas moedas, o que significa que eles arcavam com o duplo peso de dívida e recessão⁹ (VAROUFAKIS, 2016).

No caso grego, como em muitos outros, a crise econômica foi aprofundada por decisões que tinham como único objetivo manter a “saúde financeira” do mercado europeu, isto é, manter o ambiente para os negócios, pouco importando se às custas do bem-estar da população de países inteiros. Quando o governo grego finalmente conseguiu um empréstimo de 110 bilhões de euros, teve de se comprometer com cortes de salários e aposentadorias, demissões, contingenciamento de gastos públicos e outras medidas, que acabaram por gerar uma onda de protestos que se arrastou por quase três anos. A democracia grega, naquele momento, era sacrificada no altar do neoliberalismo.

Essa operação se repetiu em diferentes países. Governos dos cinco continentes despejaram bilhões de dólares na tentativa de manter o sistema funcionando. Fizeram exatamente aquilo que era exigido pelo mercado. Em contrapartida, a maioria das pessoas tornou-se mais vulnerável ao desemprego e às incertezas da economia. Com isso, uma onda de ceticismo ganhou força nesses países. A fórmula escolhida pela imensa maioria dos governos para tratar uma crise que a maioria da população não criou, mas cujos impactos sentia como nenhum outro setor da sociedade, alimentou movimentos de protestos e correntes populistas. A submissão dos partidos tradicionais – à esquerda e à direita – às regras da austeridade colocou todo o sistema em questão. O fortalecimento do mercado e a adoção das receitas preestabelecidas fizeram com que governos eleitos não necessariamente governassem de acordo com as demandas dos eleitores, já que estavam sujeitos ao poder econômico. Sindicatos de trabalhadores e redes de proteção social foram enfraquecidos. Aos poucos, anunciou-se uma crise de legitimidade em que a política passou a ser vista mais como problema do que solução, uma vez que a sociedade via seu poder de influência se

⁹ Entre 2008 e 2009 a Europa entrou em recessão. O PIB da Alemanha caiu 5%, o da França 2,6%, o da Holanda 4%, o da Suécia 5,2%, o da Irlanda 7,1%, o da Finlândia 7,8%, o da Dinamarca 4,9% e do Espanha 3,5%. Com a ajuda destinada pelos mecanismos de controle financeiro para o resgate, os bancos resolveram voltar ao jogo especulativo, já que a pressão sobre as finanças públicas acabaria por levar alguns Estados a ficarem inadimplentes, como de fato ocorreu com a Grécia. Para entender melhor o impacto da crise econômica na Europa ver VAROUFAKIS, 2016.

reduzir e sua participação se restringir, praticamente, nas votações periódicas (TARRAGÓ *et al. apud* CARNEIRO & GAMBI, 2018).

Com isso a crise econômica alimentou uma profunda crise de legitimidade da democracia liberal. Daí ganharem força posições *antiestablishment*, isto é, posições que partem da crítica a esse estado de coisas. Esses discursos podem ter como objetivo a afirmação de espaços de sociabilidade que preservem o ideal de um mundo livre do mal e da injustiça (como as igrejas), mas também podem ser vocalizados no ambiente da política, como demonstram os diferentes populismos de direita. Diante dos processos de financeirização e de mercantilização erodiram identidades políticas e sociais contra-hegemônicas e deram “cobertura política” para uma transição estrutural que assentou na “desdemocratização do capitalismo através da deseconomização da democracia” (STREECK, 2012). Num mundo de insegurança econômica e social, a perda de confiança na democracia é um fenômeno quase inevitável.

1.4 A socialdemocracia no contexto da crise democrática

Como argumentamos nesta tese, a crise de legitimidade da democracia liberal está relacionada aos efeitos da crise econômica e o consequente sequestro das instituições democráticas pelas necessidades da nova etapa de acumulação aberta pela crise de 2008. Todas as instituições que nasceram ou se consolidaram nos marcos da democracia liberal têm sofrido, direta ou indiretamente, os impactos dessas transformações. Entre essas instituições estão os partidos políticos.

Nosso trabalho busca analisar o surgimento de novas forças políticas anticapitalistas a partir do clico de protestos que se iniciou em 2011 na América Latina. Essas forças são produto da crise das antigas instituições políticas que hegemonizaram as esquerdas em todo o Ocidente desde a queda do Muro de Berlim. A socialdemocracia, força dominante entre as esquerdas na Europa e América Latina nos últimos 30 anos, foi severamente afetada pela crise de legitimidade que atingiu todo o sistema liberal-democrático. Nesta seção analisamos os antecedentes históricos, sua conversão em força hegemônica entre as esquerdas e a crise da socialdemocracia no contexto da crise das instituições da democracia liberal.

1.4.1 Origem e desenvolvimento da socialdemocracia

A socialdemocracia foi uma das mais importantes correntes políticas do início do século XX. O neoliberalismo e sua chamada “reestruturação produtiva”, porém, enfraqueceu formas tradicionais de associação política, como os sindicatos, base histórica dos

socialedemocratas. A crise econômica, por sua vez, representou um “teste de fidelidade” a todos os atores políticos que atuavam por dentro das instituições do Estado e que foram instados a tomar as medidas que o mercado considerava mais convenientes para enfrentar a turbulência que se iniciou em 2008. A fórmula recessiva implementada – mais cedo ou mais tarde – pelos governos em quase todo o mundo aprofundou a crise de legitimidade do sistema político e da democracia liberal como sistema de governo. As forças políticas até então hegemônicas passaram a ser vistas como parte do problema e novos atores sociais emergiram. Vamos analisar mais detidamente esse fenômeno, a partir da experiência da socialdemocracia europeia, onde o processo de desenvolvimento desta corrente política alcançou seu ápice nas últimas décadas do século passado e hoje demonstra evidentes sinais de fadiga, abrindo espaço para movimentos da nova esquerda em diferentes países.

Como corrente política a socialdemocracia tem suas origens em meados do século XIX. As ideias de Karl Marx e Friedrich Engels já eram as mais influentes no movimento operário europeu quando a Associação Internacional dos Trabalhadores foi desativada, em 1972, após oito anos de existência. As divergências entre as distintas correntes políticas radicais se avolumavam e tornavam impossível manter um organismo que as unificasse. Dividido entre anarquistas, socialistas, líderes sindicais, liberais-radicais, mutualistas¹⁰, e outras correntes de caráter nacional, o movimento operário viu triunfar, pouco a pouco, uma corrente hegemônica. Com implantação de partidos de massas no início dos anos 1860, o socialismo de Marx e Engels ampliou enormemente sua influência entre os trabalhadores alemães. Em 1869 nasceu o primeiro Partido Social Democrático, que seis anos depois se fundiria com a corrente lassalliana¹¹ dando origem ao Partido Social Democrata da Alemanha (HOBSBAWM, 2009). A participação dos socialedemocratas alemães nas eleições marcava uma diferença importante em relação a outras correntes radicais da França e Inglaterra, por exemplo. Com sua presença eleitoral, tornavam-se o desaguadouro de parte considerável da classe trabalhadora apta a votar. Em Barmen, terra natal de Engels, 34% votaram nos socialistas em 1867 e 51% em 1871 (Idem, 2009).

¹⁰ O Mutualismo defende uma economia local baseada em cooperativas e federações agroindustriais. Essas unidades de produção seriam mantidas voluntariamente pelos trabalhadores, que receberiam de acordo com o trabalho feito. Os pagamentos seriam feitos por bancos *mutualistas*. O Banco do Povo seria a união das federações de bancos mutualistas, das federações agroindustriais e das uniões de comércio. Para conhecer mais da proposta mutualista, elaborada por Pierre-Joseph Proudhon, ver FERREIRA, 2014.

¹¹ Os *lassalianos* formavam uma corrente originalmente liderada por Ferdinand Lassalle (1825-1865) brilhante agitador político que encarava a si mesmo como discípulo de Karl Marx (embora estes fossem contemporâneos). A Associação Geral dos Trabalhadores da Alemanha, fundada por Lassalle, era oficialmente radical-democrata – e não socialista – mas sua crescente identidade com as reivindicações classistas a aproximou dos marxistas (HOBSBAWM, 2009, p. 164).

Nas suas origens, portanto, o termo socialdemocrata designava a corrente socialista do movimento operário amparado nas formulações do socialismo científico de Marx e Engels. Era uma corrente política que rompera completamente com as visões românticas do chamado socialismo utópico¹² da primeira metade do século XIX e apontava uma perspectiva revolucionária de tomada do poder por meio de uma revolução proletária contra a classe dominante. O “socialismo científico” embasava teoricamente a socialdemocracia através de uma teoria da história (o materialismo dialético) que explicava o desenvolvimento através da luta de classes e de uma abordagem econômica que levava em conta a necessidade de superação do sistema do capital, ambas formulados por Marx.

Na virada do século existiam partidos socialdemocratas em diferentes países além da Alemanha, como Inglaterra, Rússia, Bélgica, Espanha e Suíça. Em 1889, num esforço conduzido pelo próprio Engels (já que Marx morrera em 1883) foi realizado um Congresso Internacional dos Trabalhadores, reunindo os socialdemocratas em Paris. Ali era fundada a II Internacional, sob forte influência das ideias marxistas, mas já com relevante presença parlamentar em vários países. As divisões, no entanto, não estavam plenamente superadas.

Marx argumentara, anos antes, durante a abertura da Conferência da Primeira Internacional (1864), que “para tornar-se capaz de emancipar a classe operária, o sistema cooperativo deve ser desenvolvido em nível nacional, o que implica que deve dispor de meios nacionais... Sob estas condições, a grande tarefa da classe operária é conquistar o poder político” (PRZEWORSKI, 1988). Por isso, Marx insistia que os operários deviam se organizar como partido político, e este partido precisava conquistar o poder para abrir caminho até o estabelecimento da sociedade socialista. Mas a questão que angustiava os socialdemocratas, especialmente depois da morte de Marx, era se esse partido poderia ser eficaz nas instituições já existentes em sua escalada ao poder político. A democracia política, especificamente o voto, era uma arma pronta para a classe trabalhadora. Deveria ela ser descartada ou deveria ser manejada no sentido da emancipação política para a emancipação social? (Idem, 1988).

Os anarquistas, por sua vez, enfrentaram esse dilema com uma resposta absolutamente antagônica. Em congresso realizado em 1870, afirmaram que “quem aceita reformas não é um verdadeiro socialista”. Ou seja, o movimento anarquista rechaçava, desde então, a presença da classe trabalhadora na disputa política eleitoral, embora não a

¹² A expressão “socialismo utópico” é utilizada em referência às correntes radicais do auge do romantismo (virada do século XVIII para o século XIX) que desenvolveram diferentes teorias para enfrentar as injustiças sociais da época. Entre eles destacam-se Graco Babeuf, Henri de Saint Simon, Charles Fourier, Robert Owen (KONDER, 2003).

necessidade da organização política. Aqueles que se tornaram socialistas, a partir de então, eram os que decidiam utilizar os direitos políticos dos trabalhadores nas sociedades em que eles tinham estes direitos, e decidiam lutar por aqueles direitos onde ainda não tinham conseguido êxito (Idem, 1988).

Com o passar do tempo, a influência dos socialistas aumentou consideravelmente, alcançando expressiva presença parlamentar na primeira década do século XX, especialmente na Alemanha, França, Holanda e outros. Como força ascendente, os socialdemocratas, representantes políticos de uma vasta gama de sindicatos e entidades de classe que se multiplicavam na Europa, tiveram de enfrentar importantes questões teóricas. A luta política, tal como interpretada por Marx, tomava a forma de uma “guerra de classes”, cujo triunfo final do proletariado dependeria de uma tomada violenta do poder. Isso não seria contraditório com a participação dos partidos socialistas em eleições. Mas estava claro que, quando chegasse o momento derradeiro, eles deveriam abandonar qualquer ilusão com o sistema parlamentar para marchar ombro a ombro com os trabalhadores e trabalhadoras rumo o “assalto aos céus”. A democracia liberal, portanto, seria uma democracia de classe, logo, burguesa, incapaz de garantir a plena realização da libertação do proletariado ante a tirania.

A relação de Marx com a democracia liberal era, portanto, instrumental: ela servia para acumular forças junto às massas trabalhadoras, mas não necessariamente seria a estrutura de poder em torno da qual se organizaria o sistema político na transição ao socialismo. Essa abordagem seria primeiramente questionada, junto com a noção de luta de classes e via revolucionária para a conquista do poder, pelo dirigente socialdemocrata alemão Edward Bernstein em sua obra *Socialismo Evolucionário*, abrindo uma enorme polêmica no seio do movimento socialista. A contenda girou em torno da seguinte questão: o socialismo poderia se constituir pelas reformas políticas, sociais e econômicas, ou apenas pela via da revolução “explosiva”, de rupturas? Esse tema marcou a polêmica entre Eduard Bernstein, de um lado, e nomes como Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky, de outro. Como afirma Motta:

Bernstein, de fato, foi o primeiro intelectual do campo marxista a romper explicitamente com a perspectiva da ruptura e da revolução. Ao rejeitar a tese de Marx e Engels sobre o colapso do capitalismo expresso no Manifesto, Bernstein defende que única forma cabível seria a via parlamentar para a construção de um socialismo na base de reformas sociais. E o socialismo pela via “pacífica” pode ser realizado já que a democracia, para Bernstein, possui um valor universal, onde prepondera a decisão majoritária, e a defesa das minorias (2014, p. 84).

Para contestar as posições de Bernstein, a socialista polonesa escreve o texto *Reforma ou Revolução?* (1899), que tem ampla repercussão no movimento socialista. Um dos

principais aspectos de sua crítica a Bernstein diz respeito à “capitulação” deste diante da concepção liberal e legalista da modernidade burguesa. Enquanto a revolução demarca um sentido de ruptura e descontinuidade, o legalismo liberal reproduz as relações de poder vigentes sob a aura do universalismo e dos direitos (MOTTA, 2014). Karl Kautsky, proeminente dirigente alemão, cerrou fileiras em favor da via revolucionária contra as posições “revisionistas” de Bernstein, que acabaram derrotadas. Mas as contradições do movimento socialista não desapareceriam com o naufrágio – ao menos temporário – da “via pacífica” ao socialismo.

Apesar de toda a ambiguidade, a despeito da pressão de preocupações de curto prazo, os socialistas entraram na política burguesa para ganhar eleições, para obter mandatos e legislar, mantendo em sua perspectiva as transformações revolucionárias. A participação eleitoral era baseada na crença de que a democracia não era necessária e indispensável na luta pelo socialismo. “Se uma coisa é certa”, Engels escreveu em uma carta em 1891, “é que nosso Partido e a classe trabalhadora somente podem chegar ao poder sob a forma de uma república democrática. Esta é mesmo a forma específica da ditadura do proletariado” (*apud* PRZEWORSKI, 1988, p. 14).

Quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial (1914), com o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, os socialdemocratas eram uma força potente nos parlamentos de quase toda a Europa Ocidental, e foram colocados diante de um teste definitivo. Arrastadas para uma guerra total, as principais potências da Europa – Alemanha, França, Rússia, Grã-Bretanha – conclamaram seus parlamentos a aprovarem os recursos necessários ao financiamento do esforço bélico. O movimento socialista se dividiu. Os partidos afiliados à Internacional Socialista, em sua imensa maioria, votaram favoravelmente aos chamados “créditos de guerra”, apesar das resoluções aprovadas pelo congresso da II Internacional Socialista, em 1912, que apontavam a necessidade de aproveitar a situação revolucionária criada por uma eventual guerra imperialista para “estimular o povo a precipitar a derrocada do capitalismo” (AMAZONAS, 1981). Esses partidos cediam, assim, ao apelo de suas classes dominantes em favor da matança que se seguiu. A esse fenômeno as forças socialistas dissidentes chamaram *social-chauvinismo*.

Alguns partidos e lideranças, porém, não aceitaram o que consideraram uma capitulação aos interesses do imperialismo e uma traição à revolução. Afinal, seriam os filhos dos trabalhadores os primeiros a ocuparem as trincheiras de batalha – e a morrerem – numa guerra que eles não criaram. Vladimir Ilyich, conhecido pelo pseudônimo *Lenin*, liderou a crítica aos partidos socialdemocratas da Europa Ocidental, porém sua dissidência limitou-se aos socialistas russos, sérvios e ingleses, mesmo com o apoio de dirigentes como

Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Amadeo Bordiga, futuros fundadores dos partidos comunistas na Alemanha e Itália, respectivamente (HOBSBAWM, 2009).

A cisão entre os socialdemocratas era inevitável. Os internacionalistas, contra a guerra e liderados por Lenin, formariam depois da revolução bolchevique de 1917 seus próprios partidos: os partidos comunistas. A socialdemocracia, cuja principal referência seguia sendo Karl Kautsky – o mesmo que atacara as posições “evolucionistas” de Bernstein anos antes – cumpriria um papel central no período entre guerras, ocupando postos de destaque em governos na Alemanha, Inglaterra, França, Espanha, nos países nórdicos, dentre outros¹³.

A partir de então, as esquerdas conviverão com duas grandes tendências: comunistas e socialdemocratas. Os primeiros, estimulando revoluções socialistas em todo o mundo; os segundos, defendendo reformas graduais do capitalismo. Quando eclode a crise econômica de 1929 há o encontro entre socialdemocracia e keynesianismo, reforçando as crenças de reforma do capitalismo. Na Suécia, Noruega e, em menor extensão na França, os governos socialistas responderam ao desemprego com uma série de políticas anticíclicas que quebraram a ortodoxia econômica existente. Os socialdemocratas logo descobriram nas ideias de Keynes, particularmente após o aparecimento de sua *Teoria Geral*, algo que necessitavam urgentemente: uma política distinta para a administração da economia capitalista. A “revolução keynesiana” munuiu os socialdemocratas com uma meta e uma justificativa para seu papel governamental, e ao mesmo tempo em que transformou o significado ideológico das políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora (PRZEWORSKI, 1988). A Frente Popular, coalizão socialdemocrata francesa, introduziu, em 1936, uma política onde “através do aumento salarial, diminuição da jornada semanal de trabalho, um programa de empregos públicos e gastos com viagens e férias... o poder aquisitivo e o consumo aumentariam, a indústria elevaria a produção para atender o aumento da demanda... e a depressão seria superada” (Idem, 1988).

Os franceses adotavam as premissas de que o desemprego pode ser reduzido e a economia estimulada se o Estado seguir políticas anticíclicas, permitindo que o crescimento do déficit financiasse a produção pública durante a depressão, sendo que o pagamento das dívidas ocorreria durante os períodos de expansão. Com isso, os socialdemocratas

¹³ Como uma das páginas mais infames da socialdemocracia alemã, vale lembrar a participação do SPD na repressão aos comunistas da Liga Spartacus, agrupamento revolucionário liderado por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, Clara Zetkin e Franz Mehring, durante a revolução alemã de 1918. A organização – embrião do Partido Comunista Alemão – foi brutalmente perseguida pelo governo liderado pelo chanceler socialdemocrata Friedrich Ebert e por forças paramilitares que o apoiavam. Em 1919, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht são assassinados por esses grupos armados. Para saber mais sobre a revolução alemã de 1918, ver LOUREIRO, I. 2005.

encontravam, definitivamente, um projeto genuinamente reformista para o capitalismo, justificando seu respeito às regras da democracia liberal. Como afirma Przeworski (1988):

Os socialdemocratas definiram seu papel como o de modificadores do jogo das forças do mercado, resultando no total abandono do projeto de nacionalização. O bom êxito da aplicação dos instrumentos keynesianos era encarado como uma demonstração de que a nacionalização – tão cheia de problemas e incertezas como provou ser – não somente era impossível de ser alcançada por via parlamentar mas era simplesmente desnecessária. (p. 68)

Até a II Guerra Mundial – e depois dela – a socialdemocracia ampliaria fortemente sua influência junto ao movimento operário europeu, disputando com os comunistas o controle sobre os principais sindicatos na Europa Ocidental. Após 1945 os socialdemocratas se reorganizariam no interior das democracias liberais em seus respectivos países, participando da reconstrução do pós-guerra. O Estado de Bem-Estar tornou-se obra reivindicada pela socialdemocracia, angariando grande apoio social.

1.4.2 A hegemonia da socialdemocracia nas esquerdas

O que começou como um fenômeno europeu pouco a pouco passou a ganhar, com o passar dos anos, correspondência em outras partes do mundo. A cisão do movimento socialista entre socialdemocratas (ainda reivindicando a identidade “socialista” em muitos países) e comunistas, operada na crise da Internacional Socialista de 1914, se reproduziu também fora da Europa, especialmente após a segunda guerra mundial. Partidos identificados com a defesa de reformas “por dentro” do capitalismo surgiram ou se expandiram após a II Guerra Mundial.

Na Europa os partidos socialistas já eram superiores em termos de representação institucional se comparados com os comunistas desde meados dos anos 1970. Com exceção da Itália, onde o PCI se consolidou como o partido com maior representatividade entre os trabalhadores, na Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha Ocidental – para citar as maiores democracias do continente – os partidos socialistas eram bem mais expressivos que os comunistas. Mesmo no caso italiano, o sucesso eleitoral dos comunistas poderia ser atribuído a uma proximidade destes em relação às teses socialdemocratas, uma vez que as formulações de Palmiro Togliatti, principal dirigente do partido no pós-guerra, previa a defesa de “reformas estruturais” com respeito à Constituição (TOGLIATTI, 1972), num claro abandono das teses revolucionárias que marcaram a primeira fase do movimento comunista em todo o mundo.

Na América, a presença de partidos socialistas remonta a virada do século. O mais antigo deles é o Partido Socialista argentino, criado em 1896 e afiliado até hoje à Internacional Socialista. O Partido Socialista chileno foi fundado em 1933 por Salvador Allende, médico marxista e crítico dos limites da Internacional Socialista. Hoje tornou-se a principal força de centro-esquerda no Chile. No Uruguai o Partido Socialista foi criado em 1910 e esteve, até meados dos anos 2000, filiado à Internacional Socialista. Atualmente compõe a Aliança Progressista, frente internacional de partidos de centro-esquerda, na sua maioria, dissidentes da II Internacional. Chegou à presidência do Uruguai por duas oportunidades, através da Frente Ampla, com o médico Tabaré Vázquez (2005 e 2015). No Peru o principal partido socialista de perfil socialdemocrata foi criado em 1924 com o nome de Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), por Víctor Haya de la Torre, e continua filiado à Internacional Socialista até hoje. A APRA governou o Peru diversas vezes.

Nos Estados Unidos, o Partido Socialista da América foi formado em 1901 a partir da fusão entre o Partido Social Democrata da América e dissidentes do Partido Socialista Trabalhista da América, que haviam rompido com a organização anos antes. No Brasil, a primeira experiência de um partido socialista data de 1932. O PSB, porém, duraria apenas cinco anos, graças ao golpe que instituiu o Estado Novo (1937). A reconstrução do Partido Socialista Brasileiro se dá em 1948, com a volta do multipartidarismo. O partido nasce rechaçando fortemente o comunismo e a via revolucionária através da consigna “socialismo e liberdade” e tendo como símbolo uma pomba branca, emblema da paz universal. O PSB surgiu da confluência de diferentes grupos de esquerda, como a União Socialista Popular (USP), a União Democrática Socialista (UDS) e a Esquerda Democrática. Nesses grupos nota-se a presença de setores vinculados à resistência estudantil à ditadura do Estado Novo, grupos ligados ao liberalismo social, ao socialismo cristão, ex-tenentistas, trotskistas, sindicalistas, membros do antigo PSB (que existiu entre 1932 e 1937), dissidentes do PCB, lideranças inspiradas no trabalhismo britânico e intelectuais de esquerda (ANJOS, 2017).

A influência do PSB, no entanto, nunca chegou a ser comparável àquela conquistada por seus homônimos na Europa. Isso porque os socialdemocratas no Brasil passaram os quase vinte anos entre o fim do Estado Novo e o golpe civil-militar de 1964 concorrendo com duas influentes correntes políticas: o trabalhismo e o comunismo. Mesmo proscrito no final de 1947, o Partido Comunista do Brasil (PCB) continuava tendo importante influência social, por conta especialmente da reconstrução da União Soviética no pós-guerra e sua importância na derrota do nazifascismo. Ao mesmo tempo, a existência de uma corrente de massas no movimento operário de caráter popular e nacionalista – o varguismo – e sua representação partidária – o PTB – reduziam muito a capacidade de influência de propostas

reformistas entre os trabalhadores. Daí que o PSB manteve sua presença mais forte nos setores médios (intelectuais, profissionais liberais e estudantes). Diferente dos partidos socialistas do restante da América do Sul, o PSB nasce num contexto em que os trabalhadores urbanos já haviam constituído outras referências em torno do PCB e do PTB. Essa realidade acompanhará ao longo de toda a sua história, fazendo com que o partido tenha de dividir seu espaço no campo reformista com outras legendas, como PDT, PSDB, PPS e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT).

Se é verdade que, no caso brasileiro, o PSB e suas teses socialdemocratas de ampliação dos direitos sociais, civis e políticos com valorização da democracia representativa e da legalidade constitucional, foram empalmadas por diferentes correntes políticas, não permitindo que o partido exercesse grande influência entre os trabalhadores e trabalhadoras – por razões de natureza histórica que não são objeto desta análise – o mesmo não pode ser dito naqueles países onde o capitalismo industrial criara uma grande classe operária.

No final da segunda guerra mundial, o processo de reconstrução da Europa gerou as condições para um avanço das teses socialdemocratas e seu “casamento” com o keynesianismo. Com a chegada de vultuosos recursos destinados aos governos nacionais oriundos do Plano Marshall, os conflitos entre as classes sociais acabam por confundir a noção do público e do privado. Assim, assiste-se a um esvaziamento da atividade parlamentar e a consequente perda de poder político dos partidos conservadores. O Executivo começa a ter um papel mais relevante e ativo frente ao Legislativo e toma a iniciativa de atendimento das reivindicações pela classe proletária “adotando uma política que foi chamada de bem-estar social” (TOMAZI, 2000). O *Welfare State*, criticado pelos liberais por seu alto custo financeiro e sua dinâmica intervencionista, garantiu crescimento econômico, criação de uma ampla rede de proteção social, baixas taxas de inflação e expansão do emprego. Foram os chamados “30 anos gloriosos” – de 1945 a 1975 – na Europa (PERSSON, 2010).

O casamento entre socialdemocracia e keynesianismo, porém, não deve ser entendido como contraditório aos interesses do capitalismo europeu em reconstrução. Mesmo os processos de estatização de empresas promovidos pelo Estado respeitavam rigorosamente a dinâmica da competição no setor privado. Por isso a ação das empresas estatais está limitada às instituições de crédito, industriais de carvão, ferro e aço, produção e distribuição de energia, transporte e comunicações. Fora desses setores, apenas as companhias ameaçadas de falência e, portanto, de redução do emprego, passaram para o controle público. Os casos de envolvimento do Estado na produção e venda de bens de consumo finais são raríssimos,

limitando-se, aparentemente, à indústria automobilística. O Estado dedica-se às atividades econômicas que são necessárias para a economia como um todo, e vende seus serviços principalmente a empresas privadas (PRZEWORSKI, 1991).

O sucesso do *Welfare State* em seu propósito de garantir uma cidadania social¹⁴ reside numa conjunção de fatores que permitiram um nível de desenvolvimento econômico desejável pelas classes proprietárias em consonância com os interesses da socialdemocracia de expandir a presença do Estado na gestão macroeconômica e na ampliação de garantias sociais. De certa forma, estamos tratando de uma modelo que permitiu uma conciliação de interesses de classe distintos.

Mas não devemos incorrer no erro de produzir uma associação mecânica entre *Welfare State* e socialdemocracia. As experiências socialdemocratas foram apenas uma forma de implementação de regimes de bem-estar na Europa. Como explica Esping-Andersen, há pelo menos três formas de adoção do *Welfare State*. No primeiro, mais liberal, predomina a assistência aos mais pobres, com planos de previdência social mais modestos. Os benefícios atingem principalmente uma clientela de baixa renda, em geral da classe trabalhadora ou dependentes do Estado. Neste modelo, o progresso da reforma social foi limitado pelas normas tradicionais e liberais da ética do trabalho. Os exemplos deste modelo são os Estados Unidos, Canadá e Austrália. Um segundo tipo de regime agrupa países como Áustria, França, Alemanha e Itália. Nessas nações o legado histórico do corporativismo estatal foi ampliado para atender a nova estrutura de classe “pós-industrial”. Nestes regimes de *Welfare State* a eficiência do mercado nunca foi marcante e, por isso, a concessão de direitos sociais não chegou a ser uma questão seriamente controversa. Segundo o modelo de Esping-Andersen os regimes corporativistas também são moldados de forma típica pela Igreja e, por isso, muito comprometidos com a preservação da família. A previdência social exclui tipicamente as esposas que não trabalham fora, e os benefícios destinados à família encorajam a maternidade (ESPING-ANDERSEN, 1991).

O terceiro modelo de *Welfare State* baseia-se no universalismo dos direitos sociais e é classificado por Esping-Andersen como “socialdemocrata”. Em vez de tolerar um dualismo entre Estado e mercado, entre a classe trabalhadora e a classe média, os socialdemocratas buscaram um *Welfare State* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade. Isso implicava que os serviços e benefícios públicos fossem elevados

¹⁴ Adotamos aqui a formulação de Marshall (1950) de que a cidadania social constitui a ideia fundamental de um *Welfare State*. Essa cidadania deve assegurar a garantia de direitos sociais, fazendo com que estes adquiram *status* legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis assegurados com base na cidadania em vez de terem base no desempenho.

para assegurar padrões mínimos de acesso ao bem-estar. O modelo mais bem-sucedido desse regime de *Welfare State* foi construído nos países escandinavos e serviu como exemplo de sucesso da conciliação entre mercado e Estado, defendida pelos partidos socialistas em outros países (Idem, 1991).

Os socialdemocratas definiram seu papel como mediadores entre a ampliação dos direitos e as necessidades do mercado, resultando no total abandono do projeto de ruptura com o capitalismo. O êxito da aplicação dos instrumentos keynesianos era uma demonstração de que a estatização – tão cheia de problemas e incertezas – não somente era impossível de ser alcançada por dentro dos instrumentos da democracia liberal como era simplesmente desnecessária. Em vez do controle direto, o estado poderia atingir todos os objetivos “socialistas” influenciando o setor privado a se comportar de acordo com os interesses gerais (PRZEWORSKI, 1988). Através de reformas intermediárias que podiam ser efetuadas com sucesso nos marcos do capitalismo, e que municiavam diversos países com uma plataforma eleitoral eficaz, os socialdemocratas descobriram um novo caminho para as reformas, que envolvia um compromisso fundamental com as regras da democracia liberal (Idem, 1988).

O sucesso relativo do *Welfare State* criou as condições para uma expansão da influência socialdemocrata por toda a Europa e um conseqüente bloqueio da influência comunista em muitos países (com a já mencionada exceção do caso italiano). Para marcar ainda mais sua diferença em relação ao bloco soviético e seu compromisso com a democracia liberal, partidos socialdemocratas passaram a esconjurar abertamente qualquer relação com o marxismo e a ruptura com a ordem democrática. O caso mais emblemático é, mais uma vez, do Partido Social Democrata alemão. Em 1959 o partido aprova o chamado Programa de Godesberg, no qual afirma que:

Devemos resistir a todas as ditaduras, todas as formas de regimes totalitários ou regras autoritárias, pois elas violam a dignidade humana, destroem a liberdade do homem e o Estado de Direito. O socialismo pode ser realizado somente através da democracia, e a democracia só se realiza através do socialismo. Os comunistas não têm o direito de invocar as tradições socialistas. Na verdade, eles têm falsificado as ideias socialistas. Os socialistas estão lutando para a realização da liberdade e da justiça, enquanto os comunistas exploram os conflitos na sociedade para estabelecer a ditadura do seu partido (SPD, 1959)

O afastamento definitivo entre comunistas e socialdemocratas marca também a crescente influência dos segundos em relação aos primeiros junto à classe operária europeia. Com o fim do franquismo, na Espanha, e do salazarismo, em Portugal, os socialdemocratas ampliam ainda mais sua força no continente, convertendo-se na principal corrente política em oposição a liberais e conservadores e consolidando sua hegemonia no campo das

esquerdas. Na Alemanha, em 1964, Willy Brandt e Helmut Schmidt levam o SPD ao governo pela primeira vez desde 1928, iniciando uma sequência de vários governos socialdemocratas. Em Portugal o Partido Socialista se consolida como principal força do primeiro Governo Constitucional e elege Mário Soares como Primeiro-Ministro do país, em 1976. Na França, após firmar um pacto com os comunistas, François Mitterrand é eleito em 1981. No final do seu primeiro governo os socialistas substituíam seu programa de nacionalizações e aumento de salários por uma plataforma econômica liberalizante com retomada das privatizações. Na Espanha, após o abandono oficial do marxismo como referência teórica e do republicanismo como base programática, o Partido Operário Socialista Espanhol (PSOE) elege Felipe González como Primeiro-Ministro, iniciando uma extraordinária sequência de quatro períodos no poder (1982 a 1996). Com outras vitórias em países como Bélgica (1982), Áustria (1970 a 1996), e Itália (1983), somado à forte influência na Escandinávia, a socialdemocracia consolidava sua hegemonia entre as esquerdas e se postulavam como principal corrente política do Ocidente, governando 11 dos 15 Estados então existentes na Europa Ocidental (FOUCHER, 2014).

Esse crescimento da socialdemocracia se dá no momento em que surgem os primeiros sinais de crise do bloco socialista. A desaceleração do crescimento soviético é patente, apontando um horizonte de crises políticas. Do outro lado do muro, porém, a situação tampouco era animadora. A crise do petróleo de 1973 e as taxas cada vez menores de expansão da economia capitalista mostravam que a Era do Ouro havia chegado ao final. Na periferia do sistema ampliava-se a desigualdade, enquanto as grandes corporações reclamavam uma volta ao *laissez-faire* do velho liberalismo. O mundo mudava num ritmo acelerado. Buscando dar uma resposta às dificuldades econômicas é formulada uma nova agenda para o capitalismo mundial, fundada na desregulamentação das relações trabalho, contração das políticas sociais, reforma do Estado, derrubada das barreiras comerciais, privatizações, manutenção de crescentes superávits e adoção de rígidas políticas fiscais. Era a agenda neoliberal tomando forma e buscando responder à crise acumulação do capital.

A crise do socialismo soviético abria um mundo de possibilidades para a socialdemocracia. Ela poderia consolidar uma liderança inabalável no campo das esquerdas e sonhar com uma nova hegemonia política mundial. Mesmo partidos comunistas, como o PC italiano, formulavam teorias que rejeitavam a via revolucionária e proclamavam o “valor universal” da democracia liberal, para espanto dos mais ortodoxos. O chamado “Eurocomunismo” de Enrico Berlinguer era, em termos práticos, uma adesão dos comunistas

ao reformismo socialdemocrata¹⁵. O fim da URSS, em 1991, e a conseqüente crise que se abateu sobre comunistas e socialistas revolucionários em todo o mundo, era o prenúncio de uma hegemonia inabalável dos socialdemocratas entre as forças de esquerda e centro-esquerda.

Esse novo momento vem acompanhado de uma ideia de uma “modernização” da socialdemocracia. Invés de postular-se como defensora do *Welfare State* contra os ataques a ele desferidos pela nova agenda neoliberal, ganha força a proposta de uma terceira via entre a liberalismo e a “velha socialdemocracia” estatizante. Essa proposta é formulada pelo sociólogo britânico Anthony Giddens em seu *The Third Way: The Renewal of Social Democracy* e conquista a adesão de líderes políticos como Tony Blair, então Primeiro-Ministro britânico do Partido Trabalhista (Labour Party), Gerhard Schröder, então chanceler socialdemocrata alemão, e dos então presidentes Bill Clinton, dos Estados Unidos, e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), do Brasil. Na base da proposta de Giddens estaria um novo equilíbrio entre Estado, mercado e sociedade civil, onde nenhuma das partes se sobreporia sobre o todo (GIDDENS, 2000). Muitos, porém, acreditam que a chamada Terceira Via representou, na verdade, uma adesão da socialdemocracia à agenda neoliberal de reformas do Estado e restrição das políticas de proteção social. Como afirma Antunes (1999) analisando o governo de Blair e as metamorfoses do trabalhismo inglês Antunes afirma:

O debate levado à frente por Tony Blair, em torno da eliminação da cláusula 4 da constituição partidária (que defendia a propriedade comum dos meios de produção), resultou na criação de um substitutivo que expressa exemplarmente o conjunto de mutações que vem se realizando no interior do Labour Party. Em substituição à cláusula que se referia à propriedade coletiva, nasceu a defesa do empreendimento do mercado e rigor da competição, selando, no interior do *NL*, a vitória da economia de livre mercado frente a fórmula anterior. A retórica socialista e a prática trabalhista e reformista anteriores, que na verdade exprimiam a defesa de uma economia fortemente estatizada e mista, encontraram seu substitutivo na defesa da economia de mercado, mesclando liberalismo com traços da “moderna” socialdemocracia (ANTUNES, 1999, p. 85).

Para além da mudança simbólica do nome do Partido Trabalhista para *New Labour* e eventuais ajustes programáticos, o que se viu foi uma forte adesão à agenda neoliberal por parte do trabalhismo e outras correntes da socialdemocracia europeia, afastando-as das demandas dos movimentos sociais, particularmente daqueles que reivindicavam uma

¹⁵ O eurocomunismo foi uma corrente da esquerda comunista europeia que se caracterizava por um afastamento das posições históricas do marxismo-leninismo, pela independência de suas lideranças em relação ao bloco liderado pela União Soviética e pela proposta de alcançar o poder através de coligações e/ou outras vias institucionais. Foi particularmente forte na Itália, França e Portugal, mas não chegou ao poder em nenhum desses países, perdendo força no final dos anos 1980.

identidade abertamente antiglobalização neoliberal. Num momento de crise da esquerda radical, a socialdemocracia cedeu cada vez mais às pressões do mercado em favor da desregulamentação do trabalho e do desmonte do Estado de bem-estar. E com isso colocou em risco a hegemonia que tanto tempo levava para conquistar. Mesmo na Suécia, modelo de *Welfare State* sob gestão socialdemocrata, o pleno emprego só pode ser mantido por meio de subsídios industriais e da expansão dos empregos públicos. Mesmo assim, essa política de compensação só pode ser assegurada graças a elevadas taxas e impostos sobre os mais ricos e pesados déficits públicos. Em meados dos anos 1990, os socialdemocratas passaram a reverter essas medidas, fazendo com que o modelo sueco fosse abandonado na própria Suécia (HOBSBAWM, 2009). Com o deslocamento de plantas industriais para os países da periferia do sistema capitalista, onde o valor do trabalho era menor, o desemprego voltou a rondar a Europa. Mas os socialdemocratas já haviam se apartado de seu programa keynesiano e abraçado de vez os cânones do neoliberalismo.

1.4.3 A crise da hegemonia socialdemocrata

Em julho de 1999, Tony Blair e Gerhard Schröder lançaram, em Londres, o “Manifesto da Terceira Via”. Nele defenderam que o único horizonte possível para o século XXI é constituído, por um lado, pelo capitalismo, apoiado na economia de mercado; e, por outro, pela empresa privada, criadora de riqueza. E ressaltam que nada teriam a temer numa eventual competição com as opções comunista e socialista, inadaptaadas às sociedades contemporâneas (BENEYTO, 1999). O manifesto defende abandonar os “radicalismos de esquerda e de direita, incompatíveis com a complexidade da realidade moderna”, e de estabelecer uma terceira via capaz de “reordenar a socialdemocracia, oferecendo uma proposta política baseada em novos valores: modernidade e pragmatismo; fim da igualdade como objetivo permanente e do Estado como principal pilar da justiça social; promoção do consenso, enquanto mecanismo privilegiado da vida política; e incentivo à inovação e à iniciativa individual como instrumentos decisivos do progresso individual e coletivo” (Idem, 1999).

Como se vê, a nova socialdemocracia buscava afastar-se das bases sociais históricas do movimento, ao rejeitar um compromisso forte com a defesa do mundo do trabalho contra as ofensivas do capital em crise sobre os sindicatos e entidades de classe. Esse casamento entre socialdemocracia e neoliberalismo, porém, não aconteceu apenas na Europa. Na América Latina boa parte dos antigos partidos socialistas ou socialdemocratas aderiram às reformas neoliberais como forma de lidar com a crise de acumulação do capital. No México

o nacionalista Partido Revolucionário Institucional (PRI) assinou o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) com os Estados Unidos, com consequências graves sobre a indústria nacional mexicana e a renda média dos trabalhadores do país. Na Argentina a coalização de centro-esquerda liderada por Fernando de la Rúa levou o país ao caos econômico e social após a adoção de medidas neoliberais, culminando com a renúncia do governo. No Peru o governo da APRA, com Alan Garcia à frente, abandonou as medidas de intervenção econômica do primeiro mandato do ex-presidente, nos anos 1980, para aderir ao livre-mercado e às reformas neoliberais. No Chile, com o fim da ditadura militar, a *Concertación de Partidos por la Democracia*, coalizão de centro-esquerda liderada pelo Partido Socialista e pela Democracia Cristã, manteve intactas as bases neoliberais construídas pelos “Chicago Boys” na era Pinochet. No Brasil, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), criado em meados dos anos 1980, assumiu uma agenda neoliberal em sua única experiência no Executivo federal (1995-2002), alinhando-se com a Terceira Via liderada por Blair e Schröder e impulsionando um programa de reformas do Estado, privatizações, metas de inflação, superávit primário e compromisso com as orientações dos organismos financeiros internacionais.

Seria reducionista, porém, afirmar que a adesão dos partidos socialdemocratas à agenda neoliberal foi uniforme. A realidade de cada país, o nível de enraizamento junto às entidades da classe trabalhadora, em especial os sindicatos, o quadro partidário e mesmo a localização de cada país no contexto econômico internacional geraram um nível de comprometimento desigual dos partidos socialdemocratas com a agenda do livre mercado. Mas é inegável que o crescente comprometimento da socialdemocracia com as transformações vividas pelo capitalismo em todo o Ocidente deixou um vácuo que pouco a pouco foi sendo ocupado por outros atores.

As novas forças políticas que tomaram lugar na cena política, especialmente na Europa, iam desde os xenófobos e racistas de direita, críticos à integração europeia e seus impactos sobre a unidade nacional, passando pelos grupos secessionistas, até os vários partidos “Verdes” e todo tipo de movimento social. Várias dessas forças políticas, como veremos adiante, estabeleceram uma presença significativa na política de seus países, às vezes em âmbito regional, embora nenhum tenha até agora substituído os velhos partidos do *establishment* nas grandes nações europeias (HOBSBAWM, 2009). Com poucas exceções – Itália, Hungria e Polônia, à direita; Grécia, à esquerda – o que vimos no começo do século XXI foi uma crise das velhas forças políticas do espectro partidário que se colocaram na condição de “fiadoras” do ajuste econômico recessivo promovido no contexto da crise que se iniciou em 2008.

Não devemos menosprezar a crise de legitimidade que aflige os sistemas políticos e seus representantes em todo o Ocidente, com repercussões sobre o quadro partidário. Quando a crise econômica de 2008 explodiu e o sistema financeiro exigiu a socialização dos prejuízos, muitos partidos socialistas assumiram a amarga tarefa de levar adiante as medidas do ajuste recessivo. Com economias mais sólidas, os governos de Alemanha, França e Inglaterra impuseram menos ataques ao que sobrou do *Welfare State*. Os países do sul da Europa e Irlanda, conhecidos pelo nada elogioso acrônimo em inglês “PIIGS” (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) foram os mais afetados, fazendo com que muitos colocassem em xeque o sonhado “projeto europeu”. Ainda que os países do sul tenham se beneficiado enormemente da criação da União Europeia, afastando definitivamente as tentações autoritárias e de golpes militares, a verdade é que sua integração à União Europeia se deu sem um profundo debate sobre as consequências dessa incorporação sobre a soberania nacional, menos ainda sobre as condições de governança da Comissão Europeia. A Europa unida nascia expressando o “déficit democrático” que atinge os sistemas políticos em todo o continente (CASTELLS, 2018). Num contexto de crise, a política econômica europeia foi ditada pela chamada Troika e seus tecnocratas. Segundo Castells foram eles que impuseram os critérios a cada país com base na sua capacidade de proporcionar ou não recursos para o resgate financeiro dos países e instituições prestes a quebrar (Idem, 2018).

Na Espanha o PSOE havia vencido as eleições gerais de 2004 com o advogado José Luis Rodríguez Zapatero¹⁶ e governava quando a crise econômica explodiu, praticamente da mesma forma e pelas mesmas causas que nos Estados Unidos: a explosão da bolha imobiliária, que mantinha a riqueza artificialmente alavancada. Naquela época, um terço dos trabalhadores espanhóis tinha contrato temporário e foi maciçamente dispensado. O desemprego saltou de 13,8%, em 2008, para 18,7%, em 2009. E, enquanto o PIB patinava, o índice continuava sua curva, chegando a 20,1% em 2010 (EXAME, 2017). Para combater a crise, o governo espanhol pediu socorro aos organismos da União Europeia e implementou um pacote de cortes que incluiu a redução de 5% do salário dos funcionários públicos, congelou as aposentadorias, cortou gastos com dependentes e eliminou o chamado “cheque-bebê” (feito para incentivar a natalidade). Com o sistema financeiro à beira do colapso e o país em vias de resgate por parte do Banco Central Europeu, os cortes de Zapatero só aprofundaram a crise de legitimidade política que, em breve, se tornaria uma enorme crise social (CASTELLS, 2018).

¹⁶ O advogado José Luís Zapatero foi eleito em 2004 após derrotar o então premiê José María Aznar (Partido Popular). Sua vitória se deu logo após os atentados que mataram 200 pessoas numa estação de trens, em Madri, em março daquele ano. O Partido Popular conseguiu somente 37,66% dos votos, contra 42,64% do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE).

Em Portugal, o socialista José Sócrates assume em 2005, mas a crise econômica só cria um contexto de emergência em 2009. Para evitar um resgate por parte da Troika – já em prática na Irlanda e Grécia – o governo do PS inicia uma série de cortes nos orçamentos de 2010 e 2011, implementando um plano de austeridade próprio. A resistência ao resgate financeiro era apoiada pela maioria da população, marcada pela memória das duas intervenções anteriores do FMI em Portugal, em 1978 e 1983, na sequência de crises na balança de pagamentos. A opinião geral era que o resgate afetaria negativamente, e durante muito tempo, a credibilidade de Portugal na Europa e no mundo. Para evitá-lo, Sócrates e o governo português previram uma redução da despesa de 2,4% do PIB e um aumento da receita de 1,3% do PIB. Do lado da despesa, os cortes incluíam um congelamento dos salários e da maioria das pensões, uma redução das pensões mais elevadas em linha com os cortes salariais, para além de cortes na saúde, educação, assistência social, empresas públicas e autarquias. O Governo também se comprometeu a implementar reformas estruturais, em particular no setor da justiça, nas regras da concorrência e no setor da habitação. No que diz respeito ao mercado do trabalho, os socialistas propuseram alterações que permitiam a descentralização de certos aspectos dos acordos coletivos e previam também uma redução das indenizações por demissão em contratos futuros e um aumento da flexibilidade na utilização de instrumentos de suspensão temporária do contrato de trabalho, o chamado *lay-off* (LOURTIE, 2011). Apesar de todas essas medidas, ainda assim, o governo português teve de pedir ajuda ao FMI e à UE em abril de 2011.

Na França os socialistas voltaram ao poder em 2012, com François Hollande. O país, no entanto, não sofreu com os efeitos da crise como seus vizinhos ao sul. Mesmo assim, Hollande promoveu uma agenda de austeridade que, em grandes cifras, promoveu um corte de 50 bilhões de euros (230 bilhões de reais) nos gastos públicos. Desses 50 bilhões, 20 bilhões foram cortes nos setores sociais (saúde, pensões, ajuda a famílias), 19 bilhões no funcionamento do Estado central e 11 bilhões de prefeituras, departamentos e regiões. O pacote contido no chamado Pacto de Responsabilidade previu ainda cortes de 41 bilhões de euros em impostos e contribuições sociais em três anos para as empresas, com a promessa de aumento da competitividade e geração de novos empregos, além do congelamento de pensões acima de 1200 euros. Com esse pacote, Hollande e seu primeiro-ministro, Manuel Valls, defensor feroz de reformas neoliberais na economia, promoveram uma divisão na bancada socialista na Assembleia Nacional francesa, com 33 deputados se abstendo e criticando publicamente as medidas do governo (YARNÓZ, 2014).

Mas foi na Grécia que a gestão socialdemocrata para a crise econômica demonstrou de forma mais profunda o compromisso dos partidos socialistas europeus com os marcos da

gestão neoliberal. Por décadas o Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK) foi o mais importante partido da esquerda grega. Criado em 1974 imediatamente o fim da ditadura militar teve rápido crescimento, chegando ao governo pela primeira vez em 1981, no auge da socialdemocracia europeia.

Quando a crise da dívida eclodiu em 2009, o governo direitista da Nova Democracia governava a Grécia. Nas eleições daquele ano o PASOK voltou ao poder depois de uma década. Recorrendo ao FMI e ao Banco Central Europeu, o governo grego impôs um primeiro pacote de austeridade que incluía o congelamento dos salários de todos os servidores públicos e cortes de 10% das horas extras. Sem eficácia, Atenas pediu socorro novamente, desta vez tendo como contrapartida cortes de 30% em subsídios de Natal e de Páscoa e fim dos bônus de ausência, um corte de 7% nos salários dos funcionários públicos e privados, um aumento das taxas do IVA, o aumento do imposto sobre a gasolina para 15% e o aumento dos impostos para a obtenção de automóveis. Quando o segundo pacote mostrou-se também ineficaz, o governo socialista recorreu ao FMI e aceitou a imposição de condições draconianas que previam limite de 500 euros para o 13º salário e fim do benefício para quem ganha mais de 3000 euros por mês, aumentos de impostos em vários setores, reforma da previdência, fim da diferença entre homens e mulheres, aumento da idade mínima para aposentadoria, redução do número de empresas públicas de 6000 para 2000 e extinção de 600 municípios (BBC, 2010).

Os quatro exemplos acima – Espanha, Portugal, França e Grécia – mostram que, diante dos efeitos da crise econômica de 2008, que na Europa tomou a forma de uma crise das dívidas nacionais que ameaçou o próprio euro, a socialdemocracia revelou-se muito mais comprometida com a estabilidade do sistema financeiro do que com a preservação dos direitos sociais, na mira dos bancos e economistas neoliberais. O resultado eleitoral desse compromisso com a austeridade não poderia ter sido mais avassalador, com fortes impactos no surgimento ou fortalecimento de novas forças políticas à esquerda e à direita do espectro eleitoral. Na Espanha, o bipartidarismo entre PP e PSOE deu lugar a uma completa reconfiguração do sistema partidário, com o surgimento do Podemos (anticapitalista) e do Ciudadanos (liberal). Em Portugal, a crise no interior do PS gerou um novo campo da esquerda radical formado por Bloco de Esquerda, Partido Comunista e parte dos socialistas, que derrotariam internamente o setor identificado com Sócrates e as políticas de austeridade. Na França, a crise dos tradicionais partidos da centro-esquerda e centro-direita impulsionou o crescimento do nacionalista *Front Nationale* e da nova esquerda organizada em torno do movimento *France Insoumise*, que juntos somaram mais de 40% dos votos no primeiro turno das eleições presidenciais de 2017 (FRANÇA, 2017). Na Grécia, o caso mais emblemático

de todos, a socialdemocracia foi engolida por uma nova força política de esquerda liderada por Alexis Tsipras, da Coalizão de Esquerda Radical (Syriza). De 2004 até quando assumiu o governo, a esquerda radical grega pulou de 3,3% dos votos para 16,8%, em 2012, e quase 27% em 2015, quando obtiveram a maioria para formar o governo ao lado de um pequeno partido nacionalista chamado “Gregos Independentes” (DERICQUEBOURG, 2016).

Os descaminhos da esquerda radical grega, que acabou por aceitar um terceiro acordo com a Troika, e as divisões promovidas por essa decisão no seio da esquerda radical europeia, são tema para outras contribuições¹⁷. Elas não invalidam, porém, o pressuposto de nossa pesquisa: a crise da socialdemocracia como principal força no campo das esquerdas tem estimulado o surgimento de novos atores que tem como centro a crítica à gestão neoliberal da crise e os limites da democracia representativa. Esse processo teve início na Europa, a partir de 2011, e se manifestou na América Latina a partir do ciclo de protestos iniciado no mesmo ano no Chile. Com a crise do progressismo, uma nova esquerda social busca apontar saídas para a crise econômica e política que marca a última década. É Immanuel Wallerstein quem sintetiza o fenômeno:

(...) no que eu chamo de mundo pan-europeu (América do Norte, Europa ocidental, do norte e do sul e Australásia) a escolha eleitoral básica durante o último século tem sido entre dois partidos centristas, centro-direita versus centro-esquerda. Houve outros partidos mais à esquerda e mais à direita, mas eles eram essencialmente marginais.

No entanto, na última década, esses chamados partidos extremos têm ganhado força. Tanto a esquerda radical quanto a direita radical emergiram como uma força sólida em um número grande de países (WALLERSTEIN, 2019).

O impacto dos compromissos firmados pela socialdemocracia com as políticas de austeridade oriundas dos organismos financeiros multilaterais pode ser visto nas eleições. Nos primeiros anos após a eclosão da crise econômica há um crescimento das forças da nova esquerda quanto dos partidos nacionalistas de direita críticos à União Europeia. Tomando como referência apenas os partidos filiados ao Partido Socialista Europeu (PSE) no Parlamento Europeu, as eleições continentais de 2009 marcaram o pior resultado da

¹⁷ Logo após sua vitória nas eleições de janeiro de 2015, o governo de Alexis Tsipras assumiu as negociações com a União Europeia buscando revisar os termos dos acordos estabelecidos para o resgate da Grécia no auge da crise da dívida dos países do sul da Europa. Durante essas negociações, o governo convocou um plebiscito com o intuito de definir se o governo poderia ou não rejeitar as condições impostas pela Troika. A maioria dos votantes posicionou-se favorável a uma ruptura dos acordos, se necessário fosse, numa demonstração de força do governo. Nas negociações, porém, o governo acabou aceitando a manutenção de parte das exigências da União Europeia, frustrando os apoiadores do Syriza e promovendo um afastamento do partido do restante da esquerda radical na Europa. Meses depois, rejeitando o que seria entendido como uma “capitulação” do Syriza, seria lançado o manifesto por um “Plano B” para a Europa, assinado dentre outros por Yanis Varoufakis (ex-ministro da economia da Tsipras), Jean-Luc Mélenchon (principal líder da França Insubmissa) e Oskar Lafontaine (principal dirigente do partido da esquerda alemã, *Die Linke*).

socialdemocracia em 20 anos, e inicia um ciclo que culmina na queda verificada em 2019, conforme mostra a tabela 1:

Tabela 1 – Desempenho Eleitoral da Socialdemocracia (1999-2019)

Partido	1999	2004	2009	2014	2019
<i>PPE</i>	37,22%	36,61%	36,01%	29,43%	28,76%
<i>PSE</i>	28,75%	27,32%	25%	25,43%	24,63%
<i>ELDR/ALDE</i>	7,99%	12,02%	11,41%	8,92%	9,18%
<i>Vers/ALE</i>	7,67%	5,74%	7,47%	6,66%	6,92%
<i>GUE/NGL</i>	6,71%	5,6%	4,76%	6,92%	6,92%
<i>UEN/ENL</i>	4,79%	-	-	-	4,79%
<i>TDI</i>	2,88%	-	-	-	-
<i>EDD</i>	2,56%	-	-	-	-
<i>IND/DEM</i>	-	5,05%	-	-	-
<i>CRE</i>	-	-	7,47%	9,32%	10,25%
<i>EFDD</i>	-	-	4,35%	6,39%	5,59%
<i>Outros</i>	1,44%	3,96%	3,53%	6,92%	2,68%

Fonte: Relatório sobre composição do Parlamento Europeu, 2019.

PPE – Partido Popular Europeu (direita e centro-direita)
PSE – Partido Socialista Europeu (socialdemocratas, trabalhismo e centro-esquerda em geral)
ELDR/ALDE – Partido Liberal Europeu, Reformistas e Liberais (centro-direita)
Verts/ALE – Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (centro-direita, centro, liberais, verdes)
GUE/NGL – Esquerda Unitária Europeia/Esquerda nórdica verde (comunistas e socialistas)
UEN/ENL – União para a Europa das Nações/Europa das Nações e da Liberdade (extrema-direita, nacionalistas)
TDI – Grupo Técnico dos Deputados Independentes
EDD – Grupo da Europa da Democracia e das Diferenças
IND/DEM – Grupo Independência/Democracia
CRE – Conservadores e Reformistas Europeus (direita)
EFD – Europa da Liberdade e Democracia (direita, populismo de direita)

Os índices de comparecimento às eleições europeias costumam ser consideravelmente menores que aqueles verificados nas eleições nacionais de cada país, ainda assim, nota-se uma diminuição de deputados eleitos pelos partidos socialdemocratas, mesmo num quadro de menos pulverização das legendas no Parlamento Europeu. Se verificamos a preferência partidária por país, veremos que o Partido Socialista Europeu foi o mais votado em apenas cinco países dentre os 28 que compõem a União Europeia: Suécia, Portugal, Países Baixos, Malta e Espanha. Para efeito de comparação, o Partido Popular

Europeu, o maior dentre os que compõem o Parlamento Europeu, foi o mais votado em 13 países (UNIÃO EUROPEIA, 2019).

No Reino Unido as eleições gerais de 2017 levaram Theresa May, do Partido Conservador, à vitória. Mas a renovação no interior da *New Labour* e a derrota de sua ala pró-Terceira Via trouxe bons resultados eleitorais ao partido. Embalados pela retórica anticapitalista de Jeremy Corbin o partido cresceu 9,8% no parlamento (BBC, 2017). Em Portugal, após os governos pró-austeridade de José Sócrates (PS) e Passos Coelho (PSD) o Partido Socialista superou, pela primeira vez, a barreira dos 30% nas eleições legislativas desde 2002, ficando em segundo lugar na preferência geral dos eleitores no pleito de 2015. Com o apoio parlamentar do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda (socialistas radicais) e dos Verdes, que juntos somaram 18,5% dos votos em duas listas separadas, o PS conquistou maioria para formar um governo anti-austeridade que se propõe a desmontar as medidas tomadas no auge da crise econômica (PORTUGAL, 2015).

Em outros países, porém, a situação da socialdemocracia não é confortável. Na Alemanha o SPD diminui seu eleitorado a cada pleito. No mais recente, realizado em 2017, o partido conquistou apenas 20,5% dos votos, cinco pontos a menos que em 2013 e bem distante dos 40% que lhe renderam a alcunha de “*volkspartei*” (o partido do povo). Na França a situação da socialdemocracia também é muito difícil. Depois do governo de François Hollande, que terminou com índices recordes de rejeição, o PS conquistou apenas 6% dos votos na última eleição, em abril de 2017. Na Holanda, o tradicional Partido do Trabalho (PvdA) obteve 5,7% dos votos na eleição do mesmo ano, contra 24,8% no pleito anterior, em 2012 (G1, 2017).

Na Itália, o Partido Democrático, herdeiro do PCI e principal legenda de centro-esquerda no país, perdeu 188 deputados nas eleições de 2018, alcançando mais de um milhão e meio de votos a menos que o pleito anterior. Na Suécia, principal vitrine da socialdemocracia conquistou 28,4% dos votos nas eleições legislativas de 2018, o menor índice da história. Na mesma eleição, o partido que mais cresceu foi o Democratas Suecos, legenda de extrema-direita e contra os imigrantes (MOUALLEM, 2018). Os exemplos são muitos e encontraríamos, certamente, casos que contrariem a regra como exceção apenas para confirmá-la. Ainda assim, parece haver fartos indícios de uma dificuldade da socialdemocracia em manter a mesma força eleitoral de outros tempos. É verdade, como lembra François Sabado, que “cada partido tem sua história, e são notáveis as diferenças entre, por uma parte, os laços que unem a socialdemocracia alemã e o Partido Trabalhista britânico aos respectivos movimentos sindicais, e, por outro lado, a distância entre o Partido Socialista francês com o movimento sindical do país” (SABADO, 2015). Mas todos

sofreram retrocessos eleitorais mais ou menos importantes. Alguns viram uma expressiva perda de filiados, como na Alemanha nos anos 1990, ainda que sigam se mantendo como força de primeira linha, enquanto outros, como o PASOK grego, afundaram (Idem, 2015).

A queda na votação dos partidos socialdemocratas, porém, não é suficiente para sustentar a hipótese de que estamos diante de uma crise das forças políticas do *establishment*, notadamente daquela que foi a corrente hegemônica entre as esquerdas desde a queda do Muro de Berlim. Recorremos, assim, a outros dois fenômenos eleitorais recentes que demonstram a crise do “centro político” formado pela socialdemocracia, de um lado, pelos partidos liberais tradicionais, de outro. O primeiro, é a saída do Reino Unido da zona do euro; a segunda é a eleição de Emmanuel Macron, na França. Entre eles, o perigoso crescimento da extrema-direita na periferia do capitalismo europeu (Polônia, Hungria, Áustria) e na Itália. Uma ruptura entre o que era considerado seguro e estável e uma opção pelos extremos. A crise das forças do chamado “centro político” é expressão da crise da própria democracia liberal. Na Europa, com seu arranjo supranacional na forma de instituições alijadas do cidadão comum, essa democracia parece um sonho distante. É aí que florescem os nacionalismos, a xenofobia, o ódio aos imigrantes, os populismos de direita e extrema-direita. Segundo Castells, “o temor da globalização incita a busca refúgio na nação; o medo do terrorismo predispõe a invocar a proteção do Estado; o multiculturalismo e a imigração induzem o chamamento à comunidade identitária” (CASTELLS, 2018). Para o sociólogo espanhol, a desconfiança com os partidos e instituições construídos em torno dos valores e projetos de outra época, alimenta a busca por novos atores políticos nos quais seja possível crer (Idem, 2018). É assim, segundo ele, que a crise de legitimidade democrática foi gerando o discurso do medo e alimentou o projeto político da extrema-direita na Europa e nos Estados Unidos.

1.5 A crise da democracia liberal como *ruptura*

Em junho de 2016, contra a posição do primeiro-ministro do Reino Unido (do Partido Conservador) e do New Labour, 51% dos britânicos decidiram, através de um plebiscito, que o país deveria deixar a União Europeia após 41 anos como parte do bloco. Segundo Castells, esse resultado deve ser buscado na insatisfação popular com as políticas dos governos – conservadores ou trabalhistas – e sua associação à ideia de “subordinação” da Inglaterra à União Europeia e seus efeitos sobre os processos de globalização financeira, deslocalização industrial e aumento da imigração e do desemprego (CASTELLS, 2018). Ou seja, quando essas questões, antes restritas aos arranjos entre lideranças políticas, tornaram-se parte do

debate público – graças à promessa eleitoral de David Cameron de realizar um plebiscito – ficou evidente o profundo mal-estar disseminado na sociedade inglesa. Segundo Castells:

Os partidários do Brexit centraram sua mobilização num objetivo fundamental, que dominou toda a campanha do referendo: retomar o controle do destino do país pelos próprios britânicos. Ou seja, uma reafirmação da soberania nacional. Não foi um nacionalismo de cunho imperial, ancorado na nostalgia de um passado glorioso, mas um reflexo defensivo buscando proteger o direito de estar em casa sem interferências (CASTELLS, 2018, p. 34).

Um certo pragmatismo alimentou a rejeição à presença do Reino Unido na UE. A integração regional, estimulada pela Terceira Via de Tony Blair, passou a ser associada à imigração desenfreada e, conseqüentemente, à concorrência entre os trabalhadores ingleses e estrangeiros. É uma postura reacionária, na medida em que se insurge contra a integração de povos e culturas, mas também expressa o desconforto com os efeitos da globalização, o domínio do mercado sobre os fluxos migratórios e, em última instância, sobre a vida dos cidadãos. A incapacidade dos partidos do *establishment* em responder a esse mal-estar, provocou uma rejeição maciça à posição defendida pelos três maiores partidos do Reino Unido, todos europeístas. O voto em favor do Brexit expressa a posição dos que, na terminologia usada na campanha, se sentem abandonados à própria sorte e marginalizados pela aceleração das mudanças tecnológicas, econômicas e institucionais. Ao notarem que as instituições não acompanham adequadamente essas transformações, gerando novas formas de representação, os indivíduos aderem à negação da globalização, identificada com a perda de soberania em favor das instituições supranacionais (Idem, 2018).

Por isso, não devemos associar automaticamente o massivo apoio ao Brexit a posições de extrema-direita. O antieuropeu Partido da Independência do Reino Unido (Ukip, na sigla em inglês) teve um desempenho eleitoral pífio nas últimas eleições legislativas, perdendo o único assento que possuíam na Câmara dos Comuns (BBC, 2017). O resultado a manifestação de protesto contra a unanimidade do *establishment* político e econômico em torno de políticas associadas com o pertencimento à Europa, incluindo aquelas voltadas à estabilidade do mercado, defendidas tanto pela direita do New Labour, quanto por liberais e conservadores (CASTELLS, 2018).

Nas eleições que se seguiram ao referendo, os trabalhistas, sob a liderança do veterano Jeremy Corbin, conhecido por rejeitar abertamente a Terceira Via de Blair, tiveram um desempenho extraordinário, conquistando mais de 40% dos votos (2% menos que o partido de Theresa May). A plataforma de Corbin apontava em sentido oposto àquele defendido pelos partidos da ordem, incluindo o New Labour de até pouco tempo antes. Ele propunha nacionalização de setores estratégicos da economia, como energia e transporte,

aumento dos gastos públicos em educação, saúde, habitação e políticas urbanas, gratuidade das matrículas nas universidades, tudo financiado com o aumento de impostos para milionários e grandes empresas. A campanha de Corbyn tornou-se uma febre entre os jovens, cansados das velhas promessas de sempre. E angariou apoio massivo também entre os operários abandonados pelo novo trabalhismo de Blair (Idem, 2018). Assim, a crise de legitimidade da União Europeia, suas instituições e dos partidos que as apoiavam colocou em xeque o consenso em torno do modelo social-liberal¹⁸ e fez tremer o bipartidarismo inglês, renovando o trabalhismo “de baixo pra cima” e dando força a uma corrente radical de esquerda¹⁹.

Na França a crise dos partidos tradicionais do centro político, o Partido Socialista e os Republicanos, se manifestou pelo crescimento das forças da esquerda radical e da direita nacionalista, mas principalmente, pelo surgimento do *macronismo*. Na eleição presidencial de 2017 uma surpreendente divisão do quadro político-partidário deu espaço para um novo ator, Emmanuel Macron, financista do banco Rothschild e ex-ministro da economia no governo de François Hollande (PS). Alcançando 24% dos votos no primeiro turno, contra 21% da candidata da extrema-direita, Marine Le Pen, 20% do candidato republicano de direita, François Fillon, e 20% do candidato da esquerda radical, Jean-Luc Mélenchon, a candidatura independente de Macron canalizou o cansaço e a descrença com os velhos partidos políticos na França (FRANÇA, 2017). No segundo turno, Macron venceu com facilidade. Os socialistas, então no governo, conquistaram míseros 6% dos votos com Benoît Hamon. Nas eleições legislativas do mesmo ano, o partido-movimento criado por Macron, o *En Marche*, conquistou votação massiva.

Embora vindo de dentro do sistema político tradicional, Macron se postulou como um personagem “antissistema”, canalizando boa parte dos votos de protesto. Embora a democracia liberal tenha ganhado fôlego na França, foi às custas do desabamento do sistema político que caracterizou a França durante cinco décadas (CASTELLS, 2018). Mais do que

¹⁸ O social-liberalismo, ou liberalismo social, é considerada uma vertente do liberalismo ou do neoliberalismo. Ela surge em meados dos anos 1990 no cenário internacional num contexto de consolidação da mundialização financeira e seus impactos no aumento das desigualdades sociais entre classes, países e regiões do planeta. Diante desse contexto, o social-liberalismo considera possível algum nível de intervenção do Estado na economia *exclusivamente* voltada às questões sociais, como combate à fome, assistência social, dentre outros. Para saber mais ver KATZ, C. Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

¹⁹ Nas eleições legislativas de 12 de dezembro de 2019, os trabalhistas sofreram uma dura derrota eleitoral, perdendo 59 cadeiras no Parlamento, seu pior resultado desde 1935. O movimento de renovação do trabalhismo encontrou seu limite no conturbado processo de saída do Reino Unido da União Europeia e no desejo dos eleitores de encontrarem uma liderança capaz de encerrar definitivamente o drama do Brexit. Isso explica porque os Conservadores venceram em tradicionais redutos trabalhistas. Ver mais em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/15/corbyn-pede-desculpas-ao-eleitorado-apos-dura-derrota-no-reino-unido.ghtml>

um triunfo de Macron, o que se viu foi uma rejeição maciça aos partidos tradicionais franceses, ou seja, os republicanos de centro-direita e os socialistas de centro-esquerda, que não somaram nem 30% dos votos. O que se vê, portanto, é que o sistema político tradicional, tomado pela corrupção e pela lógica gerencial de administração dos assuntos econômicos, desaba ante a desconfiança generalizada dos cidadãos que buscam algo diferentes, mesmo que sem grande entusiasmo, como demonstram os níveis de abstenção das eleições legislativas (51%) e a baixa representatividade dos parlamentares eleitos (Idem, 2018).

Na Inglaterra e na França, portanto, a crise da democracia liberal se manifestou à luz do dia. O grande consenso em torno do sistema político, dos mecanismos de gestão macroeconômica e mesmo das instituições supranacionais de uma União Europeia pouco democrática, dá evidentes sinais de fadiga. A crise do projeto europeu reforça tendências de afirmação da identidade nacional, que derivam para toda sorte de nacionalismo. Mas esse não é um fenômeno puramente europeu, ainda que lá o contexto de crise migratória o agrave sobremaneira. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, de Rodrigo Duterte nas Filipinas, do partido Lei e Justiça na Polônia, de Jair Bolsonaro no Brasil, dentre outros, mostra uma crise generalizada dos elementos que garantiram a afirmação da democracia liberal, senão como experiência prática, como modelo político a ser perseguido.

Na Grécia, essa crise de legitimidade dos partidos do “centro” político, os fiadores principais da democracia liberal, fez com que a esquerda radical, representada pelo Syriza, chegasse ao governo. Na Espanha fez emergir dois novos atores políticos, Ciudadanos e Podemos, colocando fim ao bipartidarismo espanhol e reconfigurando todo o sistema político. Na Itália a ascensão da neofascista Liga do Norte e do Movimento Cinco Estrelas rompe com o antigo equilíbrio mantido historicamente por socialdemocratas e democratas-cristãos. Mesmo nos Estados Unidos, a vitória de Trump foi precedida de uma dura disputa no interior do Partido Republicano, onde o magnata novaiorquino teve de bater adversários que representavam a tentativa de sobrevivência do velho *establishment*. O mesmo, aliás, aconteceu no Partido Democrata, onde o veterano senador Bernie Sanders encarnou a luta contra Wall Street na disputa com Hilary Clinton, a candidata dos bancos, que acabou sagrando-se vencedora para, em seguida, perder as eleições para Trump.

Na América latina os exemplos também são numerosos. A eleição, no México, do primeiro presidente de fora dos três partidos que dominam o sistema partidário mexicano – PRI, PAN e PRD – é um fato absolutamente novo. O surgimento de potentes movimentos de esquerda independentes no Chile e Peru, assim como o surgimento de uma corrente de extrema-direita de massas no Brasil, também são sintomas de que a democracia liberal vive momentos de instabilidade ao sul do Equador. A crise econômica, os impactos da

globalização neoliberal e o esgotamento de um ciclo de governos progressistas na América do Sul formam as condições para que a crise que se vê do outro lado do Atlântico, em democracias muito mais consolidadas, chega também ao continente americano.

1.6 Uma breve reflexão sobre a relação entre hegemonia e consenso

Sustentamos que a crise de legitimidade da democracia liberal como sistema de organização do poder no Ocidente encontra bases na falência das formas de representação instituídas desde o pós-guerra, especialmente na Europa. Essa crise se aprofunda na medida em que os atores políticos que dão estabilidade ao sistema, particularmente os partidos de centro-esquerda e centro-direita, se comprometem de tal forma com a gestão dos interesses do mercado que passam a ignorar as demandas da maioria dos cidadãos. Essa crise de representatividade é o que permite o surgimento de novos atores políticos à direita e à esquerda. Analisando em particular a crise da socialdemocracia, uma das forças que asseguraram à democracia liberal a condição de modelo dominante no último século em todo o Ocidente, buscaremos, no capítulo seguinte, notar como surgem e porque vias se institucionalizam os movimentos da chamada “nova esquerda”. Mas antes, vamos precisar melhor como se dá o processo de “crise de hegemonia” e ruptura do consenso estabelecido em torno de uma determinada forma de organização do poder.

A maioria dos estudos sobre a democracia e a ação dos atores políticos nas esquerdas se desenvolveu nos últimos trinta anos a partir do colapso da fórmula leninista de ação política. Essa etapa foi superada. Agora entra em cena a virtual crise da hegemonia socialdemocrata e suas variantes reformistas na Europa e na América Latina. Por isso, o conceito de *hegemonia* é chave. Ele sofreu múltiplas transformações desde que foi introduzido no pensamento marxiano. Os usos e interpretações presentes nas obras de Rosa Luxemburgo, Kautsky, Bernstein, Sorel, Lenin, Gramsci, entre outros, demonstram uma tentativa de determinar a natureza da dominação a partir dos elementos que a justificam no plano das ideias. Para Gramsci, as classes – ou frações de classe – exercem seu domínio através de uma direção “político-cultural” e não meramente por meio da coerção. Gramsci pensa o Estado ampliado (sociedade civil + sociedade política) como um terreno de permanente interação. Desse modo, o poder não estaria nem “concentrado” no Estado, nem “disseminado” pela sociedade. Ele transitaria entre essas duas esferas numa relação de construção dialética do social. A cultura cumpriria papel fundamental na conformação dessa realidade, como demonstram Mendonça e Fontes:

Cultura, para Gramsci, compõe-se do conjunto dos projetos e visões de mundo – pautado por valores, crenças e auto percepções de indivíduos e grupos sobre seu lugar social – desenvolvidos por cada classe ou fração em permanente disputa [...]. É a disputa pela afirmação da hegemonia de certa fração de classe – organizada em seus aparelhos privados de hegemonia – que institui não só a política, como o Estado ampliado, ambos indissociáveis da cultura. Logo, em Gramsci, cultura e política estão inseparáveis, mas não à maneira dos que pretendem reduzi-las ao espaço etéreo das ideias e representações sem vínculos com a base socioeconômica de onde emergem, tampouco como os que as analisam como um conjunto homogêneo, desprovido de conflitos e tensões, “apaziguados” por abordagens culturalistas (2012, p. 63).

Para Gramsci, a construção da hegemonia do proletariado se daria no momento em que este conseguisse transformar seus interesses “egoístico-passionais” em vontade coletiva nacional-popular, ou seja, quando conquistasse um tal grau de legitimidade em torno de suas necessidades que permitisse a uma iniciativa política englobar a totalidade dos extratos de um país, transformando os interesses populares em interesses “nacionais” (COUTINHO, 2007, p. 169).

Em seu *Hegemonia e Estratégia Socialista*, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau buscam desenvolver uma genealogia do conceito de hegemonia e atualizá-lo em função das necessidades de construção de uma democracia radical. A expansão dos usos e significados atribuídos ao conceito está, segundo os autores, diretamente relacionada à rejeição progressiva da categoria de necessidade histórica e à aceitação da indeterminação do social. Contudo, para Laclau e Mouffe, nenhum dos autores que buscaram atualizar o conceito de hegemonia conseguiram romper completamente com o essencialismo da teoria marxista clássica, especialmente no que tange à questão do reducionismo economicista. Para eles, a hegemonia deve ser entendida como operação política de construção do social; ela ocorre quando uma particularidade, através da articulação contingente, assume a tarefa de representar várias outras particularidades como universal compartilhado (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 117).

Para Laclau e Mouffe, no entanto, o campo discursivo seria a arena principal da disputa de hegemonia, já que ele expressaria exatamente aquilo que conhecemos por campo do social. Logo, deveríamos aceitar que todas as práticas sociais sejam práticas discursivas e que as identidades sociais sejam, a partir desta perspectiva, discursos. Isso não significa que Laclau e Mouffe defendam a conversão do campo social em campo linguístico. Quando os autores falam em campo do discurso, ou em discursos, o que está subentendido é o acolhimento da dimensão simbólica como parte das construções sociais. A atualização oferecida ao conceito de hegemonia nos parece útil, na medida em que permite pensar como os atores sociais se veem e a que posições políticas se sentem mais ou menos vinculados.

Complementar ao conceito de *hegemonia* em Mouffe, Laclau e Gramsci, chamo atenção ainda ao tema dos fatores que expressam, nas palavras de Poulantzas, as condições para definir a relação de forças e o caráter do campo do social (1986). O conceito de *condensação* é fundamental para ajustar a discussão em torno da hegemonia às permanentes transformações sociais, econômicas e políticas que interagem aleatoriamente com o campo do discurso. Isto é, através da contribuição de Poulantzas, podemos afirmar que a política, a economia e a ideologia são bases comuns do estabelecimento da hegemonia, no contexto das formações socioeconômicas da ordem capitalista. Podemos compreender que a crise da democracia liberal expressa, também, as metamorfoses das bases materiais sobre as quais se condensaram os sistemas políticos tal como os conhecemos a, partir da crise da globalização neoliberal e dos limites estruturais impostos à valorização do capital.

Ao conceituar o Estado como a condensação de uma relação, Poulantzas nos ajuda a evitar os impasses do pseudo dilema da discussão sobre o Estado, no qual se acentuam duas interpretações básicas: o Estado concebido como coisa-instrumento e o Estado concebido como sujeito (SILVA; RODRIGUEZ, 2015). Contra a ideia de que o Estado seria apenas um mecanismo a serviço da arbitrariedade da burguesia – como vaticinou Marx no Manifesto Comunista – Poulantzas defende, se aproximando de Gramsci, que o Estado moderno expressa “a condensação material e específica de uma *relação de forças* entre classes e frações de classes” (POULANTZAS, 1985). Deste modo, as contradições de classe representam a base material e organizacional do Estado que se concentra mediante o hiato de duas questões que se condensam: a relação do Estado com as classes dirigentes e a relação do Estado com as classes dirigidas, ou seja, as massas (SILVA; RODRIGUEZ, 2015). A democracia liberal, portanto, representaria a base material de uma dada relação social estabelecida entre as classes dominadas e dominantes, por isso o processo de transição do capitalismo para o socialismo, para Poulantzas, passa necessariamente pela superação da forma tradicional de democracia liberal e, concomitantemente, a implantação de uma democracia direta.

Poulantzas afirma que “a ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de ideias ou de representações”, mas também numa série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais (POULANTZAS, 1986). Ou seja, o campo do social conforma uma totalidade onde a constituição dos discursos expressa a condensação material de uma dada hegemonia. Para Poulantzas, o conceito de “bloco no poder” como uma unidade contraditória e dinâmica entre distintas classes e/ou frações de classes sob hegemonia de uma dessas frações, explica porque a tomada do poder não pode ser pensada tão somente em

termos de “assalto aos céus” como por muito tempo se imaginou: ela inclui, fundamentalmente, a disputa em torno de visões de mundo – ou, nos dizeres de Laclau e Mouffe, de *discursos*.

A ideia de “sedimentação” de Laclau dialoga com o conceito de “condensação” de Poulantzas, quando se trata de analisar a hegemonia e o momento no qual ela alcança certa estabilidade, tomando a forma de aparente realidade imutável. Ambos são úteis à discussão sobre a crise da democracia liberal e o surgimento de novos atores sociais que expressam o fim do consenso formado em torno da forma liberal da democracia. Os novos partidos e movimentos que ocuparam espaço no quadro político e partidário na Europa e América Latina nos últimos anos não surgem apenas pela presença das desigualdades nem por cálculos racionais de interesses. As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica – oriunda de condições materiais determinadas – quanto a formação de identidades coletivas e solidariedades que se identificam com dado projeto político e com ele interagem na perspectiva de fortalecer seus objetivos estratégicos. Portanto, é natural que a crise dessa velha ordem política adote múltiplas formas, que vão desde a subversão das instituições da democracia liberal por caudilhos narcisistas, até a renovação aparente e transitória da representação política através da cooptação de projetos de mudança (CASTELLS, 20018).

No campo das esquerdas, a crise da socialdemocracia e o surgimento de uma nova esquerda é expressão das transformações no campo das organizações políticas que entraram o século XXI desafiadas a interpretar as mudanças que a nova etapa da acumulação capitalista trouxe para a formação das identidades políticas. A ausência de uma classe operária industrial identificada com as promessas socialdemocratas e fragmentação do mundo do trabalho atingiu em cheio os velhos partidos socialdemocratas, produto de outro tempo histórico. A luta pela construção de um “nós” contra um “eles” é parte da disputa dos movimentos sociais da nova esquerda pela constituição de um novo sentido coletivo que possa criar a “classe nacional” de Gramsci e instituir a nova democracia.

1.7 A Nova Esquerda: uma introdução

Na virada do século XXI a esquerda mundial olhava para a América Latina. Enquanto a socialdemocracia na Europa se tornava gradativamente uma máquina pesada voltada para a disputa de eleições e a formação de governos com o propósito de administrar o neoliberalismo, do outro lado do Atlântico novas formas de resistência se ampliavam. No México, a inovação de práticas e discursos promovido pelos zapatistas; na Argentina, o movimento dos *piqueteros*; no Brasil a luta dos trabalhadores rurais sem-terra e as

experiências de participação popular nos governos do Partido dos Trabalhadores; na Venezuela, a eleição de um presidente abertamente anti-imperialista; na Bolívia, um crescente processo de organização popular da maioria indígena.

Quase vinte anos depois, muito mudou. A maioria dos países latino-americanos passou pela experiência de governos progressistas, parte dos movimentos sociais se institucionalizou ou perdeu força e uma onda de retrocessos políticos e sociais ganhou força em vários países do continente. Isso para não mencionar os descaminhos da Revolução Bolivariana na Venezuela, o golpe racista na Bolívia e a escalada repressiva do governo da Frente Sandinista na Nicarágua. A América Latina é, para muitos, um continente em desencanto.

Foi na Europa, onde o *Welfare State* foi abalado pela política de austeridade imposta das instituições multilaterais da União Europeia, onde renasceu a proposta de uma nova esquerda, essencialmente “pós socialdemocrata”. As sementes foram plantadas no início do século pelos movimentos antiglobalização, pelos protestos contra a participação de diversos países do continente europeu nas guerras do Iraque e Afeganistão, pela nova onda ecologista e pela renovação do movimento feminista. Ali, novas formas de ação ganharam espaço, novas práticas foram incorporadas e novos discursos ganharam vez. Mas foi a crise econômica de 2008 que demonstrou que uma nova fase dos movimentos sociais se aproximava.

De acordo com Lima e Artiles (2014), no período que se seguiu à eclosão da crise financeira internacional de 2008 os protestos expressando descontentamento aumentaram em todo o mundo. Um estudo recente divulgado por Lima e Artiles analisando os protestos sociais entre 2006 e 2013 em 87 países, abrangendo 90% da população mundial, constatou a escalada dos protestos sociais neste período e a sua elevada incidência na Europa. Apesar da multiplicação das greves gerais, este estudo sublinhou a prevalência de outros modos de protesto, como as manifestações de massas, as assembleias de protesto e as ocupações, destacando que, embora a justiça econômica tenha estado no centro dos protestos, estes foram potencializados pelo déficit democrático e pela exigência de “democracia real” (LIMA & ARTILES, 2014).

Ao comparar a onda de protestos que emergiu no início do século XXI, expressa no movimento pela Justiça Global, com a nova onda de protestos que varreu a Europa em reação à crise financeira internacional e às políticas de austeridade, Della Porta (2012) destaca que a primeira se orientou do nível transnacional para o nível nacional, enquanto a nova onda tomou o caminho inverso. Nesta última, os protestos acompanharam a geografia da crise econômica, que atingiu com diferentes intensidades e em diferentes tempos os países

européus, iniciando-se em 2008/2009 na Islândia e prosseguindo em 2011 em Portugal, Espanha e Grécia, atingindo em seguida os Estados Unidos e vários outros países.

O ano de 2011 registra um pico de protestos organizados pela sociedade civil que têm como característica comum um claro enfrentamento aos pactos político-institucionais vigentes. O principal foco desses protestos foi o norte da África, no que ficou conhecido como “Primavera Árabe” (PINTO, 2012). Na Europa esses protestos tiveram mais peso na Espanha, com o movimento dos “indignados” e o grande protesto convocado para o dia 15 de maio de 2011 (conhecido como 15M). Motivados pelo lema “democracia real ya!” os indignados construíram um acampamento no centro de Madri e estimularam manifestações semelhantes na Grécia, França, Portugal, Itália e também fora do continente europeu, como Japão e Estados Unidos. No coração do sistema financeiro, em Nova York, um movimento intitulado *Occupy Wall Street* tomou dimensões multitudinárias meses depois do surgimento dos indignados espanhóis. Esses movimentos tinham em comum cinco características: 1) a independência em relação às grandes máquinas partidárias; 2) o uso das redes sociais e da internet como forma de mobilizar e promover novas performances; 3) a forte presença de jovens na composição social dos protestos e em sua liderança; 4) a apropriação por parte dos movimentos dos espaços públicos, especialmente praças ou parques e; 5) capacidade de agregar amplos segmentos sociais e evitar, assim, qualquer tendência ao corporativismo (Idem, 2012).

Segundo Monedero Fernández (2018) esses movimentos representam uma resposta ao esgotamento da democracia representativa e do modelo neoliberal. Ele reconhece, no entanto, que essa oposição ao neoliberalismo e sua representação política – a democracia liberal – se dá em dois tempos: um “destituinte” e outro “constituente”:

Na fase destituente, podem coincidir formações políticas que advêm de realidades radicalmente diferentes, como a Frente Nacional francesa (extrema-direita xenófoba fundada por um colaborador do nazismo), o 5 Stelle italiano (fundado por um comediante televisivo com o naufrágio do berlusconismo e com retalhos da velha esquerda comunista) ou o Podemos na Espanha (nascido do movimento 15M e do esgotamento dos partidos da esquerda socialista e comunista). A diferença está no fato do populismo conservador nunca impugnar o sistema, mas sim, os “excessos do sistema” (a burocracia, a corrupção, os privilégios dos políticos, a exclusão de setores crescentes da sociedade, as desigualdades extremas ou, no caso da União Europeia, a perda de soberania nacional). (MONEDERO, 2018, p. 218).

Como se vê, o momento “destituinte”, aquele no qual se formula a crítica ao modelo econômico e à incapacidade do sistema política de representar os anseios das maiorias, pode reunir diferentes discursos e espectros políticos. Seria no momento “constituente”, segundo Monedero, que a diferença de projetos se manifestaria, como aconteceu na Espanha.

Nos principais países da Europa Ocidental a onda de protestos impulsionou novos movimentos políticos ou fortaleceu aqueles que a eles se vincularam. Na Espanha, o 15M deu origem ao Podemos; em Portugal o movimento Geração à Rasca²⁰ acabou redundando num fortalecimento do Bloco de Esquerda, junção de forças políticas da esquerda radical; na França o movimento *Nuit debot*²¹ impulsionou a criação do movimento França Insubmissa e a candidatura de Jean-Luc Mélenchon; nos Estados Unidos, o que sobrou do movimento *Ocupy Wall Street* redundou na candidatura de Bernie Sanders às primárias democratas e, posteriormente, na criação do movimento *Our Revolution*²²; na Inglaterra a crise econômica e política promoveu uma renovação do trabalhismo com a ascensão de Jeremy Corbin; na Grécia os protestos levaram ao fortalecimento do Syriza e sua vitória eleitoral em 2015.

Mas como vimos, o período coincide com o surgimento e/ou fortalecimento de partidos e movimentos de extrema-direita. Como afirmar, portanto, que a maioria dos participantes dos protestos apresentavam uma inclinação político-ideológica à esquerda (já que não está em questão o espectro dos partidos, autoproclamados como tal)? Como vimos, o período coincide com uma diminuição da preferência eleitoral pelos partidos socialdemocratas em toda a Europa. Esse, por si só, é um indicativo da alteração do comportamento eleitoral de parte da sociedade. Outro indicativo pode ser a análise dos dados de participação dos cidadãos europeus em manifestações de protesto, com base nos dados do Inquérito Social Europeu (European Social Survey, ESS), realizada por Lima e Artilles (2014). Nessa pesquisa foram avaliados a influência da ideologia política na participação individual em manifestações de protesto (escala de 0 a 10, em que 0 representa a esquerda e 10 a direita). Considerou-se também a influência dos valores coletivos de solidariedade e justiça social, incluindo a opinião quanto ao dever de o governo reduzir a pobreza, avaliada numa escala de 0 a 10, em que 0 representa os valores individualistas e 10 os valores coletivos/solidariedade. Em todos os quatro grupos analisados, divididos por renda e ocupação, predominam posições à esquerda (Idem, 2014).

²⁰ “Geração à Rasca” foi o nome dado em Portugal a um conjunto de manifestações apartidárias ocorridas em março de 2011 que tinham como foco a melhorias das condições laborais e a denúncia da precariedade do trabalho. Foram as maiores manifestações não vinculadas a partidos políticos desde a Revolução dos Cravos (1975).

²¹ *Nuit debot* (noite de pé) é um movimento que reuniu milhares de franceses – especialmente jovens – em permanente estado de mobilização na Place de la République, no centro de Paris, durante o verão de 2016, defendendo a refundação da política na França e denunciando os efeitos da crise econômica.

²² O movimento *Our Revolution* (nossa revolução) é um movimento político, independente, organizado pela sociedade civil, que aposta na mudança progressiva do sistema político e assume uma agenda de defesa de direitos e da democracia. Ao final de um ano de existência, o *Our Revolution* tinha organizado 380 grupos de base presentes em 49 estados dos Estados Unidos.

Ao longo deste trabalho, portanto, ao mencionarmos o conceito de “nova esquerda” estaremos nos referindo a uma geração de partidos e/ou movimentos que surgiram ou ganharam protagonismo a partir de seus laços com a profunda crítica promovida pelos protestos de rua aos partidos que buscaram gerir a crise econômica de modo a salvar o sistema financeiro e socializar os prejuízos com os mais pobres. A nova esquerda, portanto, é um fenômeno que nasce da crítica radical ao sistema e aos atores políticos que o sustentam a combalida democracia liberal. No próximo capítulo analisamos esse fenômeno na América Latina e como ele surge combinando a crítica aos limites das experiências socialdemocratas de governo (ou “progressistas”), o déficit democrático na região e a denúncia do neoliberalismo.

CAPÍTULO 2 – NOVA ESQUERDA E CRISE DO PROGRESSISMO

Neste capítulo exploramos mais detidamente a natureza do que chamamos de nova esquerda, suas origens nas novas mobilizações sociais, sua perspectiva diante do tema das classes sociais, como transitam da condição de movimentos sociais até chegarem à decisão de incorporar-se ao sistema político (onde isso ocorreu), como se dá esse processo de institucionalização, quais as principais referências teóricas sobre o tema e os dilemas encontrados. Também buscaremos demonstrar que esse processo se desenvolve na América Latina em condições particulares, mas que, como na Europa, responde também à crise das forças hegemônicas da esquerda no continente, cabendo ao chamado “progressismo” cumprir papel análogo ao da socialdemocracia europeia. Por fim, buscaremos apresentar um breve panorama da nova esquerda no continente e como ela se inscreve na história política latino-americana, preparando a abordagem dos casos no capítulo seguinte e apresentando as variáveis que serão analisadas.

2.1 Movimentos sociais e composição social da nova esquerda

Formulando uma genealogia dos processos de contestação que eclodiram em 2011, Santos (2014) aponta para diferentes contextos regionais, históricos e geográficos. Primeiro, a chamada “Primavera Árabe”, que surge do colapso dos projetos nacional-populares no Magreb e Oriente Médio; segundo, o movimento *Occupy Wall Street*, que surge nos Estados Unidos no contexto de crise econômica; e terceiro, os levantes da juventude na Europa como resposta à erosão da socialdemocracia e do Estado de Bem-Estar Social. Na América Latina as chamadas “revoltas de indignação” começam em 2011, com o levante estudantil no Chile. Ele afirma que, independentemente dos seus contextos nacionais, as revoltas de 2011 apresentam pontos de identidade comuns que subvertem a racionalidade política hegemônica a abrem espaço para novas agendas em favor de uma radicalidade democrática e críticas ao controle do mercado sobre o conjunto das relações sociais.

Essa identidade compartilhada, no entanto, não deve esconder as particularidades de cada processo. Em cada país as “revoltas de indignação” foram capitaneadas por setores sociais particulares com reivindicações de caráter nacional. O aspecto comum a ser destacado é o protagonismo de movimentos sociais, muitas vezes espontâneos, que rejeitavam o sistema político e reivindicavam uma nova forma de organização do poder. A onda de protestos de 2011 fez surgir novos protagonistas da luta social e política. Alguns

deles tornaram-se líderes políticos e estimularam processos de formação de novos partidos, como veremos a seguir. Antes, porém, convém apresentar um panorama das referências teóricas sobre a ação dos movimentos sociais presentes nesse trabalho.

Três abordagens teóricas têm relevância na análise aqui desenvolvida. A primeira consiste nas teorias que tratam dos impasses da democracia, que se aprofundaram ainda mais a partir das “transformações drásticas da estrutura social que estão na origem de novos paradigmas de formação de identidades sociais e políticas”, segundo Mouffe e Laclau (2015, p. 33). A segunda consiste na relação entre as contingências impostas pelas transformações no padrão de acumulação capitalista promovidas no bojo da globalização financeira e seus impactos sobre a ação coletiva, analisando o potencial *antigeopolítico* dos movimentos sociais e sua relação com a estrutura de classes (PRECIADO; UC, 2012). E a terceira, e mais relevante para o fenômeno que buscamos analisar, diz respeito à relação entre movimentos sociais e sistema partidário, tema que se tornou particularmente complexo na América Latina a partir da eleição de governos de origem progressista em diversos países (ZIBECHI, 2005).

Esses três aspectos – impasses da democracia, transformações no sistema do capital, ação dos movimentos sociais e sua relação com o sistema partidário – formam a base de nossa análise teórica sobre os processos que levaram ao surgimento de novos atores sociais pós 2011. Não se trata, porém, de ressaltar a existência de novos (ou “novíssimos”) movimentos sociais. Como ressalta Doimo (1995), um dos principais problemas dos modelos interpretativos sobre movimentos sociais é a obsessão por diferenciar os “novos” e os “velhos” movimentos e pela constante polarização entre a valorização da racionalidade política e a negação da institucionalidade. Consideramos que os movimentos sociais analisados neste trabalho são parte do processo de disputa pela construção de uma sociedade radicalmente democrática – ou, pelo menos, para incrementar um duplo poder com vistas à criação de uma força sociopolítica alternativa à lógica do Estado capitalista. Por isso nos interessam particularmente os movimentos sociais que se identificam como parte de um processo de resistência aos efeitos da globalização neoliberal, mas que também promovem uma crítica estrutural aos limites da democracia liberal como forma de organização do sistema político.

Ainda de acordo com Doimo (1995), no Brasil, até a década de 1990, os estudos sobre movimentos sociais se desenvolveram a partir de três matrizes. A primeira ressalta as contradições urbanas como parte central dos conflitos da sociedade capitalista, uma vez que são determinadas pelo caráter classista do Estado; a segunda se referencia na crítica culturalista de Thompson à noção “economicista” do marxismo de caráter estruturalista; e uma terceira, que analisa as relações entre movimentos e institucionalidade, sustentando que,

devido à sua enorme fragmentação interna, os movimentos sociais reivindicam direitos de cidadania e não transformações estruturais na sociedade.

As duas primeiras leituras se situam no campo do marxismo e esperam dos movimentos sociais a capacidade de promover uma ruptura com a estrutura capitalista, por sua promessa de democracia de base ou direta, de autonomia em relação ao Estado e aos partidos. Os movimentos que analisaremos surgem fora dos canais tradicionais de mediação política; fora da esfera produtiva; surgem em espaços marcados pelas carências geradas pela crise do sistema capitalista e pela crítica radical aos limites da democracia. São processos sociais que tomam a forma de movimentos de massa (GOHN, 2012).

Podemos questionar, portanto, se esses movimentos, por seu caráter fragmentário e disruptivo, poderiam ser considerados movimentos de caráter anticapitalista. Esse, de fato, não é um debate novo. As teorias dos movimentos sociais floresceram nos anos 1960. Nessa época ganharam maior visibilidade movimentos que não se baseavam exclusivamente no conflito capital \times trabalho, mas em outros contenciosos que envolviam temas como etnia, gênero e formas de vida, foram reinterpretados pela teoria sobre movimentos sociais. Não eram reações individuais contra injustiças, mas ações coordenadas entre milhares de pessoas. Os primeiros estudos classificaram essas novas lutas como “demandas pós-materiais” porque transitavam das condições de vida para a qualidade da vida (TOURAINÉ, 1969; DE MASI, 1999; LACLAU & MOUFFÉ, 2015 (1985), INGLEHART, 1997; GORZ, 1987). No caso dos movimentos sociais surgidos em 2011 estamos diante da combinação das duas dimensões: a reivindicação de melhores condições de vida combinada à reivindicação que nada seja decidido sem a participação daqueles e daquelas diretamente afetados pelas decisões.

Buscando explicar as transformações na ação dos movimentos sociais no século passado, as teorias se agruparam em pelo menos três abordagens principais: a) Teoria da Mobilização de Recursos; b) Teoria do Processo Político, c) Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) privilegiava o cálculo racional e individual entre benefícios e custos da ação política. Dialogando com a sociologia das organizações e com uma abordagem racionalista, esperava que os movimentos gerariam especialização, burocratização e concorrência (ALONSO, 2009). A Teoria do Processo Político (TPP) se propõe a ser uma espécie de teoria da mobilização política. O objetivo é identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente por meio da comparação entre casos. Essa abordagem reconhece o lugar da cultura (na forma de *solidariedade*), mas considera que a solidariedade não gera *ação* sem a existência de recursos que permitam a mobilização. Em síntese essa teoria defende que a ação se gera por meio do

conflito entre partes, uma no Estado e outra na Sociedade Civil (na forma de “detentores do poder” *versus* “desafiantes”) e recorre ao conceito de “repertórios” para descrever as formas de ação política e ao de “estrutura de oportunidades políticas” para explicar por que e quando emergem movimentos sociais. Por fim, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) defende que a ação dos movimentos se dá numa sociedade como “pós-industrial” que não tem mais como centro o conflito em torno da produção e do trabalho. Como esses conflitos teriam se diluído e incorporados pelas instituições democráticas, a dominação seria agora eminentemente cultural. Os novos sujeitos não seriam *classes*, mas *grupos sociais marginalizados* que teriam em comum uma atitude de *oposição*. Essa teoria fortalece o conceito de sociedade civil como mundo apartado do mercado e do Estado. Os movimentos sociais seriam “*formas particularistas de resistência reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação do tempo, espaço e relações cotidianas*” (Idem, p. 64).

Todas essas teorias trouxeram importantes inovações interpretativas para a análise dos movimentos sociais. Mas também apresentam limites. Edelman (2001), por exemplo, sustenta que a TNMS explicaria mal casos não europeus onde o processo de mudança socioeconômica não seguiu os mesmos padrões. Ao ignorar demandas materiais existentes, por exemplo, na luta dos camponeses ou indígenas na América Latina, essa abordagem apresentaria limites evidentemente eurocêntricos. Outros, como Plotke (1990), defendem que a distinção entre “velhos” e “novos” movimentos sociais não faz sentido já que, em qualquer tempo, movimentos sociais combinam demandas materiais e aspectos simbólicos. Cohen (1985) destaca a distinção entre utilitaristas ou “objetivistas”, que focam interesses, condições materiais e caráter estratégico da ação coletiva (TPP e TMR) *versus* “subjetivistas”, que focariam mais na intencionalidade, valores e identidades dos grupos mobilizados.

Como argumenta Alonso (2009), nos anos 90 os estudos convergiram para a ideia de que os movimentos sociais não surgem apenas pela presença da desigualdade nem pelo cálculo racional de interesses. As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica quanto a formação de identidades coletivas e solidariedades. A formação desse consenso foi importante. Mas não resolveu temas como a relação dos movimentos sociais com a democracia e o Estado, a dimensão nacional e transnacional de sua ação e o lugar da luta econômica em contextos de desmonte neoliberal.

A literatura que distingue “velhos” e “novos” movimentos sociais afirma que os velhos movimentos sociais, constituídos pelas ações coletivas desencadeadas desde finais do século XIX, seriam aqueles voltados essencialmente à reivindicação por direitos cívicos,

políticos e sociais associados a conflitos de classe que opõem capital e trabalho. Enquanto isso, os novos movimentos sociais, surgidos na década de 1960, seriam o resultado de novos conflitos e reivindicações decorrentes da então emergente sociedade pós-industrial, onde se enquadrariam os direitos estudantis, feministas, ambientalistas, pacifistas, os direitos sobre orientação sexual, raça, etnia, saúde, bem como o direito à democracia, à informação, ao pluralismo e à participação na vida coletiva (MATOS, 2012). Acontece que os movimentos de protesto que eclodiram a partir da crise econômica de 2008 – bem como os movimentos que ganharam força na América Latina ao longo dos anos 1990 – articulam dimensões que podem ser atribuídas aos “novos” e aos “velhos” movimentos sociais, naquilo que Lima e Artiles (2014) chamaram de “novíssimos movimentos sociais”, já que a onda de mobilizações que teve início em 2011 articula de modo explícito as reivindicações dos “velhos” movimentos sociais não concretizadas ou suprimidas, em particular os direitos laborais, contestando ao mesmo tempo a concentração de rendimento e de riqueza dos 1% das classes dominantes e o empobrecimento dos 99% (LIMA e ARTILES, 2014).

Ao mesmo tempo, a combinação entre a exigência de democracia real, com forte apelo popular, e a reação contra as políticas econômicas neoliberais defendidas e implementadas por uma elite política e econômica no poder, colocam em xeque a proclamada superação do conflito de classes na sociedade pós-industrial. Se por um lado é inquestionável que as mobilizações de protesto não podem ser entendidas apenas como expressão do agravamento das condições econômicas e sociais, reconhecendo as motivações metapolíticas relacionadas com a insatisfação com o funcionamento da democracia e com a ausência de respostas do sistema político (DELLA PORTA, 2012; CASTELLS, 2012), por outro, decretar a inexistência do conflito de classes e a impertinência de se estudar esse fenômeno nos parece um erro. O fenômeno está aí para quem quiser ver: foram 24 greves gerais na Europa no período em que os novíssimos movimentos sociais ganharam protagonismo (entre 2010 e 2013) na Grécia, Portugal, Espanha, Itália, França, Polônia e Romênia (ORTIZ *et al.*, 2013). O conflito entre “os de baixo”, aqueles que vivem – ou querem viver – do trabalho, e os donos do poder, continua mais atual do que nunca.

2.2 Democracia, classe e sistema político

Defendemos que, na base da ação dos novos movimentos sociais, se articulam elementos de defesa do aprofundamento da democracia e uma forte crítica à estrutura de classes e ao sistema político baseado na democracia liberal. Como vimos, importantes reflexões sobre a formação do *social* na contemporaneidade advogam que o mundo pós-

industrial substituiu definitivamente os conflitos de classe por novos contenciosos. Nas Ciências Sociais como um todo, e na Ciência Política em particular, importantes contribuições que identificavam na estrutura de classes do capitalismo um entrave para o aprofundamento da democracia foram paulatinamente perdendo influência. Mas esse é um fenômeno recente. Como lembra Miguel:

Basta lembrar, por exemplo, a obra de Carole Pateman (1992 [1970]) ou a de C. B. Macpherson (1978 [1977]), autores que identificavam, nas assimetrias de recursos materiais, de influência e de socialização entre trabalhadores e patrões, os principais obstáculos à realização das promessas da democracia. Mesmo entre autores liberais, tais problemas eram abordados. Robert Dahl, numa revisão de sua teoria pluralista, observava que o caminho para o aprofundamento da democracia passava necessariamente pela superação do capitalismo – segundo ele, na direção de alguma forma de economia auto gestonária de mercado (Dahl, 1990 [1985]). Ou ainda *Uma teoria da justiça*, de John Rawls (1997 [1971]), em que ele afirma de forma expressa que os caminhos para a construção de uma sociedade justa (o que inclui, necessariamente, um ordenamento político democrático) são ou o “socialismo liberal” ou um capitalismo de pequenos proprietários, com nítidos ecos rousseauianos, no qual as principais desigualdades do capitalismo estariam dissolvidas e a igualdade de classes seria estabelecida. (MIGUEL, 2012 p. 94)

Apesar disso, segundo Miguel, o reconhecimento das assimetrias de classe como obstáculos à promoção da democracia foi sendo gradualmente ignorado e substituído – invés de complementado – por outras formas de opressão e dominação. Isso se deve, dentre outros fatores, à derrota dos projetos pós-capitalistas liderados pela União Soviética e ao refluxo teórico que o marxismo sofreu como ferramenta de interpretação da realidade. Leituras dogmáticas de certas correntes teóricas, que relegavam as múltiplas formas de opressão à mera condição de “expressão objetiva da dominação de classe” – cuja mais emblemática é a tentativa de reduzir a opressão de gênero à dominação dos capitalistas sobre as trabalhadoras – diminuíram a credibilidade do marxismo (Idem, 2012).

Além disso, outras abordagens teóricas ganharam terreno, voltando a privilegiar o debate acerca dos procedimentos através dos quais se estrutura a democracia, a busca do consenso no lugar dos conflitos sociais e a ampliação dos instrumentos de participação popular. Nessas abordagens, assimetrias de classe tinham pouca ou nenhuma importância. Evidentemente, reconhecemos que na construção de uma sociedade mais justa os movimentos sociais precisam articular um número incontável de demandas democráticas: raciais, étnicas, sexuais, ambientais, de gênero, econômicas, religiosas, etc. (LACLAU; MOUFFE, 2015). Mas essas demandas não devem, necessariamente, prescindir do reconhecimento que as assimetrias econômicas, determinadas pela localização dos indivíduos na divisão social do trabalho, têm implicações objetivas.

Como assinala Gohn (2012), predomina no campo de estudo dos movimentos sociais uma grande variedade de análises teóricas e uma fragmentação dos objetos de pesquisa.

Convivem abordagens diversas (culturalistas, materialistas, pós-coloniais, institucionalistas, etc.) que utilizam um repertório de categorias oriundas de diferentes matrizes paradigmáticas. O que a maioria das novas análises não têm considerado, no entanto, é a questão das classes sociais, pois filiam-se a modelos pós-modernos de explicação da realidade social. Em nome de uma insistente “renovação” da teoria, desqualificam interpretações relevantes, ignoram a luta política e a conjuntura econômica.

Ora, não é justamente contra os desmandos das corporações e seus representantes no Estado que os novos movimentos sociais se insurgiram em 2011? Não é contra as saídas impostas pelos organismos multilaterais, sequestrados pelos interesses do mercado, e a perda de soberania nacional? Não é contra o desemprego da juventude e a retirada de direitos impostos pelos velhos partidos da ordem? E o que é o neoliberalismo, senão uma etapa do capitalismo, cujo traço principal é a busca por manter os rendimentos da classe capitalista? O capital financeiro, então hegemônico, não é um ente metafísico. Ele é controlado pela fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras (DUMÉNIL; LEVY, 2006: 25). Estamos falando, portanto, de uma crítica endereçada não a indivíduos, mas a uma classe de milionários e seus representantes, encarnados na ideia de 99% contra o 1% mais rico.

A democracia, nesse caso, entra como um elemento que afronta a dinâmica da acumulação capitalista. Afinal, se mais pessoas pudessem participar efetivamente das decisões, seus interesses se sobreporiam aos das elites políticas e econômicas. Esse ideal de democracia radical remete à esperança que os socialistas alimentavam em relação ao voto universal, em meados do século XIX. Acreditava-se que, com a garantia do voto, os trabalhadores expressariam seus interesses políticos e econômicos elegendo representantes que pudessem conter a ferocidade das classes dominantes. Como sabemos, não foi assim que aconteceu (e, quando aconteceu, as classes dominantes não tiveram qualquer pudor em violentar a democracia para preservar seus interesses).

Uma das mais influentes abordagens pós-estruturalistas está presente na obra de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, *Hegemonia e Socialismo* (1985). Nela, os autores apresentam uma genealogia do conceito de hegemonia e apresentam uma dura crítica aos pressupostos essencialistas do marxismo estruturalista. Como alternativa para ressignificar o conceito de hegemonia, eles propõem uma teoria que possa “identificar as condições discursivas de emergência de uma ação coletiva que objetive a lutar contra as desigualdades e a questionar relações de subordinação” (1985, p. 236). Além disso, os autores buscam elucidar também o papel dos chamados “novos movimentos sociais” que se articulam por diferentes demandas democráticas. Em geral, essas demandas normalmente encontram-se “fechadas”, ou seja, isoladas em torno de seus interesses próprios. No entanto, há sempre a

possibilidade de que algumas delas consigam se alçar e articular ao redor de si uma série de outras demandas. Nesse instante, a demanda, que inicialmente era particular, torna-se universal e se constituem as bases para a construção de uma hegemonia alternativa (Idem, 1985). Embora Laclau e Mouffe não ofereçam uma proposta positiva ou normativa, o projeto de democracia radical e plural oferece no mínimo um ponto de partida segundo o qual um projeto de esquerda deveria ser pensado: o da inclusão das maiorias nos temas de interesse público.

A proposta de *Hegemonia e Socialismo* foi a base para os novos estudos sobre o populismo, desenvolvidos em profundidade por Laclau ao longo de vários anos e que passaram a influenciar uma grande quantidade de estudos e a inspirar movimentos como o dos indignados de Madri. O conceito de populismo, no caso do Brasil e da América Latina em geral, remete a uma série de sentidos construídos historicamente por diferentes áreas do conhecimento. Em geral, as definições de populismo dominantes hoje em dia – inclusive nos dicionários – remetem à ideia negativa de uma divisão da sociedade entre “povo” e “elite” criada ou estimulada artificialmente por líderes carismáticos em troca de apoio popular. A historiografia dominante atribuiu essas características a governantes como Vargas (Brasil), Perón (Argentina) e Cárdenas (México), para citar alguns exemplos. A origem do termo, no entanto, vem do marxismo russo. Uma das primeiras acepções modernas foi cunhada no final do século XIX para designar as correntes revolucionárias autóctones que antecederam os marxistas na Rússia czarista. Como lembra Velasco e Cruz (2016) os termos *narodnichestvo* e *narodnik* provêm da palavra russa *narod* que pode significar tanto “povo” como “nação”. O termo *narodnichetsvo*, traduzido como “populismo”, ainda que tivesse se originado apenas na década de 1870, poderia designar os diversos grupos de revolucionários socialistas russos que, entre as décadas de 1840 e 1880, se inspiraram em fontes variadas como Rousseau, Saint-Simon, Fourier e Proudhon.

Na América Latina em geral – e no Brasil em particular – o conceito de populismo esteve no centro de diversas disputas acadêmicas e políticas. Isso porque existem ao menos três grandes abordagens do fenômeno: ele pode ser estudado como um fenômeno de origem social, como uma forma de governo ou como uma ideologia específica (WORSLEY, 1973). Com isso, predominou uma abordagem essencialmente negativa do conceito, onde o populismo foi abordado como forma de governo paternalista exercido por líderes carismáticos e autoritários. Os textos *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito* (1996), de Ângela de Castro Gomes, *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes* (2001), de Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, e *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira* (2001), de

Jorge Ferreira, tematizam o modo pelo qual o conceito de populismo se formou na sociedade e sua história na academia brasileira.

A abordagem oferecida por Laclau é, no entanto, muito diferente daquela usada de forma corrente nas ciências sociais brasileiras. Num momento em que se fala muito em “populismos de direita” diante do ascenso das forças de extrema-direita, especialmente na Europa e Estados Unidos, o conceito pode mais confundir do que ajudar. Mesmo assim, vale perceber como ele articula uma visão de democracia radical que influenciará os movimentos sociais da nova esquerda que surgiram nos últimos anos. Como comenta Gadea:

O principal interesse de Ernesto Laclau em *A Razão Populista* foi elaborar uma abordagem alternativa para a compreensão do fenômeno do populismo. Reduzi-lo a uma mera ideologia, ao simples produto do desenvolvimento irracional de certa retórica e prática política ou a um fenômeno sociocultural estreitamente identificado com a liderança carismática de um líder não contempla, para Laclau, a realidade ou situação social que, na realidade, o populismo expressa (2017, p. 10).

Inserido nos debates do pós-estruturalismo, Laclau acreditava que as identidades políticas não existem previamente em torno de determinantes estruturais (como as classes sociais), mas que se materializam através de uma “construção discursiva” contingente, em torno a uma série de experiências sociais e políticas que terminariam elaborando uma representação da sociedade; experiências que permitiriam articular-se na figura de um “sujeito popular”, na figura do “povo” (Idem, 2017). Ou seja, o “fazer-se povo” seria uma operação política – mais que teórica – de agentes que, através do discurso, reuniriam vivências na forma de uma compreensão da realidade e das experiências sociais vividas pelas maiorias sociais. A construção, que nega o essencialismo estruturalista de certas vertentes do marxismo, se aproxima, no entanto, do marxismo culturalista de Thompson. Segundo ele (1987), “as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classes: assim o processo de formação de classes é um produto de *auto confecção*, embora sob condições dadas”. Para Thompson a classe, assim como para Laclau em relação ao *povo*, não está dada a priori. Ela “acontece” enquanto as pessoas vivem sua própria história, mas só existe socialmente quando há a elaboração de uma representação de classe – da criação de um mundo de significação, em que as necessidades e interesses dos sujeitos são tratados em sua cultura e consciência. Para Laclau, o “fazer-se” do povo é uma operação político-discursiva. Para Thompson, é uma construção política de auto reconhecimento. Ambos, no entanto, confluem na compreensão de que não são estruturas pré-determinadas que definem o que é o povo ou a classe.

Como lembra Gadea (2017), é claro que essa “construção discursiva” sugere um cenário político decorrente da expressão de relações sociais antagônicas, de oposições de interesses discursivamente articulados para nomear determinadas experiências: por exemplo, o “povo” em oposição à “elite”, os ricos contra os pobres, “nós” em oposição a “eles”, os “proletários” contra os “burgueses”. O mesmo ocorre no fazer-se das classes sociais: só pode haver posição de classe se há o reconhecimento da divisão da sociedade em interesses e posições que opõem capital e trabalho.

Essa reflexão é importante para nosso trabalho porque boa parte dos instrumentos políticos ou partidários surgidos a partir dos movimentos sociais da nova esquerda reivindicam ou são classificados compulsoriamente como “populistas”. Mas para além do sentido pejorativo que o termo costuma ensejar, especialmente nos meios de comunicação, ele é importante para compreender como esses atores ressaltam antagonismos sociais. Quando o movimento ambientalista sai às ruas num país da Escandinávia contra as usinas termoelétricas, ele tem uma demanda específica, a saber, o fim daquele modelo de produção energética e a utilização de formas menos poluentes de geração de energia. Quando o movimento LGBT realiza uma marcha em defesa do casamento homoafetivo nas ruas de Los Angeles, ele está desafiando os padrões comportamentais considerados hegemônicos na sociedade estadunidense, mas não está realizando um protesto contra as pessoas heterossexuais. O que estamos vendo nesse novo ciclo de protestos, porém, é a combinação entre objetivos – por exemplo, “democracia real já” ou “contra a austeridade” – e inimigos – “o 1% mais ricos” ou “os bancos”. Essa mudança é qualitativa e expressa uma articulação entre conflitos econômicos (de classe), políticos (a negação da democracia liberal como forma de representação) e sociais (através da formação de novos atores com poder de mobilização). A dicotomia entre “povo” e “elites” (ou 99% contra 1%) é considerada por muitos como a expressão prática da operação populista de Laclau. Não por acaso teóricos vinculados ao Podemos, como Juan Carlos Monedero e Iñigo Errejón, se referenciam na obra de Laclau e Mouffe.

O limite da abordagem populista, no entanto, está no fato de que ela pode ensejar a ideia de que a construção discursiva de uma identidade mobilizadora é apenas isso: discursiva. Na perspectiva pós-moderna o discurso assume um papel central nas representações do mundo. Mas também alimenta certas perspectivas relativistas. Para que a proposta de Laclau mantenha uma lógica explicativa essa “construção discursiva” deve pressupor um contexto político decorrente de relações sociais antagônicas reais, de oposições de interesses articulados para nomear determinadas experiências da vida concreta:

por exemplo, o “povo” em oposição à “elite”, os ricos contra os pobres, “nós” em oposição a “eles”. Sem isso, a operação populista poderia servir a uma ideia de esfera pública dominada pela argumentação racional de tipo habermasiana (GADEA, 2017). Boaventura de Sousa Santos tem criticado as formulações de Laclau, argumentando que a lógica de abrangência e interclassismo do pensador argentino não deveria considerar como significantes vazios conceitos como liberdade, democracia, emancipação ou igualdade. Para o Boaventura de Sousa Santos, esses significantes são esvaziados intencionalmente pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado (SANTOS; MENDES, 2018). Por isso, para ele, as revoltas de indignação buscam preencher de sentido conceitos que, de alguma forma, estão presentes no imaginário das sociedades ocidentais.

2.3 Movimentos contra o “sistema”

Ao analisarmos os movimentos sociais da nova esquerda percebemos que eles foram capazes de mobilizar ao mesmo tempo jovens, precários ou desempregados, trabalhadores e cidadãos menos jovens. Com efeito, as mobilizações de massas de 2011 na Espanha, com o 15M, em Portugal com o movimento da “Geração a Rasca”, na Grécia, com o movimento “Aganaktismeni”, no Chile, com o levante estudantil, nos Estados Unidos, com *Occupy Wall Street*, embora possa sugerir uma presença predominante entre jovens e precários, incluíram também uma expressiva participação de outros grupos geracionais e mesmo de a (LIMA e ARTILES, 2013).

Quando a crise se instalou na Europa e os primeiros bancos foram à falência na pequena Islândia, os olhos do mundo se voltaram para a ilha nórdica. A privatização do sistema bancário islandês criou uma farra especulativa que chegou a 100 bilhões de dólares em empréstimos. O sistema bancário colapsou em outubro de 2008 quando se esgotaram as reservas em divisas estrangeiras. Em seguida o governo nacionalizou os 3 maiores bancos da Islândia num esforço de estabilizar o sistema. Pouco depois o país tornou-se o primeiro no Ocidente, após um logo período de crescimento, a pedir ajuda ao FMI. Com a falência das instituições financeiras em 2008 o desemprego aumentou três vezes no curto período de seis meses (PIANO, 2016). Não demorou para que a pacífica Islândia fosse tomada por protestos que exigiam a renúncia do governo e a realização de novas eleições. Mas não era só. Eles pressionavam “pela refundação da República, que se tornara corrupta, em sua visão, pela subordinação de políticos e partidos à elite financeira. Assim, pediam a elaboração de uma nova Constituição para substituir a Carta de 1944” (CASTELLS, 2013). Esses foram os primeiros grandes protestos contra os efeitos da crise econômica direcionados tanto à elite

financeira quanto à elite política de um país. De lá a crise alcançou todo o sul da Europa, gerando movimentos contra o sistema político e o neoliberalismo. Na Espanha, essa revolta se expressou em dois lemas: “Não nos representam” e “Não queremos ser mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros”. Percebe-se que, no lugar de afirmar uma necessidade ou direito, os *indignados* expressavam a negação do sistema político e econômico. A fase “destituinte” que o movimento 15-M instaura não condena apenas os *excessos* do sistema, mas a própria *natureza* do sistema (MONEDERO, 2018), impedindo que um dos partidos então existentes canalizasse esse descontentamento.

Na Grécia, o processo “destituinte” gerou muitos protestos. Mas ao invés de redundar na criação de um novo instrumento político, a indignação foi canalizada para um pequeno partido político de esquerda que cresceu rapidamente na esteira da crítica às políticas de austeridade impostas pela Troika. Fundado em 2012 como uma aliança entre grupos socialistas e movimentos ecologistas, a “Coalizão da Esquerda Radical” (Syriza, no acrônimo grego) apresentou-se como partido político só na eleição de 2012, quando alcançou 16% dos votos. Nas eleições anteriores, em 2009, o principal grupo que viria a compor o Syriza alcançou a preferência de apenas 4,6% dos gregos. Na segunda eleição ocorrida em 2012 o partido alcançou 27% dos votos e, em 2015, foi o mais votado, com 36,6%, indicando Alexis Tsipras como Primeiro-Ministro e assumindo o governo. Mas a ascensão do Syriza só se explica pelo potente movimento de protesto que o antecedeu e que não encontrou nos partidos tradicionais de esquerda – comunistas ou socialdemocratas – eco para suas reivindicações de combate às políticas de austeridade sem rompimento com a União Europeia.

Durante o triênio 2010-2012 a Grécia presenciou uma série de protestos e mobilizações coletivas contra as medidas de austeridade tomadas pelo governo. Surgia o Movimento dos Indignados gregos, os “Aganaktismeni”. A versão helênica do fenômeno espanhol acampou nas principais praças do país para serem ouvidos. Sem uma identidade política comum, eles se somavam às várias greves realizadas pelos setores público e privado. Segundo Chronikó (2012) “a forma heterogênea das identidades sociais e políticas dos manifestantes não havia precedentes. Os manifestantes expressaram sua raiva não só às políticas de austeridade do governo, mas também às instituições políticas gregas” (CHRONIKÓ *apud* BARBOSA, 2016, p. 74). O coração do movimento era a Praça Sintagma, no centro de Atenas, em frente ao Parlamento. Nela, conviviam diferentes grupos que adensaram os protestos ao longo do ano de 2011. Aos poucos, se formaram grupos com perspectivas bem diferentes, como demonstra Barbosa:

Isso se fez mais evidente na Praça Syntagma, onde as divisões ideológicas também tomaram forma na divisão espacial. A Praça Syntagma é composta por duas praças, uma em nível superior e outra mais baixa. Esses níveis estão conectados por uma passarela. Por isso, a passarela se converteu em uma linha divisória invisível entre os ativistas da parte superior da praça e os da parte inferior. (2016, p. 82).

Na Praça superior, prevaleceram os manifestantes mais identificados com um sentimento contra a política e o Parlamento. Estes viam os partidos como forças perigosas que haviam levado à humilhação de toda a Grécia. Predominavam referências nacionalistas, o que permitiu a presença de elementos de extrema-direita. Na Praça inferior, os manifestantes tiveram a experiência de viver uma democracia direta, tomando decisões de forma horizontal e celebrando assembleias populares abertas. Os manifestantes usavam uma terminologia cosmopolita, destacando a importância da solidariedade em nível internacional. As referências nessa parte da Syntagma eram o movimento da Justiça Global e o Fórum Social Mundial. Nesse espaço exerciam grande influência o Syriza e o Antarsya, um partido extraparlamentar (BARBOSA, 2016). Em julho de 2012 os acampamentos nas praças começaram a ser desmontados pela polícia. A indignação e a esperança foram canalizadas para as eleições e proporcionaram não só a extraordinária votação do Syriza, mas o surgimento de uma nova força de extrema-direita: o Aurora Dourada.

Na Espanha, caso-símbolo dos movimentos sociais da nova esquerda, o terreno foi preparado por anos de uma socialdemocracia que buscava cooptar as lutas sociais, como o movimento feminista, e subordinar o movimento operário ao imperativo das políticas de ajuste fiscal e contenção dos salários (CASTELLS, 2018). Não é de espantar, portanto, que quando se levantou o movimento das praças em 15 de maio de 2011 nenhum partido fosse poupado das críticas da cidadania enfurecida. Segundo Castells, o movimento foi totalmente espontâneo e se desenvolveu às margens dos partidos tradicionais de esquerda e dos sindicatos, embora muitos militantes de esquerda e do movimento antiglobalização participassem deles (Idem, 2018).

Para Monedero (2018), que posteriormente se dedicaria à criação do Podemos, o 15M teve êxito devido a quatro características principais que acabaram por drenar as frustrações da maioria. Segundo ele, essas características são “a falta de memória (não se olhava para o passado), a ausência de liderança, a ausência de estrutura e a ausência de um programa” (p.122). Esse processo, segundo Monedero, caracteriza a fase “destituente” do levante popular na Espanha. No entanto, ele mesmo admite que a ausência de memória, liderança, estrutura e programa impedia o avanço ao momento “constituente”. Isso explicaria porque a maioria dos espanhóis, nas eleições que se seguiram, votaram massivamente em partidos tradicionais (15 milhões) enquanto uma minoria de seis milhões optou por partidos “da mudança” (Idem, 2018). O surgimento do Podemos, três anos depois do 15M, uma formação

impulsionada por jovens professores de Ciência Política, busca responder a esses limites.

Seja como for, o impacto do 15M sobre a sociedade e o sistema político espanhol é hoje inquestionável. No contexto de uma crise econômica que jogou milhares de jovens no desemprego e de um pacto entre os partidos tradicionais em favor das políticas de austeridade, a denúncia dos “indignados” ecoou pelo mundo como um grito de indignação. Deste movimento surgiram ou se fortaleceram outras iniciativas, como a *Plataforma de Afectados por la Hipoteca*, movimento que alimentou novas lideranças e organizou milhares de atingidos pela crise imobiliária na Espanha (CASTELLS, 2018).

O caráter antissistema dos movimentos surgidos na Islândia, Grécia, Portugal, Espanha é facilmente atestado pela análise do conteúdo das reivindicações, que reunia desde demandas econômicas, contra a supressão de direitos até a defesa de uma democracia real. Essa conclusão, no entanto, pode levar a crer que o caráter antissistema desses movimentos dê a eles uma perspectiva exclusivamente progressista ou de esquerda. Como vimos no caso grego através da ilustrativa divisão na Praça Syntagma, a crise econômica abriu espaço para que outras forças buscassem ocupar o espaço deixado pelas tradicionais forças políticas. Eu seu *Ruptura*, sobre a crise da democracia liberal, Castells aponta pelo menos três outros fenômenos que ilustram o caráter contraditório dos movimentos nascidos desse processo: a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, o Brexit, no Reino Unido, e a eleição de Macron, na França. Destaca ainda o fortalecimento de partidos nacionalistas e de extrema-direita em diferentes partes do mundo para ilustrar que nem sempre o descontentamento com o sistema político ou com os partidos do *establishment* toma a forma de mobilização social. Muitas vezes ele se expressa nas urnas, quase silenciosamente, como vimos nas eleições de 2018 no Brasil.

O protesto, por sua vez, tem servido à projeção de práticas políticas criativas que acabam por ensejar as condições para o surgimento de novos atores políticos na arena partidária. Mas não são a única forma através das quais transborda a insatisfação com a crise econômica, política e social. Em muitos países da África e da Ásia novas possibilidades de crítica, protesto e exercício de práticas democráticas estão em curso. Nas comunidades indígenas das Américas, nos quilombos e periferias, muitas formas de resistência estão sendo desenvolvidas. Ainda que não sejam capazes hoje de alterar profundamente a geografia do poder em seus países, como ocorreu na Espanha, Grécia ou Chile, são expressão de que a democracia liberal não responde aos anseios por participação, organização e mudança das maiorias sociais.

2.4 Movimentos sociais, nova esquerda e sistema político

Argumentamos acima que o surgimento de novos movimentos sociais no campo da esquerda só pode ser compreendido se consideramos tanto aspectos econômicos - a crise econômica – como a aspectos políticos - o esgotamento da democracia liberal como sistema de organização dos negócios públicos (ARENDR, 2011). Só assim podemos compreender a articulação de demandas materiais, como a defesa de direitos e salários com demandas pós-materiais, como maior democracia, participação e igualdade. Esses movimentos sociais, na medida em que buscam incidir sobre o sistema político de seus países, promovem profundas alterações na geografia partidária.

Segundo Oliveira (2016, p. 76), a aproximação entre movimentos sociais e o sistema partidário pode ocorrer por diferentes interesses, como a busca de acesso a recursos, como defende Schwartz (2006; 2010), por identidades partilhadas e em função de temas e momentos específicos (MISCH, 2008; HEANEY e ROJAS, 2015), pela formação de partidos políticos por movimentos sociais (COWELL-MEYERS, 2014) ou pode se dar a partir da imagem que representantes de movimentos sociais criam dos partidos políticos em função da atuação de seus líderes, por características organizacionais e pelas posições que assumem. Para precisar essa relação, recorreremos à classificação oferecida por Hanagan (1998), que divide as possibilidades de relacionamento entre partidos e movimento sociais em cinco formas: articulação, interpenetração, cooperação, independência e competição.

No modelo de articulação, os movimentos sociais se estruturam ao redor dos partidos políticos e são diretamente controlados por eles (BIDEGAIN, 2015). No modelo de interpenetração, as fronteiras entre partido e movimento apresentam baixa nitidez, com o compartilhamento de militantes, simbologias, orientações ideológicas, estruturas organizativas, dentre outras. Como apontam Silva e Oliveira (2011), “a interpenetração se expressa claramente naquilo que Mische (1997) denominou de ‘militância múltipla’, que caracterizaria a atuação de parcela significativa dos ativistas políticos no Brasil, especialmente (mas não exclusivamente) aqueles situados à esquerda do espectro político” (SILVA; OLIVEIRA, 2011, p. 134). No modelo de cooperação, os partidos e movimentos sociais mantêm suas fronteiras bem delimitadas, mas estabelecem formas cooperativas e de aliança, seja em termos de apoio do movimento social a certo partido, seja em termos da defesa de reivindicações e propostas de determinados movimentos sociais por parte dos partidos (Idem, 2011). No modelo de independência os movimentos sociais guardam uma separação nítida entre em relação à política institucional e aos partidos políticos, desenvolvendo estratégias que priorizam o enfrentamento e pressão sobre o sistema

partidário. E, por fim, no modelo de competição, os movimentos sociais não só deixam de interagir com o sistema partidário, como criam novas organizações políticas (e, por vezes, partidárias) que irão competir com os partidos estabelecidos (BIDEGAIN, 2015). Observando os casos envolvendo a chamada “nova esquerda” e utilizando o modelo apresentado por Hanagan, podemos verificar que predominam três vias de interação dos novos movimentos sociais com os sistemas partidários, que passam pela criação de novos partidos (competição), pela incorporação a partidos já existentes (interpenetração) ou pela outorga de suas reivindicações a um partido já existente (cooperação). Vejamos detalhadamente cada um desses caminhos.

No modelo de competição, o sistema partidário comporta o surgimento de novos partidos políticos construídos pelos movimentos sociais e não há forças políticas já existentes que representem adequadamente seus interesses. Nesse caso, são formados novos partidos que terão como base fundamental os manifestantes e seus simpatizantes. Sua agenda estará comprometida com os processos de crítica que o originaram e o nível enfrentamento com as forças dominantes do sistema político tende a ser maior. O caso que melhor ilustra esse modelo é o Podemos, da Espanha, mas também podemos mencionar os partidos-movimento surgidos do levante estudantil chileno de 2011 e, anos antes, o *Movimiento al Socialismo* (MAS), na Bolívia.

No modelo de interpenetração, os setores sociais identificados como uma nova força política e social tentam *influenciar* um instrumento partidário já existente e plenamente integrado ao sistema partidário. No exemplo inglês, a nova esquerda reforçou a disputa no interior do *New Labour* através da candidatura de Jeremy Corbyn, líder da ala esquerda do partido e grande crítico da globalização neoliberal. Algo semelhante aconteceu nos Estados Unidos com a pré-candidatura do senador Bernie Sanders pelo Partido Democrata. Mesmo sem pretensões de convencer a liderança democrata a abraçar as bandeiras defendidas por Sanders, o movimento *Our Revolution* (Nossa Revolução), do qual fazem parte vários remanescentes do *Ocuppy Wall Street*, considerou que a tática mais eficiente para construir um novo polo à esquerda no cenário político dos EUA seria através da disputa no interior do Partido Democrata, que então governava o país com Barack Obama. Esse modelo, no entanto, não deve ser confundido com simples mudanças na liderança desses partidos. No caso da Espanha e Portugal, por exemplo, as lideranças que assumiram os partidos socialdemocratas após a onda de protestos de 2011 é mais crítica ao neoliberalismo. Mas isso, por si só, não faz destes processos de interpenetração entre partidos e movimentos sociais.

A terceira via de interação com o sistema partidário se dá pela transferência de expectativas de um movimento social a um partido político já existente através da

cooperação. O exemplo mais conhecido é o do Syriza. Como vimos, foi o nível de comprometimento com as lutas sociais que fez com que os movimentos sociais da nova esquerda outorgassem a um partido já existente a prerrogativa de representar suas bandeiras e reivindicações no interior do sistema partidário. O pequeno Syriza, até então com um nível baixo de representatividade social, tornou-se em poucos anos a principal força política do país, apoiado pelo importante movimento de crítica às políticas de austeridade da Troika. Invés de criar um partido ou de disputar o PASOK, a nova esquerda grega reconheceu no Syriza um instrumento adequado para representar suas bandeiras e reivindicações, buscando a via da cooperação.

Essa tipologia de interações tem, obviamente, suas limitações. Concentrando nossa análise num único país, poderemos encontrar a utilização de formas simultâneas de interação com o sistema partidário. Isto é, enquanto uma parte do movimento de renovação da esquerda aposta na criação de um novo partido, outra parte aposta na cooperação com um partido já existente. Ou, o que é mais comum, as diferenças no interior dos movimentos podem dar origem a mais de uma legenda partidária, como aconteceu na Grécia (Syriza e Aurora Dourada) e na Espanha (Podemos e Ciudadanos).

Na França, o movimento *France Insoumise* caracteriza um caso à parte, que mescla diferentes elementos do processo de reorganização da esquerda radical. Apesar das greves realizadas por distintas categorias profissionais e de protestos de estudantes registrados em 2011, o processo de surgimento de uma força política alternativa tem origem não nos protestos multitudinários liderados pela juventude, mas numa dissidência do Partido Socialista encabeçada por Jean-Luc Mélenchon. Longe de ser um jovem líder da nova esquerda (como Pablo Iglesias ou Alexis Tsipras), Melénchon é um político experiente que assimilou uma agenda antineoliberal que o colocou como principal porta-voz da nova esquerda na França. Não por outra razão já é considerado por diferentes autores como representante francês do “populismo de esquerda” naquele país (MARLIÈRE, 2017).

O surgimento de novos partidos e movimentos políticos de esquerda, portanto, está intimamente ligado à onda de protestos que colocou em xeque a capacidade dos velhos partidos socialdemocratas de responderem aos problemas causados pela globalização neoliberal e pela incapacidade de olharem para soluções que fossem além da limitada democracia liberal. Essa tensão entre ação no campo social e institucional está presente quando analisamos os movimentos sociais da nova esquerda, especialmente no caso Europeu, onde a promessa de resolução “por dentro” do Estado dialoga com certa consolidação das instituições públicas e alguma confiança no sistema democrático.

Como lembram Preciado e Uc (2012), mesmo quando as geografias do poder dos movimentos sociais supõem um sistema de relações sociais diferenciadas e contra-hegemônicas, um desafio inevitável é que tais projeções espaciais possam se materializar nos lugares hegemônicos da política (o Estado e suas instituições). No caso dos movimentos sociais da nova esquerda, o território de resistência e ação política é a praça ou o protesto de rua. As tensões geradas entre manifestantes e Estado é diferente, portanto, daquelas geradas por movimentos cuja ação se relaciona com demandas materiais objetivas (como reforma agrária ou aumento salarial). Essas tensões estão, em certa medida, previstas pelo ordenamento jurídico, que pressupõe meios de canalizá-las – a não ser em casos extremos – para dentro dos instrumentos de mediação reconhecidos tanto pelos movimentos sociais quanto pelo Estado. A característica fundamental desses novos movimentos é que eles articulam mais consignas – “democracia real já” – do que propriamente reivindicações. Por essa razão, não se encontra uma linha clara de continuidade entre movimentos e nova esquerda partidária. Na Espanha, o Podemos surgiu três anos após o 15M. Na Grécia, o crescimento do Syriza não foi objeto de discussão nas assembleias da praça Syntagma. Na França, a migração dos eleitores socialistas para a candidatura de Mélenchon se deu silenciosamente. Não há, portanto, um marco claro que sirva de referência para determinar o momento no qual os movimentos sociais optam pela criação de novos partidos, diferente do que aconteceu na América Latina nos anos 1970 com o PT (Brasil) e a Frente Ampla (Uruguai), ou nos anos 1980 com o PRD (México).

Voltemos ao debate proposto por Laclau e Mouffe no último capítulo de seu *Hegemonia e Socialismo*. Sua proposta busca, através da determinação dos chamados “antagonismos fundamentais”, ressignificar o conceito de *hegemonia* com vistas a multiplicar os espaços políticos e, assim, impedir que o poder seja concentrado em um só ponto. Para eles, essa é uma pré-condição de toda transformação realmente democrática da sociedade, já que a clássica concepção de socialismo supunha que a desaparecimento da propriedade privada dos meios de produção geraria uma série de efeitos em cadeia que, ao longo de um período histórico, conduziria ao fim de todas as formas de subordinação. Hoje sabemos que o processo histórico não se dá assim, pois não existem vínculos necessários, por exemplo, entre antissexismo e anticapitalismo, por exemplo, e a unidade entre ambos só pode ser resultado de uma articulação *hegemônica* (2015).

Assim, a crise da socialdemocracia, como descrevemos anteriormente, não se expressa apenas através do fortalecimento da crítica aos limites da democracia liberal e às forças políticas que a ela se adaptaram, crítica ademais largamente difundida e compartilhado por diferentes tradições políticas de esquerda. A novidade está no

desenvolvimento, por parte de um amplo campo de atores sociais em diferentes países, de uma crítica aos efeitos da adaptação a esses limites. Esse é o novo *antagonismo*, para usar o conceito de Laclau e Mouffe, colocado entre o paradigma socialdemocrata e os defensores de uma democracia radical (Idem) e o que tem estimulado a transição de movimentos sociais da nova esquerda para dentro dos sistemas políticos.

Outra proposta de democracia radical está presente no conceito de *democracia de alta intensidade* do sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Em oposição ao que ele chama de “democracias de baixa ou de baixíssima intensidade” (2017), Santos advoga em favor de uma democratização de toda a vida social, e não apenas da política, como forma de “reinventar as esquerdas”. Para ele, a articulação entre democracia participativa e democracia representativa deve começar no interior dos próprios partidos de esquerda, dando origem a novas formas de organização política e superando os limites impostos pelo regime das “partidocracias” (Idem, 2017).

Segundo Laclau, a nova esquerda deveria construir discursivamente um “eles” – que no caso espanhol foi denominada a “casta” política – e um “nós” – a quem os professores que criariam o Podemos identificaram como “o povo”. A partir daí eles promoveriam uma espécie de seleção natural, onde todos os que se identificassem com a crítica à casta (composta por todos os velhos partidos do sistema político espanhol) poderia ser um potencial membro do novo movimento (MONEDERO, 2018). No entanto, Monedero Fernández aponta que a chamada “operação populista” tem problemas. Primeiro, pelo fato dela ser muito eficiente para o momento “destituente” – isto é, de crítica ao que existe – mas pouco eficiente para o momento “constituente”. Logo, acaba por demonstrar-se uma ferramenta transitória e limitada. Em segundo lugar, ignora o confronto com o “populismo conservador”. Ao simplesmente “negar o sistema”, não demarca diferenciação clara com aqueles que o fazem a partir de sinais trocados, como a pátria ou a família. Para Monedero “a proposta de Laclau leva ao prevaletimento do aparelho do partido, faz da moderação do discurso uma solução dedicada à construção de maiorias, rejeita as lutas passadas que não sejam hegemônicas e convida a um incômodo difuso e brando que pode crescer” (Idem, 2018, p. 64).

2.5 Por que se institucionalizar?

Quando falamos em “institucionalização” nos referimos explicitamente à formação de instituições partidárias, isto é, partidos políticos legais. Nosso propósito, portanto, é verificar como movimentos sociais que surgiram ou ganharam relevância a partir de 2011,

situados fora do horizonte oferecido pela desacreditada esquerda socialdemocrata e organizados em oposição às instituições políticas existentes, optaram por interagir – ou não – com o sistema partidário e disputar eleições. Num ambiente de mudanças, os movimentos sociais permitiram a expressão de demandas sociais cuja mediação não podia mais ser assegurada pelos sistemas de partidos tal como se apresentavam. A criação de novos partidos políticos de esquerda, longe de representar uma perda de autonomia para esses movimentos sociais, apoiou-se em muitos casos em sua iniciativa, impactando profundamente o quadro partidário em seus países.

Isso, no entanto, não cria um sinal de equivalência entre partidos da nova esquerda e movimentos sociais. Quando um movimento opta por participar da disputa política institucional, interagindo com o sistema partidário, ele muda sua natureza e passa a enfrentar diferentes questões que antes não estavam colocadas. A literatura sobre a relação entre partidos e movimentos sociais é vasta. Mas a produção sobre a conversão de movimentos sociais em partidos políticos é ainda limitada. Os recentes estudos sobre a categoria de “partido-movimento” (GIANOLLA, 2018; GERBAUDO, 2018; KITSCHOLT, 2006; SANTOS, 2018) ampliaram a perspectiva das análises sobre a relação entre movimentos sociais e sistema partidário. Vamos abordar essa perspectiva teórica mais a frente.

Numa leitura alternativa, Goldstone (2003) questiona a noção de que os movimentos sociais se caracterizariam pela condição de desafiadores (*challengers*) que afrontam o Estado sempre a partir de uma posição externa a ele. Segundo Goldstone, essa abordagem, que encontra amparo na obra de Charles Tilly, cria uma barreira onde na verdade “há apenas uma fronteira imprecisa e permeável entre política institucionalizada e não institucionalizada” (p. 73). Segundo o autor, os movimentos sociais não são apenas uma forma de expressão política, mas colaboram decisivamente para formar e dar origem a partidos, sistemas eleitorais, legislaturas, etc. Segundo ele, não chega a ser novidade que partidos políticos estejam surgindo de movimentos sociais.

Isso se dá, segundo Goldstone, porque a mobilização dos indivíduos através de movimentos sociais leva a uma maior interação com o mundo partidário e seu sistema de regras, e não o contrário. Para o autor, “movimentos sociais e política convencional são abordagens diferentes, mas paralelas, para exercer influência política, frequentemente utilizadas pelos mesmos atores, mirando os mesmos órgãos e buscando os mesmos objetivos” (Idem, 2003, p. 74).

O mesmo raciocínio, portanto, levaria à conclusão de que os movimentos sociais não influenciam apenas os partidos políticos, mas também o próprio Estado. A relação dos movimentos sociais com partidos e sistema político pode dar origem a formas

institucionalizadas de repressão e até reorganizar a lógica do *establishment* para combater as diferentes formas de organização social. Da mesma maneira o Estado pode optar por uma *inação deliberada* com o objetivo de permitir a repressão, por parte de forças paraestatais, desses movimentos sociais (como se vê através da ação do para-militarismo na Colômbia). Por outro lado, movimentos sociais podem produzir mudanças institucionais *positivas*, como demonstram no Brasil os movimentos LGBT, de negros e negras, de juventude ou feminista. Em todos esses casos, foram conquistadas e/ou ampliadas políticas no âmbito do Estado nos últimos anos a partir da interação entre movimentos sociais e a institucionalidade.

Alguns movimentos, sem condições ou sem a intenção de formar partidos, vinculam-se aos partidos existentes, no modelo de *cooperação* ou *interdependência* descrito por Hanagan (1998). A principal vantagem de se organizar no interior da estrutura partidária existente seria o fato de que os movimentos sociais podem se tornar capazes de exercer influência desproporcional sobre decisões de líderes nacionais. A desvantagem dessa estratégia é que o movimento pode rapidamente ser capturado ou cooptado pelo *establishment* partidário. O ensaio *Partisans, Nonpartisans, and the Antiwar Movement in the United States*, de Michael T. Heaney e Fabio Rojas (2015), discute as estratégias dos movimentos sociais nos Estados Unidos, buscando verificar se seus objetivos são mais bem alcançados quando conduzidos em conjunto com um dos grandes partidos políticos ou de forma independente. Sua hipótese é de que, mais do que tentar formar novos partidos, os movimentos sociais dos anos 1960 começaram a se institucionalizar como grupos de interesse. Por exemplo, os movimentos pelos direitos civis de negros e das mulheres concentravam suas energias em organizações como a Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor e a Organização Nacional para as Mulheres, respectivamente, mais do que em um Partido Negro ou um Partido das Mulheres.

O que os autores não abordam, no entanto, é o que seria “ser capturado”. Significaria abandonar os objetivos do movimento em favor dos objetivos do partido? Mas ao conectar-se formal ou informalmente com um partido, um movimento não estaria, em alguma medida, “se deixando capturar”²³ por interesses que não são originalmente os seus? Os autores, no entanto, descobriram que o partidarismo teve um papel fundamental para estruturar a rede de ativistas antiguerra. Organizações são atraídas para perto umas das outras em parte com base nas tendências partidárias ou apartidárias de seus ativistas. Essas redes oferecem a base das ações coletivas que definem a natureza das atividades do movimento. Ou seja, parece

²³ Importante ressaltar que a noção de “captura” ou “cooptação” tem sido criticada pela literatura que, a partir da América Latina, busca compreender melhor as interações entre movimentos sociais e sistema político. Ver, por exemplo, ABERS & VON BÜLOW, 2011.

extremamente vantajoso para o movimento analisado – no caso, o movimento pacifista – a conexão com o Partido Democrata.

Embora os autores reconheçam que um movimento social como um todo possa não seguir o caminho de institucionalização, sua pesquisa conclui que uma percentagem considerável dos ativistas mantém lealdades duplas com o movimento e um grande partido. Essas lealdades não são coincidentes nem indiferentes umas às outras. Ambas integram o modo como esses ativistas (“*movement-partisans*”) atuam na política: tendem a participar de organizações com outros que também se inclinam mais a modos de interação política institucional, como o *lobby*, através do qual ganham acesso a políticos eleitos que compartilham de sua identificação partidária.

Em seu trabalho sobre os ambientalistas que criaram a Rede Sustentabilidade, no Brasil, Oliveira (2016) afirma que a ação daqueles ativistas atravessa as fronteiras entre Estado e sociedade, “articulam com partidos políticos, participam de eleições, fazem *lobby* e se vinculam a atores sociais estratégicos em função de identidades partilhadas e estratégias construídas coletivamente para conquistarem eficácia política e os objetivos das ações pelas quais se colocam em luta” (p. 43). Ao invés de *challengers*, esses ativistas seriam lideranças e seus grupos estariam presentes em diferentes arenas sociais e políticas, construindo vínculos com atores do sistema político em sua ação coletiva cotidiana e resgatando a interpretação do ativismo social “multi engajado” que é parte constituinte do sistema em suas ações de apoio e troca com partidos políticos.

Assim, os ativistas que tomaram as ruas a partir de 2011 não são seres de outro planeta que desconhecem a dinâmica das disputas políticas no âmbito do Estado. Ao contrário: eles constituem identidades a partir de uma crítica profunda do sistema partidário e seus representantes (a “velha política” ou a “casta”), do sistema econômico (as “oligarquias” ou “os bancos”, etc.) e das formas de acolhimento de suas demandas. Sua identidade é formada em oposição ao *outro*, como sugere a “operação populista” de Laclau. E, em alguns casos, a coesão proporcionada pela identidade forjada no interior desses grupos permite a transição para dentro da institucionalidade.

O conceito de identidade e sua importância para explicar ação coletiva tem larga trajetória nas teorias de movimentos sociais. Della Porta e Diani (2015) abordam essa relação entre identidade e ação coletiva como a “intersecção do envolvimento coletivo e do engajamento pessoal”. Ao falar de identidade, os autores defendem que não se pode tratá-la como um objeto autônomo nem uma propriedade de atores sociais: para eles a identidade é o processo pelo qual os atores sociais se reconhecem e são reconhecidos por outros atores como parte de um agrupamento mais amplo. Eles colocam, assim, a alteridade no centro da

formação do conceito de *identidade*.

Os mesmos autores destacam ainda amplitude do conceito de identidade, que pode ser exclusiva, excluindo outras formas de identificação (como as seitas religiosas que se afirmam na negação das demais); ou inclusiva, múltiplas e abertas. Para os autores, “construir ou reproduzir identidades é um componente importante dos processos através dos quais os indivíduos dão sentido às suas próprias experiências de transformação ao longo do tempo. Vale a pena notar a dimensão individual e a dimensão coletiva na construção da identidade” (2015, p. 97).

Em artigo que segue a mesma perspectiva, Francesca Poletta e James Jasper, analisam o conceito de identidade coletiva a partir de uma perspectiva crítica aos modelos de análise dos movimentos sociais que privilegiam o processo político e a mobilização de recursos. No ensaio *Collective Identity and Social Movements* (2001), eles abordam a identidade coletiva como forma de chegar aos “efeitos culturais” da ação política. Para eles, a identidade é formada por uma conexão cognitiva, moral e emocional do indivíduo com uma comunidade mais ampla, categoria, prática ou instituição. É uma percepção compartilhada que pode ser imaginada invés de experimentada diretamente, e é diferente das identidades pessoais (embora possa fazer parte de uma identidade individual). Como vemos, o conceito oferecido pelos autores é bastante amplo. Mesmo assim, eles reconhecem que as melhores pesquisas sobre as identidades são aquelas que evitam pressupostas apriorísticos sobre as diferentes relações entre as práticas discursivas, de um lado, e as estruturas jurídicas, políticas, econômicas e sociais, de outro. O desafio analítico, para eles, seria observar circunstâncias em que a identidade interage com o econômico, o político e o social, incluindo a cultura como um processo estrutural.

A identidade, portanto, é um elemento importante para viabilizar a transformação de um movimento social em partido político ou mesmo para permitir uma maior interação desses ativistas com uma legenda partidária existente, já que atua como elemento de coesão interna. Não é possível mensurar o *turning point* que determina a mudança de uma forma a outra. Mas, como destaca Oliveira (2016), é certo que quando os indivíduos mudam de um ambiente organizacional para outro, os alinhamentos que tinham com determinado grupo se transformam ao longo do tempo, afetando as identidades coletivas dos atores sociais que passam a ser múltiplas e cambiantes (p. 67).

Se a identidade é o que cria as bases para que os atores se sintam parte de uma coletividade, é a noção de “ação estratégica” que pode levar um movimento ao patamar de institucionalizar-se. Ao propor uma abordagem social de estratégia, Jasper (2004) assinala que “escolhas estratégicas são feitas dentro de um complexo conjunto de contextos culturais

e institucionais que moldam os jogadores, as opções percebidas, as escolhas feitas entre eles e os resultados” (p. 5). Ou seja, as identidades e as estratégias são pensadas em termos de um resultado, isto é, de um *projeto*. Abordando a relação entre as identidades partidárias e do movimento social, Oliveira ressalta que:

Sobre estratégias de movimentos sociais e de partidos políticos, observamos que, para os últimos, as estratégias estão inseridas dentro de arenas políticas em que a competição e a disputa por votos e por espaço político estabelecem as regras do jogo. Ao contrário, as estratégias dos movimentos sociais geralmente são elaboradas em função de um estoque de repertórios partilhado, de orientação instrumental e, também, suscetíveis à influência do contexto, mas que são elaboradas mais por características internas aos movimentos em comparação com as estratégias partidárias. Quando partidos e movimentos se sobrepõem em suas atividades, as identidades e estratégias, que definem seus projetos e comportamentos, podem se chocar pelas diferenças em suas naturezas (2016, p. 74).

Os movimentos sociais que são parte do que chamamos nesta tese de “nova esquerda” se formam sobre identidades que invariavelmente se chocam com os partidos tradicionais. Reclamando uma democratização radical da vida política, esses movimentos optaram, em parte considerável dos casos, por manter-se distantes da arena partidária. Quando essa aproximação se deu, como vimos, ela tomou formas distintas, seja pela via da criação de novos partidos, seja pela outorga a partidos já existentes mas cujas identidades pareceram complementares ou compatíveis aos ativistas dos movimentos sociais, ou ainda, pela tentativa de resgatar antigos partidos (especialmente naqueles países onde a legislação dificultava a construção de novos partidos).

Todas essas alternativas de institucionalização estão embasadas por uma opção preliminar: o objetivo primeiro dos partidos políticos é a busca pelo poder político-institucional, o qual alcançam por meio de competições eleitorais. Quando um movimento social decide tornar-se um partido ou somar-se a um já existente, ele reconhece que, sendo os partidos as únicas organizações autorizadas a participarem diretamente das eleições, e sendo as eleições um meio para a concussão dos seus objetivos estratégicos, os movimentos precisam adentrar na arena partidária. Esse processo pode se dar de diferentes formas, como vimos, e traz consigo diferentes desafios.

Sendo assim, respondendo a pergunta que dá título a esta seção, poderíamos indicar que os fatores que levam um movimento social a institucionalizar-se, isto é, a participar da disputa política também na arena partidária, seriam: i) o reconhecimento de que os objetivos estratégicos do movimento podem ser alcançados – total ou parcialmente – pela conquista do poder político; ii) a inexistência de uma força política que represente adequadamente os anseios daquele movimento social; iii) a constituição de uma identidade coletiva que permita

realizar esse movimento, seja em direção a um partido já existe (modelo de cooperação), seja construindo um novo instrumento partidário (modelo de competição); iv) a existência de um sistema partidário que permita a criação de novas legendas, ou, ainda, que permita que o movimento social possa travar a disputa no interior de uma legenda já existente (viabilizando a tática de interpenetração).

2.6 Desafios do processo de institucionalização

A relação entre movimentos sociais e o sistema partidário pode, portanto, assumir múltiplas formas. No caso dos movimentos sociais da nova esquerda, podemos notar como característica comum uma pesada crítica aos partidos tradicionais. Esse fenômeno, evidentemente, é ainda mais perceptível quando a opção do movimento social é pela criação de um novo partido – reconhecendo a inexistência de legendas que possam acolher suas reivindicações – ou pela outorga de seus objetivos a um partido existente, normalmente, uma sigla que não componha o centro do espectro político. Se analisarmos o caso brasileiro, a título de ilustração, veremos movimentos sociais participando da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1980, especialmente o chamado “novo sindicalismo”. No caso da Rede Sustentabilidade, analisado por Marília Oliveira (2016), destaca-se a forte presença e engajamento de muitos ativistas ambientalistas na construção do novo partido. No entanto, essa construção não se dá em nome de todo o movimento ambiental, que segue tendo forte referência no PT e em muitos movimentos transnacionais relevantes (Greenpeace, WWF, etc.) que não tomam parte na construção do novo partido.

Analisemos alguns dos principais dilemas do processo de incorporação de movimentos sociais à dinâmica da luta partidária. Della Porta e Diani (2006) explicam que a principal diferença entre movimentos sociais e outras organizações não consiste nas diferentes características organizacionais ou padrões de comportamento, mas no fato de que os movimentos sociais não são organizações, nem mesmo um tipo peculiar delas. Eles são, ao contrário, redes que podem ou não incluir organizações, dependendo das circunstâncias. No caso dos movimentos sociais da nova esquerda essa característica é ainda mais presente. Se analisarmos o sindicalismo, o movimento camponês ou o movimento estudantil, veremos que se formaram níveis de organização que poderiam questionar essa perspectiva. Os diretórios estudantis recriados com o fim da Ditadura Civil Militar ou o novo sindicalismo e seus sindicatos livres recriados no final dos anos 1970 no Brasil expressam um nível razoável de articulação política com padrões que, em muitos aspectos, poderiam conferir-lhes o status de “organizações”. O mesmo poderia ser dito dos movimentos organizados na Via

Campesina²⁴, com sua verticalidade e alto grau de disciplina. O que dizer, então, de outras experiências como o movimento indígena no México ou os *piqueteros* na Argentina? Mesmo assim, muitos desses movimentos, que além de redes, constituíram organizações, não diluíram sua identidade em um partido político.

Em muitos casos, os ativistas conviveram, como demonstra Ann Mische (2015), com uma condição dual em seu ativismo partidário e social. Ela aponta a existência de relação cambiante entre as identidades partidárias e as identidades ativadas em outros grupos, como o movimento estudantil, a pastoral da juventude, o movimento das executivas de curso, o movimento estudantil negro e as empresas júnior. Segundo Mische, apesar dos partidos estarem presentes em toda parte, ser partidário representava uma espécie de “anticivismo” nocivo à democracia nos anos 1990. Havia, portanto, uma relação ambivalente entre o ativismo partidário e o envolvimento em frentes da sociedade civil. Para resolver essa situação, Mische advoga que os atores dos movimentos de juventude recorrem naquele período a formas de *supressão* de suas identidades partidárias.

Ela destaca que todo o processo de ascensão dos movimentos sociais naquela década foi permeado, mais ou menos fortemente, pela ação dos diferentes grupos partidários em processo de consolidação, como aponta Keck (1991) em sua análise sobre o PT e o movimento sindical. Por isso as tentativas de suprimir as identidades partidárias, mesmo que só performaticamente, foram um problema para os ativistas de juventude nos anos 1990, embora isso fosse feito em nome de uma melhor “comunicação democrática”. Mesmo reconhecendo que o desenvolvimento de habilidades é diferente em cada movimento de juventude, Mische contesta a máxima habermasiana de que o engajamento partidário contamina o engajamento público e impede a comunicação política “pura” (HABERMAS, 1989). Para ela, os próprios mecanismos relacionais também *formam* o espaço público: a composição do espaço público em si depende da supressão de muitas das múltiplas identidades e envoltimentos que os participantes poderiam, potencialmente, colocar em jogo.

As análises de Mische (2015), Keck (1991), Oliveira (2016) e outras têm um mérito: reconhecer que o campo de atuação dos movimentos sociais e dos partidos políticos são distintos, mas que dialogam entre si e, muitas vezes, estabelecem relações de interdependência. Mas para a compreensão do recente fenômeno de institucionalização de

²⁴ A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. A organização visa articular os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional. No Brasil é a entidade que congrega o Movimento dos Sem-Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), a Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Conselho Indígena Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outros.

movimentos sociais precisamos voltar nossa atenção para os fatores que fazem com que movimentos sociais se institucionalizem. Para isso, recorreremos ao conceito de *partido-movimento* presente nos estudos de Gerbaudo (2018), Gianolla (2018), Kitschelt (2006), Santos (2018), dentre outros.

Para tratar dos partidos políticos formados por mobilizações de movimentos sociais, Kitschelt (2006) sintetizou seu conceito na ideia que os partidos-movimento “são coalizões de ativistas políticos que emanam de movimentos sociais e tentam aplicar as práticas organizacionais e estratégicas dos movimentos sociais na arena de competição partidária” (KITSZHELT *apud* CROTTY & KATZ, 2003, p. 280). A análise de Kitschelt se baseia, fundamentalmente, nos partidos verdes criados por ambientalistas na Alemanha e em outros países da Europa Ocidental no final dos anos 1970. Naquele momento, os Verdes eram expressão da entrada dos ambientalistas na arena partidária através da criação de partidos que tinham como característica uma definição clara de seus objetivos estratégicos (no caso dos Verdes, a defesa do meio ambiente). Sua característica de “movimento” estava associada, portanto, mais à sua agenda do que às formas organizativas adotadas.

O conceito de partido-movimento, porém, tem sofrido uma verdadeira metamorfose na medida em que tem sido mais associado à forma do que ao conteúdo desses instrumentos. Para Santos (2014), a diferença entre o partido-movimento e o partido tradicional reside no fato de que os primeiros buscam “aplicar à vida interna dos partidos a mesma ideia de complementaridade entre democracia participativa e democracia representativa que deve orientar a gestão do sistema político em geral”. Para ele, o modelo de partido-movimento de esquerda hoje seria o Podemos, na Espanha, mas também o Bloco de Esquerda, em Portugal, e o Syriza, Grécia²⁵. Além deles, ele menciona ainda o Movimento Cinco 5 Stelle (M5S), da Itália, e o Aam Aadmi Party (AAP), da Índia.

Analisando as experiências na Itália e Índia, Gianolla advoga que os partidos-movimento são um espaço privilegiado para compreender os limites dos regimes democrático-liberais porque os “expõe a críticas severas e oferecem espaço ao pensamento alternativo” (2018, p. 431). Tanto o AAP como o M5S nasceram de processos de mobilização social. O primeiro, é herdeiro das campanhas pela aprovação da Lei do Direito à Informação e do movimento Índia Contra a Corrupção, liderado pelo ativista gandhiano Anna Hazare. O segundo, fundado pelo comediante Beppe Grillo, originou-se em bem-sucedidos protestos promovidos por ele e por Gianroberto Casaleggio, especialista em *marketing* e comunicação na internet. Os chamados “vaffanculo day”²⁶ começaram em 2007

²⁵ O artigo foi escrito em 2014, antes, portanto, do Syriza se transformar num “partido de governo”.

²⁶ Literalmente, “Dia do Vá à merda!”.

e se alastraram por 2008, conquistando enorme simpatia popular e ocupando um espaço alternativo – e crítico – em relação aos partidos tradicionais italianos. Ambos, segundo Gianolla, foram respostas a uma crise de credibilidade que afeta o sistema partidário, uma resposta moral vinda “de baixo” contra as velhas legendas partidárias (Idem, 2018, p. 435). Apesar de não se reivindicarem partidos de esquerda²⁷, podemos encontrar semelhanças entre APP e M5S com os partidos-movimento da nova esquerda europeia. Todos eles se aproveitaram de um enfraquecimento do sistema partidário e de mobilizações de massas que levaram uma parte do movimento social a considerar necessário a ingresso nesse mesmo sistema, mas sem abrir mão dos mecanismos de mobilização social de que dispõe na condição de movimentos sociais.

Para uma definição mais precisa das diferenças entre o conceito oferecido originalmente por Kitschelt (2006) e os partidos-movimentos surgidos a partir da crise de democracia liberal, Souza e Penteadó (2017) oferecem uma distinção entre partido-movimento *transversal* e partido-movimento *temático ou identitário*. O primeiro seria formado por lideranças políticas, ativistas e movimentos sociais com uma agenda política universalista estabelecida transversalmente através da equivalência entre as agendas particulares estabelecidas pelos agentes que atuam no âmbito do político, onde o Podemos seria uma espécie de arquétipo. O segundo seria uma forma de extensão para o interior do sistema partidário da ação de movimentos sociais autônomos que se institucionalizam para lutar em favor de suas agendas específicas, tais como os Verdes ou o Partido Pirata (2017, p. 16).

Para Gianolla (2018), os partidos-movimento seriam uma resposta “experimental” ao descontentamento dos cidadãos. Eles reformulam a relação entre as pessoas e a política e entusiasma um expressivo contingente de indivíduos que rechaça os velhos partidos das elites políticas, mas que reconhece que a disputa do poder segue tendo relevância. Se os movimentos sociais perdem força com o crescente processo de burocratização (ALBERONI, 2014) e os partidos manifestam suas tendências à oligarquização e à centralização (MICHELS, 1981), os partidos-movimento surgem como uma alternativa para garantir que os movimentos e seus objetivos estratégicos possam ser representados nos espaços de poder reconhecidos socialmente.

Mas, como lembram Souza e Penteadó (2017), é impossível pensar partidos heterodoxos por completo nas democracias liberais, uma vez que cada país tem as regras mínimas para que um partido político assim possa exercer suas prerrogativas legais. A

²⁷ Ambos se declaram partidos “neutros”. Isso significa que não segue nenhuma clivagem política tradicional – direita ou esquerda – e afirmam que sua “ideologia” é a democracia participativa” (GIANOLLA, 2018)

estrutura partidária do Podemos, AAP ou M5S não foge a essa regra. Para fugir das amarras legais, há movimentos formando partidos não legalizados. No caso do Brasil, seriam exemplos desse fenômeno o Partido Pirata e A Partida²⁸. Em outros países, movimentos sociais simplesmente não conseguiram superar as dificuldades impostas pela legislação para a criação de novos partidos²⁹. Em outros casos, a legalização é relativamente fácil, mas a participação no processo eleitoral só é permitida àqueles partidos que alcançarem uma votação mínima nos processos de primárias abertas. O caso da Argentina é emblemático: as primárias são um mecanismo de restrição à participação, por exemplo, na eleição presidencial, já que é necessário um mínimo de participantes registrados para poder postular uma candidatura à Presidência da República (o que só é possível aos grandes partidos); por outro lado, a inscrição de partidos é muito fácil na Argentina: existiam 656 partidos registrados quando foi aprovada em 2009 a reforma eleitoral naquele país (LUQUE, 2013).

Como vemos, os dilemas no processo de institucionalização de movimentos sociais são variados. Eles vão desde a necessidade de constituir uma coesão interna que permita deslocar sua atuação ao terreno da luta partidária com o mínimo de perdas à definição de objetivos estratégicos claros. São fortemente impactados pelo quadro partidário existente e pela legislação eleitoral que impõe limites, seja ao registro de novos partidos, seja à possibilidade de participação plena no processo eleitoral. E, claro, enfrentam a resistência dos velhos partidos que se sentem ameaçados pelo surgimento de novas legendas, especialmente se elas demonstram capacidade de representar lutas sociais relevantes, como é o caso da onda de protestos contra a globalização neoliberal de 2011.

2.7 Protesto social e nova esquerda na América Latina

Neste ponto do nosso trabalho resta claro que compreendemos o processo de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda como fenômeno que responde ao mesmo tempo à crise da democracia liberal (aprofundada pela crise da globalização neoliberal e o retorno das demandas materiais ao centro da luta política), à perda de hegemonia dos partidos socialdemocratas e ao surgimento de novos conflitos que incidem diretamente sobre a arena político-partidária. Como destacamos, esse é um fenômeno que

²⁸ O Partido Pirata está em processo de legalização junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele compõe uma rede internacional de “partidos piratas” que têm como bandeira a luta contra as leis de propriedade intelectual e industrial, incluindo Copyright e patentes, contra a violação do direito à privacidade e a favor do domínio público do conhecimento através de práticas de compartilhamento. A Partida, por sua vez, é um movimento feminista suprapartidário que reúne ativistas feministas de diferentes matizes políticas de esquerda.

²⁹ Foi o caso da própria Rede Sustentabilidade – que teve seu registro negado pelo Tribunal Superior Eleitoral na primeira tentativa de legalização.

alcança sua forma mais vastamente analisada pela Ciência Política na Europa do Sul, especialmente na Espanha, Portugal, França e Grécia, quando movimentos sociais formam novos partidos de esquerda radical ou impulsionam partidos já existentes. Mas Santos (2014), ao oferecer uma genealogia dessa nova esquerda, afirma que, para encontrar suas origens, é preciso recuar ao Foro Social Mundial, aos governos progressistas que emergiram na América Latina na década de 2000³⁰, aos movimentos sociais e aos processos constituintes que levaram esses governos ao poder, às experiências de democracia participativa em muitas cidades latino-americanas a partir da experiência pioneira de Porto Alegre e, finalmente, à Primavera Árabe. Para ele, essa nova esquerda (referindo-se ao Podemos) “é o resultado de uma aprendizagem a partir do Sul que permitiu canalizar criativamente a indignação nas ruas de Espanha” (p. 64).

A partir da teoria das linhas abissais de Boaventura de Sousa Santos, Gianolla sintetiza as características dos movimentos sociais da nova esquerda em seis pontos: i) recurso à luta social (não eleitoral) e à ação direta como instrumentos privilegiados de intervenção política; ii) desobediência civil e política pacífica; iii) defesa da democracia radical a partir das maiorias sociais; iv) denúncia da exclusão social, da desigualdade e das elites econômicas; v) utilização de ferramentas tecnológicas como meio de comunicação, deliberação e mobilização; vi) reconfiguração das relações de poder a partir dos eixos democratizar/descolonizar/desmercantilizar (GIANOLLA *apud* SANTOS, 2018).

A nova esquerda é “nova”, portanto, na medida em assimila práticas sociais antigas que estavam disseminadas nas diferentes formas de resistência popular e lhes dá um sentido unificador na direção de um projeto de superação do capitalismo e implantação de uma democracia radical, algo que a esquerda socialdemocrata perdeu de vista na medida em que se autolimitou à perspectiva da mera administração do “sistema”. Nesse processo, os conhecimentos que os movimentos sociais da América Latina produziram em sua resistência ao neoliberalismo foram, no entender de Santos, um elemento fundamental para o surgimento da nova esquerda na Europa. Isso é reconhecido por alguns dos próprios fundadores do Podemos. Tanto Pablo Iglesias quanto Iñigo Errejón têm suas teses de doutorado dedicadas a temas relacionados à América Latina³¹.

Isso porque na América Latina proliferaram, ao longo dos anos 1990 e 2000, uma série de movimentos sociais que combinavam a dimensão material da luta contra a

³⁰ No texto, Santos se refere explicitamente aos governos de Venezuela, Bolívia e Equador.

³¹ Iglesias (2008) e Errejón (2012) produziram teses baseadas em experiências da esquerda radical – o primeiro sobre o movimento altermundialista na virada do século e o segundo sobre o processo constituinte da Bolívia conduzido pelo MAS de Evo Morales. Juan Carlos Monedero Fernández, hoje um intelectual orgânico do Podemos, trabalhou diretamente com Hugo Chávez na Venezuela.

desigualdade, a violência, os ataques ao meio ambiente ou às populações indígenas, com a luta por reconhecimento, igualdade de direitos e oportunidades, combate aos preconceitos e defesa dos direitos humanos. Num continente onde o neoliberalismo foi implementado sem que houvesse, como na Europa, um sistema de proteção social eficiente, a luta dos movimentos sociais tornou-se, muitas vezes, uma luta pela sobrevivência.

Nesse período, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) se consolida no Brasil como o principal opositor aos governos de Fernando Henrique Cardoso, colaborando para a construção da Via Campesina em toda a América Latina e, posteriormente, também na Europa, Ásia e África. No México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em Chiapas, lidera em 1994 um levante popular indígena que coloca o conflito entre o neoliberalismo e os povos tradicionais no centro da agenda dos movimentos sociais de esquerda na região. Em outros países com forte presença indígena, como Bolívia, Equador e Paraguai, se amplia a organização dos povos originários e sua presença na cena política. Nos países mais industrializados a retomada das mobilizações operárias também chama a atenção, como é o caso dos *piqueteros* na Argentina e dos petroleiros no Brasil. Como destaca Petry (2008), o cenário latino-americano dos anos 1990 produz uma concentração da ação dos movimentos sociais em três grandes frentes: a urbana, a rural e a indígena. Ou seja, o território passa a ter uma importância central na luta dos movimentos sociais contra a globalização neoliberal.

Paralelamente, a dimensão internacional de muitas mobilizações, como por exemplo, os protestos durante reuniões multilaterais entre chefes de Estado ou a articulação de campanhas em torno de problemas comuns a diferentes países (como a dívida externa, na América Latina), estimulou o surgimento de inúmeras redes de mobilização supranacionais entre movimentos sociais, que passaram a ser definidas como um único “movimento antiglobalização” (ou altermundialista). Um momento simbólico desse movimento se dá na reunião da Organização Mundial do Comércio, realizada em Seattle (EUA) em 1999. Durante o evento, os movimentos sociais se articularam previamente para bloquear as entradas do Centro de Convenções onde o evento seria realizado. Mais de 50 mil manifestantes participaram do protesto (VIEIRA, 2012). Na sequência, outras mobilizações foram organizadas durante reuniões do FMI, em Washington, e do G20 em Gênova, quando mais de 500 pessoas ficaram feridas após brutal repressão das forças de segurança locais.

Além das mobilizações contra essas reuniões, surgiram também outros espaços de articulação transnacional, como campanhas e conferências. Na América Latina teve particular importância a campanha do Jubileu 2000, articulada a partir dos setores mais progressistas da Igreja Católica, e que tinha como propósito a defesa da anulação das dívidas

externas dos países latino-americanos. Essa mesma rede, criada em 1999, seria decisiva para articular a campanha continental contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), realizada em 2002³². Essas campanhas acabariam redundando, em 2001, na realização do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, em oposição ao Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça, e que reúne a elite política e financeira mundial para discutir os rumos da globalização.

O FSM, organizado por uma rede internacional de movimentos sociais, tinha como proposta se contrapor à ideia de que a globalização neoliberal era o único caminho viável, por isso assumiu a consigna “Um outro mundo é possível”. A escolha de Porto Alegre como sede das primeiras três edições remete às práticas inovadoras e participativas que a cidade desenvolveu durante os anos 1990, sob a administração do Partido dos Trabalhadores. Lá surgiu o Orçamento Participativo, o Conselho da Cidade, os Conselhos Populares e várias outras experiências de democracia direta que expressavam, para muitos ativistas naquele momento, que era possível governar sob uma perspectiva transformadora. No Fórum Social Mundial se promovia o encontro entre os chamados “novos” movimentos sociais, que haviam surgido duas ou três décadas antes, com ONGs, partidos e o chamado movimento antiglobalização, que trazia consigo novas características.

Entre as inovações trazidas pelo movimento antiglobalização – ou altermundialista – estão as formas descentralizadas de articulação, hierarquias internas menos rígidas, o recurso a estruturas colegiadas de decisão, maior participação e fluidez³³. Além disso, vale destacar o caráter comunicativo desses movimentos, sendo o EZLN, no México, o primeiro a usar massivamente a internet para difundir seus comunicados em escala global (VIEIRA, 2012). A América Latina, portanto, convivia no fim dos anos 1990 com movimentos sociais que seguiam reivindicando uma forte identidade de classe (como o movimento camponês ou operário) ao mesmo tempo em que o movimento indígena ressurgia com força e novas expressões transnacionais ganhavam terreno. No campo da esquerda, esses processos confluíam para o Fórum Social Mundial e outras conferências, campanhas e mobilizações conjuntas.

Esse crescente processo de questionamento à globalização e os desastrosos resultados da aplicação do modelo neoliberal em toda a América Latina vinham acumulando tensões

³² No Brasil essa campanha foi organizada através de um plebiscito popular sobre a integração do país à ALCA, promovido por uma ampla rede de movimentos sociais no dia 7 de setembro de 2002. Dele participaram cerca de 10 milhões de pessoas, sendo 96% delas contra a participação do Brasil no acordo de livre comércio.

³³ Estudo de Marisa Von Bülow, *Building Transnational Networks – Civil Society Networks and the Politics of Trade in the Americas* (Cambridge, 2010) questiona a suposta horizontalidade dos movimentos altermundialistas, demonstrando há, de fato, hierarquias nas coalizões transnacionais criadas, por exemplo, contra a Alca.

que, em muitos países, resultaram na deposição de governos e na explosão de graves crises sociais. Na Venezuela, que vivia uma profunda crise econômica desde o final dos anos 1980, a revolta explodiu no chamado *Caracazo*, quando milhares de pessoas saíram às ruas para expressar seu repúdio às medidas anunciadas pelo então presidente Carlos Andrés Pérez, que previam a aplicação de um pacote de medidas encomendadas pelo FMI, entre elas, a alta no preço dos combustíveis. A violenta revolta terminou com um saldo de quase 300 mortos e a prisão do então tenente-coronel Hugo Chávez Frías, acusado de liderar um levante militar da baixa oficialidade contra Pérez (MAYA, 2003).

No Equador, outro laboratório para as políticas neoliberais, a crise social levou o então presidente Jamil Mahuad a decretar o estado de emergência e mobilizar as forças armadas para reprimir a agitação social – greves e bloqueios das principais estradas – desencadeada pelo aumento de 13% no preço dos combustíveis. Essa onda de protestos, promovida inicialmente pelos sindicatos do transporte público, avolumou-se com a adesão dos produtores de banana, principal produto de exportação do país, e o fechamento das estradas, acompanhado pela paralisação das emissoras de rádio e televisão. A situação piorou quando cerca de dez mil indígenas, liderados pela Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE), marcharam até a capital para exigir a renúncia do Presidente. Em janeiro do ano seguinte um grupo de coronéis levantou o Exército, em apoio às comunidades indígenas, e Mahuad, informado de que não tinha mais condições de segurança no Palácio de Carondelet, refugiou-se em uma base militar. Os indígenas e os militares ocuparam os edifícios públicos, as sedes dos três poderes em Quito e dissolveram o Congresso, bem como a Suprema Corte, anunciando a remoção de Mahuad. Só depois de semanas de negociação o vice-presidente assumiria o poder (MONIZ BANDEIRA, 2002).

Na Bolívia, onde o neoliberalismo foi implementado à risca por sucessivos governos desde meados dos anos 1980, a pobreza entre os camponeses e população indígena, maioria no país, aumentou ainda mais. A elevação das tarifas de água na cidade de Cochabamba, resultado de um contrato firmado com uma empresa estrangeira, desencadeou em abril de 2000 um levante popular que se estendeu aos *cocaleros* (produtores de coca), na região de Chapare, e a outros camponeses e trabalhadores em diferentes cidades. A *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia* (CSUTCB) iniciou então o bloqueio das estradas e, ante a ameaça de convulsão social, em que não apenas os camponeses, mas até estudantes e policiais reclamavam melhoria nas condições de vida, o presidente Hugo Banzer decretou o estado de sítio por noventa dias, intensificando a repressão. As tensões continuaram até que Banzer renunciou, em abril de 2001 (Idem, 2002).

Na Argentina, outro modelo de implementação da agenda neoliberal, um levante

popular que ficou conhecido como *argentino*, levou à queda de quatro presidentes num breve intervalo de tempo. Em 1998, o país negociara um acordo com o FMI, de modo que lhe permitisse reduzir o déficit fiscal, mas a prolongada recessão em 1999 impediu o cumprimento da meta estabelecida. Assim, ao suceder a Menem na chefia do governo, Fernando de la Rúa teve de promover um aumento de impostos e vários cortes orçamentários. A crise financeira internacional, que começou na Ásia, em 1997, atingiu a Rússia, em 1998, alcançou o Brasil, em 1999, agravou os problemas estruturais da Argentina, detonando as lutas sociais e acarretando a instabilidade política, com a queda do governo de Fernando de la Rúa, em dezembro de 2002. Em seguida o país decretou a suspensão do pagamento da dívida externa (Idem, 2002).

Outros levantes populares contra privatizações foram registrados no Paraguai, Peru e países da América Central. Mas foi na Argentina, Venezuela, Bolívia e Equador onde os mandatários identificados com o neoliberalismo foram depostos e os programas de privatização, abertura comercial e flexibilização da legislação laboral perderam sustentação social (KATZ, 2016). Como lembra Moniz Bandeira

Essa crise, que ao fim dos anos 90 avassalava todos os países da América do Sul, não começou, decerto, com a execução do programa neoliberal do Consenso de Washington. Ela preexistia. Mas as condições econômicas, sociais e políticas, que nos anos 60 e 70 haviam gerado os movimentos de insurgência, agravaram-se, ao fim de uma década de políticas econômicas neoliberais, executadas por governos democraticamente eleitos (2002, p. 144)

Nesse contexto, os movimentos sociais que haviam acumulado relevância social ao longo dos anos 1990 tornavam-se atores decisivos nas disputas políticas em curso na América Latina. Com apoio de muitos desses movimentos, partidos de esquerda ou centro-esquerda venceram eleições em muitos países da América do Sul. A crise do neoliberalismo e a potente contestação social a seus resultados impulsionou um ciclo de governos progressistas de diferentes características. Na Venezuela (1998), Chávez tornou-se tão popular após o levante liderado por ele, em 1992, que se elegeu à frente do *Movimiento V República* (MVR) com a promessa de promover uma revolução pacífica e democrática. No Equador (2006) e Bolívia (2005) venceram as eleições partidos apoiados pelo movimento indígena. No Equador o economista Rafael Correa, fundador do movimento Alianza País, e na Bolívia, o líder cocaleiro Evo Morales, primeiro presidente indígena da história do país. Esses três países formariam a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), compondo um bloco de governos abertamente anti-imperialistas na região.

No Brasil, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (2002), após quatro tentativas, levou a coalizão liderada pelo PT à vitória contra o candidato preferido pelo mercado, José Serra

(PSDB). Foi a primeira derrota eleitoral da agenda neoliberal em um grande país do continente. O mesmo ocorreria com as vitórias de Néstor Kirchner, na Argentina (2003), e Tabaré Vázquez, no Uruguai (2005). Mesmo as vitórias do ex-bispo Fernando Lugo, no Paraguai (2008), e Ollanta Humala, no Peru, (2011), apesar da especificidade de cada processo e dos descaminhos posteriores, podem se dizer tributárias da crise do neoliberalismo e do crescente processo de mobilização popular que marca a transição dos anos 1990 para os 2000. Esse processo despertou o interesse de pesquisadores de todo o mundo e alimentou esperanças de mudança. Enquanto a socialdemocracia europeia conduzia o processo de desmonte do Estado de Bem-Estar Social e participava ativamente das agressões militares lideradas pelos Estados Unidos no Oriente Médio, esses governos chamavam a atenção pelos bons resultados alcançados no combate às desigualdades, nas políticas de integração regional e na implantação de obras de infraestrutura e modernização. Esse crescente interesse pode ser observado no documentário *The South of the Border* (2009), dirigido pelo premiado cineasta estadunidense Oliver Stone.

Com um ciclo de lutas sociais intenso, que culminou com a deposição de seis governos diferentes entre 2000 e 2005, a América Latina viveu um curto período de estabilidade (2005-2008) para, em seguida, voltar a um quadro de gestação de novas mobilizações (KATZ, 2016). Os movimentos sociais assumiram, a partir das características de cada país e da trajetória de cada movimento, posições distintas em relação aos partidos no poder. Em alguns países, movimentos sociais ampliaram sua relação com esses partidos; em outros, mantiveram uma condição de relativa autonomia. Nota-se ainda o surgimento de novos movimentos sociais muito semelhantes aos processos que analisamos nas seções anteriores.

Jaime Preciado e Pablo Uc oferecem um modelo para compreender os dilemas da relação entre movimentos sociais e o Estado num contexto de governos de correntes partidárias de corte progressista como os que surgiram na América Latina. Para eles, há três tendências dominantes: a) tendência à convergência, com capacidade de negociação e pacto; b) tendência de convergência baixa, conflituosidade ativa e alta capacidade de cooptação por parte do Estado; c) tendência de convergência nula, conflituosidade permanente com o uso de estratégias violentas de submissão por parte do Estado (PRECIADO & UC, 2012).

Eles consideram que a primeira tendência – convergência com capacidade de negociação e pacto – se verifica em países onde os movimentos sociais e o Estado construíram níveis elevados de convergência, dado que as lutas sociais influenciaram decisivamente na reconfiguração política do próprio Estado, como é o caso de Bolívia, Equador e Venezuela. Embora essa tendência convergente tenha perdido força com a

guinada conservadora do governo equatoriano e com a crise política na Venezuela e Bolívia, ela esteve presente boa parte do tempo. A segunda tendência – convergência baixa, conflituosidade ativa e capacidade de cooptação pelo Estado – pode ser observado especialmente no Brasil e Argentina, onde tanto o movimento camponês (MST) quanto o movimento dos trabalhadores sofreram os impactos da cooptação estatal. Por fim, a tendência à convergência nula, com conflituosidade permanente, é encontrada onde a violência sistemática por parte do Estado contra os movimentos sociais impõe um veto a qualquer interação, como é o caso do México e Colômbia (Idem, 2012).

Se nota, particularmente nos movimentos que ganham projeção a partir de 2011 na América Latina – cujo marco fundacional é o levante estudantil no Chile – uma tendência de afastamento em relação ao Estado e aos partidos tradicionais. Como mostra Albala (2020):

En varios casos, lo que más impactó fue la espontaneidad de estos movimientos y su desvinculación manifiesta respecto de los órganos tradicionales de la representación política: los partidos. Chile (2011-2013), Colombia (2011-2012), México (2012) y Brasil (2013) ofrecen los casos más paradigmáticos de movilizaciones que se expresaron en paralelo o, incluso, en contra de los partidos y/o sistemas de partidos establecidos. Allí se pudo observar que las pautas de identidad social y política tendieron a forjarse fuera de los partidos (en las universidades, por las redes sociales y a través de organizaciones de la sociedad civil, entre otros sitios). En otras palabras, los partidos que durante décadas fueron teorizados como los actores centrales en la expresión, canalización y procesamiento de las demandas sociales, en carácter de representantes de la sociedad (Panbianco 1988; Offerlé 2003), parecerían haber perdido, en estos casos, algo de su protagonismo (ALBALA, 2020, p. 32)

Para Albala, a ocorrência e o caráter massivo destes eventos, ações, manifestações e piquetes contradizem empiricamente a literatura em voga na virada deste século que afirmava, a partir da observação de um processo de crescente cooptação dos movimentos sociais surgidos nos anos 1980-1990, que a luta social havia perdido vigor (Idem, 2020). O que se nota, ao contrário, é que a chegada de partidos de esquerda ao poder em diferentes países abriu espaço para novos questionamentos e demandas por parte dos movimentos sociais. Em alguns países, a batalha contra a pilhagem dos recursos naturais (Peru, Equador) assumiu centralidade. Em outros, as mobilizações surgem a partir do profundo descontentamento com os efeitos da crise econômica e o esgotamento do modelo de desenvolvimento, potencializando lutas pontuais em defesa da educação (Chile), contra o aumento das passagens ou por reforma urbana (Brasil) ou contra a invasão das importações agrícolas (Colômbia), colocando esses movimentos em oposição ao Estado (KATZ, 2016).

Essa nova onda de protestos, portanto, traz consigo muitas novidades e, por suas próprias características, cria as bases para um distanciamento ainda maior entre a esquerda que se adaptou à condição de força eleitoral para a disputa do Estado e uma série de

movimentos sociais que não mais confiam no sistema partidário ou nas soluções oferecidas por grandes coalizões governamentais. É verdade que a heterogeneidade regional da América Latina não permite uma afirmação peremptória de que o surgimento destes novos movimentos sociais tem relação direta com uma crise de representação dos partidos de esquerda como ocorre na Europa, mesmo porque, como confirmam estudos recentes, em alguns países o que se verificou foi uma manutenção e até um aumento da tendência à convergência entre movimentos e partidos, e não o contrário (PRECIADO & UC, 2012). Ainda assim, acreditamos que o surgimento de novos partidos políticos oriundos de movimentos sociais ou composições entre partidos e movimentos, ou ainda, tentativas frustradas de movimentos de se inserirem no sistema partidário, guarda relação com o fenômeno que analisamos nas seções anteriores, onde os partidos e governos “progressistas”, ao não promoverem uma ruptura com as bases neoliberais do Estado e da economia, cumpriram papel análogo àquele cumprido pela socialdemocracia europeia. Na última seção deste capítulo vamos explorar mais esta perspectiva a partir dos estudos recentes de Adrian Albala sobre o que ele chama de “cidadania da desconfiança” nos países onde se verificou processos de maior autonomia dos novos movimentos sociais em relação aos antigos partidos de esquerda e ao Estado (Chile, Brasil e México). Mas antes, para aprimorar algumas definições precisamos refinar brevemente algumas categorias de análise.

2.8 Definindo uma tipologia das esquerdas na América Latina

Em um trabalho que se tornou uma referência nos estudos históricos sobre a esquerda latino-americana, Michael Löwy (2012) divide a história das esquerdas em quatro grandes ciclos. O primeiro, breve, de introdução do marxismo na América Latina através das reflexões de Juan b. Justo, fundador do Partido Socialista argentino (1896), e Luis Emílio Recabarren, fundador do Partido Obrero Socialista de Chile (1912), que em 1922 se transformaria no Partido Comunista do Chile. Esses primeiros pensadores buscaram utilizar o instrumental teórico do marxismo, largamente difundido na Europa, para interpretar a realidade latino-americana, especialmente o processo de independência das ex-colônias espanholas nas Américas.

O segundo ciclo se inicia, segundo Löwy, com o “período revolucionário” aberto pela difusão das ideias defendidas pelos bolcheviques na vitoriosa revolução de outubro de 1917 na longínqua Rússia. Os primeiros documentos da III Internacional³⁴ são reeditados na

³⁴ A Internacional Comunista, também conhecido como III Internacional ou *Komintern*, foi uma organização internacional fundada por Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética em março de 1919 para reunir os partidos comunistas de diferentes países do mundo.

América do Sul e defendem a unidade entre operários e camponeses contra o imperialismo norte-americano e a burguesia *criolla*. O terceiro ciclo, de acordo com essa abordagem, é marcado pela “hegemonia stalinista” e a transplantação mecânica das teses aprovadas pela direção moscovita do Komintern para as Américas. Predomina, nesse período, a tática das frentes populares em aliança com as burguesias nacionais contra o fascismo. A absurda teoria da *classe contra classe*, que privilegiava uma associação automática entre socialdemocracia e nazifascismo como parte de uma mesma classe burguesa multifacetada, passava a ser substituída pela proposta de “frente nacional popular anti-imperialista” (MEDEIROS, 2016). O quarto e último ciclo é caracterizado pelo fim da hegemonia stalinista nas esquerdas e pelo que Löwy chama de “novo período revolucionário” inaugurado nos anos 1960, no qual diferentes correntes políticas disputam a hegemonia das esquerdas: o castrismo e gregarismo, o maoísmo e o trotskismo, a teoria da dependência e a “via chilena” de Salvador Allende. Em comum, essas correntes buscavam um caminho original para a revolução na América Latina, se desvincilhando dos modelos do passado e da orientação oriunda de um centro revolucionário internacional. A influência de movimentos nacionalistas, da politização do clero católico a partir do Concílio Vaticano II, das lutas de libertação nacional na Ásia e África, bem como uma retomada gradual da luta operária em países como Brasil, incentivaram essa diversidade de alternativas para a chegada ao socialismo (LÖWY, 2012).

A divisão em quatro ciclos, proposta por Löwy, coloca a atual esquerda latino-americana como herdeira do novo ciclo revolucionário que teve início com a Revolução Cubana em 1959. Ele ressalta, no entanto, que muitos intelectuais, por ocasião da crise do socialismo soviético, consideram que os anos 1990 deram início a um novo ciclo para as esquerdas no continente, marcado pela hegemonia de um projeto de reformas dentro dos marcos da economia de mercado e da democracia liberal (CASTAÑEDA, 1993). De fato, a partir da queda do muro de Berlim, passaram a conviver “dois espíritos” na esquerda latino-americana: um, que segue reivindicando a tradição revolucionária e a superação do capitalismo, e outro, que se inspira numa suposta “modernização” das esquerdas e cuja inspiração são os partidos socialdemocratas da Europa e o chamado eurocomunismo. Essa tensão se expressa ainda hoje, em menor medida, dentro e fora dos partidos de esquerda em muitos países.

Como vimos anteriormente, as correntes socialdemocratas têm uma longa tradição na América Latina. No entanto, foi só nos 1980, no contexto de redemocratização em diferentes países, que os partidos socialdemocratas ganharam projeção. Foi nesse período que a maioria deles se filia à II Internacional e passa a compor governos em diversos países. Em muitos casos, um exame apurado revelará que vários desses partidos não têm uma base

social típica da socialdemocracia europeia, assentada no operariado urbano, nem sustentavam qualquer programa de combate substantivo à desigualdade³⁵. Aliás, como a história do desenvolvimento capitalista na América Latina tem suas particularidades, seria muito difícil, senão impossível, encontrar um partido que tivesse vivido trajetória idêntica à de seus homônimos europeus. Por isso, a socialdemocracia deve ser encarada mais como uma corrente política definida a partir de determinadas características e propostas gerais que a diferenciam de outras correntes, do que a partir de sua genealogia. Assim, veremos que a definição alcançará um número relevante de partidos, extrapolando em muito a simples definição primária que a nomenclatura sugere: muitos partidos *efetivamente* socialdemocratas se reivindicam socialistas e muitos partidos neoliberais de centro-direita tem sua origem na socialdemocracia.

A divisão em ciclos, sugerida por Löwy, embora seja apropriada para os estudos históricos, é pouco funcional para a determinação de uma tipologia das esquerdas hoje. Como vimos no capítulo anterior deste trabalho, ao longo do século XX predominou uma tipologia que dividia as esquerdas em dois grandes campos: de um lado, a esquerda comunista (ou revolucionária); de outro, a esquerda socialdemocrata (ou reformista). No centro desta clivagem estava a relação com o capitalismo e a disjuntiva “reforma *versus* revolução”. Acontece que, com o fim da experiência soviética, outras clivagens tiveram de ser introduzidas para explicar as transformações vividas pelas esquerdas. Dentro deste contexto de clivagens, Ingelhart (1997) e Caramani (2011) defendem uma tipologia alternativa para classificar as esquerdas, cujo centro seria a divisão entre a defesa de valores materiais *versus* os pós-materiais (INGELHART, 1997). Essa abordagem, no entanto, nos parece ainda menos adequada. A partir dela, se estabelece uma linha demasiado marcada entre aqueles que defendem, por exemplo, reforma agrária ou aumento salarial, daqueles que defendem liberdade de expressão ou direitos civis. Se ela poderia ser funcional quando do surgimento dos novos movimentos sociais, na Europa dos anos 1960, ela perdeu capacidade explicativa na medida em que se verifica uma profunda intersecção entre as agendas chamadas *materiais* e *pós-materiais*.

Nos últimos anos, com a chegada pela via democrática de vários partidos e coalizões de centro-esquerda na América Latina, a tentativa de classificar os partidos e governos voltou a ser objeto da Ciência Política. Como afirma Silva (2010)

Falo da proposição de “duas esquerdas”, uma “socialdemocrata” ou “democrata” e outra “populista” ou “autoritária”, proposta por alguns estudiosos do tema com

³⁵ Dois dos maiores exemplos podem ser encontrados no Brasil, com os governos do PSDB, e no Peru, com os governos da APRA. Apesar de serem coalizões liderados por partidos originalmente de centro-esquerda, o programa implementado por seus respectivos governos era abertamente neoliberal.

intenção quase sempre normativa – respectivamente uma esquerda “boa” e outra “má”. Organizações como o Partido Socialista do Chile (PSCh), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Frente Ampla (FA) em geral são associadas à primeira corrente, enquanto outros como o Movimento ao Socialismo (MAS), o Movimento V República (MVR; mais tarde Partido Socialista Unido da Venezuela, PSUV), o movimento Pátria Altiva e Soberana (PAÍS) e a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) geralmente integram a segunda. (...) Castañeda (2006), seguido entre outros por Reid (2007), propõe a nomenclatura de “socialdemocratas” e “populistas”, ainda que aponte também para o autoritarismo nos segundos (nesse caso, populismo e autoritarismo estão muito próximos).

Essa divisão em duas correntes não é apenas uma operação teórica. Ela expressa efetivas diferenças de projeto que serão explorados na seção seguinte. Seu equívoco, no entanto, não está em estabelecer diferenciações entre um grupo de partidos e coalizões que se define a partir da crítica radical ao capitalismo em oposição a outro que se proclama abertamente reformista. Essa abordagem nos parece correta. O equívoco, do ponto de vista metodológico, é atribuir positivities e negatividades que ignoram o complexo processo social que resultou nessa diferenciação. Enquadrar as esquerdas em “boas” ou “más”, especialmente recorrendo a um conceito tão controverso quanto o de *populismo*, apenas reforça uma perspectiva eurocêntrica e inadequada para análise do fenômeno.

Usando os mesmos conceitos de Castañeda (populistas e socialdemocratas) mas buscando uma definição mais precisa, Lanzaro (2008) procura identificar as diferenças concretas entre os dois grupos. Para ele os socialdemocratas têm raízes em sistemas partidários e instituições mais sólidas, enquanto a esquerda populista é resultado de sistemas partidários e instituições em colapso, fruto das reformas de mercado no continente (SILVA, 2010). Segundo Lanzaro (2008), as primeiras se baseiam em partidos institucionalizados e as segundas em movimentos ou partidos não institucionalizados. Todas aceitaram a via eleitoral para a chegada ao poder, mas não entronizaram os valores “republicanos”. Outras abordagens apenas opõem a ideia de “autoritários” (comunistas, socialistas, radicais em geral) e “democratas” (socialdemocratas e reformistas), como é o caso de Petkoff (2007).

Essa tipificação nos parece inadequada e cheia de preconceitos. Todos os governos ditos “progressistas” chegaram pela via democrática ao poder. E, com exceção de Venezuela e Bolívia, onde hoje se vive um impasse institucional de grandes proporções, nos demais países as esquerdas no poder respeitaram rigorosamente as regras da democracia liberal. Basta notar que no Paraguai e no Brasil, a destituição dos presidentes progressistas foi consumada sem qualquer resistência. No Chile, Argentina e Peru, a vitória eleitoral de candidatos identificados com o neoliberalismo não gerou qualquer crise institucional. E no Equador as mudanças de caráter do projeto bolivariano se deram mais em função das disputas internas na própria esquerda do que pela ausência de compromisso com a democracia liberal.

No entanto, é forçoso admitir que, apesar da cooperação regional intensa, os projetos políticos das esquerdas na região guardavam profundas diferenças entre si. Seguimos a divisão sugerida por Silva (2012), que tipifica os governos e partidos progressistas em dois campos. O primeiro, formado por Venezuela, Bolívia e Equador, seria resultado da “crise orgânica” do neoliberalismo, que levou ao “esgotamento de formas de organização estatal, dominação social, baixa inclusão político-social e monopólio partidário” (Idem, p. 98). Nesses países, se constituíram projetos de “refundação” do sistema político e econômico, começando pela convocação de processos constituintes que culminaram na elaboração de novas cartas constitucionais. Haveria um nível menor de integração desses partidos ao sistema político e uma maior radicalidade nas propostas e no enfrentamento às elites locais. O segundo grupo é formado pelos partidos que transitaram de uma postura mais ideológica e radical nos anos 1980 e 1990 a uma atuação mais pragmática e integrada ao sistema partidário com vistas à administração do Estado e diminuição das desigualdades nos marcos da economia de mercado e da democracia liberal. Nesse grupo estariam o PT (Brasil), o PS (Chile), a Frente Ampla (Uruguai) e as antigas organizações guerrilheiras de Nicarágua e El Salvador (FMLN e FSLN) dentre outros partidos de centro-esquerda de países como Peru e Colômbia. A essa diferença, Silva (2010) propõe a divisão entre esquerdas “renovadoras” e as “refundadoras”.

As primeiras são as caracterizadas por maior institucionalização, maior integração ao sistema político, aceitação das instituições da democracia representativa na forma “realmente existente” em seus países e crítica moderada ao neoliberalismo. As segundas são caracterizadas por menor institucionalização, menor integração ao sistema político, integração crítica às instituições da democracia representativa e crítica radical ao neoliberalismo (no limite plasmada com um anticapitalismo) (2010, p. 43)

As esquerdas “renovadoras” cumpririam, portanto, o papel equivalente ao da socialdemocracia europeia, como forças integradas ao sistema político e dispostas a administrar a economia de mercado com vistas a diminuir as desigualdades, mas sempre nos marcos das regras impostas pela dinâmica internacional de valorização do capital e pela democracia liberal. Não se trata aqui de “enquadrar” as esquerdas reformistas em geral no conceito de socialdemocracia apenas para criar um paralelo válido à nossa análise: essas esquerdas cumprem, objetivamente, papel análogo na relação com o Estado, o mercado e as demais forças de esquerda ao que a socialdemocracia cumpriu na Europa. Por sua vez, as esquerdas “refundadoras” assumiriam uma posição mais claramente anticapitalista, alargando os limites da antiga ordem neoliberal em crise e reconstituindo a própria natureza do Estado.

Essa tipologia, a nosso ver, expressa de forma adequada a pluralidade de projetos que as esquerdas produziram nas primeiras décadas deste século XXI. Mas desconsidera o fenômeno que buscamos analisar neste trabalho: o surgimento de uma nova esquerda social, identificada com as reivindicações dos “indignados” europeus e que combina uma agenda de reivindicações de fora para dentro do Estado por mais democracia, menos desigualdade e combate radical aos privilégios.

Nossa tipologia, por isso, adicionaria um “terceiro campo” de atores sociais identificados com posições à esquerda de espectro político, mas crítico aos limites do progressismo. Essa nova esquerda surge do que Albala e Vieira (2014) chamam de “cidadania da desconfiança”, resultado da crise de representação dos sistemas partidários, que promove um processo de “desintermediação” entre partidos e movimentos sociais, como o Chile e o Brasil. Veremos esse processo mais adiante e como ele se relaciona com a crise econômica e democrática que o mundo vive desde 2011.

Embora seja correto considerar que as esquerdas nas duas últimas décadas se dividiram em duas grandes correntes na América Latina, sendo a esquerda socialdemocrata amplamente hegemônica em suas posições, valores e visões de mundo, essa tipificação tem insuficiências. Os movimentos sociais da nova esquerda, por exemplo, têm muitos pontos de intersecção políticos e programáticos com as esquerdas “refundadoras” e sua crítica aos limites da democracia liberal, se afastando mais da esquerda socialdemocrata. Em outros aspectos veremos que em se tratando especificamente de temas como política externa e integração regional, mesmo as esquerdas socialdemocratas em alguns países da América Latina se parecem mais com a esquerda radical que com seus pares europeus. Consideramos, no entanto, que essa tipificação permite uma distinção clara dos fenômenos aos quais estamos nos referindo quando falamos de “socialdemocracia na América Latina” ou quando nos referimos aos movimentos sociais da nova esquerda, diferenciando esta das esquerdas “refundadoras”, chamada de “nova esquerda” no início do século por alguns autores (GARAVITO, BARRET, CHÁVEZ, 2005; NATANSON, 2008).

Por fim, cabe destacar que essa nova subdivisão, incluindo um terceiro campo de esquerda – a nova esquerda antineoliberal, cujas características foram abordadas na seção anterior deste trabalho, só se justifica pelo fato de que a divisão proposta na maior parte da literatura até aqui em dois campos de esquerda na América Latina, ignora que a experiência desses partidos no governo alterou profundamente a geografia do poder no continente. Nossa leitura, aliás, é que a nova esquerda surge, dentre outros fatores, como consequência do processo de integração de forças sociais e políticas de esquerda ao Estado. Por isso, torna-se imperioso analisar, ainda que brevemente, os impactos do ciclo do “progressismo” no poder.

2.9 O progressismo no poder: ascensão e queda de uma utopia tropical

Para os efeitos de nossa análise, consideramos que o progressismo – a corrente de centro-esquerda que governou Uruguai, Chile, Brasil e Argentina no início deste século – cumpriu papel análogo àquele desenvolvido pela socialdemocracia europeia: trazer para o Estado a administração dos conflitos de classe de modo a garantir a estabilidade do regime liberal democrático e do sistema capitalista. No entanto, a trajetória do progressismo até sua chegada ao poder é muito diferente, razão pela qual essa analogia deve ser relativizada.

A crise do neoliberalismo, na virada do século, provocou uma drástica mudança no quadro político da América Latina. Em pouco mais de uma década, os maiores países da região – com exceção de México e Colômbia – passaram a ser governados por partidos ou coalizões de esquerda. Nos casos onde a crise atingiu níveis mais profundos (Equador, Bolívia, Equador e Argentina) surgiram movimentos de contestação que tomaram a forma de revoltas populares de grande dimensão, alimentando em alguns casos o surgimento de forças políticas e sociais que conquistaram vitórias eleitorais surpreendentes. Esse novo quadro de forças progressistas no poder foi chamado de “onda rosa” (PANIZZA, 2006) por seu efeito de “contágio” entre as eleições nos diferentes países, uma vez que a eleição de Hugo Chávez (1998) foi seguida pela vitória de Lula, no Brasil (2002), Néstor Kirchner, na Argentina (2003), Tabaré Vázquez, no Uruguai (2005), Evo Morales, na Bolívia (2005), Rafael Correa, no Equador (2006), Michelle Bachelet, no Chile (2006), Daniel Ortega, na Nicarágua (2006), Fernando Lugo, no Paraguai (2008) e Mauricio Funes, em El Salvador (2009). Em todos esses países os partidos e coalizões no poder venceram ao menos uma reeleição, com casos de reeleições em série, como Brasil, Venezuela, Bolívia e Uruguai.

Como já destacamos, há muitas diferenças entre os projetos que se desenvolviam em cada um desses países. A estrutura econômica, as relações entre as classes sociais, a força e o enraizamento de cada partido ou coalizão no poder, os sistemas de alianças, o nível de organização da sociedade civil, a natureza dos sistemas políticos, e claro, os objetivos estratégicos de cada uma das forças que governavam, ditavam o ritmo das mudanças. Porém, é impossível deixar de reconhecer que esse ciclo promoveu importantes transformações. Esses governos, em geral, não só usaram os recursos oriundos da exportação de *commodities* para promover iniciativas redistributivas que buscaram combater a pobreza e promover avanços sociais e consolidação de direitos, como ainda estimularam novas redes de integração regional, que culminaram com o fracasso da proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e com ao surgimento de novos instrumentos de

cooperação, como a União das Nações da América do Sul (UNASUL) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Em países como Venezuela, Equador e Bolívia foram impulsionados processos constituintes que buscaram alterar a própria natureza do Estado, incorporando setores historicamente marginalizados. As novas constituições incluíram o reconhecimento do caráter *plurinacional* desses países, em alguns casos dando grande protagonismo aos indígenas (Bolívia), aos direitos da natureza (Equador) ou reconhecendo a organização popular como um poder da República (Venezuela). Em outros, como Brasil, Argentina e Uruguai, a prioridade foi o combate à desigualdade e a incorporação de grandes contingentes ao mercado de consumo, investindo em obras de infraestrutura e turbinando áreas como educação, saúde e habitação. Essa diferença de perspectivas entre os projetos no poder, analisadas na seção anterior em termos teóricos, foi descrita Álvaro García Linera³⁶ como constituída de um bloco de “governos progressistas” e “governos revolucionários” (2016).

A primeira metade do ciclo dos partidos e coalizões progressistas no poder foi marcado, portanto, pelo crescimento econômico, combate às desigualdades e à pobreza extrema e, em alguns casos, reformas estruturais do Estado através de processos constituintes. Esse ciclo durou até que os efeitos da crise econômica fossem sentidos no continente, o que não ocorreu logo que ela explodiu, em 2008. Em geral, as economias latino-americanas, após uma acentuada queda no PIB em 2009, expandiram-se novamente em 2010 e 2011, contribuindo para a difusão da ideia de que a região estava, pela primeira vez, protegida da crise e dos efeitos que lhe foram característicos em décadas anteriores (TADDEI, 2018). Foram adotadas medidas no intuito de manter algum nível de investimento privado e os governos agiram para estimular a demanda, com relativo sucesso num primeiro momento. Em seguida, no entanto, a crise se faz sentir a partir da queda abrupta dos preços dos bens primários, impactando especialmente as economias cuja balança comercial era menos diversificada³⁷. A crise econômica se instala na América Latina, iniciando um ciclo descendente do progressismo e colocando em xeque suas opções econômicas. Como afirma Katz (2016), apesar das medidas de diminuição da desigualdade e da ampliação da rede de assistência social, prevaleceu uma economia baseada na exportação agrícola, na mineração a céu aberto, no declínio da indústria tradicional, nas remessas de lucros e no turismo. Como ele destaca, “ao estimular o êxodo rural, a precarização do trabalho, a marginalidade urbana

³⁶ Sociólogo e vice-presidente da Bolívia entre 2006 e 2019, quando foi deposto por um golpe civil-militar junto com Evo Morales.

³⁷ Sem dúvida, o exemplo mais ilustrativo é do Venezuela, dependente da exploração do petróleo. A queda abrupta dos preços do produto no mercado internacional a partir de uma associação entre Estados Unidos e Arábia Saudita, impactou profundamente a transferência da chamada *renda petrolera* para as políticas sociais na Venezuela.

e o enfraquecimento das classes médias, este cenário trouxe enormes implicações para o terreno político” (2016, p. 35).

As derrotas eleitorais do progressismo no Chile e Argentina, a deposição dos governos no Paraguai e Brasil, a guinada à direita do sucessor de Rafael Correa no Equador³⁸ e a radicalização do confronto político na Venezuela, alteraram profundamente o quadro na região. Considerando o estancamento do ciclo progressista, Linera (2016) credita esse processo a cinco contradições desses projetos. A primeira, seria a subestimação dos governos progressistas em relação aos desafios do desenvolvimento econômico em contexto de crise, levando muitos deles a adotarem medidas de estabilização econômica que afetaram seu bloco social de apoio. A segunda se manifestaria no que ele chama de “distribuição de renda sem politização social”, isto é, a opção consciente dessas esquerdas de abrirem mão da disputa de valores na sociedade, estimulando perspectivas meritocráticas de progresso individual. A terceira contradição se manifestaria na ausência de uma reforma moral, o que fez com que o Estado se mantivesse vulnerável à corrupção e a práticas pouco republicanas. A quarta contradição seria a dificuldade em garantir a continuidade ou formação de lideranças nos regimes democráticos. E por fim, a quinta contradição se manifestaria na frágil integração econômica continental entre os governos progressistas ou revolucionários da região, o que colaborou para manter um elevado grau de vulnerabilidade externa nessas economias (2016).

Com o golpe na Bolívia e a derrota eleitoral no Uruguai, o ciclo progressista aberto em 1998 com a vitória de Chávez chegou ao fim³⁹. Vale ressaltar que durante toda a primeira parte deste ciclo, entre 1998 e 2008, as crises institucionais sempre estiveram presentes, embora em níveis muito menores que no período anterior. No Haiti (2004), Honduras (2008) e Paraguai (2012) os governantes eleitos não conseguiram concluir seus mandatos graças a processos agudos de ruptura institucional. Golpes de Estado foram ensaiados em outros países, como Venezuela, Bolívia e Equador. No Brasil o “mensalão”⁴⁰ seria também um episódio de instabilidade política relevante, contornado pela reformulação da coalizão

³⁸ Após sua vitória eleitoral, o sucessor de Rafael Correa, Lenin Moreno, rompeu com o ex-presidente, reaproximou-se dos Estados Unidos, reformulou sua coalizão com a entrada de partidos de centro-direita, tomou o partido criado por Correa (expulsando o ex-presidente) e alinhou o Equador o chamado “Grupo de Lima”, grupo diplomático informal criado para esvaziar a UNASUL.

³⁹ Quando este trabalho estava sendo escrito, a mesma frase destacava que “apenas Bolívia e Uruguai mantêm governos progressistas oriundos do ciclo aberto em 1998 com a vitória de Chávez”. A América Latina, no entanto, não cansa de surpreender: quando da revisão desta tese, Evo Morales já havia sido deposto e a Frente Ampla desalojada por uma derrota eleitoral no Uruguai. A vitória de Alberto Fernández nas eleições presidenciais na Argentina, embora expresse a vitalidade eleitoral das forças de centro-esquerda em países onde a democracia liberal se mostra mais sólida, já não é a manifestação do ciclo anterior, e mais uma resposta eleitoral ao fracasso das políticas neoliberais de seu antecessor.

⁴⁰ O “mensalão” foi um escândalo político que revelou a suposta compra de apoio parlamentar de partidos de direita por parte do governo Lula através de pagamentos feitos regularmente.

presidencial que dava sustentação ao então presidente Lula⁴¹. Apesar dessa instabilidade, o impacto das políticas sociais e o carisma pessoal de líderes como Lula ou Chávez manteve elevado o capital político desses partidos por algum tempo.

Para Leita, Uemura e Siqueira (2018), o progressismo demonstrou dois limites, um de caráter econômico e outro de caráter político. O primeiro limite diz respeito ao fato desses projetos não terem conseguido, com êxito, garantir transformações econômicas duradouras que pudessem reposicionar esses países na divisão internacional do trabalho, diminuindo sua dependência da exportação de bens primários. Aproveitando-se dos altos preços das *commodities*, esses governos aprofundaram a dependência dos setores extrativistas e primário-exportadores, diminuíram drasticamente a participação da indústria na riqueza nacional (como no caso do Brasil) e deixaram as economias à mercê das flutuações internacionais. O segundo limite político diz respeito ao baixo grau de democratização dos Estados e sistemas políticos. Com exceção dos três países que passaram por forte movimentos constitucionalistas, os demais governos progressistas não estimularam o fortalecimento de uma cidadania ativa, a auto-organização popular ou a democratização do Estado e de suas instituições. Ao contrário, em muitos casos, as mesmas oligarquias violentas e antidemocráticas que agora retornam ao poder participaram ativamente de muitos desses governos em posição de destaque, aprofundando o descrédito com o sistema partidário e afastando essa esquerda dos novos ativismos.

O fim do ciclo do progressismo no poder é a um só tempo, portanto, expressão da crise de um modelo econômico “neodesenvolvimentista” (KATZ, 2016), assentado na expansão do consumo, ampliação dos mercados internos, aumento do emprego, exportação de bens primários e maior integração ao mercado mundial; e de um modelo político que não foi capaz de interagir com as novas demandas sociais por democracia, transparência e participação.

Entre as “duas esquerdas” que participaram do ciclo de governos progressistas na América Latina, é a esquerda socialdemocrata aquela que sofre mais fortemente as consequências da combinação entre crise política e crise econômica. Na América Latina as forças desse campo se caracterizaram nos últimos anos por uma firme integração ao sistema político, certa base classista, baixo grau de conflito com os mecanismos de gestão macroeconômicos herdados do neoliberalismo e um forte compromisso com a democracia

⁴¹ A principal reformulação foi a entrada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), maior legenda do país desde o fim da Ditadura Militar. O PMDB participava da coalizão liderada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e nas eleições de 2002, quando Lula venceu, apoiou o candidato derrotado, José Serra. Depois do PMDB vários outros partidos conservadores viriam a compor o governo, como o PP (Partido Progressista), herdeiro da ARENA, partido do regime militar.

liberal. Entre os partidos que lideraram governos progressistas, o mais socialdemocrata deles é o Partido Socialista chileno. No Brasil e na Argentina, as coalizões lideradas por Lula/Dilma e por Néstor/Cristina tinham conformações mais complexas, com presenças de partidos de centro e centro-direita e um forte compromisso com a manutenção do modelo econômico herdado do neoliberalismo⁴².

Não é supérfluo reconhecer as diferenças entre a socialdemocracia europeia e a latino-americana. Numa reunião do Conselho da Internacional Socialista, em Buenos Aires, em 1999, Felipe González⁴³ declarou que “o socialismo democrático sempre aceitou o mercado que, de fato, anda junto com a democracia”. Se ele condenou “as desigualdades trágicas que existem no mundo”, o documento final da reunião exortava a “aproveitar a globalização” para eliminar o desemprego, a fome e a indigência. O histórico dirigente do PDT, Leonel Brizola, presente à reunião, afirmou diante da declaração final do encontro que o texto “é tão geral que pode servir tanto para o pé direito quanto para o pé esquerdo” (LEMOINE, 2012). Com efeito, os partidos que lideram hoje a esquerda socialdemocrata na América Latina sequer é filiada à Internacional Socialista, do qual fazem parte a maioria dos partidos socialistas europeus. A maioria deles participa de uma articulação regional, incentivada por Fidel Castro nos anos 1990, o Foro de São Paulo⁴⁴.

Porque, então, aplicar o conceito de socialdemocrata a esses partidos e governos? Rechaçamos qualquer adesão acrítica a uma categoria que, ademais, explica uma realidade que não é a nossa. Nesse caso, porém, a analogia nos parece válida. Na Europa a esquerda socialdemocrata tem enfrentado imensas dificuldades políticas e eleitorais, como demonstra a drástica diminuição do peso desses partidos em governos nacionais. A presença dos partidos deste campo político nos governos europeus neste século tem diminuído ano a ano, no que Lanzaro e Hillebrand descreveram como “fim do ciclo da esquerda tecnocrática e reformista ao estilo terceira via” (2007, p. 7). Esse fracasso seria explicado pelos impactos da globalização e da europeização sobre seu eleitorado tradicional, pelas promessas não cumpridas de retomada da “idade do ouro” do Estado de Bem-Estar Social e pela falta de

⁴² O chamado “tripé macroeconômico” criado pelo neoliberalismo brasileiro nos anos 1990 consistia em três diretrizes para a gestão da economia brasileira: metas de inflação, câmbio flutuante e meta fiscal. Esse “tripé” manteve-se intocado nos governos do Partido dos Trabalhadores.

⁴³ Felipe González Márquez foi Secretário-Geral do PSOE espanhol de 1974 a 1997. Foi também líder do governo socialdemocrata espanhol e um dos expoentes dessa corrente na Europa dos anos 1980 e 1990.

⁴⁴ O Foro de São Paulo é uma articulação de partidos políticos de esquerda e centro-esquerda da América Latina. Originalmente o espaço tinha o propósito de reunir toda a esquerda anti-imperialista do continente, excluindo, portanto, os partidos socialdemocratas. Além desses partidos, também participam ex-movimentos guerrilheiros (hoje transformados em partidos), como a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), da Nicarágua, e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). Hoje esses movimentos insurgentes são partidos legalizados e o Foro reúne uma grande variedade de partidos e movimentos de centro-esquerda.

respostas a fenômenos fundamentais como a imigração, o aumento dos protestos de rua e a volta dos nacionalismos.

O projeto da socialdemocracia se caracterizava historicamente por uma exitosa adaptação de seus partidos às expectativas e condições materiais da política e da econômica global. Foi a expressão de uma interpretação acertada do “espírito da época” que permitiu, desde a segunda metade dos anos 1990, que os partidos socialdemocratas se firmassem como hegemônicos entre as forças de esquerda na Europa. Esse campo compartilhava aspectos programáticos similares: a combinação entre uma posição moderadamente neoliberal na política econômica e fiscal, a insistência num papel limitado, porém ativo do Estado, e uma perspectiva liberal progressista em relação às questões culturais ou das liberdades individuais.

Lanzaro e Hillebrand afirmam que a América do Sul viveu, nas últimas décadas, um ciclo de governos socialdemocratas em alguns países exatamente por conta da adaptabilidade que certos partidos demonstraram diante das pressões pela adequada combinação entre economia de mercado e democracia liberal. Para eles, se enquadram nessa definição os governos do Frente Ampla (Uruguai), Partido Socialista (Chile) e PT (Brasil). Sua definição de governos socialdemocratas parte do caráter da coalizão e do grau de institucionalização das forças de esquerda:

Son gobiernos formados por una izquierda que cabe considerar “institucional”, en dos sentidos: a) Por el grado de institucionalización partidaria, que es diferente caso a caso y responde a un proceso que tiende a acompañar en cierto modo las características del sistema de partidos en su conjunto, pero tiene sus propias dinámicas. b) Por el hecho de que los partidos que la componen están integrados a la institucionalidad del régimen democrático republicano y al sistema de partidos, contribuyendo incluso a consolidarla, por su participación activa en las transiciones, los aprendizajes o críticas con respecto a las peripecias del período anterior a la instalación de las dictaduras y por su desempeño en la nueva fase democrática. (LANZARO, Jorge; HILLEBRAND, 2007, p. 12).

Em termos gerais, são esquerdas que, em função da competição e das regras eleitorais sob as quais atuam, afirmam sua condição de partido “do sistema”, adaptadas aos limites da democracia liberal. Esse processo poder ter como impacto a perda de densidade como partidos de massas, certo rebaixamento do peso da lógica militante, um afastamento em relação às posições que buscam atribuir protagonismo político aos trabalhadores como classe potencialmente transformadora, adoção de uma ideologia “branda” e abandono das pretensões de uma transformação “radical” da sociedade capitalista, seja pela via revolucionária ou reformista (Idem, 2007). Tudo isso em troca de uma “audiência mais ampla e diversificada”, mesmo que em aliança com partidos de outros espectros ideológicos e ainda que tendo como efeito colateral a reestruturação dos próprios partidos, seus processos

decisórios e sua estrutura de liderança. (Idem, 2007, p. 25).

O que aproxima as experiências mencionadas por Lanzaro e Hillebrand – Chile, Uruguai e Brasil – das experiências socialdemocratas na Europa não é apenas a aceitação da via eleitoral como meio instrumental de chegar ao poder, mas a incorporação da democracia representativa como regime de governo e padrão de relacionamento institucional, além da qual esses governos ou partidos jamais ousaram ir. Surgidos originalmente de processos de confronto com a natureza autoritária e excludente do Estado em seus países, essa esquerda foi se “socialdemocratizando” e assimilando os pressupostos do respeito ao mercado e à democracia liberal como limites do possível.

Por isso sustemos que há uma equivalência entre a crise que a socialdemocracia vive na Europa e a crise que o progressismo vive na América Latina. Ela não se mede apenas pela perda de eleições ou a diminuição da presença institucional (embora esse seja um fenômeno importante). Mesmo porque, a agressividade com que a luta política se trava na América Latina, num contexto de recrudescimento da influência dos interesses geopolíticos dos Estados Unidos na região, não pode ser comparada ao que se passa na Europa. Se o Brexit foi o episódio mais traumático vivido pela *establishment* europeu recentemente, imaginem deparar-se com a deposição sem provas de uma presidente legitimamente eleita ou encarceramento em série de ex-chefes de Estado. Ainda assim, a eleição de nomes sem tradição na política institucional no Chile, Argentina, Colômbia e Peru, ou com inclinações extremistas de direita (Brasil) revela mais que uma onda reacionária na América Latina. Acreditamos que, assim como na Europa, estamos diante de uma crise de representação dos sistemas políticos que, no caso das esquerdas, atinge em cheio a socialdemocracia, mais adaptada e comprometida com o *establishment*.

2.10 Nova esquerda na AL: quinto ciclo da esquerda latino-americana?

A combinação de recessão econômica e crises políticas levou a um esgotamento do ciclo político iniciado com a vitória de Chávez em 1998. Como destacam Leite, Uemura e Siqueira (2012), essas transformações parecem corresponder a uma mudança de etapa global da ordem capitalista, encerrando um período de forte expansão econômica, substituído por uma fase de estagnação.

Tanto nas experiências socialdemocratas das últimas décadas na Europa quanto nos governos progressistas na América Latina, foram preservadas as bases fundamentais da hegemonia financeira, mantendo intocada – ou, na melhor das hipóteses, pouco alterada – a democracia de baixa intensidade legada dos anos neoliberais. Por isso, diante da crise

econômica dos últimos anos, têm surgido ou ganhado força diferentes movimentos que advogam saídas em favor de uma radicalização da democracia com vistas a superar os impasses da globalização e dar voz às maiorias. É nessa perspectiva que Laclau e Mouffe propõem uma redefinição do projeto socialista em termos de uma radicalização democrática, como expressão da articulação de lutas contra as diferentes formas de subordinação – de classe, de sexo, de raça, dentre outras. Afirmam eles que:

Esta democracia radicalizada y plural, que proponemos como objetivo de una nueva izquierda, se inscribe en la tradición del proyecto político “moderno” formulado a partir del Iluminismo, e intenta prolongar y profundizar la revolución democrática iniciada en el siglo XVIII, continuada en los discursos socialistas del siglo XIX, y que debe ser extendida hoy a esferas cada vez más numerosas de la sociedad y del Estado. Nuestra tesis es que para llevar a su conclusión un proyecto tal, es necesario abandonar un cierto número de tesis epistemológicas del Iluminismo, ya que es sólo a través de una crítica del racionalismo y del esencialismo que es posible dar cuenta, de manera adecuada, de la multiplicidad y diversidad de las luchas políticas contemporáneas (2015, p. 7).

Essa “multiplicidade de lutas contemporâneas” também se manifesta na América Latina de forma intensa. Enquanto certas demandas populares ficaram interditas pelo cerco da ofensiva conservadores ou por uma correlação de forças desfavorável, outras foram bloqueadas propositalmente por conjunturas eleitorais nas quais as forças da esquerda “oficial” invocaram a necessidade de não intensificar as tensões e manter orientações políticas claramente mais moderadas (TADDEI, 2018). Em outros momentos, quando eclodiram movimentos de protestos fora do controle das forças hegemônicas da esquerda, foram assumidas posturas de aberta desconfiança, como ocorreu, por exemplo, em relação aos protestos de junho de 2013, no Brasil. Até hoje não é raro encontrar dirigentes políticos ou lideranças desses partidos que caracterizem as chamadas “jornadas de junho” como mero produto da estratégia de guerra híbrida do imperialismo estadunidense, desconsiderando os antecedentes políticos, sociais e econômicos desse movimento, conforme analisaremos mais adiante⁴⁵.

Esse contexto de ampliação das lutas sociais, a que Taddei (2018) chamou de “nova conflituosidade”, demonstra uma profusão de conflitos sociais que combinam diferentes agendas e expressam as tensões com as distintas correntes políticas de esquerda hegemônicas em cada país. Os temas ambientais, o extrativismo, a divisão entre o público e o privado, as

⁴⁵ Em entrevista recente o ex-presidente Lula afirmou: “As manifestações de 2013 foram feitas já fazendo parte do golpe contra o PT. Elas já foram articuladas para garantir o golpe. Elas não tinham reivindicações específicas. As manifestações começaram como parte do golpe, incentivadas pela mídia brasileira e incentivadas, acho que inclusive, de fora para dentro. Eu acho já que teve o braço dos Estados Unidos nas manifestações do Brasil”. Entrevista concedida à Telesur e disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/lula-acusa-eua-de-promover-manifestacoes-de-junho-de-2013-com-o-objetivo-de-derrubar-dilma/>

desigualdades sociais e econômicas, as formas de exercício do poder, a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, a diversidade e identidade de gênero, a luta pelo espaço urbano, o combate ao racismo, entre outros, tomaram a cena dos conflitos políticos liderados por atores que se organizam à margem dos tradicionais partidos de esquerda. Essas experiências criam novas disputas por hegemonia e novos processos de mobilização que, longe de colidirem com as lutas por salário, terra e soberania, se *complementam* a elas (CELIBERTI, 2018).

O que se percebe nos últimos anos é que numerosos países da América Latina, contrariando a ideia de um enfraquecimento da mobilização popular, têm experimentado o surgimento de movimentos sociais inéditos em sua amplitude, com reivindicações que dialogam tanto com demandas sociais “clássicas” (políticas públicas focalizadas, reformas econômicas e sociais, etc.), como com novas temáticas (casamento homossexual, legalização do aborto, questões ambientais, etc.). Ainda que, como destacam Vieira e Albala (2014), essa emergência de novos atores sociais expresse processos de maior consolidação da democracia na região, por outro lado, demonstra também sua natureza espontânea e, principalmente, sua desvinculação com os instrumentos tradicionais de representação política: os partidos políticos (2014, p. 146).

É o que se viu, por exemplo no novo ciclo de mobilização dos movimentos sociais colombianos. Em agosto de 2013, camponeses de toda Colômbia sustentaram várias semanas de greve, bloqueios e manifestações, abrindo uma profunda crise política no governo do presidente Juan Manuel Santos. Formando um bloco de alianças que envolvia indígenas, quilombolas e movimentos sociais urbanos, o movimento camponês através da greve agrária nacional forçou a instalação de uma mesa de negociações e apresentou uma série de reivindicações (TADDEI, 2018; COSCIONE & PINZÓN, 2014). Entre as demandas dos camponeses colombianos estavam a solução política do conflito armado com as guerrilhas⁴⁶, reconhecimento do campesinato como sujeito social e político, permanência dos camponeses em seus territórios com autonomia e autodeterminação, proteção à pequena mineração ancestral contra a grande mineração industrial, oposição aos Tratados de Livre Comércio (TLCs) e à importação de alimentos, defesa da economia camponesa, contra os agrotóxicos, exigência de subsídios para insumos agrícolas e negociação das dívidas dos pequenos produtores (COSCIONE & PINZÓN). Essa diversidade de reivindicações era articulada a partir de inúmeros fóruns e espaços de articulação entre o movimento camponês, como a

⁴⁶ Os acordos de Havana colocaram fim ao conflito armado entre as FARC-EP e o Estado colombiano em 2016. Além disso, esses acordos permitiram a abertura de processos de negociação com outros grupos rebeldes, como o Exército de Libertação Nacional (ELN). Hoje esses acordos estão ameaçados pela retomada da violência de grupos paramilitares contra ex-combatentes das FARC-EP em processo de reintegração à vida civil.

Cúpula Agrária Étnica e Popular, Congresso dos Povos, Marcha Patriótica, Cúpula Nacional Camponesa, Organização Nacional Indígena da Colômbia, Processo das Comunidades Negras, dentre outros (TADDEI, 2018). Acossado, o governo colombiano lançou no mês seguinte um “Pacto Nacional Agrário” e estabeleceu uma mesa de diálogo com os movimentos sociais.

O levante agrário na Colômbia é particularmente representativo, por se tratar de um país com histórico de criminalização e violência contra os movimentos sociais. Mas também chama a atenção por colocar no centro de sua agenda ao mesmo tempo o combate aos Tratados de Livre Comércio e a exigência de reconhecimento dos direitos indígenas e quilombolas, formando uma ampla aliança destes com os camponeses. Sua independência em relação ao sistema de partidos chama a atenção, uma vez que o quadro político colombiano, historicamente marcado pela divisão em torno da natureza do conflito armado, não permitiu o desenvolvimento de uma força política de esquerda em condições de chegar ao poder e, assim, encarnar as reivindicações desses movimentos⁴⁷.

No Chile, encontramos um típico caso que poderia ser inscrito no que Santos (2015) chamou de “revoltas mundiais de indignação”. Liderada pelas entidades estudantis, a revolta juvenil que explodiu em 2011 pode ser entendida como a continuidade de um crescente movimento de indignação que encontra seus antecedentes no *mochilazo* de 2001 e na “revolução dos pinguins” de 2006, sempre tendo como eixo a denúncia das más condições de ensino e a bandeira da educação pública, gratuita e de qualidade. Desde o começo do ano letivo, o movimento estudantil secundarista e universitário promoveu uma série de protestos que, diante da inação do governo de Sebastián Piñera⁴⁸, evoluíram para a tomada de prédios educacionais como escolas e universidades. À reivindicação central do movimento estudantil – educação pública, gratuita, de qualidade e para todos – foram adicionadas demandas gerais, que iam desde a revogação da Constituição chilena de 1980 até a nacionalização do cobre (UNICEF, 2014).

Os protestos polarizaram a sociedade chilena e a aprovação do presidente despencou de 60% em abril para 20% em outubro, chegando a estar por volta de 15% no mês anterior (Idem, p. 30). A repressão policial e a dificuldade de avançar nas negociações entre governo e movimento produziram uma radicalização por parte dos estudantes, com a utilização de

⁴⁷ Ao longo da última década a única força política de centro-esquerda a lograr algum peso eleitoral foi o Polo Democrático Alternativo. A liderança de Gustavo Petro, ex-prefeito de Bogotá e candidato derrotado nas últimas eleições presidenciais, não se deve a um partido ou movimento (ele saiu do Polo há vários anos).

⁴⁸ Sebastián Piñera é um empresário chileno, dono de uma rede de televisão e lidera a coalizão governamental de direita no Chile, tendo retornado à presidência do país em 2018. Foi ligado ao governo Pinochet e coordenou a campanha do candidato do regime militar nas primeiras eleições democráticas do Chile, após a Ditadura Militar.

barricadas e o rechaço a participar de qualquer diálogo com as instituições de Estado. Com poucos avanços concretos e crescente questionamento por parte da grande mídia do uso de métodos violentos, o movimento acaba por enfraquecer-se, sem deixar de provocar um profundo impacto na política chilena.

A comparação entre os indignados da Espanha e os estudantes do Chile é recorrente. Seja pela composição social dos protestos (majoritariamente formado por jovens), seja pelas características de horizontalidade, seja pela centralidade dos espaços públicos nas estratégias de mobilização, seja na crítica ao sistema político. De acordo com Céli Regina Jardim Pinto (2012), o paralelo entre os processos é adequado, uma vez que ambos revelam uma sintonia com as discussões em torno da “democratização da democracia”. Para ela

A radicalização da democracia tomou o lugar das utopias de tipo socialista na militância política, e tal característica aparece com muita clareza nas manifestações de ambos os movimentos [estudantes chilenos e “indignados” espanhóis], onde se pode perceber a forte crítica a uma democracia que não se realiza devido a uma elite política que se reproduz à custa da concentração de poderes políticos e econômicos. Não se está mais à frente de movimentos sociais que apelam à sociedade, que se colocam como apolíticos e não ideológicos. O enfrentamento ocorre com governos, com partidos e com a própria estrutura de uma democracia das elites (2012, p. 137)

Sem dúvida, o levante estudantil no Chile é o que se expressou de forma mais semelhante ao que foram os indignados do sul da Europa, não só pelas características apresentadas acima, mas pela articulação de diferentes formas de luta coordenadas e pelos objetivos bem definidos, embora variados. Os desdobramentos nos dois países, ensejando o surgimento de novos instrumentos políticos e transformando o quadro partidário no Chile e Espanha atestam essa proximidade.

No caso brasileiro, a indignação explodiu em junho de 2013, deflagrada pelos protestos contra o aumento das tarifas do transporte público e em defesa de uma melhor mobilidade urbana. Após forte repressão policial, especialmente na cidade de São Paulo, as manifestações se alastraram pelo país e ampliaram suas reivindicações de forma desordenada e, por vezes, contraditória. Seu caráter inicial, claramente afirmativo de direitos, passou a ser disputado na medida em que outros setores sociais se somavam às manifestações, com a grande imprensa cumprindo um papel de ressaltar determinadas reivindicações em detrimento de outras (MIGUEL, 2017). Um processo de ampliação das lutas sociais já vinha se afirmando nos anos anteriores, com um aumento do número de greves entre 2010 e 2011. No ano de 2013 o número de paralisações explode, com mais de 2 mil greves em todo o país, o maior número desde o fim da ditadura militar (SAFATLE, 2017). O mal-estar provocado pelos efeitos da crise econômica e o desgaste do modelo político se fazia sentir.

As primeiras manifestações de jovens contra o aumento das tarifas do transporte ocorrem em Porto Alegre, lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Assim como outros movimentos que se desenvolveram ao longo da primeira década dos anos 2000, influenciados pela agenda antiglobalização, o MPL afirmava seu caráter assumidamente anticapitalista. Em sua *Carta de Princípios*, o movimento afirma que “o MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo (...) com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente” (MPL, 2007). O movimento foi criado oficialmente em 2005, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, numa tentativa de articular, em nível nacional, lutas que estavam em curso em diferentes cidades do Brasil.

Apesar dos resultados contraditórios, junho de 2013 teve profundos impactos sobre o quadro político brasileiro. Em termos práticos, no final daquele ano, mais de 100 cidades do país haviam reduzido a tarifa do transporte em consequência das manifestações. Apesar disso, o MPL perdeu protagonismo nos anos seguintes, quando se aprofundou o debate sobre o perfil do movimento. De um lado, aqueles que defendiam uma maior integração com outras forças sociais e política, naquilo que era chamado de “Frente Única” (MPL, 2007), de outro, aqueles que reivindicavam um maior distanciamento das forças da esquerda partidária. Como afirma um ex-ativista do MPL:

O MPL sempre teve como uma de suas características centrais a crítica à “velha esquerda”, o surgimento do movimento foi fruto de uma heterodoxia na qual ex-militantes leninistas se aproximaram de práticas dos grupos autônomos. Não era uma revisão doutrinária ou de princípios abstratos, mas uma reflexão vinda da experiência concreta de luta. Os agrupamentos partidários viam as demandas por transporte de maneira instrumental, por isso as aparelhavam ou as boicotavam de acordo com as análises de seus comitês centrais. Foi para romper com essas práticas que estabelecemos como princípios a autonomia, a independência, o apartidarismo e a horizontalidade. (MONTEIRO, 2015, p. 22)

O movimento reivindicava fortemente características como autonomia, apartidarismo e horizontalidade. Elas comprovariam, no discurso do movimento, que o MPL representa uma experiência “nova”, diferente da “velha esquerda” e suas características. Ainda assim, ele segue ritos e dinâmicas características das organizações políticas, com um programa (a chamada “Carta de Princípios”), imprensa própria e unificada, direção política eleita, etc. (ALONSO; MISCHÉ, 2017).

Independente do balanço que se possa desenvolver sobre os desdobramentos das chamadas “jornadas de junho” – abordaremos de forma mais detida esse aspecto no capítulo seguinte – parece-nos inegável que elas se inserem num ciclo de ampliação do protesto social

em todo o continente. As manifestações de junho produziram mudanças no quadro político-institucional, aprofundando a crise do sistema partidário e do modelo de governabilidade construído pela redemocratização do país no fim dos anos 1980. Ao mesmo tempo, abriu espaço para o protagonismo de novos movimentos sociais de esquerda desvinculados da liderança petista, como demonstram as ocupações de escolas promovidas pelos estudantes secundaristas, as manifestações do movimento feminista e o crescente peso do movimento LGBT. Também estimulou o fortalecimento de movimentos sociais vinculados à temática urbana, como atesta o notável crescimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que passou a organizar expressivos setores populares nas periferias e promoveu inúmeras manifestações contra os megaeventos esportivos⁴⁹ e seus impactos nas periferias, tornando-se um dos mais importantes movimentos sociais do país (BOULOS; SIMÕES, 2017).

No México as mobilizações tiveram início em maio de 2012, no contexto das eleições presidenciais que levaram Enrique Peña Nieto, do tradicional Partido Revolucionário Institucional (PRI), à vitória. Durante evento de campanha realizado em uma universidade, Peña Nieto foi alvo de protestos de estudantes que questionaram seu comportamento quando era governador do Estado do México e as acusações de violação aos direitos humanos contra ele. Acossado pelos jovens, o presidente se retirou do evento graças a um forte aparato de segurança. Pouco depois, o vídeo com as cenas foi disponibilizado na internet, gerando enorme repercussão nos meios de comunicação, que trataram de desqualificar os jovens como “manifestantes profissionais” ou mesmo financiados pelos adversários do candidato do PRI. Em resposta, 131 estudantes publicaram um vídeo em que comprovam ser estudantes da universidade rechaçando as acusações da grande imprensa e dos dirigentes políticos ligados a Peña Nieto (SAAVEDRA, 2014).

Poucas horas depois, o vídeo já tinha milhões de visualizações e surgiu a hashtag #YoSoy132, difundida por apoiadores dos estudantes. As manifestações de apoio aos jovens e de rechaço ao comportamento parcial da imprensa saiu das redes e tomou as ruas. Multiplicaram-se assembleias estudantis nas principais instituições educacionais e se formou uma ampla rede de solidariedade. No centro das reivindicações, a democratização dos meios de comunicação e a liberdade de expressão. Mas essa demanda vinha acompanhada de uma dura crítica ao modelo político, econômico e social mexicano. Como demonstra o primeiro comunicado do movimento:

⁴⁹ Copa das Confederações da FIFA (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Olimpíadas no Rio de Janeiro (2016).

Es momento de que luchemos por un cambio en nuestro país, es momento de que pugnemos por un México más libre, más próspero y más justo. Queremos que la situación actual de miseria, desigualdad, pobreza y violencia sea resuelta. Las y los jóvenes de México creemos que el sistema político y económico actual no responde a las demandas de todos los mexicanos [...].

Los estudiantes unidos de este país creemos que una condición necesaria para corregir esta situación consiste en empoderar al ciudadano común a través de la información, ya que ésta nos permite tomar mejores decisiones políticas, económicas y sociales. La información hace posible que los ciudadanos puedan exigir y criticar, de manera fundamentada, a su gobierno, a los actores políticos, a los empresarios y a la sociedad misma. Por eso, YoSoy132 hace del derecho a la información y del derecho a la libertad de expresión sus principales demandas [...]. (SAAVEDRA, 2014, p. 108).

Não é difícil notar que o movimento #YoSoy132 se assemelha em muitos aspectos ao ciclo de protesto cujas características são tipificadas por Santos (2018) a partir do recurso à ação direta como instrumentos de intervenção política, da desobediência civil e política pacífica, da defesa da democracia radical a partir das maiorias sociais, da denúncia da exclusão social, desigualdade e elites econômicas; da utilização de ferramentas tecnológicas como meio de comunicação, deliberação e mobilização; e reconfiguração das relações de poder (SANTOS *apud* GIANOLLA, 2018). Em todos os movimentos mencionados nessa seção como exemplos do novo ciclo dos movimentos sociais latino-americanos (Colômbia, Chile, México e Brasil) podemos identificar essas características.

Evidentemente, há outros países onde esse novo momento dos movimentos sociais pode ser verificado. No Peru o aumento da conflituosidade se dá em torno da temática socioambiental e territorial, contra a indústria extrativista e as grandes obras de infraestrutura. Esses novos enfrentamentos impulsionaram a organização de um movimento político que se unificou na Frente Ampla Por Justiça, Vida e Liberdade. Nas eleições presidenciais de 2016 essa frente lançou a candidatura de Verónica Mendoza à Presidência do Peru, alcançando 18,74% dos votos no primeiro turno, numa ilustrativa experiência de participação dos novos movimentos sociais no processo político a partir de uma identidade de “nova esquerda” (TADDEI, 2018). No Uruguai, a retomada das lutas sociais também se deu a partir de 2015, quando o governo de Tabaré Vázquez publicou um decreto presidencial que definia os serviços educacionais como “essenciais”. Essa medida foi entendida pelo movimento educacional como uma manobra para permitir a proibição de greves e manifestações de professores. Em resposta, foram realizadas as maiores manifestações desde a chegada da Frente Ampla ao poder. Na Argentina, o movimento #NiUnaAMenos contra a violência de gênero e o aumento dos feminicídios do país, foi a principal expressão da retomada das lutas sociais naquele país. As marchas multitudinárias aconteceram exatamente em 2015, quando o Ministério do Emprego e Trabalho da Argentina registrou o menor número de greves e

paralisações operárias desde 2011 (Idem, 2018). A partir de então houve uma retomada das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público e mesmo paralisações no setor privado contra as políticas neoliberais do governo de Mauricio Macri. Outros processos de mobilização popular foram retomados em outros países, como é o caso do movimento indígena no Equador, do movimento camponês no Paraguai e dos estudantes na Nicarágua e Paraguai. O caso dos conflitos na Venezuela e Bolívia, por sua vez, se inserem numa dinâmica que consideramos distinta do ciclo de conflituosidade que se abriu a partir de 2011 com a crise do progressismo, razão pela qual nos eximiremos de abordá-los nesta seção.

Um olhar panorâmico, portanto, permite concluir que a América Latina continua sendo uma região onde o conflito político está presente e onde a ação dos movimentos sociais sente um visível crescimento. Também podemos afirmar que essa conflituosidade é marcada por novos atores, novas agendas e novas formas de agir, quem em muitos aspectos, aproximam esses processos daqueles vividos a partir de 2011 no sul da Europa, norte da África e Estados Unidos. Eles têm como pano de fundo uma crescente desconfiança com os sistemas políticos e aos partidos tradicionais. Não por acaso, como percebem Albala e Vieira (2014), com exceção do Peru e seu frágil sistema partidário, os países que detinham os níveis mais baixos de confiança em relação aos partidos quando teve início o novo ciclo de protestos na América Latina, em 2011, são também os que experimentaram as principais mobilizações sociais apartidárias. Nesse sentido, as grandes mobilizações no Chile (2011-2013), Colômbia (2011-2012), México (2012) e Brasil (2013) parecem ter canalizado novamente o conflito para as ruas e dado origem a uma nova esquerda que, sob determinadas circunstâncias, busca interagir com o sistema político e criar suas próprias ferramentas partidárias.

CAPÍTULO 3 – A NOVA ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

Nosso trabalho se dedicará nos próximos capítulos a analisar as variáveis que incidem sobre o processo de institucionalização dos movimentos sociais da nova esquerda no contexto de crise do progressismo e de restauração conservadora (LINERA, 2016) a partir da utilização de um modelo analítico criado para esse fim. Nosso propósito é observar, entre um conjunto de variáveis selecionadas, quais delas se mostram relevantes para que movimentos sociais da nova esquerda optem por interagir de diferentes maneiras com o sistema partidário. Como apontamos na introdução deste trabalho, para entender os processos de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda na América Latina e suas variações verificaremos a incidência de cinco variáveis independentes: a) autonomia em relação ao Estado; b) acessibilidade dos sistemas partidários em cada país, c) experiência com a socialdemocracia no poder, d) coesão interna dos movimentos sociais, e) confiança no sistema democrático representativo. Neste capítulo exploramos mais detidamente cada uma dessas variáveis, apresentamos nossa proposta de operacionalização do modelo e descrevemos os casos que são objeto de nosso estudo. No capítulo seguinte analisamos os resultados verificados a partir das entrevistas que realizamos e dos dados recolhidos sobre o sistema político de cada país.

3.1 Elemento constante: a nova esquerda está no espaço urbano

Além das cinco variáveis mencionadas, que se alteram de acordo com a realidade de cada país, verificamos em relação aos movimentos sociais da nova esquerda o que chamamos de *elementos constantes*. Esses elementos se manifestam através do uso de novas tecnologias e linguagens, da ocupação dos espaços públicos, das estratégias de mobilização, das identidades e repertórios criados. Mas também através do caráter marcadamente urbano dos conflitos que os movimentos sociais da nova esquerda manifestam.

Castells sugere que os movimentos sociais urbanos devem ser observados a partir da forma pela qual se desenvolvem e as ações e organizações que integram. Isto deve ser feito, segundo ele, a partir da relação entre esses movimentos e: a) as contradições estruturais do capitalismo; b) a expressão estrutural do movimento no urbano; e c) o processo político mais geral do país nos últimos anos. Para ele, ao desenvolver esse tipo de abordagem analítica estaríamos relacionando o movimento social com a problemática econômica e política do capitalismo, assim como com os impactos da crise urbana (CASTELLS, 2009).

Com exceção da Colômbia⁵⁰, todos os grandes processos de mobilização de massas que se desenvolveram a partir de 2011 na América Latina tiveram o espaço urbano como cenário⁵¹. As condições econômicas da região durante o ciclo de expansão impulsionado pelo aumento dos preços das *commodities* garantiram uma inegável melhoria das condições de vida das populações mais pobres em quase todo o Continente. Nos centros urbanos a oferta de emprego sofreu uma sensível melhora e o acesso ao consumo foi facilitado pela abundância de crédito oferecido por diferentes agentes do mercado (KATZ, 2016). Esse contexto atenuou os impactos do processo de urbanização do capital que, nas décadas anteriores, aprofundou a crise social que marcou os primeiros anos do neoliberalismo na América Latina. Apesar disso, sem saídas estruturais para os problemas gerados pela dinâmica do desenvolvimento capitalista periférico, a crise urbana tornou-se latente.

O processo de mecanização da produção agrícola e a incorporação de uma grande massa de migrantes rurais às formas precárias de trabalho, fez da segregação urbana um corolário do modelo neoliberal. Ruy Braga explica que, fortalecida pelo aumento da liquidez do crédito público, a especulação imobiliária impôs um tipo de planejamento urbano que consistia basicamente em tratar as terras urbanas como um ativo financeiro à espera de valorização. Como a rentabilidade desses ativos depende dos custos da aquisição das glebas, as construtoras investiram em terrenos distantes dos centros das cidades e, conseqüentemente, dos serviços públicos, amplificando a crise social urbana. As diferentes expressões dessa crise têm como pano de fundo as novas relações de trabalho, mais precárias em função das novas necessidades de valorização do capital (BRAGA, 2016, p. 81).

Raquel Rolnik e Jeroen Klink apontam a atualidade do debate que se originou na economia política brasileira sobre os chamados “espaços de subdesenvolvimento”. Isto é, na produção capitalista do espaço urbano e regional, as cidades representam uma arena privilegiada para o processo de acumulação, mas os atores sociais tradicionalmente excluídos da sua função social não têm conseguido se apropriar devidamente dos frutos do crescimento econômico, gerando desigualdades e conflitos de toda sorte (ROLNIK; KLINK,

⁵⁰ No caso colombiano, a principal mobilização da década foi Greve Nacional Agrária (2013). Embora as principais mobilizações tenham se dado nas cidades, o movimento teve início pelo não cumprimento dos acordos do governo Santos para com os agricultores e produtores de café que fazem parte da Mesa Nacional de Unidade Agropecuária. As mobilizações se ampliaram, envolvendo produtores de arroz, café, cacau e batata. As manifestações sociais rejeitam os acordos do livre comércio e reivindicam subsídios das suas produções por parte do governo, assim como o corte dos impostos de matérias-primas e dos insumos agrícolas importados. Para saber mais ver: COSCIONE, M; PINZÓN, V. G. 2014.

⁵¹ Não estamos, com isso, ignorando a importância dos conflitos socioambientais e das mobilizações indígenas na Bolívia, Chile e Argentina, por exemplo. Quando nos referimos aos grandes processos de mobilização de massas” nos referimos aos processos disruptivos que mobilizam milhões de pessoas nos centros urbanos e cujos símbolos são o Chile (2011), México (2012) e Brasil (2013).

2010). Entre esses conflitos podemos destacar aqueles relacionados à mobilidade urbana, ao déficit habitacional, à violência policial, à precariedade dos serviços públicos, entre outros. Segundo Harvey, a crise da modernidade sofreu uma inflexão profunda a partir da metade dos anos setenta do século passado. Desde então, propõe o autor, toda experiência social deve ser interpretada como experiência de *viver em crise* (HARVEY *apud* MENEGAT, 2009). Trata-se de uma crise que atravessa as formas de ordenamento político, econômico, cultural, religioso e que, indissociavelmente, alcança as formas de ordenamento espaço-temporal da sociedade ocidental em vias de “urbanização completa” (LÉFÈBVRE, 1983).

Com base em indicadores do crescimento da pobreza em bairros marginais, o relatório da ONU-Habitat de 2003, intitulado *The challenge of slums – Global Report on Human Settlements*, compara metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo a bombas-relógios, prontas para explodir a qualquer momento (ONU, 2003). Em São Paulo, por exemplo, metade da população – 5,5 milhões – vive em áreas ilegais e irregularmente ocupadas. O conjunto de tais áreas representa apenas 17% daquele território. Dito de outra maneira, a outra metade dos habitantes daquela cidade ocupa 83% do território urbano. Por volta de 25% da população do município mora em condições subumanas e em habitações subnormais, sendo próximo de 2 milhões em favelas, 600.000 em cortiços e 8.700 nas ruas (NOBRE; BOMFIM, 2002).

A contradição que marca o início da segunda década deste século é, portanto, aquela que opõe o crescimento econômico orientado por uma perspectiva neodesenvolvimentista e o aprofundamento da crise urbana gerada pela etapa neoliberal da acumulação capitalista. A instabilidade gerada pela crise econômica iniciada em 2008 aguçou essa contradição, cobrando dos governos progressistas da região medidas capazes de minimizar os impactos da recessão que se iniciava. O esgotamento do ciclo das *commodities*, a desaceleração da economia chinesa e as medidas de administração sistêmica da crise, operadas desde o centro do capitalismo global, incidiram fortemente no cenário econômico e social da América Latina a partir de 2011 (TADDEI, 2018). A adoção de “medidas corretivas” combinadas com políticas de indução ao consumo retardaram os impactos da crise na região, mas não foram suficientes para conter um novo ciclo de conflitos que teve o espaço urbano como palco principal. Apesar dos avanços em termos de distribuição de renda e ampliação do consumo individual e familiar, combinado, em alguns casos, com a retomada do investimento em obras de infraestrutura urbana, o resultado das políticas progressistas, em geral, não garantiu melhoria significativa das condições de vida para as massas trabalhadores nos grandes centros urbanos (MARICATO; ROYER, 2017).

No caso brasileiro, os incentivos fiscais para a aquisição de automóveis pioraram drasticamente as condições de mobilidade urbana. O *boom* imobiliário, sem reforma fundiária ou imobiliária, acarretou um extraordinário aumento no preço dos imóveis e a ampliação da dispersão periférica urbana (MARICATO, 2015). Com o fim do ciclo expansionista – responsável, segundo dados da Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe (CEPAL), pela redução da pobreza de 44% para 29% – o continente se viu diante de um contexto de novos processos de conflituosidade social. Como afirma Taddei:

O sentido e a amplitude de algumas iniciativas democratizantes se viram afetados, na maioria dos casos, pelo novo sentido das políticas públicas. Nesse contexto, diferentes conflitos se sucederam, dando conta do descontentamento popular de setores que configuravam a base eleitoral dos governos [progressistas]. O *gasolinazo* na Bolívia, em 2011, e a marcha “pela vida, a água e a dignidade”, em 2012; as mobilizações sindicais contra a reforma da legislação trabalhista no Equador, em 2014; as greves gerais e as mobilizações sindicais na Argentina, em 2012 e 2014; e as massivas mobilizações pelo passe livre no Brasil, em 2013, são alguns exemplos disso (TADDEI, 2018).

A crise do progressismo, portanto, abre a perspectiva de um novo ciclo de disputa política, em torno do qual agem novas forças sociais, forjadas nos espaços de subdesenvolvimento. Entram em cena grupos e movimentos de extrema-direita ao mesmo tempo em que novos movimentos sociais antineoliberais ganham protagonismo. No entanto, se é verdade que as forças políticas do progressismo perderam força, também é fato que elas seguem cumprindo papel destacado no novo contexto de conflituosidade social⁵², enquanto as forças tradicionalmente identificadas com os interesses do mercado buscam aproveitar a crise econômica para impor um processo de relegitimação das políticas neoliberais a partir da crítica a uma suposta “irresponsabilidade fiscal” que teria marcado a gestão macroeconômica do ciclo anterior.

As transformações que o capitalismo periférico na América Latina viveu nas últimas décadas fizeram com que esse novo contexto de disputa de rumos aberto a partir de 2011 tivesse o espaço urbano como *locus* privilegiado de ação. Os efeitos do processo de urbanização do capital e os novos arranjos produtivos concentraram nos centros urbanos as contradições principais da dinâmica da acumulação capitalista. Para Gohn (1997), que analisa o início desse processo ainda nos anos 1990, as transformações verificadas no âmbito da vida urbana implicaram na introdução de novas análises políticas vinculadas à dicotomia entre o público e o privado; à questão da cidadania; à exclusão social; à emergência de uma

⁵² Basta ver o papel desempenhado pelo ex-presidente Lula no quadro político brasileiro ou por Cristina Kirchner, agora vice-presidente da Argentina. A crise do progressismo nem de longe significa seu desaparecimento como força política relevante.

cultura política presente nos espaços associativos; à importância das experiências cotidianas; à relação entre democracia direta e representativa, e ao surgimento de novos atores sociais que começam a ganhar destaque e protagonismo: mulheres, jovens, negros/as, indígenas, os pobres e os excluídos dos direitos de cidadania. O movimento zapatista, no México, talvez tenha sido uma das primeiras expressões dessa nova fase da esquerda em nível continental, unindo uma perspectiva transformadora global – um outro “mundo possível” – com a defesa do território e dos modos de vida tradicionais, mesmo sem ter o espaço urbano como espaço de ação.

Com as mudanças provocadas pelo processo de desindustrialização, verificou-se uma maior dispersão da classe trabalhadora, ampliando a precarização e alterando as formas de sociabilidade até então hegemônicas. A identidade dos trabalhadores, outrora forjada no espaço simbólico da fábrica e da construção da mítica “classe operária”, gradualmente dá lugar ao trabalhador de serviços, ao precarizado, ao pequeno empreendedor individual e, claro, ao desempregado. O bairro torna-se o espaço privilegiado para formação das identidades, como demonstram experiências como o movimento *piquetero* em Buenos Aires, na Argentina, ou o movimento das *juntas vecinales* de El Alto, na Bolívia. Ambos surgiram no início dos anos 2000 como expressão de um novo tipo de movimento territorial urbano que se opunha às políticas neoliberais e que instituiu espaços de organização política em nível local a partir de demandas e necessidades concretas dos trabalhadores e trabalhadoras afetadas pela reestruturação produtiva e pela periferização da vida urbana.

No caso do movimento *piquetero* a máxima “o bairro é a nova fábrica”⁵³ demonstra como, com o processo de desindustrialização promovido pelo neoliberalismo, o fechamento sistemático das fábricas faz com que os desempregados construam, através das cooperativas de trabalho ou fábricas ocupadas pelo movimento *piquetero*, uma outra territorialidade relacionada com o trabalho (GHIBAUDI, 2013). Sem sindicatos, sem a fábrica tradicional e diante de outras formas de intervenção do Estado, os *piqueteros* tentam construir uma identidade e uma prática centrada no trabalho que enfatiza as relações de proximidade e cotidianas no *bairro*, dentro de um projeto político marcadamente antineoliberal e com relações que envolvem várias escalas.

Assim como o movimento *piquetero* teve papel decisivo para a derrubada dos governos abertamente neoliberais no início dos anos 2000 na Argentina, o movimento das *juntas vecinales* na cidade de El Alto, região metropolitana de La Paz, foi um dos principais

⁵³Essa máxima advoga que o deslocamento do conflito (da fábrica para o bairro) veio acompanhada de uma transformação nas formas de luta. O trabalhador, agora desempregado e tendo como espaço de convivência o bairro, luta agora por direitos como moradia, luz, serviços básicos em geral. Para saber mais ver: CARDOZO, F. S., 2008.

atores nos conflitos políticos que se desenrolaram na Bolívia no início deste século. Com origem nos anos 1950, as *juntas vecinales* são espécies de associações de moradores que foram construídas para viabilizar pequenas obras comunitárias, num contexto de ausência do Estado. Essas *juntas* estão agrupadas sob a liderança da Federação das Juntas Vecinales de El Alto (FEJUVE), que atua como uma espécie de federação de “microgovernos dos bairros” e representa quase 600 juntas de vizinhos espalhadas pela cidade. A partir dos anos 2000, o papel dessas entidades muda radicalmente, transformando-se em verdadeiros órgãos de poder popular. Como aponta Câmara (2011) sobre a FEJUVE “o papel da entidade acabou ultrapassando, em muito, a função original de administração dos problemas urbanos. A proeminência de El Alto na vida política boliviana atrai a atenção sobre a FEJUVE enquanto um dos principais canais de interlocução junto à população alteña [...] possuindo assim um poder de convocatória invejado por todo e qualquer partido político boliviano” (p. 67). Essa força foi verificada em diferentes episódios de tensão política, como a chamada Guerra do Gás (2003)⁵⁴ e o *gasolinazo* (2010)⁵⁵.

Os *piqueteros* e as *Juntas Vecinales* são dois exemplos expressivos de como a conflituosidade na América Latina na etapa histórica inaugurada pela crise do neoliberalismo, no final dos anos 1990, está centralmente associada à dimensão espacial do território urbano e as contradições oriundas do processo de urbanização do capital. Isto não quer dizer que os conflitos estritamente classistas ou os enfrentamentos envolvendo a concentração de terras e os ataques aos povos originários e ao meio ambiente tenham perdido sua validade. Pelo contrário: a violência com que a restauração neoliberal impõe retrocessos que visam diminuir qualquer resistência à expansão da fronteira agrícola ou à retirada de direitos trabalhistas e previdenciários apenas demonstra que a contradição capital x trabalho ganhou outras dimensões, que além de econômicas, também são territoriais, simbólicas, culturais, dentre outras⁵⁶.

⁵⁴ A Guerra do Gás foi uma onda de confrontos que ocorreu em 2003 a partir da disputa sobre a exploração das reservas de gás natural descobertas nos anos 1990 na Bolívia. Enquanto a maioria das famílias ainda cozinhava a lenha, o governo neoliberal de Sánchez de Lozada propôs uma política de exportação do gás pelo Chile a baixo custo para Estados Unidos e México. As principais reivindicações da guerra do gás eram a nacionalização das reservas e a não exportação do gás natural até que houvesse uma política para abastecer o mercado interno. Um dos mais violentos conflitos sociais antineoliberais, deixou dezenas de mortos e centenas de feridos e terminou com a deposição de Sánchez de Lozada em outubro de 2003.

⁵⁵ O decreto 478 de Evo Morales, apelidado de *gasolinazo*, afetava gravemente as economias das famílias mais pobres ao provocar um aumento de passagens de ônibus, de alimentos e outros produtos entre 100% e 150%. Diante desse decreto, uma forte mobilização convocada pela FEJUVE e outras entidades de El Alto fez com que Evo Morales, em dezembro de 2010, se visse obrigado a revogar o decreto.

⁵⁶ Não estamos, com isso, propondo uma retomada sobre o debate acerca da “dimensão material” e “pós-material” das reivindicações dos movimentos sociais que marcaram os debates da sociologia crítica nos anos 1970 e a teoria dos “novos movimentos sociais”. Ou seja, para nós os conflitos materiais continuam sendo centrais e a estes se somam outras dimensões (o que é diferente do que a literatura de novos movimentos sociais dizia).

Os movimentos sociais da nova esquerda, articulando atores que estão excluídos da produção fabril e relegados à precarização ou à ausência de perspectivas laborais, se vincula fortemente aos espaços públicos como territórios de resistência e promoção de sociabilidades alternativas àquelas impostas pela racionalidade neoliberal. Daí a ocupação de praças públicas, de escolas, de estações de metrô, de terrenos nas periferias para a formação de ocupações urbanas. A esquerda de século XX, que liderou o ciclo progressista da década passada, é herdeira das formas de sociabilidade relacionadas ao padrão de desenvolvimento capitalista dominante em cada país (o operário da fábrica, o mineiro, o camponês). A nova esquerda nasce como produto do “desmanche neoliberal”⁵⁷ e da desagregação das formas mais visíveis de exploração do capitalismo: a fábrica, a mina, o latifúndio. Isso explica características como a força da perspectiva territorial, a relevância das lutas “pós-materialistas” e a forte presença de jovens que não viveram a sociedade industrial moderna tal como ela se desenvolveu na semiperiferia do sistema capitalista.

As experiências inovadoras produzidas pelos movimentos sociais na América Latina na primeira etapa do neoliberalismo (nas décadas de 1980-1990) responderam, portanto, às transformações produzidas na economia, na política e na sociedade. Como lembra Zibechi:

En los últimos quince años, los principales hechos políticos sucedidos en América Latina han sido protagonizados por los movimientos y, muy en particular, por aquellos conformados por los habitantes del subsuelo, los llamados excluidos o marginados. En efecto, fue la movilización social la que consiguió derrocar presidentes corruptos o impopulares, modificar la relación de fuerzas en varios países, deslegitimar las políticas neoliberales y especialmente las privatizaciones, y la que contribuyó de manera decisiva a que llegaran al gobierno sectores políticos progressistas (ZIBECHI, 2006, p. 123).

O ciclo de mobilizações impulsionados pelos novos movimentos sociais nos anos 1990 produziu, de fato, resultados notáveis. Respondeu às transformações que o capitalismo viveu e trouxe consigo inovações extraordinárias que colocaram no centro da agenda das esquerdas o tema dos excluídos e dos territórios. O novo ciclo de conflituosidade que se inicia em 2011, portanto, não começa “do zero”. Ele apreende as experiências do passado e as adapta às transformações do tempo presente. Interage com as novas tecnologias, recoloca a ocupação dos espaços públicos na ordem do dia, promove uma síntese entre reivindicações sociais – mais empregos, melhores serviços públicos, aumento dos salários – e reivindicações propriamente políticas – democracia real, fim dos privilégios, direitos iguais entre homens e mulheres. É como se no ciclo anterior perdurasse uma divisão na qual os partidos cuidavam da política institucional e os movimentos sociais organizavam os

⁵⁷ Para conhecer mais sobre o conceito de “desmanche” ver SCWARZ, R. Sequências brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

excluídos nos territórios. Hoje, com a crise da democracia liberal, os movimentos sociais da nova esquerda não querem outorgar aos velhos partidos do progressismo – que, ademais, ocuparam o Estado por tempo considerável – a condição de representantes de suas demandas.

3.2 Variável 1: entre a autonomia e a dependência

Vimos que o vínculo entre nova esquerda e espaço urbano aparece como *constante* na análise dos movimentos sociais da nova esquerda. É assim nos casos que vamos analisar neste trabalho – movimento estudantil chileno, movimento #YoSoy132 mexicano e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, do Brasil – e em muitos outros, como o movimento feminista na Argentina, o recente cerco indígena e popular à capital do Equador, o novo levante antineoliberal no Chile ou as greves em defesa do acordo de paz na Colômbia. Analisemos agora a primeira das variáveis apresentadas neste trabalho: a relação de autonomia dos movimentos sociais em relação ao sistema partidário.

A relação entre movimentos sociais e partidos é elemento fundamental de nossa análise, uma vez que postulamos que o processo de autonomização dos movimentos sociais da nova esquerda em relação aos partidos políticos do campo progressista nos três países analisados é um fator explicativo para compreender a institucionalização dos movimentos sociais e a formação de novos instrumentos partidários. Nos três contextos apresentados – Brasil, Chile e México – existiam, quando do início do ciclo de protestos iniciado em 2011, blocos de partidos liderados por forças de centro-esquerda que afirmavam seu caráter crítico ao neoliberalismo⁵⁸. Além disso, no caso do Brasil, a coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores mantinha fortes vínculos com os movimentos sociais surgidos nos processos de mobilização popular dos anos 1980, em especial a CUT e o MST. No Chile a *Concertación*, que estava na oposição ao governo de Sebastián Piñera durante os protestos estudantis de 2011, congregava forças políticas que também exerciam importante influência junto aos movimentos sociais, especialmente o Partido Socialista. E no México, apesar da crise interna que vivia, o Partido da Revolução Democrática (PRD) e seu candidato presidencial nas eleições de 2012, o atual presidente mexicano Andrés Manuel López

⁵⁸ Embora expressassem críticas às políticas neoliberais, em todos os casos, houve algum nível de tolerância e convivência do progressismo com as políticas neoliberais. No caso chileno essa tolerância se expressava na aceitação, por parte das forças da coalização de centro-esquerda, da herança neoliberal presente na Constituição herdada do regime de Pinochet. No Brasil a coalizão liderada pelo PT assumiu uma agenda neodesenvolvimentista, mas manteve intacta a estrutura macroeconômica e a legislação fiscal implementada pelos ideólogos do neoliberalismo brasileiro (câmbio flutuante, metas de inflação, superávit primário, lei de responsabilidade fiscal). No caso do México a tolerância tornou-se adesão à agenda neoliberal, com a assinatura, por parte do PRD, do chamado “Pacto por México”, um acordo entre os maiores partidos mexicanos em torno de uma série de reformas neoliberais defendidas pelo mercado.

Obrador, eram vistos pelos eleitores progressistas e a opinião pública em geral como representantes da oposição ao neoliberalismo dos partidos da velha direita mexicana (PRI e PAN). Esses três blocos políticos, liderados respectivamente por PT (Brasil), PS (Chile) e PRD (México) exerciam – e exercem – forte influência junto aos movimentos sociais de seus países⁵⁹. O que explica, então, que os movimentos sociais da nova esquerda tenham rejeitado a liderança desses partidos e optado por um forte processo de autonomização em relação àquelas forças políticas, em alguns casos, chegando a uma rejeição total do sistema partidário, como ocorreu no México?

A autonomização é um processo que pode se dar de forma conexa a outros fenômenos, como a radicalização das demandas ou o desenvolvimento de um discurso contrário ao sistema de partidos. Neste trabalho, definimos autonomia dos movimentos como “uma forma de vínculo com o sistema político no qual os partidos não exercem influência relevante no interior dos movimentos” (BIDEGAIN, 2015, p. 49). Como vimos no capítulo anterior, através do modelo de Hanagan (1998), podemos classificar diferentes níveis de autonomia dos movimentos em relação aos partidos.

Em se tratando dos países analisados neste trabalho, verificamos distintas formas de interação convivendo simultaneamente. As forças partidárias hegemônicas no campo das esquerdas exerceram por longo período forte influência sobre os principais movimentos sociais, reproduzindo sistematicamente o modelo da articulação e, em alguns casos (como o brasileiro) o modelo de interpenetração. É notável, portanto, que no caso dos movimentos sociais da nova esquerda tenham predominado, como veremos no capítulo seguinte, a independência (México), a cooperação (Brasil) e a competição (Chile), ainda que, como assevera Germán Bidegain, não seja incomum haver, no interior de um mesmo movimento, posições divergentes sobre qual deve ser a relação com determinado partido político ou governo (Idem, 2015, p. 51).

Em nossas entrevistas com ativistas dos movimentos sociais da nova esquerda, fizemos a seguinte pergunta: “Considerando as condições de autonomia e dependência do movimento em relação ao Sistema Político, numa escala de 1 a 10, sendo 1 = MUITO DEPENDENTE e 10 = MUITO AUTÔNOMO, como você classificaria seu movimento?”. Na sequência, produzimos uma escala de conversão que pode ser assim representada:

⁵⁹ A única exceção que poderia ser feita, hoje, é ao PRD. Com a saída de López Obrador do partido, e a criação de seu Movimento de Regeneração Nacional (MORENA), é possível que a influência do PRD junto aos movimentos sociais mexicanos tenha diminuído consideravelmente, mas ainda não há estudos a esse respeito que possam sustentar cientificamente essa hipótese.

Figura 1 – Escala de Autonomia (Modelo de Hanagan)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Articulação		Interpenetração		Cooperação		Independência		Competição	

Fonte: elaboração própria

Reconhecemos que a oposição Autonomia/Dependência é simplista, uma vez que um movimento pode desenvolver elevada autonomia política em relação ao um partido enquanto mantem formas de cooperação para viabilizar o atendimento de suas demandas. Ainda assim, esse é um dado que reflete de maneira geral a percepção dos ativistas entrevistados sobre seus movimentos. Embora a tabela estivesse dividida numa escala de 1 a 10, ela representa as cinco formas de interação entre partidos e movimentos oferecido por Hanagan (1998). Optamos ainda por utilizar a expressão “sistema político” ao invés de “sistema partidário”⁶⁰ para ampliar o escopo das interações possíveis, já que a expressão “sistema partidário” poderia ser interpretado apenas como a participação em processos eleitorais. Como podemos ver na Figura 1, a classificação feita a partir da escala de 1 a 10 corresponde à seguinte divisão: 1 e 2: Modelo de *Articulação*; 3 e 4: Modelo de *Interpenetração*; 5 e 6: Modelo de *Cooperação*; 7 e 8: Modelo de *Independência*; 9 e 10: Modelo de *Competição*.

As respostas, como veremos, revelam diferentes percepções dos ativistas entrevistados, inclusive dentro de um mesmo movimento. Mesmo assim a imensa maioria dos ativistas situa seus movimentos nos extremos que representam maior autonomia em relação ao sistema político (acima de 5). Embora as entrevistas não assegurem uma amostragem quantitativamente significativa, elas serviram para fortalecer a hipótese de que a variável de autonomia em relação aos partidos poderia ser considerada uma condição relevante nos processos de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda. Era necessário, no entanto, um modelo teórico capaz de sustentar a hipótese.

Analisando a onda de protestos que atingiu diferentes países latino-americanos a partir de 2011, Adrián Albala (2020) construiu um modelo de interpretação que divide a região em três grupos de países onde os movimentos sociais mantêm maior ou menor nível de autonomia em relação aos partidos políticos. Entre os países onde os movimentos sociais demonstram maior autonomia estão Brasil, Chile, México e Colômbia. Entre os países que mantiveram um nível elevado de relação com os partidos políticos estão Uruguai e Argentina.

⁶⁰ Consideramos que o uso do termo “sistema partidário” poderia restringir a compreensão das formas de interação entre movimentos sociais e partidos políticos aos processos eleitorais. Usando um conceito mais abrangente como “sistema político” ampliamos as percepções dos ativistas para a interação incluindo lideranças partidárias, eventos políticos unitários, articulações temporárias e pontuais durante uma legislatura, campanhas, dentre outros.

E, por fim, entre os países em que o autor identificou um aumento da relação entre movimentos sociais e partidos estão Nicarágua, Equador e Bolívia (Idem, 2018).

Como vemos, a região apresenta processos e realidades bastante diferenciadas, mas também similaridades que podem ser classificadas para efeito de sua interpretação. Mesmo no caso dos países apontados como aqueles onde as mobilizações se desenvolveram ao largo dos partidos políticos, cabe notar a existência de uma sociedade civil ativa e a presença de movimentos sociais consolidados antes da onda de protestos de 2011. No caso do México, além do zapatismo, há uma forte tradição sindical e estudantil que remonta às jornadas de 1968. No Brasil, os movimentos sociais surgidos no processo de redemocratização – sindicatos independentes, movimentos de bairro, movimento sem-terra, entidades estudantis, etc. – mantém certa representatividade e influenciam setores sociais importantes. A mesma afirmação vale para o Chile e Colômbia, onde os sindicatos e o movimento camponês tradicionalmente demonstraram grande importância política e social.

É verdade, porém, que essas organizações – a exemplo do que acontece na Argentina e Uruguai – mantém vínculos mais estreitos com os partidos políticos do campo progressista. Muitos ativistas sindicais ou sem-terra no Brasil são vinculados – política ou organicamente – ao PT, o mesmo acontecendo no México e no Chile. O nível de autonomia medido pelo modelo explicativo de Albala (2020), portanto, refere-se ao contexto de mobilizações que aconteceram a partir de 2011 liderados pelo que ele chama de *novos atores sociais*. Para explicar esse fenômeno, ele oferece um modelo teórico que articula duas condições para aferir o nível de autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos.

A primeira diz respeito à presença do Estado no processo de desenvolvimento socioeconômico de cada país. Segundo Albala, a sociedade civil assume uma postura mais autônoma quando o Estado é menos presente na garantia de direitos sociais e no desenvolvimento econômico. Segundo a abordagem de Lipinsky y Bukowska (2011), nos países com alta presença do Estado na oferta de bens sociais a sociedade civil atua como um complemento da ação estatal. Logo, com um Estado pouco presente, aumentam as chances de se desenvolverem movimentos sociais com maior autonomia, já que sua função iria muito além de complementar as ações do Estado, na verdade, atuando em competição ou contra ele.

Para medir o grau de intervenção do Estado no processo de desenvolvimento socioeconômico de cada país, Albala utilizou como referência a relação entre gasto público em relação ao PIB (gasto público/PIB) a partir dos dados disponíveis no Fundo Monetário Internacional (FMI). Para estabelecer uma linha de corte entre um Estado interventor e um Estado pouco interventor, o modelo utilizou o nível médio de gasto público em relação ao

PIB na América Latina (31,5% de investimento público em relação ao PIB). Assim, países com gasto público superior a esse valor foram considerados intervencionistas (= 1) e países com gasto público inferior foram considerados pouco intervencionistas (= 0).

A segunda condição do modelo teórico de Albala diz respeito à marcação das identidades políticas. Segundo ele, quando as posições políticas são bem identificáveis, os vínculos entre partidos políticos e movimentos sociais são mais fortes. Com isso, Albala defende que a perda de identidade e a fragilidade das clivagens políticas alimentam um sentimento de menor identidade entre movimentos sociais e partidos políticos. Para ele, “quando as ofertas políticas são claras, ou seja, quando as opções e oposições são identificáveis, então a sociedade civil deveria ser capaz de escolher seus interlocutores políticos mais afins” (2020, p. 51). Para quantificar essa condição, Albala recorre a dados estatísticos da Fundação Latinobarômetro de 2011, definindo um modelo que ordena os sistemas políticos em três níveis: clivagens fortes (= 2), clivagem moderada (= 1) e clivagem fraca (= 0). Ele conclui que uma clivagem fraca ou moderada, associada a uma presença mais frágil do Estado no desenvolvimento socioeconômico reúne as condições suficientes para um cenário de maior autonomia em relação ao sistema político.

Quando analisamos a condição “presença do Estado” nos países analisados em nosso trabalho, verificamos que México e Chile são os que demonstram menor nível de intervenção estatal em termos de investimento público em relação ao PIB. Paralelamente, são os países nos quais se verificam modelos mais autônomos de interação com o sistema político (modelo de independência e competição). O Brasil, por sua vez, aparece levemente acima da média da região, mas com os piores índices em relação à clivagem política (= 0) ao lado da Colômbia. Ainda que Albala reconheça que o contexto de crescente polarização política que marca o cenário político brasileiro desde antes do impeachment de Dilma Rousseff cria um contexto de fortalecimento das identidades políticas, os números do Latinobarômetro mostram que o Brasil figura com os piores índices de confiança em relação aos partidos políticos (7%) entre todos os países latino-americanos (2017). Albala atribui esse fenômeno a fatores como a amplitude dos governos de coalizão entre partidos de diferentes matizes políticas e a atomização do sistema de partidos, que em 2019 chegou a 38 agremiações legalmente registrados (ALBALA, 2020).

Além disso, nos países onde verificou-se a ocorrência de grandes mobilizações de massas a partir de 2011 (Brasil, México, Chile e Colômbia) o sistema político estava caracterizado por uma disputa entre forças de centro-esquerda e centro-direita, todas assumindo compromissos com a agenda de estabilização financeira, respeito às regras do mercado, democracia representativa limitada, etc. A clivagem e, conseqüentemente, a

polarização, estava num nível baixo, o que fez com que os movimentos que irromperam a cena política a partir de 2011 não reconhecessem nos partidos presentes no sistema político elementos de apoio para suas reivindicações. Com uma cultura democrática frágil e um Estado conivente com a desigualdade socioeconômica, estavam reunidas as condições para a “tempestade perfeita”. As entrevistas realizadas com ativistas e a escala elaborada a partir do modelo de Hanagan, portanto, buscam complementar o modelo de Albala na definição da importância da variável *autonomia* no surgimento de novos instrumentos partidários a partir dos movimentos sociais da nova esquerda, como veremos no capítulo seguinte.

3.3 Variável 2: confiança no sistema democrático representativo

Dados levantados pelo Latinobarômetro (2017) mostram o impacto da combinação entre baixa presença do Estado no combate às desigualdades e frágil clivagem política sobre a percepção em relação à democracia na América Latina. Questionados, em uma escala de 1 a 10, onde 1 é não democrático e 10 é totalmente democrático, as respostas dos entrevistados pelo Latinobarômetro ficaram, na média, em 5,4. Pelo quinto ano seguido o indicador apresentou queda, sendo que seu número máximo foi de 6,7 em 2010. Enquanto Uruguai é apontado como o país onde impera uma percepção mais sólida da democracia (6,8), Brasil e El Salvador despontam como países cujo percepção é de que há menos democracia (4,4). Enquanto o Chile mantém-se acima da média regional (5,8) o México aparece com o terceiro pior índice (4,7). No mesmo ano, a percepção de que os governos estão a serviço de uma minoria alcançou espantosos 75% (contra 67% em 2015). Novamente Brasil e México lideram o indicador, com notáveis 97% e 90% respectivamente (Chile também aparece levemente acima da média regional, com 81%). Em praticamente todos os indicadores envolvendo a qualidade ou a satisfação com a democracia, o Chile aparece próximo ou levemente acima da média regional, enquanto Brasil e México aparecem com alguns dos piores indicadores. Em relação à satisfação com a democracia, por exemplo, enquanto a média na América Latina é de 30% entre os 18 países pesquisados, o Brasil figura como o país com o menor nível de satisfação (13%), enquanto México tem 18% e Chile 36%, levemente acima da média regional. Para efeito de comparação, na Venezuela, país que vive uma crise política sem precedentes há vários anos, o índice de satisfação com a democracia chegou a 22%.

Diante da célebre afirmação de Winston Churchill de que “a democracia é o pior sistema de governo, exceto todos os demais”, as pesquisas de opinião inseriram um questionamento sobre o quanto a democracia é considerada um sistema de governo

preferível em relação aos sistemas não democráticos. De acordo com dados recentes do Latinobarômetro (2017), em média, 69% dos latino-americanos consideram a democracia o sistema de governo preferível. No Brasil e México esse índice cai para 62% e 54% respectivamente, enquanto no Chile o índice está praticamente na média da região (68%). Questionados sobre a existência de uma “democracia plena”, sendo 1 = ausência de democracia, e 10 = democracia plena, os índices na América Latina ficaram na média (5), exatamente o número verificado no Chile, enquanto Brasil e México demonstraram os piores números da região (1 e 2, respectivamente).

Em relação à confiança nos partidos políticos, novamente Brasil e México figuram abaixo da média regional. Enquanto, numa escala de 1 a 10, a média na América Latina ficou em 5.5, no Brasil e no México esse índice ficou em 4.4 e 4.7 respectivamente. Novamente o Chile mostra-se levemente acima da média, com índice de 5.8. Apenas um indicador sobre a qualidade da democracia na América Latina coloca os três países abaixo da média regional. Quando perguntados se o governo é exercido para o bem de todo o povo ou apenas para uns poucos grupos de poderosos, a resposta “para o bem de todo o povo” obteve, em média, 21%. No Chile esse índice chegou apenas a 15%, enquanto no Brasil e no México alcançaram 3% e 8% respectivamente.

Como se nota, em geral a confiança no sistema democrático representativo é baixa no Brasil e no México⁶¹, enquanto no Chile se mantém na média da América Latina. Essa condição nos leva a considerar que *quanto menor a confiança nas instituições democráticas, menor é a disposição dos movimentos sociais da nova esquerda de se institucionalizarem*. No capítulo seguinte analisaremos os dados do Latinobarômetro referentes ao período dos protestos de 2011-2013 para aferir a incidência dessa variável sobre a institucionalização (ou não) dos movimentos.

Como poderemos observar, um dos principais argumentos utilizado pelos ativistas no movimento #YoSoy132 para justificar sua rejeição ao processo de institucionalização está justamente relacionado à sua desconfiança com as instituições democráticas e com o sistema de partidos. No Brasil, onde surgiram ou se fortaleceram inúmeros movimentos sociais a partir de junho de 2013, tampouco se verificou um processo de institucionalização partidária⁶² em larga escala. No Chile, ao contrário, o movimento estudantil viveu um

⁶¹ O mesmo acontece, em geral, na Colômbia, que não é objeto desse estudo, mas que também viveu grandes processos de mobilização popular (2013) sem gerar processos de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda, reforçando nossa hipótese de que quanto menor a confiança nas instituições democráticas, menor é a disposição dos movimentos sociais de se institucionalizarem.

⁶² Embora não tenha havido um processo de institucionalização dos movimentos, tanto ativistas da nova direita quanto da nova esquerda buscaram eleger seus representantes em partidos já existentes a partir de 2014 e 2016, como demonstra a entrada de militantes do Movimento Brasil Livre (MBL) em legendas de centro-direita – como DEM e PSDB – ou de lideranças feministas no PSOL.

intenso processo de institucionalização, dando origem a partidos e coalizões partidárias, disputando os destinos do processo institucional.

Vale ressaltar que as formas predominantes na relação entre partidos e movimentos sociais da nova esquerda nesses países também refletem as diferenças de percepção, mais ou menos crítica, em relação ao sistema democrático. Isso é particularmente relevante no caso dos movimentos sociais da nova esquerda, que surgem num contexto de crise de legitimidade política (CASTELLS, 2018) a partir de 2011. Como aponta o relatório da pesquisa do Latinobarômetro de 2017

El apoyo a la democracia en los 18 países de la región muestra nítidamente un punto de inflexión que se podría situar cerca de 2010 para una parte importante de los países, a partir del cual se comienza a producir un proceso de lento deterioro del apoyo, con altos y bajos que no indican una recuperación y en muestran en cinco países al menos un deterioro más profundo (Latinobarómetro, 2017).

No Brasil, onde o nível de confiança é mais baixo, há maior cooperação entre os movimentos sociais da nova esquerda e os partidos já existentes, com menor demanda de institucionalização. No México, onde os indicadores de desconfiança em relação à democracia também são elevados em comparação com a média da América Latina (mas mais moderados que o Brasil) predomina a independência em relação ao sistema de partidos. E no Chile, onde os níveis de confiança em relação ao sistema democrático são mais elevados, predominou a competição dos movimentos sociais da nova esquerda em relação aos partidos existentes.

Consideramos que o nível de confiança no sistema democrático pode ser considerada uma variável relevante para aferir em quais contextos podem se dar os processos de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda, em especial se observado em associação com contexto de vivência desses movimentos com partidos e coalizões de centro-esquerda.

3.4 Variável 3: experiência progressista no poder

Uma das características dos debates em torno à caracterização dos movimentos sociais que irromperam na cena política pós-2011 é a oposição entre “nova esquerda” e “velha esquerda”. O tema foi abordado na segunda parte deste trabalho e o retomamos agora buscando definir as condições nas quais a rejeição dos movimentos sociais aos partidos progressistas⁶³ tem

⁶³ Como destacamos no capítulo anterior, o conceito de “progressista” aqui se refere aos partidos que lideraram o ciclo de governos de esquerda e centro-esquerda nas primeiras décadas do século XXI, correspondendo, do ponto de vista da gestão do Estado, respeito às regras da democracia liberal e manutenção das bases econômicas neoliberais, ao papel exercido pela socialdemocracia em outras partes do

relação com as contradições oriundas da experiência desses partidos à frente de coalizões no poder e em que medida pode ser considerada uma variável nos processos de institucionalização. Dos três movimentos sociais analisados, dois deles surgiram e se desenvolveram em países que viveram a experiência de governos progressistas: Chile e Brasil.

No Chile a coalizão de centro-esquerda remonta à transição democrática do final dos anos 1980 que pôs fim à ditadura de Augusto Pinochet. Criada na campanha pelo “Não” no plebiscito que decidiu a continuidade do regime militar, em janeiro de 1988, a *Concertación de Partidos por la Democracia* era uma frente composta pelo Partido Demócrata Cristão (PDC), Partido Pela Democracia (PPD), Partido Radical Socialdemocrata (PRSD) e o Partido Socialista (PS). A coalizão venceu as primeiras eleições após o fim da ditadura, elegendo o democrata-cristão Patricio Aylwin para a Presidência da República. Nos 20 anos seguintes a *Concertación* governou o Chile elegendo quatro presidentes, dois democratas-cristãos (Aylwin e Eduardo Frei Ruiz-Tagle) e dois socialistas (Ricardo Lagos e Michelle Bachelet). Em 2010, pela primeira vez desde a redemocratização, a direita voltaria ao poder com a eleição de Sebastián Piñera, do partido Renovação Nacional. Nesse período a *Concertación* dá lugar a uma nova coalizão de centro-esquerda denominada *Nueva Mayoría*, que além dos partidos da antiga frente, conta também com outras legendas como o Partido Comunista, a Esquerda Cidadã e o Movimento Amplo Social.

Quando irromperam os protestos estudantis de 2011, portanto, o país era governado por um presidente de direita. Mas as origens do movimento, como veremos mais à frente, remontam a uma primeira onda de protestos estudantis que tiveram lugar em 2006, quando governava Michelle Bachelet. A chamada “revolta dos pinguins” foi liderada pelos estudantes secundaristas e é considerada por muitos dos participantes dos protestos de 2011 como o primeiro grande sinal de insatisfação com o modelo educacional herdado do regime de Pinochet e preservado nos vinte anos de governos da *Concertación* (ROA, 2018). Com efeito, a geração que impulsiona o movimento estudantil de 2011 não havia vivido em outro Chile que não aquele governado pela coalizão liderada primeiro pela Democracia-Cristã e, depois, pelo Partido Socialista.

A *Concertación* foi, assim, a mais longa experiência progressista dos últimos anos na América Latina. Foi também a que conviveu de forma mais amistosa com o neoliberalismo. Quando Tony Blair lançou o movimento por uma “terceira via” entre socialdemocracia e neoliberalismo, Ricardo Lagos, então presidente do Chile, abraçou a

ideia com entusiasmo (ao lado de Fernando Henrique Cardoso). Conceitos como Direita e Esquerda passaram a ser considerados ultrapassados. A modernização consistiria, a partir de então, na combinação dos mecanismos de mercado, controle do déficit público e da inflação, com preocupações com o desenvolvimento social, em um contexto de globalização acelerada (MARTINS, 2016). Esse movimento seria conhecido como social-liberalismo, numa tentativa de “humanizar” a agressividade neoliberal. Assim, há quem diga que a experiência da *Concertación*, seja em sua etapa democrata-cristã, seja na sua etapa socialista, não poderia sequer ser considerada como progressista. Discordamos. Assim, como Martins, consideramos que:

Confrontada com a direita pura e crua chilena, elitista e autoritária como suas congêneres latino-americanas, a *Concertación* poderia ser considerada um caso particular de progressismo. Mas um progressismo resignado, ocupado com a gestão do neoliberalismo, temeroso de enfrentar os enclaves autoritários da Constituição de 1980, de promover a transformação política e social do país por meio de qualquer ruptura com o passado. (...) Sem o necessário ajuste de contas com o passado, o paradoxo supremo da *Concertación* foi que, em nome da consolidação democrática, ela acabou consolidando os... enclaves autoritários (MARTINS, 2016, p. 146).

A *Concertación* foi ao mesmo tempo a experiência mais longa e mais sólida do progressismo na América do Sul. Por “solidez” consideramos o peso das forças de centro-esquerda na coalizão, que contava com poucos partidos abertamente neoliberais. Era uma coalizão quase que puramente socialdemocrata, o que consolidou uma longa hegemonia das posições progressistas na sociedade chilena e fez com que a integração à chamada “onda rosa” dos anos 2000 se desse quase que naturalmente.

No caso do Brasil a experiência da centro-esquerda no poder foi mais breve e mais heterogênea. Ela durou de janeiro de 2003, quando Luís Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República, até abril de 2016, quando se consolida o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff. A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 foi viabilizada por uma coalizão inicial de cinco partidos: PT, PCdoB, PCB, PMN e PL. Nessa eleição o PT adotaria uma estratégia de moderação política, unindo-se a um partido de centro-direita (o Partido Liberal), escolhendo um homem do mercado para compor a chapa presidencial ao lado de Lula como vice-presidente⁶⁴, assinando uma carta-compromisso com garantias ao capital e declarando-se o partido da paz e da união (SINGER, 2017).

⁶⁴ José Alencar era um importante empresário do ramo têxtil em Minas Gerais, presidente da Coteminas. Em 1994 concorreu ao governo do estado pelo PMDB, ficando em terceiro lugar. No segundo turno daquela eleição apoiaria Eduardo Azeredo (PSDB), que venceria as eleições. Em 1998 se elegeria Senador e abandonaria o PMDB logo em seguida, filiando ao Partido Liberal (PL). Seu nome seria aprovado pela Convenção do PT para ser candidato a vice-presidente de Lula em 2002 por 34 votos favoráveis, 30 contrários e 7 abstenções.

Antes mesmo do final do final do primeiro mandato de Lula, porém, a coalizão liderada pelo PT já contava com vários partidos do campo da direita, como PMDB, PP e PRB⁶⁵. Nas eleições seguintes, com a candidatura de Dilma Rousseff (2010 e 2014) esse fenômeno se ampliaria. Na primeira eleição de Dilma a candidata petista contava com o apoio de dez partidos, e na reeleição, com o apoio de oito legendas. Apesar da heterogeneidade, cabe notar que o PT exerceu liderança incontestável no interior da aliança até pouco antes do impeachment de Dilma Rousseff. Daí porque podemos afirmar que, apesar das muitas características contraditórias, o projeto lulista se inscreve dentro da chamada “onda rosa” dos progressismos latino-americanos.

Além de mais breve que a experiência do progressismo chileno (sete anos menos) e com uma formação mais heterogênea, os governos liderados pelo PT produziram um arranjo de forças inédito e colocaram em andamento uma ampla agenda de combate às desigualdades sem alteração substantiva da orientação neoliberal na gestão macroeconômica herdada dos governos FHC. De força hegemônica do campo do trabalho contra o capital, o PT passou à condição de principal partido de uma coalização que tinha como método “arbitrar” os conflitos sociais “por cima”. Segundo Armando Boito Jr., nos governos de Lula e Dilma

A grande burguesia interna brasileira – inserida no agronegócio, na construção pesada, na construção civil, na indústria naval, na indústria de transformação, no setor bancário e no setor comercial – foi a fração burguesa hegemônica nos governos do PT. Porém, para construir tal hegemonia, essa fração teve de recorrer à formação de uma frente política, que denominamos neodesenvolvimentista (BOITO JR., 2017, p. 27)

Os governos liderados pelo PT foram, portanto, governos de composição entre classes e frações de classe ligados ao mundo da produção com um conteúdo neodesenvolvimentista. Daí a oposição que sofriam dos partidos mais abertamente ligados ao capital especulativo – PSDB e DEM. Além disso, outra diferença importante em relação à experiência chilena diz respeito à origem do Partido dos Trabalhadores e seu enquadramento no sistema político brasileiro. Diferente dos partidos da *Concertación*, notadamente o Partido Socialista, o PT não endossou plenamente o processo de transição tutelada pelos militares. Após a derrota na campanha pelas eleições diretas, em 1984, o partido boicotou o pleito indireto via Congresso Nacional – que elegeria Tancredo Neves, do MDB – e não assinou a Constituição Federal de 1988. Seguiu sendo, por muito tempo,

⁶⁵ Nas eleições de outubro de 2006 Lula se reelegeu com uma coalizão ainda menor que a de 2002, composta apenas por PT, PCdoB e PRB, novo partido de José Alencar. Antes da posse para seu segundo mandato, porém, seu governo já havia recebido a adesão de vários partidos que se mantiveram neutros na eleição de 2006 (PMDB, PP, PSB) ou que tiveram candidatura própria no primeiro turno mas apoiaram Lula no segundo (PDT).

um partido de oposição (enquanto o PS tornou-se um partido de governo já em 1990) e manteve fortes vínculos com a esquerda revolucionária na América Latina e no mundo. Não à toa, a principal articulação internacional surgida como alternativa à Internacional Socialista dos partidos socialdemocratas foi o Foro de São Paulo, criado por Lula e Fidel Castro logo após a derrota eleitoral do PT em 1989.

Por muito tempo, portanto, a esquerda brasileira esteve hegemônica por uma força política radical, que abrigou boa parte dos ativistas que participaram do ciclo de lutas sociais dos anos 1980 e da luta contra a ditadura nos anos 1960/1970, e que buscava ser um polo alternativo tanto à socialdemocracia quanto aos partidos comunistas e sua defesa do chamado “socialismo real”⁶⁶. Prova disso é que, em 1990, o VII Encontro Nacional do PT afirmaria que “com o sentido geral de nossa política – democrática e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva de nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos”. Associadas às formulações do V Encontro, as resoluções apresentavam críticas mais nítidas à socialdemocracia – um projeto ideológico “que não correspondia às convicções anticapitalistas do PT, marcado pelo abandono do socialismo” (Partido dos Trabalhadores, 1990, p. 431-432). Como vemos, a adesão do PT a uma estratégia de convivência com a economia de mercado e abandono da perspectiva socialista evolui ao longo dos anos 1990 e se consolida definitivamente apenas quando de sua chegada ao governo federal, a partir de 2003. Por isso podemos notar a mistura algo curiosa do discurso oficial oriundo dos governos petistas que equilibrava a defesa dos mais pobres contra “as elites” e o sacrossanto respeito às regras da economia de mercado e da democracia liberal.

No caso do México, o país jamais havia vivido uma experiência progressista no poder até a vitória de Andrés Manuel Lopez Obrador, em 2019. Até então, o país conviveu com um sistema de três partidos principais⁶⁷, onde o revezamento entre dois deles no poder só se tornou realidade no início deste século. O mais tradicional partido mexicano, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), fundado em 1929, governou o México por 70 anos. Herdeiro da Revolução Mexicana de 1910-1917, o PRI foi construído tendo como base as organizações de massas dos setores operário, camponês, popular e de soldados, com a exclusão explícita da burguesia (LAURELL, 1991), e exerceu forte controle sobre a vida política mexicana, transitando de um discurso nacionalista ao neoliberalismo, até a vitória

⁶⁶ O autor não compartilha da ideia de que o conceito de “socialismo real” tem expressiva capacidade explicativa. O utilizo, mesmo assim, por fidelidade aos termos utilizados nos debates travados no interior do PT durante as primeiras décadas do partido.

⁶⁷ Como veremos no capítulo seguinte, existem outros partidos nacionais no México, além de alguns partidos regionais, permitidos pela legislação do país. Mas são apenas três os que alcançaram representatividade relevante.

do conservador Vicente Fox, do Partido da Ação Nacional (PAN) em 2000. O PAN governou o México até 2012, quando o PRI voltou ao poder com a eleição de Enrique Peña Nieto. Nesse período um terceiro partido, de centro-esquerda, ampliou sua influência política, chegando em segundo lugar em duas eleições presidenciais (2006 e 2012). O Partido da Revolução Democrática (PRD) foi criado em 1989 por uma dissidência do PRI, liderada por Cuauhtémoc Cárdenas, ex-governador do estado de Michoacán e filho do ex-presidente mexicano Lázaro Cárdenas⁶⁸.

Ao longo dos anos 1990 o partido assumiu a condição de terceira força política do país. Segundo seu programa, abertamente socialdemocrata, os objetivos do PRD são “a transformação pacífica, pela via eleitoral, do sistema capitalista e a busca de um modelo próprio de desenvolvimento e progresso para o conjunto da sociedade” (PRD, 2019). Além disso, se apresenta como integrante da Internacional Socialista e representante das sociedades em desenvolvimento que “buscam alcançar um sentido mais humano nas relações sociais de produção” (Idem, 2019). Assumindo uma perspectiva mais moderada, o PRD despontou no cenário partidário mexicano como a principal força eleitoral da centro-esquerda, representando das aspirações democráticas de parte da sociedade mexicana, em especial os setores médios e progressistas.

Na última eleição presidencial que disputou, em 2000, Cuauhtémoc Cárdenas alcançou 16,64% dos votos, ficando atrás do candidato do PRI, Francisco Labastida, e do PAN, Vicente Fox. No pleito seguinte, se apresentaria pela primeira vez à disputa o cientista político e ex-chefe do governo do Distrito Federal mexicano, Andrés Manuel López Obrador. Contrariando as expectativas, Obrador alcançou 35,31% dos votos contra 35,89% de Felipe Calderón (PAN), uma diferença de apenas 0,64% numa eleição com inúmeras denúncias de fraude. Na disputa seguinte, seis anos depois, mesmo em rota de colisão com a direção do PRD, Obrador postulou novamente sua candidatura presidencial. Foi no meio do processo eleitoral de 2012 que explodiu o movimento #YoSoy132 contra a eleição do candidato do PRI, beneficiando a candidatura de Obrador, que cresce nas pesquisas, mas é derrotado novamente. Logo após sua posse, Peña Nieto convoca os partidos de oposição a assinarem o chamado “Pacto pelo México”. O pacto consistia numa série de medidas neoliberais e reformas pró-mercado (reforma energética, reforma fiscal, reforma fazendárias, dentre outras) e é assinado pelos três grandes partidos. É denunciando a adesão do PRD a esse pacto

⁶⁸ Lázaro Cárdenas (1895-1970) é considerado, ao lado de Benito Juárez, um dos presidentes mais populares da história do México. Além de criar o PRI, implementou medidas de caráter anticapitalista, como a reforma agrária idealizada pelo líder revolucionário Emiliano Zapata e a nacionalização dos recursos minerais do país, especialmente o petróleo. Essas medidas foram combinadas com medidas de ampliação da educação pública, do crédito aos pequenos camponeses e de apoio à indústria nacional, tornando Lázaro Cárdenas um dos mais importantes líderes nacionalistas do século XX.

que Obrador impulsiona a criação de seu próprio partido, o Movimento de Regeneração Nacional (MORENA), vencendo as eleições de 2018 e levando o México, pela primeira vez, a ser governado por uma coalizão de partidos do campo progressista.

Como vemos, a situação dos três países analisados neste trabalho em relação à experiência socialdemocrata no poder é bastante variada. No Chile, quando irromperam os protestos estudantis de 2011, o país acabara de encerrar duas décadas de governos progressistas no poder. No Brasil, a coalizão liderada pelo PT estava no governo quando dos protestos de 2013 e, além de mais heterogênea, é também mais breve que a experiência chilena da *Concertación*. E no México, o movimento #YoSoy132 surge no meio do processo eleitoral de 2012 em aberta oposição ao candidato neoliberal do PRI, Enrique Peña Nieto, num país que jamais havia experimentado a presença de uma força socialdemocrata à frente do governo nacional.

Também é importante mencionar que a relação de cada um dos movimentos analisados com os partidos do campo progressista varia de país para país. Enquanto no México e no Chile os movimentos analisados neste trabalho surgem como uma resposta a problemas estruturais relacionados ao esgotamento do modelo neoliberal, no Brasil, o MTST já tinha 15 anos de existência quando do início do ciclo de protestos que tem como marco o ano de 2013. Sua relação com o campo progressista já estava mais delimitada e havia uma leitura mais consolidada entre os dirigentes do movimento acerca dos limites da estratégia de conciliação de classes levada a cabo pelo PT (BOULOS; SIMÕES, 2017).

Apesar dessas particularidades, consideramos que a variável se mostra relevante exatamente porque nos permite definir uma relação entre a institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda e sua avaliação crítica em relação às forças do campo progressista e sua condição de “partido de governo”. No caso do Chile, onde a experiência com o progressismo no poder foi mais longa, os movimentos sociais da nova esquerda se mostraram, como veremos, mais críticos aos partidos do campo progressista, reforçando posturas de independência e mesmo de concorrência que reforçaram tendências de institucionalização. O resultado foi a opção de viabilizar partidos políticos que concorressem com as velhas legendas da *Concertación*. No caso brasileiro, onde a experiência com o progressismo foi menos duradoura que no Chile, e onde foram preservadas relações pontuais de cooperação, o movimento social da nova esquerda analisado neste trabalho (o MTST) estabeleceu um processo de institucionalização de outra natureza, na forma de aliança política com um partido de esquerda que havia feito oposição aos governos petistas. E no caso do México, onde a socialdemocracia não havia governado o país, o movimento #YoSoy132 não se institucionalizou, predominando uma tendência à dispersão, com

algumas poucas lideranças se vinculando posteriormente ao novo partido criado por Odradio.

A crise da democracia liberal, largamente abordada nos capítulos anteriores deste trabalho, é também a crise dos partidos que a sustentaram como modelo ideal de organização dos negócios públicos. A deterioração da legitimidade do sistema representativo arrasta consigo as forças mais ao centro do espectro político, que incorporaram a perspectiva de convivência amistosa com o sistema político que os conduziram a vitórias eleitorais. Como explica Lanzaro, referindo-se aos casos em que a centro-esquerda chegou ao poder no Brasil, Chile e Uruguai:

Los distintos caminos generan consecuencias en el modo de gobernar. En todos, sin embargo, se produjo un revisionismo ideológico y programático que acompaña la competencia al centro del espectro izquierda-derecha. Estas izquierdas, que han vivido en hermandad con el movimiento obrero, abandonaron las pretensiones de impulsar una transformación en profundidad de la sociedad capitalista y desarrollaron la condición de partidos catch-all, de tipo electoral. Por ende, perdieron espesor como partidos de masas y, aunque preserven el enlace con los sindicatos, apuntan a una audiencia más amplia y diversificada (LANZARO, 2008, p. 49).

Ao abandonar sua perspectiva anticapitalista – resumindo sua missão histórica, no máximo, a uma administração mais “humana” da economia de mercado – os partidos da centro-esquerda acabaram por comprometer-se com os próprios limites impostos por um sistema político pensado para manter inalterados os privilégios das classes dominantes. Quando surgem os movimentos sociais da nova esquerda, portanto, não surpreende que eles entrem em choque com os governos progressistas de plantão. No período analisado neste trabalho isso não aconteceu apenas no Chile ou Brasil, mas também em outros países⁶⁹. Com a adaptação dos partidos progressistas ao “sistema”

La prosperidad electoral y la conquista del gobierno pasan a ser su leitmotiv central, procurado mediante empeños que fueron remodelando la organización de estos partidos y su membresía, los procesos decisorios y las estructuras de liderazgo (Idem, 2009, p. 50).

Assim como aconteceu na Europa Ocidental, os partidos de perfil socialdemocrata na América Latina – que, como vimos, são partidos populares que se adaptaram ao sistema democrático liberal – hegemonizaram o campo das esquerdas no continente nos últimos vinte anos, sustentando uma espécie de “convivência crítica” com o neoliberalismo.

Para operacionalizar uma medida que possa apontar a relevância da presença da experiência socialdemocrata no poder, utilizamos três referências. A primeira é o tempo de duração dos governos progressistas, que apresenta pesos distintos entre Chile (=2), Brasil

⁶⁹ Ver LEITE, J. C. UEMURA, J. SIQUEIRA, F.

(=1), México (=0). A segunda é a medição do impacto das políticas de combate à desigualdade social, considerando que quanto mais eficientes elas tiverem sido, maior será o distanciamento de uma perspectiva neoliberal da gestão do Estado e, conseqüentemente, menores serão as contradições entre nova esquerda e progressismo⁷⁰. Para quantificar esse elemento utilizaremos a medição do Índice de Gini no primeiro e último ano dos governos progressistas no Brasil e Chile. Por fim, consideraremos ainda a percepção dos ativistas entrevistados neste trabalho e seus pontos de vista sobre o significado dessas experiências em cada um dos países nos quais ocorreram.

Outra abordagem possível é aquela que não diferencia essas experiências a partir do fator *tempo*. Nesse caso, teríamos uma divisão entre os países que viveram governos socialdemocratas (=1) e os que não viveram (=0). Assim, a variável “experiência com o progressismo no poder” teria um peso menor na soma do peso das variáveis. Evidentemente, esse desenho tem suas limitações. Um governo pode ter durado menos tempo que outro e mesmo assim ter impactado mais fortemente a cultura política de uma determinada sociedade. Mas, considerando apenas o impacto sobre a variável independente “processo de institucionalização de movimentos sociais”, acreditamos que os fatores que serão abordados – tempo, diminuição da desigualdade social e percepção dos ativistas – são suficientes para atestar o impacto das experiências socialdemocratas no poder como fator incidente sobre a variável.

3.5 Variável 4: Acessibilidade dos sistemas partidários

Outra variável que exploraremos é a acessibilidade dos sistemas partidários, isto é, as condições impostas pelo arcabouço legal de cada país para a formação de novos partidos políticos. Em outras palavras, buscaremos verificar em que medida as características dos sistemas partidários dos três países analisados neste trabalho incidem sobre a decisão dos movimentos sociais de se institucionalizarem ou não.

Esse aspecto é particularmente importante porque, como lembra Eckstein (1968), entender os sistemas partidários é fundamental para entender adequadamente os partidos – e não apenas o inverso. Isso porque os sistemas partidários não são apenas uma soma de suas partes, mas também porque os fatores conformadores dos sistemas partidários (tais como as leis eleitorais) em geral existem antes dos próprios partidos. No caso da América Latina, a

⁷⁰ Consideramos, assim, a hipótese de Albala (2020), segundo a qual quanto maior o intervencionismo estatal (portanto, quanto menos neoliberalismo) menor a autonomia dos movimentos sociais (e menor o conflito com os partidos progressistas).

formação dos sistemas partidários oriundos dos processos de redemocratização em países como Brasil, Chile e Uruguai, veio acompanhada do surgimento de novos partidos formados para atuar nesses sistemas. Hoje, os movimentos sociais que buscam se institucionalizar se depararão com regras muito mais complexas.

Entre as mais importantes tentativas de classificar os sistemas partidários, exerce ainda hoje grande influência nos estudos sobre partidos aquela produzida por Sartori (1976). Nela, o autor procura desenvolver critérios que permitam definir o caráter democrático ou não democrático dos sistemas partidários, opondo essencialmente os sistemas de partido-único aos sistemas de competição multipartidária. A partir daí, duas abordagens principais foram desenvolvidas. A primeira delas remete às classificações numéricas, que vê os sistemas partidários como um mero “conjunto de partidos” em que as legendas competem entre si e podem ser justapostas umas às outras. Nessa abordagem, o que importa é acima de tudo a contagem de partidos, de tal modo que, em havendo dois partidos, ou primordialmente dois partidos, podemos falar de um sistema bipartidário; em havendo três partidos, de um sistema tripartidário, e a partir daí um sistema “multipartidário” (BARDI; MAIR, 2010). A segunda, remete mais diretamente aos estudos de Sartori e está menos preocupada com o número de partidos enquanto tal, importando-se mais com seus padrões de interação. Nessa abordagem, os sistemas de partidos existem quase que independentemente dos partidos em si. Desta forma, um sistema partidário não seria formado pela soma de diferentes partidos, mas pelas regras e padrões de interação entre eles (SARTORI, 1976). Assim, por exemplo, classificar o sistema partidário dos Estados Unidos apenas como “bipartidário” pela predominância de dois partidos – Republicano e Democrata – ignora as formas pelas quais esses partidos interagem entre si impedindo que outros atores políticos possam se desenvolver. Essa perspectiva leva em conta a existência de limitações e oportunidades *sistêmicas*, isto é, impostas pela própria natureza do sistema de partidos e sua dinâmica de competição no interior do sistema político como um todo.

Esse é um aspecto importante a se considerar. Os sistemas partidários surgem em função da disputa em torno dos espaços de poder no Estado. Se, como no caso da maioria dos países da Europa, o acesso a esses espaços se dá a partir da disputa do parlamento, então a formação de partidos e coalizões e a própria estrutura do sistema partidário responderá a esse fim. Se, como no caso das democracias latino-americanas, a disputa dos espaços no Estado se dá tanto na disputa do parlamento quanto na disputa do Poder Executivo, então as dinâmicas de interação no interior do sistema partidário e sua estruturação obedecerão a essa realidade. Adicionemos a esse fator estrutural a formação histórica de cada país, as formas de competição eleitoral e a natureza dos sistemas políticos oriundos de processos de

transição democrática e reuniremos alguns elementos úteis à compreensão dos sistemas partidários no continente.

No início dos processos de transição democrática (1978-1990), a América Latina contava com quatro realidades distintas do ponto de vista dos sistemas partidários. A primeira remetia aos países com tradições partidárias sólidas, onde os partidos surgidos com o fim dos regimes autoritários reproduziam o quadro partidário pré-ditadura (Argentina, Uruguai e Chile). A segunda contemplava um modelo misto em que partidos antigos e partidos novos surgidos do próprio processo de transição passariam a conviver em um novo sistema partidário (caso do Brasil, Bolívia e Equador). A terceira reunia casos caracterizados pela manutenção da existência de organizações, mas historicamente vazias do ponto de vista político e social (Paraguai, Honduras, Panamá). A quarta estava presente nos países em que, somando-se a debilidade histórica partidária aos efeitos dos tempos dos governos autoritários, mal havia um marco mínimo de partidos (SÁENZ; FREIDENBERG, 2002).

Embora existam diferentes estudos sobre as formas de ingresso dos indivíduos na disputa eleitoral (DUVERGER, 1970; COX, 1997; PALFREY, 1984; GOLDER, 2004), praticamente não existem análises comparativas que verifiquem os mecanismos formais para o ingresso de movimentos sociais no sistema partidário. Carecemos, portanto, de um “índice de acessibilidade” que possa definir quais sistemas são mais permeáveis ao surgimento de novas forças partidárias e quais são menos. Por isso, faremos uma análise desse aspecto dos sistemas partidários do Brasil, Chile e México a partir dos requisitos formais para a criação de novas legendas partidárias buscando estabelecer parâmetros de comparação.

O sistema partidário chileno, resultado do processo de transição do final dos anos 1980, reconstruiu os partidos existentes antes do golpe militar de 1973. Atualmente existem 22 partidos constituídos legalmente. Destes, apenas sete existiam antes do levante estudantil de 2011, o que nos faria crer que as energias liberadas pela juventude chilena estimularam o surgimento de novas legendas. Ainda que isso possa ser verdadeiro, o grande fator que estimulou a incrível proliferação de partidos no Chile foi a reforma política concluída em 2015. De todos os partidos constituídos no Chile hoje, 14 surgiram entre 2016 e 2019 (SERVEL, 2019). Até então, o sistema binominal, herdado do regime de Pinochet, fazia com que cada distrito eleitoral elegesse apenas dois candidatos no sistema majoritário, o que fazia com que as vagas se concentrassem nas duas grandes coalizões de centro-esquerda (a *Concertación*) e direita (a *Alianza*). A reforma, reivindicada pelo movimento estudantil durante os protestos de 2011, implicou numa profunda redefinição do mapa eleitoral do Chile, com incentivos para a criação de novos partidos políticos, além de uma lei de cotas que estabelece que a relação máxima entre candidatos homens e mulheres deve ser de 60%

a 40%, respectivamente. A partir de então, o sistema partidário chileno se tornou mais acessível e representativo. A *Ley Orgánica Constitucional de los Partidos Políticos* (lei 18.603) é o texto legal que regulamenta a criação de partidos políticos no país e reúne os requisitos formais para a constituição de um partido legal, saber: número mínimo de fundadores; declaração de princípios, nome e símbolo; prazos para legalização; número mínimo de filiados; número mínimo de regiões onde o partido precisa existir para assegurar o caráter de agremiação nacional (como no Brasil, não são permitidos partidos regionais)⁷¹.

No caso brasileiro, o sistema partidário é regulamentado pela lei 9096 de 1995, que sofreu inúmeras alterações desde sua aprovação. Ela dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos; do seu registro junto à Justiça Eleitoral; do funcionamento parlamentar; dos documentos e da filiação partidária; da fusão e incorporação de partidos uns aos outros; das finanças e contabilidade dos partidos; da distribuição dos recursos do fundo partidário; do acesso gratuito ao rádio e à televisão e outros vários temas. É uma lei ampla, que define boa parte do funcionamento das decisões partidárias. Apesar das mudanças, em geral os requisitos para a criação novas agremiações mantiveram-se mais ou menos inalterados. Atualmente existem 33 partidos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral, sendo que destes, 25 possuem assento na Câmara dos Deputados. Com as negociações para por fim ao regime militar (1964-1985) foi extinto o sistema bipartidário e permitido o direito de legalização de partidos. Daquele período datam a legalização dos atuais MDB, PT, PTB e PDT. A maioria dos partidos brasileiros, porém, data dos anos 1990, quando houve uma flexibilização da legislação: dos partidos existentes hoje, 14 surgiram nesse período (TSE, 2019). Muito detalhada, a Lei dos Partidos Políticos tem mais de 60 artigos, com dezenas de parágrafos e incisos.

Uma reforma dessa e de outras leis, promovida em 2015, deve impactar gradualmente o sistema partidário brasileiro nos próximos anos. Ela institui uma cláusula de barreira que restringe o acesso dos partidos registrados junto ao TSE a recursos do fundo partidário, tempo no horário eleitoral gratuito e financiamento público de campanhas, àquelas legendas que não alcançarem um percentual mínimo de votos nas eleições para deputado federal de 2018 até 2026. A mesma reforma colocou fim às coligações proporcionais e criou o Fundo Especial para Financiamento de Campanhas (FEFC), substituindo o financiamento empresarial. Desde a reforma, três partidos deixaram de existir, através de fusões com outras legendas, e outros tantos deixaram de ter acesso a recursos públicos e tempo de TV.

⁷¹ No caso chileno o processo de institucionalização de parte do movimento estudantil é anterior à reforma mencionada. Neste caso, a variável é alterada ao longo do tempo, em parte como efeito da variável independente (e não o contrário).

O sistema partidário mexicano, por sua vez, tem apenas sete partidos nacionais: PRI, PAN, PRD, Partido Verde Ecologista, Movimento Ciudadano, Partido del Trabajo (PT) e MORENA. No entanto, o país conta com cinquenta partidos regionais, com presença em um ou mais estados, além de candidaturas independentes (sem partidos políticos) e Agrupaciones Políticas (organizações registradas junto ao Instituto Nacional Eleitoral que podem participar de processos eleitorais mediante acordos com um partido político ou coalizão). Os requisitos para criação e registro de cada uma dessas organizações é regulamentada pela *Ley General de Partidos Políticos*, aprovada em 2014 como parte de uma grande reforma eleitoral. As regras são rígidas e os partidos podem perder o registro caso não cumpram requisitos como desempenho mínimo de 3% dos votos nas eleições para Presidente, senadores ou deputados; participação em um processo eleitoral ordinário; ou cometam falta considerada grave pelos órgãos competentes (INE, 2019).

Várias alterações foram incorporadas ao sistema político e eleitoral mexicano após as denúncias de irregularidades nas eleições gerais de 2006 e 2012. Até o ano 2000 o país foi governado pelo PRI, num sistema multipartidário, mas com um governo de partido único. Naquele ano, pela primeira vez em oito décadas, o PRI perdeu as eleições para o direitista PAN, que governou o México por 12 anos. Nas eleições de 2006, quando Felipe Calderón foi proclamado vencedor das eleições presidenciais com apenas 25 mil votos a mais que seu adversário (num total de 41 milhões), uma onda de protestos contra a fraude eleitoral tomou o país. Convocadas por Obrador, mais de 300 mil pessoas se reuniram no Zócalo, principal ponto de protestos na capital mexicana, em apoio ao então candidato do PRD, o que fortaleceu o apelo por uma reforma eleitoral (FOLHA, 2006). Essa reforma, no entanto, só ocorreria timidamente em 2013-2014, após novas denúncias de fraude na eleição presidencial de 2012, que elegeu Peña Nieto (PRI).

Essa reforma criou o Instituto Nacional Eleitoral (INE) com forte poder sobre o sistema partidário e eleitoral, ampliando a centralização dos procedimentos eleitorais e de registro de novas agremiações. O novo órgão também passou a ter a prerrogativa de destituir autoridades eleitorais locais (equivalente ao juiz eleitoral de comarca), o que foi visto por muitos analistas como um risco de politização da justiça eleitoral (*e. g.* GALLARDO, 2015). Além disso, a reforma autorizou a reeleição de deputados, governadores, prefeitos e senadores; criou uma cláusula de barreira; permitiu o lançamento de candidaturas independentes (sem partido); estabeleceu a paridade de gênero nas listas partidárias entre homens e mulheres; e alterou regras para acesso a recursos públicos e tempo de rádio de TV. Uma reforma contraditória, que conta com medidas positivas, como a paridade de gênero,

mas estabelece uma cláusula de barreira que, segundo Gallardo, “afeta diretamente as candidaturas de eleitores independentes e limitará a representação das minorias, sobretudo em um nível estadual onde não existe o multipartidarismo, além de que pode levar, de fato, a desaparecimento dos partidos de esquerda” (Idem, 2015, p. 517).

Toda legislação que regulamenta os sistemas partidários apresenta exigências para a criação de partidos. Isso evita uma banalização do recurso à criação de partidos legais e o acesso aos recursos públicos disponíveis para o financiamento do sistema partidário por forças políticas pouco representativas. Em geral, essas leis exigem, para a legalização de um partido político, informações obrigatórias como número mínimo de fundadores, estatutos, declaração de princípios ou programa partidário, dentre outros. Além destas, há exigências que tem como propósito aferir o nível de legitimidade social das agremiações. Isso é feito a partir de percentuais mínimos de apoio ou de alcance territorial. Por isso, para aferir quais sistemas partidários são mais acessíveis, definimos uma medida que considera: a) os prazos exigidos para cumprimento das obrigações legais; b) a demanda de mobilização de apoiadores, representado pelo mínimo de filiados ou apoiadores exigidos por cada legislação nacional; c) o alcance regional mínimo requisitado. A partir desses dados, aferimos quais sistemas interpõem mais dificuldades para o processo de institucionalização de movimentos sociais através um “índice de acessibilidade”.

Evidentemente, como será possível aferir, realizamos as devidas ponderações, como por exemplo, na relação entre número mínimo de filiados exigidos proporcionalmente à relação de eleitores totais, assim como o alcance mínimo regional exigido considerando a extensão e a divisão administrativa de cada país. O único requisito que pode ser tomado como referência geral é em relação aos prazos mínimos.

3.6 Variável 5: Coesão interna

Nossa quinta e última variável diz respeito ao nível de coesão interna e seu impacto nos processos de institucionalização dos movimentos sociais. Partimos da hipótese de que, quanto maior a coesão política dos ativistas de um determinado movimento, maior são as chances de um processo de institucionalização. Mas como mensurar essa coesão? Nas entrevistas realizadas com ativistas dos movimentos sociais analisados neste trabalho fizemos a seguinte pergunta: “Considerando as condições de COESÃO INTERNA em seu movimento, numa escala de 1 a 10, sendo 1 = NADA COESO e 10 = MUITO COESO, como você classificaria seu movimento?”. As respostas obtidas nos dão pistas para definir o nível de coesão percebida pelos próprios ativistas, mas também revelam as diferentes

características de cada movimento social. No caso de um movimento como o MTST, que já existe há 22 anos e cujo padrão de funcionamento nos remete a um organismo político centralizado (com coordenações locais e nacionais eleitas), naturalmente a percepção quanto à coesão interna será maior que aquele encontrado nos ativistas que participaram do movimento #YoSoy132, que durou alguns meses antes de se dissolver. É difícil, portanto, definir o quão relevante é o fator “coesão interna” para a institucionalização de um movimento social. As respostas nos dão valiosas pistas, mas não são suficientes. Para isso, devemos voltar ao tema abordado na primeira parte deste trabalho e que aborda a coesão desde a perspectiva da formação de identidades. Como mencionado no capítulo anterior, nos anos 1990 os estudos sobre movimentos sociais convergiram para a ideia de que a mobilização social não surge apenas pela presença da desigualdade social nem pelo cálculo racional de interesses daqueles que se mobilizam: a ação dos movimentos sociais envolve tanto a ação estratégica – isto é, iniciativas que visam alcançar um objetivo final – quanto a formação de identidades coletivas e solidariedades (ALONSO, 2009). Para Laclau, as identidades políticas cumprem um papel central na ação dos movimentos sociais, uma vez que elas não existem *a priori* em torno de determinantes estruturais, materializando-se através de uma construção discursiva em torno a uma série de experiências sociais e políticas (GADEA, 2017, n.p). Trabalhamos com a ideia de que as identidades expressam uma forma de “intersecção do envolvimento coletivo e do engajamento pessoal” (DELLA PORTA; DIANI, 2015, p. 34), um processo no qual os ativistas se reconhecem uns aos outros como parte de um agrupamento mais amplo ou de um momento histórico.

Os movimentos sociais da nova esquerda, especialmente entre 2011 e 2013, ao mesmo tempo em que forjam uma identidade própria, compartilham referências comuns. Além dos aspectos abordados neste trabalho e que remontam à crítica aos limites da democracia liberal e à crise da globalização neoliberal, há uma série de referências compartilhadas pelos movimentos sociais na América Latina. Nas entrevistas realizadas com ativistas de movimentos sociais perguntamos: “Quais as referências internacionais, entre partidos e movimentos sociais, mais presentes nos debates do seu movimento entre 2011 e 2013?”. Pedimos que os ativistas citassem, se possível, até três partidos ou movimentos. Quase todos, por exemplo, mencionaram a experiência do movimento dos Indignados, na Espanha, que mais tarde daria origem ao Podemos. Muitos ainda citaram movimentos sociais da nova esquerda latino-americana, bem como o movimento *Occupy Wall Street*. Poucos foram os ativistas, porém, que mencionaram referências que remetessem a experiências

históricas mais distantes, como greves ou revoluções⁷².

Acreditamos que identidades mais bem consolidadas operam em favor de uma maior coesão interna. Essa coesão pode ser um fator que facilita a decisão de enfrentar o processo de institucionalização, gerando comparativamente menos perdas e dissidências que um movimento com baixo nível de coesão interna. Por isso perguntamos aos ativistas de movimentos sociais no Chile, México e Brasil se a decisão de estabelecer algum nível de institucionalização havia gerado tensões em cada movimento. Em geral, os ativistas que afirmam perceber maior coesão nos movimentos são os que notam menos tensões diante da possibilidade de interação com o sistema político. Isso se dá porque conseguem transformar mais facilmente a mobilização popular em vontades políticas (CASTELLS, 2009).

Para operacionalizar esta variável no nosso modelo, pedimos aos ativistas entrevistados que respondessem à pergunta sobre as condições de coesão interna, explicando a cada um o sentido da pergunta e a hipótese que a acompanhava. A partir da escala utilizada no questionário (1 a 10) realizamos uma média das respostas, identificando as diferenças em cada movimento e estabelecendo uma hierarquização entre os mais e os menos coesos. A partir das percepções dos ativistas produzimos uma escala de coesão, que será apresentada no capítulo seguinte.

3.7 Operacionalizando a análise das variáveis

Ao todo analisamos cinco variáveis independentes: i) autonomia em relação ao sistema político; ii) confiança na democracia representativa; iii) experiência do progressismo no poder; iv) acessibilidade dos sistemas partidários; v) coesão interna. A partir da análise de cada uma verificamos o “resultado” (variável dependente) sobre as condições necessárias ou suficientes para o processo de institucionalização dos movimentos sociais da nova esquerda nos três países analisados, operacionalizando-as da seguinte forma:

- Variável *autonomia* (AUT): definida a partir da verificação das respostas dadas pelos ativistas à questão sobre o tema e classificada com base no modelo de Hanagan (1998). Como se trata de um desenho teórico dividido em cinco partes, ao invés de recorrer à dicotomização (alto/baixo), estabeleceremos uma hierarquia que divide os resultados entre alto/médio/baixo (2/1/0), sendo considerado como alto nível de autonomia os resultados localizados na escala de conversão entre 7/8 e 9/10 (*independência* ou

⁷² A exceção, em termos estritamente temporais, diz respeito ao movimento #YoSoy132, onde as referências ao movimento estudantil de 1968 apareceram reiteradas vezes entre as referências do movimento.

competição); médio nível de autonomia os resultados localizados entre 5/6 (*cooperação*) e baixo os resultados localizados na tabela de conversão entre 1/2 e 3/4 (*articulação e interpenetração*).

- Variável *confiança na democracia representativa* (DEM): mensurada a partir dos dados oferecidos pelo Latinobarômetro (2011 e 2013) sobre confiança na democracia. Neste caso, usaremos um modelo dicotômico tendo como referência o valor médio das respostas na América Latina. Para os países que estiverem acima da média será atribuído um valor = 1 e para os países abaixo da média será atribuído um valor = 0. Como referência usaremos apenas questões relativas diretamente à qualidade da democracia, como apoio à democracia, rejeição/aceitação de um regime autoritário, d) avaliação da qualidade da democracia, e) nível de satisfação com democracia e suas instituições, dentre outros. Na sequência iremos parametrizar cada resposta referente aos três países analisados nos anos a que se refere este trabalho e aferir as médias nos anos em que cada movimento surgiu ou ganhou projeção⁷³.

- Variável *experiência progressista* (PRO): aferida a partir de dois fatores. O primeiro será o tempo de duração dos governos progressistas, com a definição de pesos distintos entre Chile (=2), Brasil (=1), México (=0); o segundo será o impacto das políticas desses governos na diminuição da desigualdade social, através da medição do Índice de Gini no início e no final do período de cada ciclo progressista. Além disso, também analisaremos as respostas dos ativistas às questões relativas ao caráter do governo da época e suas relações com a socialdemocracia em cada país.

- Variável *acessibilidade do sistema partidário* (SIST): aferida a partir da análise de três condições legais exigidas em todos os países analisados para a criação de novos partidos políticos: os prazos exigidos para cumprimento das obrigações legais; o número mínimo de apoiadores ou filiados exigidos por cada legislação nacional; e a distribuição geográfica mínimo requisitada pela lei. A partir da análise da legislação, criamos uma escala de acessibilidade considerando os dados levantados.

- Variável *coesão interna* (INT): aferida a partir dos resultados obtidos pelas

⁷³ Embora o movimento #YosSoy132 tenha surgido em 2012, não há dados do Latinobarômetro referentes a esse ano. Sendo assim, e considerando que o movimento durou pelo menos, em seu caráter nacional, até dezembro de 2012, usaremos como referência os dados relativos ao ano de 2013.

entrevistas com os ativistas, formando uma escala de coesão interna (1 a 10), bem como verificando as respostas relativas às potenciais tensões internas geradas pela decisão de interagir/não interagir com o sistema político-partidário.

Temos um quadro analítico que combina modelos teóricos, pesquisas de opinião, análise da legislação e entrevistas com ativistas de movimentos sociais. Como a quantidade de casos é limitada, não buscamos oferecer um modelo interpretativo geral para os processos de institucionalização. Na tabela abaixo, inspirada em modelo semelhante elaborado por Albala (2020), compilamos as variáveis, suas relações com as hipóteses e fontes.

Tabela 2 – Apresentação das Variáveis

Variável	Hipótese	Mensuração	Fontes
AUT	<i>Quanto mais autônomo, maiores as chances de institucionalização de um movimento social da nova esquerda (HANAGAN, 1998; ALBALA, 2020)</i>	Alto nível de autonomia = 2 Médio nível de autonomia = 1 Baixo nível de autonomia = 0	- Entrevistas de ativistas
DEM	<i>Quanto maior a confiança de uma sociedade na democracia representativa, maiores as chances de institucionalização de um movimento social da nova esquerda.</i>	Países acima/abaixo da média latino-americana de confiança na democracia (1/0)	- Latinobarômetro (2011 e 2013).
PRO	<i>A existência de governos progressistas torna maiores as chances de institucionalização de um movimento social da nova esquerda.</i>	Duração das experiências progressistas no poder (longa/média/baixa), impactos na desigualdade e análise das entrevistas realizadas.	- Entrevistas; - Índice de GINI.
SIST	<i>Quanto mais acessível for o sistema partidário de um país, maiores as chances de institucionalização de um movimento social da nova esquerda.</i>	Índice de acessibilidade formado a partir da análise da legislação: alta (2), média (1) e baixa (0).	- Legislação partidária de Chile, México e Brasil.
COE	<i>Quanto mais coeso for um movimento social, maiores as chances de institucionalização.</i>	Escala de coesão interna (1 a 10).	- Entrevistas.

Fonte: elaboração própria.

3.8 Introdução aos casos selecionados

A partir de 2011, na América Latina e no mundo, vimos surgir uma onda de protestos e novos movimentos sociais. Uma parte desses movimentos se identifica com posições anticapitalistas ou antineoliberais, defende uma democracia radical e endereça suas críticas ao 1% mais rico do planeta. Embora, em sua esmagadora maioria, não apontem saídas propriamente socialistas para a crise da globalização neoliberal, não há dúvidas de que esses movimentos se colocam à esquerda do espectro político. Outra característica desses movimentos é sua desconfiança com as forças políticas tradicionais. Essa desconfiança, em muitos casos, torna-se crítica aberta tanto às velhas legendas liberais e conservadoras, quanto

aos partidos de centro-esquerda, identificados em muitos países como parte do problema da democracia liberal. Nosso primeiro critério, portanto, foi selecionar casos na América Latina representativos de movimentos sociais que se veem como parte de uma nova esquerda.

O caso do levante estudantil chileno de 2011 talvez seja um dos mais emblemáticos, uma vez que tomou dimensões nacionais e rapidamente transformou as reivindicações endereçadas ao governo nacional em críticas abertas ao neoliberalismo com a reivindicação de uma “refundação” da República. Segundo atestam as entrevistas realizadas, as referências internacionais dos ativistas eram o movimento dos Indignados, *Ocuppy Wall Street* e outros movimentos estudantis pelo continente. A plataforma do movimento foi se ampliando, do reajuste do vale-alimentação estudantil e do valor das passagens, à nacionalização do cobre e promoção de uma Assembleia Constituinte (DONOSO, 2014). De acordo com um participante, comentando sobre as reivindicações dos estudantes:

“No eran cosas que dividian, sino que eran cosas que unian. Y eso nos dio una validez mediática, ciudadana, que luego, cuando empezamos a hablar de los temas más densos y más profundos, permitió que la gente nos diera el beneficio de la duda (...). Y ahí fuimos ampliando el cerco de lo que era lo posible hasta llegar a la defensa de la educación gratuita, reforma tributaria, nacionalización del cobre y nueva Constitución” (Entrevista 10 – realizada em 18/11/2019)

Estruturado originalmente nas tradicionais federações estudantis – órgãos representativos das universidades, equivalentes aos Diretório Centrais de Estudantes (DCEs) no Brasil – o movimento transbordou os limites de representação dessas entidades e se converteu num levante da cidadania contra os limites do neoliberalismo. Não há dúvida, portanto, de que se trata um movimento social de esquerda, como reconhecem os próprios ativistas entrevistados para este trabalho. Como afirma DONOSO (2014), foi a crescente convicção sobre a relação intrínseca entre os problemas do modelo educacional e os problemas do sistema político possibilitaram a convergência entre distintos agrupamentos que atuavam no movimento estudantil e a formação de uma esquerda alternativa à *Concertación* (2014, p. 41).

Mesmo não tendo produzido processos de institucionalização, podemos verificar características semelhantes no movimento #YoSoy132. O movimento surge, como veremos detalhadamente em seguida, como um protesto dos estudantes da Universidade Ibero-Americana, na Cidade do México, contra o candidato do PRI, Enrique Peña Nieto, durante uma visita à instituição na campanha presidencial de 2012. Após uma tentativa frustrada de deslegitimar os estudantes envolvidos, Peña Nieto viu o movimento ganhar apoio popular e dimensões massivas. Começou reivindicando a democratização dos meios de comunicação e a realização de um terceiro debate entre os candidatos das eleições presidenciais de 2012,

e terminou apresentando um plano de seis pontos que incluía a transformação do modelo educacional, a mudança global da política de segurança pública, a garantia do direito à saúde, a mudança no sistema político e o fim do modelo econômico neoliberal (LA JORNADA, 2012).

O MTST, por sua vez, nasce como uma frente de trabalho urbano da Via Campesina. A ideia era organizar os sem-teto e fortalecer uma corrente de esquerda na sociedade brasileira. Deste ponto de vista, o MTST é originalmente parte de um ciclo de lutas sociais que dificilmente poderia ser considerado como um fenômeno de “nova esquerda”. Suas práticas, discursos e simbologias, são muito semelhantes às dos movimentos sociais que surgiram nos anos 1980 e ganharam força na década seguinte na luta contra o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. À medida que o movimento vai se tornando mais autônomo em relação à Via Campesina, porém, ele incorpora novas práticas e perspectivas teóricas que o aproximam de experiências que transitam até o ciclo de mobilizações desta década. As lutas territoriais na Argentina e Bolívia impactaram as formas de atuação do MTST, que passa a adotar novas táticas e formas de organizar seu trabalho nas periferias. Com a ampliação dos programas habitacionais e as obras de infraestrutura relacionados aos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) o movimento amplia suas mobilizações na primeira década deste século até que, em 2013, sua capacidade de mobilização se revela decisiva para o crescimento do movimento, colocando o MTST em conexão com novas lutas sociais em curso no mundo todo a partir de 2011.

Os três casos escolhidos, portanto, expressam movimentos sociais da nova esquerda. Eles se diferenciam dos dois ciclos anteriores: o primeiro, quando surgem os “novos movimentos sociais” na América Latina (anos 1970 e 1980), como parte de um florescimento da sociedade civil em resposta aos regimes autoritários; o segundo, com o nascimento dos movimentos territoriais e altermundialistas (anos 1990), vinculados à experiência do Fórum Social Mundial (WALLERSTEIN, 2004). Esses movimentos compõem um terceiro ciclo de movimentos herdeiros do que Boaventura de Sousa Santos chama de “revoltas de indignação”, processos sociais que além de combater o neoliberalismo – como fizeram os movimentos dos dois ciclos anteriores – também buscam uma ressignificação da própria democracia, desnaturalizando a semântica política liberal para criar outras linguagens democráticas (SANTOS; 2015; AGUILÓ, 2015).

Mas eles não são os únicos. A América Latina viveu, a partir de 2011, uma explosão de lutas sociais, como demonstram a greve nacional agrária na Colômbia (2013), o *gazolinazo* na Bolívia (2011), as mobilizações sindicais contra a reforma trabalhista no Equador (2014), ou o movimento feminista *#NiUnaMenos* na Argentina, Chile e Uruguai

(2015 e 2016). A escolha dos casos analisados neste trabalho, portanto, responde à necessidade de compreender quais os fatores que levam movimentos que estão “em confronto com a ordem” a inserir-se nessa mesma ordem. Para isso, o caso chileno é paradigmático.

Após o levante estudantil de 2011 surgiram candidaturas independentes ligadas ao movimento e começaram a nascer os primeiros partidos formados por lideranças estudantis. O processo de institucionalização foi relativamente rápido, provocando uma verdadeira revolução no sistema partidário chileno, que teve de promover uma “autorreforma” em 2014. No caso brasileiro, temos um fenômeno distinto: a interação do MTST com o processo político-eleitoral se deu na forma de uma aliança entre uma frente de movimentos sociais e um partido já existente, através da candidatura presidencial de Guilherme Boulos pelo PSOL, em 2018. No caso mexicano apresentamos um fenômeno inverso. O movimento #YoSoy132, embora tenha demonstrado enorme capacidade de mobilização, rechaçou como regra qualquer interação com o sistema partidário – embora, como veremos, nem sempre tenha feito o mesmo com determinadas lideranças políticas – e optou por manter sua condição de movimento social apartidário até extinguir-se.

É verdade que a escolha dos casos sempre revela determinadas opções metodológicas e interesses do pesquisador. Poderíamos, por exemplo, ter analisado apenas casos de movimentos que optaram por não se institucionalizar, determinando suas motivações para tal. Seria o caso, por exemplo, do Movimento Passe Livre (MPL), principal ator dos protestos de 2013 no Brasil. Mesmo no caso do movimento estudantil chileno há uma parcela importante de ativistas que optou por não se institucionalizar. No entanto, consideramos que essa abordagem nos faria perder a riqueza das possibilidades que os processos de institucionalização trazem consigo e, principalmente, o que revelam em termos de projeto para o futuro da esquerda no continente. Evidentemente, há muitas diferenças entre os casos escolhidos, mas é justamente isso o que permite ampliar o repertório de nossa análise. Para não gerar distorções que nos levassem a comparar casos muito distintos dedicamos parte de nossa pesquisa de campo à definição de parâmetros de comparação. Por isso incluímos em nossos questionários, além de questões sobre o processo de institucionalização, questões gerais sobre a autoimagem do movimento. Foi onde encontramos as maiores semelhanças.

Nas entrevistas realizadas exploramos temas relativos à como os ativistas enxergavam a si mesmos e ao movimento a que pertencem ou pertenceram, suas referências internacionais, a relação com os governos no período analisado e suas percepções em relação às demais forças de esquerda. Foram entrevistados duas dezenas de ativistas brasileiros, chilenos e mexicanos. Quando perguntados se consideravam seu movimento “um

movimento de esquerda” quase todos responderam positivamente. Apenas uma ativista chilena considerou que o movimento não era de esquerda, argumentando que, para isso, a totalidade dos estudantes deveria ter uma compreensão de que sua agenda era anticapitalista. Mesmo assim, ela admite o caráter antineoliberal do movimento e que havia uma influência importante de ideias de esquerda. Indo mais além, perguntamos aos ativistas se eles consideravam seus respectivos movimentos como “casos de nova esquerda”. Novamente a resposta foi massivamente positiva. Entre os argumentos arrolados estão desde a postura das forças tradicionais da esquerda – em geral pouco compreensivas com as novas dinâmicas de luta – até as formas novas de organização política. Um ativista do MTST, confrontado com essa pergunta, afirma:

Acho que sim. Nós conseguimos fazer uma síntese. Ser parte de um ciclo anterior, mas também apresentar uma síntese [com as novas lutas]. E uma síntese precisa ter um pé no ciclo anterior. A síntese é entender o cenário urbano, num processo histórico onde a gente conseguiu se localizar nesse processo de mudança, entre a centralidade do mundo do trabalho, da luta de classes, e a especificidade e a potência que é o território. (...) Isso nos coloca no lugar de uma organização política que ao mesmo tempo é movimento social. Acho que, no Brasil, nós somos um caso inédito. (Entrevista 5 - realizada em 4/11/2019).

Como vemos, existe no interior do próprio MTST uma leitura de que o movimento também é parte do “ciclo anterior” de lutas sociais contra o neoliberalismo, promovendo uma “síntese” com as novas agendas e novas formas de luta que se desenvolveram no espaço urbano, no território. Entre os ativistas sem-teto entrevistados, todos afirmaram considerar o MTST um caso de movimento de nova esquerda. Questionado sobre o mesmo tema, um ativista mexicano enfatiza os aspectos de inovação que o movimento traz consigo, afirmando que o movimento #YoSoy132 representa um fenômeno de nova esquerda porque:

El movimiento entiende que el punto de ataque donde hay muy poco esfuerzo y un alto impacto es intervenir en lo mediático y en lo audiovisual. Y esto es algo que no habían entendido los movimientos anteriores. De hecho, los movimientos obreros, sindicales y de vieja izquierda, que compartieron la plaza con el 132, no tenían un entendimiento muy bueno de eso. (...) Si creas una tendencia o un movimiento político articulado en redes sociales, puedes hacer que él se transfiera y se plasme en los medios tradicionales. Así, si haces algo en la calle, y lo mediatizas en las redes sociales, puede salir en el periódico. (Entrevista 16 – realizada em 20/11/2019).

Nota-se que o próprio ativista usa a dicotomia “velha esquerda” em oposição ao que seria, do seu ponto de vista, a “nova esquerda”. E a característica fundamental, para ele, era o uso das novas tecnologias. Mas esse não foi o único argumento mobilizado pelos ativistas mexicanos em nossos diálogos. Outro deles, por exemplo, afirma que a diferença em relação ao que havia de esquerda até então está nos aspectos propriamente geracionais, no fato de que #YoSoy132 representou “una nueva generación de activistas que alimentaron después,

individual o en pequeños grupos, todo un otro conjunto de luchas, partidos, organizaciones... todo el mundo se alimentó de esa experiencia” (Entrevista 15 – realizada em 2/12/2019). Embora não tenha predominado no interior do movimento a demanda pela institucionalização, notamos que há um reconhecimento de que, mesmo depois de seu fim, o movimento seguiu alimentando outras organizações.

Questionada sobre se considerava o movimento estudantil chileno um caso de “nova esquerda”, a imensa maioria dos ativistas entrevistados que participaram do levante de 2011 afirma que sim (apenas uma ativista afirmou o contrário). No caso dos ativistas chilenos notamos que tende a predominar uma demarcação mais nítida entre “velho” e “novo” através da contraposição aos partidos da *Concertación*. Um dos ativistas afirma que:

Yo creo que la razón por la que empieza a emerger este simbolismo de nueva izquierda es porque, en general, creo yo, los progresismos latinoamericanos estaban ligeramente en crisis. Y en particular em Chile. (...) teníamos una centro-izquierda chilena que no impulsaba un programa de cambios. (...) A pesar de que la demanda del movimiento estudiantil chileno se podría demarcar como un “estado de bienestar social demócrata europeo”, que no está en el campo de la nueva izquierda, es una demanda que se marca en un contexto histórico que rechaza las reglas establecidas por la globalización como la conocemos en el neoliberalismo. (...) Más que plantear ideas muy nuevas, lo que se estaba generando em 2011, es que se estaba planteando una izquierda que entiende de sus derrotas, entiende de sus fracasos, y está buscando nuevos caminos. Una izquierda no nostálgica. Una izquierda crítica de los socialismos reales; una izquierda crítica de los 20 años de la “tercera vía” y con ganas de crear cosas nuevas (Entrevista 11 – realizada em 3/12/2019)

Além de se identificarem como movimentos de nova esquerda, outras semelhanças são compartilhadas entre os ativistas. Todos os entrevistados, por exemplo, atribuem um caráter nacional aos seus respectivos movimentos. Além disso, compartilham de referências internacionais comuns. Diante da pergunta “Quais as referências internacionais, entre partidos e movimentos sociais, mais presentes nos debates do seu movimento?” os ativistas entrevistados mencionaram, ao todo, 15 movimentos, partidos ou processos sociais ou históricos da Europa, Oriente Médio e Norte da África, Estados Unidos e América Latina. A referência mencionada mais vezes foi a Espanha, com o movimento dos “Indignados” e, posteriormente, o Podemos. Para os ativistas do movimento #YoSoy132 o movimento dos indignados foi mencionado mais vezes, curiosamente, seguido pelo movimento estudantil chileno do ano anterior. Já para os ativistas do MTST as duas referências internacionais mais presentes são o Podemos e o movimento *piquetero* da Argentina, de onde, segundo os militantes do MTST, vieram novas táticas para a luta nas cidades. Para os ativistas do movimento estudantil chileno as referências são muito variadas, se repetindo apenas a referência ao movimento *Occupy Wall Street*. Também foram mencionados, com menos força, a Primavera Árabe, o zapatismo e o bolivarianismo.

Outra semelhança entre os casos escolhidos diz respeito a como os ativistas enxergam o movimento no interior do campo das esquerdas e sua relação com os partidos progressistas. Para verificar a autoimagem do movimento em relação à sua localização no campo das esquerdas, pedimos que respondessem à seguinte pergunta: “Se dividirmos a esquerda numa escala de 1 a 10, onde 1 representa a esquerda socialdemocrata e 10 representa as organizações políticas de extrema-esquerda, onde você situaria seu movimento?”. Os ativistas mexicanos classificaram o movimento #YoSoy132 como estando entre 5 e 8, portanto bastante distante de uma perspectiva socialdemocrata. O mesmo aconteceu com os ativistas do MTST, que localizaram o movimento entre 5 e 7, chegando a ter uma resposta que considera que o movimento estaria na medida de número 9, muito perto da extrema-esquerda. Já os ativistas do movimento estudantil chileno foram os que apresentaram uma classificação mais flexível, indo do 3 ao 7. Em geral, os ativistas se veem mais distantes que próximos das posições socialdemocratas.

Mas nem tudo são semelhanças. No Chile e no México, países governados por coalizões de direita⁷⁴, os ativistas classificaram o governo da época como um “adversário” e definiram as relações entre movimento e Estado como “muito ruins”. No caso do Brasil, onde havia um governo de centro-esquerda, os ativistas do MTST se dividiram. A maioria definiu as relações com o governo da época como “regulares” enquanto a minoria dos entrevistados definiu-as como “ruins”. Nos casos chileno e mexicano, todos os entrevistados consideravam os governos da época como adversários do movimento. No caso brasileiro, os ativistas do MTST identificavam no governo um comportamento “contraditório” e não o viam como adversário ou aliado.

Como vimos, apesar de terem trilhado caminhos distintos em relação ao processo de institucionalização, os casos escolhidos compartilham de características comuns e nos permitem explorar, com mais riqueza de detalhes, as possíveis variáveis que incidem sobre o processo de institucionalização. Nas próximas sessões, procederemos uma análise pormenorizada da trajetória de cada um dos movimentos no período analisado.

3.9 O movimento estudantil chileno e a construção da Frente Ampla

Já se tornou lugar comum afirmar que o Chile foi uma espécie de laboratório das políticas neoliberais na América Latina. Com o golpe militar liderado por Augusto Pinochet, em 1973, foi interrompida a experiência nacional-popular iniciada apenas três anos antes com a

⁷⁴ No Chile, Sebastián Piñera (2010/2015); no México, Vicente Calderón (2006-2012).

chegada de Salvador Allende⁷⁵ ao poder e promovida uma guinada na orientação econômica do Chile. Ao invés de um Estado de bem-estar social voltado à ampliação de direitos sociais, foi implementado um projeto econômico desestatizante liderado por um grupo de jovens economistas discípulos de Milton Friedman⁷⁶ apelidados de “Chicago Boys”.

A receita neoliberal no Chile, aplicada com variações em toda a América Latina, consistia na privatização de setores estratégicos da economia, abertura ao mercado externo, desregulamentação das medidas de proteção ao mundo do trabalho, redução do investimento público e diminuição do papel do Estado na garantia de direitos sociais como saúde e educação. De acordo com as teses neoliberais, diminuindo a interferência estatal na economia o livre mercado criaria formas de autorregulação baseadas na competição, oferecendo melhores preços e serviços e desonerando o Estado de suas obrigações. Assim, sob o governo autoritário de Pinochet, direitos sociais foram transformados em “serviços” e entregues à administração privada.

As reformas neoliberais extinguiram a ideia de acesso universal à saúde, educação ou previdência. O sistema de seguridade social foi entregue a fundos privados e foi adotado o regime de capitalização, onde cada trabalhador deveria fazer sua própria poupança junto às chamadas Administradoras de Fundos de Pensão (AFP) que cobram uma taxa de administração e competem entre si para controlar o maior número de contribuições possível. O sistema de saúde, antes controlado pelo Serviço Nacional de Saúde, foi descentralizado e aberto ao capital privado e a participação do Estado no financiamento do setor diminuiu, obrigando o pagamento por serviços privados (RUIZ ENCINA, 2013).

Na educação, a orientação privatista foi semelhante. Uma reforma educacional promovida em 1981 incorporou o setor privado como provedor de serviços educacionais financiados com recursos públicos, os chamados “colégios subvencionados”. O financiamento às instituições públicas deu lugar a um subsídio por demanda e os professores das escolas estatais passaram a ser regidos pela legislação do setor privado, impactando as remunerações e tirando-lhes a estabilidade profissional. Nas universidades públicas, enquanto cursos eram fechados e estudantes expulsos, o governo autoritário impôs a *Ley*

⁷⁵ O médico Salvador Allende chegou à Presidência da República após ser derrotado em três eleições anteriores. Sua coalizão, a Unidade Popular, era composta por socialistas, comunistas, democratas-cristãos dissidentes e outros setores de esquerda e centro-esquerda. A UP defendia uma transição pacífica e democrática ao socialismo.

⁷⁶ Professor da Universidade de Chicago, vencedor do Prêmio Nobel de Economia e considerado um dos principais ideólogos do neoliberalismo. Foi conselheiro dos presidentes estadunidenses Richard Nixon, Gerald Ford e Ronald Reagan. Defendeu a presença de um Estado mínimo, responsável apenas pela garantia da estabilidade monetária, das liberdades econômicas, da administração da Justiça e do direito de propriedade.

General de las Universidades. Ela determina que as instituições privadas (universidades, faculdades, centros de formação técnica) e as instituições públicas deveriam competir de maneira igualitária pelo financiamento estatal através de um aporte fiscal indireto sujeito à captação de estudantes de melhores rendimentos (Idem, 2013, p. 19). A competição por esses recursos estimula um regime de autofinanciamento para as instituições estatais que traz consigo a cobrança de mensalidades e a criação de um sistema de crédito voltado aos estudantes de menor renda que os endivida com o Estado (LEVY, 1995).

Além dessas medidas que impactam os serviços públicos, outras tiveram impacto na dinâmica geral da economia chilena. Das mais de 400 empresas públicas existentes em 1973, sobram apenas 15 após o “choque neoliberal”. Áreas estratégicas da economia antes sob controle do Estado, como a exploração do cobre, são entregues à exploração privada. A abertura econômica permite uma forte vinculação entre os capitais nacionais e a dinâmica especulativa do capital financeiro internacional (RUIZ ENCINA, 2013). Quando o regime de Pinochet chegou ao final, o Chile era considerado um modelo de implementação das políticas neoliberais. Mas os resultados não foram animadores. Em termos de desigualdade, o país está na média da América Latina, região mais desigual do mundo. Em comparação com os países da OCDE, é o pior nesse quesito: 1% mais rico da população concentra 25% da riqueza nacional (CONTRERAS, 2019). Os serviços públicos são subfinanciados e hoje o valor das aposentadorias pagas à maioria dos chilenos varia entre 30% e 40% do salário mínimo do país, que é de 300 mil pesos chilenos (R\$1625), segundo dados do PNUD (2017).

O impacto das políticas neoliberais na educação não gerou grandes mobilizações nos primeiros anos. Durante toda a primeira década de governos da *Concertación*, por exemplo, não foram registradas grandes mobilizações estudantis. Isso mudou abruptamente no começo do ano escolar de 2001, quando milhares de estudantes secundaristas realizaram massivos protestos em frente ao Ministério da Educação chileno (Mineduc) exigindo a diminuição do preço das passagens de ônibus, reajustado no ano anterior (UNICEF, 2014). A revolta, popularmente conhecida por *mochilazo*, teve seu auge em abril de 2001, quando diversas organizações, encabeçadas pela *Asemblea Coordinadora de Estudiantes Secundarios* (ACES), promovem uma paralização que envolve mais de 400 mil estudantes em todo o país (RUIZ ENCINA, 2013). Com a onda de protestos, o passe escolar metropolitano passou a ser administrado pelo Mineduc e se tornou gratuito para boa parte dos estudantes secundaristas e universitários.

Cinco anos depois, uma nova revolta estudantil marcaria a cena política chilena. A chamada “revolta dos pinguins” (chamada assim pela cor dos uniformes dos estudantes) articulava uma plataforma de reivindicações mais ampla e denunciava as más condições dos

estabelecimentos públicos de ensino. As demandas incluíam mais e melhores alimentos nas merendas, gratuidade da prova de seleção universitária, gratuidade da passagem escolar para todos e oferecimento de bolsas para estudantes escolas técnicas e profissionais que realizavam seus estágios em empresas (UNICEF, 2014). No ano anterior o governo da *Concertación* já havia enfrentado protestos por conta da aprovação de uma Lei de Financiamento a Educação Superior que criou subsídios estatais para estimular a concorrência de grupos empresariais privados ligados ao mercado de serviços de crédito universitário. Esses protestos, porém, não chegaram a formar um contexto de instabilidade política como em 2006. A “revolta dos pinguins” chegou a paralisar metade das escolas chilenas e ampliou suas reivindicações. Como aponta estudo do UNICEF (2014):

Conforme se sumaban más estudiantes a las movilizaciones, se perfilaban reivindicaciones de mayor alcance, consiguiendo estas sobrepasar el carácter meramente “gremial” observado en el “Mochilazo” de 2001. Aparecieron ante la opinión pública los cuestionamientos a la Jornada Escolar Completa y a la calidad general de la educación - especialmente la administrada por los municipios, de ahí la centralidad de las demandas relacionadas con la desmunicipalización de la educación- y la denuncia de la fuerte desigualdad del sistema educativo en general (2014, p. 12).

Com o intuito de encontrar uma saída para o conflito, o governo formou uma comissão ampla para discutir melhorias no ensino do país e reformular a Lei Orgânica Constitucional da Educação, herdada dos tempos de Pinochet. Em 2009, depois de muitos meses de negociação, uma nova lei educacional foi promulgada. O lento processo de implementação da nova lei associado a problemas crônicos envolvendo o financiamento da educação superior, impulsionariam, dois anos depois, um novo levante estudantil.

O levante de 2011 reúne estudantes universitários e secundaristas, articulando reivindicações particulares de cada segmento (como aconteceu no *mochilazo*), demandas gerais relacionadas à qualidade da educação (como na *revolta dos pinguins*) e vai além, endereçando uma dura crítica à herança neoliberal do Chile de Pinochet. Embora a *Concertación* já não estivesse mais no poder – o conservador Sebastián Piñera havia assumido o mandato presidencial poucos meses antes – os protestos de 2011 expressavam uma dura crítica ao modelo de sociedade e de Estado mantido desde o processo de redemocratização do país. Frustrados pela lentidão das reformas e acoçados pelo endividamento imposto pelo modelo de financiamento educacional, os estudantes buscavam encarnar o mal-estar presente na sociedade chilena.

Na primeira etapa, o movimento apresentou demandas bem específicas, como a reconstrução das escolas afetadas pelo grande terremoto do ano anterior, melhoria na qualidade das escolas técnicas, gratuidade da carteira estudantil durante todo o ano e uma

reforma constitucional para devolver ao governo nacional a prerrogativa de administrar as escolas públicas. Em maio o movimento convoca uma grande marcha para o dia 1º de junho que reúne cerca de 20 mil participantes. O governo Piñera acabara de enviar ao congresso nacional uma proposta de reforma universitária e se estabelecera negociações entre governo e o movimento. Radicalizado, o movimento secundarista inicia uma série de ocupações de escolas. A iniciativa é apropriada pelos universitários, que também realizam ocupações em diversos prédios públicos. Em 16 de junho acontece uma marcha que reúne 100 mil pessoas em Santiago e a mesma quantidade espalhada pelo país. O governo se manifesta oferecendo canais de diálogo enquanto aumenta a repressão contra as manifestações. No fim do mês acontece a maior manifestação estudantil da história do Chile: 100 mil pessoas marcham em Santiago e outras 400 mil em todo o país. Assembleias estudantis se multiplicam, os porta-vozes do movimento – entre eles Camila Vallejo, Gabriel Boric e Giorgio Jackson – se transformam em verdadeiras celebridades. No fim do mês de junho, o ministro da educação é demitido e novas marchas são convocadas. Pesquisas mostram que 80% da população rechaça a cobrança de mensalidades nas universidades. O movimento estudantil havia conquistado a maioria da sociedade para sua causa. Gradualmente, as reivindicações vão se ampliando e transbordam os temas educacionais, chegando à abolição da Constituição de 1980 e a nacionalização das reservas de cobre (UNICEF, 2013; DANOSO, 2014; BIDEGAIN, 2015; VON BÜLOW e BIDEGAIN, 2017). Questionado acerca das novidades trazidas pelo movimento estudantil de 2011 um ativista afirma:

Fue la primera movilización social pos-dictadura que cuestionó masivamente y con un carácter social amplio, ciertos fundamentos del modelo político y económico de la transición. Porque cuestiona la mercantilización de la educación; cuestiona el carácter subsidiario del Estado, y lo hace por primera vez con mucha masividad, es decir, con un apoyo que mezclaba dos cosas: el reclamo de los sectores medios formados em contra la dictadura, con las capas constituidas al calor del neoliberalismo y que no tenían tradición de movilización. Y él 2011 por primera vez junta estos dos mundos. Hay un carácter de clase diverso, de un Chile que se va muriendo y un Chile que va nasciendo. (Entrevista 9, realizada em 19/11/2019).

O caráter antineoliberal do movimento é observado como uma característica quase que inerente ao levante estudantil de 2011. Os dirigentes enxergam aquelas mobilizações como parte de uma resposta ao esgotamento de um modelo político e econômico herdado do regime militar. Outra ativista, do interior do Chile, expressa um ponto de vista semelhante:

Yo siempre he pensado que los movimientos estudiantiles son una manifestación de la finalización de la transición en nuestro país (...) Yo siento que los movimientos estudiantiles, y en particular el movimiento del 2011, vino a poner en jaque la débil democracia, o sea, la concepción de la democracia de la transición, que es una democracia transicional de muy baja intensidad, donde los movimientos sociales son un elemento de tensión de la institucionalidad, mas no

un elemento deliberativo de la política. (Entrevista 8 – realizada em 20/11/2019).

As mobilizações continuaram ao longo de todo 2011 até o final do ano letivo. Os canais de diálogo entre movimento e governo estavam fechados e embora a maioria da opinião pública seguisse apoiando o movimento, parte considerável começa a expressar sua reprovação em relação às formas de luta do movimento, como ocupação de prédios públicos ou marchas em locais não autorizados (UNICEF, 2013). No final de 2011 o movimento arrefeceu, mas a energia desencadeada ao longo do semestre começa a buscar canais para se organizar. Um ativista entrevistado lembra que

[O movimento estudantil] en ese momento estaba muy politizado, en sentido de que había mucha militancia política. Por un lado en juventudes políticas, y por otro lado, en colectivos, que eran una forma que, en los principios de los 2000, se expande mucho a partir de la crisis de los partidos de izquierda que empiezan a perder mucha legitimidad en el movimiento popular. (Entrevista 9 – realizada em 19/11/2019)

Embora houvesse entidades estudantis reconhecidas e uma cultura de organização política em coletivos, a crise do sistema político alimentava a ideia de que era necessário construir instrumentos políticos próprios. Embora os partidos de esquerda tradicionais tivessem presença no movimento – basta notar que Camila Vallejo, uma das principais lideranças da Universidade do Chile, é filiada desde antes dos protestos no Partido Comunista – a rejeição ao sistema de partidos tal como existia era grande. Como destacam Bülow e Bidegain (2017), durante os governos da *Concertación* sempre existiram no interior do movimento estudantil ativistas alinhados às posições da coalizão, em geral jovens militantes das juventudes dos partidos políticos de centro-esquerda. Porém, esses laços se debilitaram ou desapareceram depois da “revolução dos pinguins” de 2006 e a nova lei educacional de 2009 (VON BÜLOW; BINDEGAIN, 2017, p. 330). Essa deterioração dos laços entre movimento estudantil e os antigos partidos de esquerda gera uma mudança geracional que impacta as identidades políticas. Segundo Ruiz Encina:

Precisamente, son los nuevos grupos sociales que emergen en la historia reciente de este “neoliberalismo avanzado” aquellos en que estallan los más acentuados grados de desidentificación política, y los consiguientes vacíos de representación de ese tipo, abriendo interrogantes fundamentales sobre el proceso político y social chileno en curso, y su comprensión en términos de clase (2013, p. 10)

Os setores sociais que impulsionaram os protestos em 2011 – onde o peso dos segmentos médios era particularmente relevante – amadureceram rapidamente a compreensão de que a arena institucional era um espaço a ser ocupado. De acordo com a maioria dos entrevistados, em geral, o debate sobre a formação de novos partidos começou

imediatamente após as manifestações, em 2012. Uma ativista afirma, por exemplo, que

Nosotros creíamos que había un potencial de emergencia política de una fuerza antineoliberal. Y, por lo tanto, de institucionalización para proyectarse, digamos, hacia los espacios de poder. Y como veíamos ese potencial, consideramos entonces que la disputa electoral que venía, dos años después, era un primer paso para ir proyectando y mostrando como era posible generar ciertas fisuras en el sistema institucional para que ingresen nuevos intereses a la política. (Entrevista 12 – realizada em 24/11/2019)

Diferentes partidos criados a partir de 2011 têm origem em movimentos políticos ou coletivos universitários que já existiam. Assim, nem todos os partidos que surgem do levante estudantil são propriamente “novos”. Alguns deles, como veremos, aproveitaram as circunstâncias para colocar em andamento projetos de institucionalização que seriam impensáveis fora de conjunturas de conflito social agudo.

A Frente Ampla (FA), coalizão que reúne a nova esquerda chilena, era composta no final de 2019 por seis partidos e organizações políticas. Entre os partidos registrados junto ao Serviço Nacional Eleitoral do Chile estão *Revolución Democrática*, *Comunes* e Partido Liberal do Norte. Além deles, também compõem a FA o Partido Pirata, *Convergencia Social* e Movimento Democrático Popular. Três partidos deixaram a frente no final de 2019 por divergências em relação ao acordo firmado com vistas à convocação de um processo constituinte, como resposta à recente onda de protestos no país: Partido Humanista, Partido Ecologista Verde e Partido Igualdade. Entre as legendas que permanecem na FA, três são herdeiras diretas dos protestos estudantis de 2008: *Revolución Democrática*, *Comunes* e *Convergencia Social*. Cada uma delas, curiosamente, estabeleceu uma dinâmica particular de institucionalização. Enquanto *Revolución Democrática* legalizou-se como partido cumprindo os requisitos exigidos pela legislação partidária após as eleições 2013, *Comunes* é resultado da fusão entre o movimento *Izquierda Autónoma*, integrado por líderes estudantis de 2011, e um partido legal chamado *Poder Ciudadano*. Já *Convergencia Social*, por sua vez, é resultado da junção de diferentes grupos da esquerda chilena oriundos do levante estudantil de 2011 que se uniram em 2018. No entanto, em sua primeira tentativa de legalização, o partido não cumpriu os requisitos para registro legal junto ao Serviço Nacional Eleitoral. Entre seus principais nomes estão Gabriel Boric, um dos principais líderes do movimento estudantil de 2011, hoje deputado pela região de Magallanes, extremo-sul do Chile, e Jorge Sharp, prefeito de Valparaíso.

Revolução Democrática (RD) foi formado em janeiro de 2012, imediatamente após o auge dos protestos estudantis. Segundo o website do partido, ele se define como um partido político “conformado por membros do movimento estudantil e outros grupos, protagonistas

das mobilizações de 2011. Seu principal dirigente e líder é o deputado Giorgio Jackson Drago” (RD, 2012, n.p). Giorgio, ao lado de Gabriel Boric e Camila Vallejo, é reconhecido como uma das principais lideranças dos protestos de 2011. Não por acaso todos se elegeram deputados nas eleições legislativas de 2013.

Em seus documentos, RD define como seus objetivos principais “superar a ordem neoliberal imposta à sociedade” e construir um “Estado social e democrático de Direito” afirmando que “a aliança entre Estado e cidadania se converte numa das ferramentas mais poderosas para a disputa entre o neoliberalismo e os direitos sociais” (Idem, 2012). Não há referências ao socialismo ou à superação do capitalismo. O partido só conseguiu seu registro em 2016. Até lá, fez oposição ao governo de Sebastián Piñera (2011-2014) e estabeleceu, durante os primeiros meses do governo de Michele Bachelet⁷⁷ o que o partido chamou de “colaboração crítica”, ocupando alguns espaços no Ministério da Educação. Nas eleições de 2013, ainda sem registro legal, RD apoiou diferentes candidatos oriundos do movimento estudantil, incluindo Boric (candidato independente em Magallanes) e Camila Vallejo (candidata pelo Partido Comunista, em Santiago). Giorgio Jackson foi eleito pelo Distrito 22, em Santiago, como candidato independente dentro da lista da *Nueva Mayoría*. Naquele distrito o Partido Socialista não lançou candidato, o que favoreceu Jackson. Em 2015, após consulta realizada junto à militância, o partido decide iniciar o processo de registro formal junto à Justiça Eleitoral. Segundo dados disponibilizados em seu website, 23% da militância do partido posicionou-se contra a transformação de RD em partido legal, o que demonstra a resistência ao processo de institucionalização. Nos seus primeiros anos, RD era o partido que mantinha melhores relações com os antigos partidos de esquerda, até a ruptura com o governo de Bachelet, em 2016. O partido chegou a colaborar com a implementação da reforma universitária do governo da *Nueva Mayoría*, mas afastou-se e foi um dos principais impulsionadores da criação da Frente Ampla e da candidatura presidencial de Beatriz Sánchez (2017). Conta atualmente com oito deputados e deputadas na Assembleia Nacional chilena e é a maior força dentre da coalizão frenteamplista.

Outro partido oriundo do movimento estudantil é *Comunes*. Resultado de uma recente fusão, o partido acolheu os militantes da *Izquierda Autónoma*, organização política oriunda dos coletivos estudantis anticapitalistas dos anos 2000. Ele se define como um partido “de esquerda, feminista, popular e democrático”. Diferente dos grupos que formaram *Revolución Democrática*, muitos militantes da *Izquierda Autónoma* vêm da tradição

⁷⁷ Eleita para um novo mandato em 2014, Bachelet liderou uma nova coalizão que deu lugar à antiga *Concertación*. A chamada *Nueva Mayoría* reunia os partidos que faziam parte da *Concertación* e mais algumas poucas legendas, como o Partido Comunista. De resto, se manteve a hegemonia da aliança entre Partido Socialista e Democracia Cristã.

marxista de vertente gramsciana. O grupo era um dos tantos coletivos universitários autonomistas que atuavam nas principais instituições de ensino superior do país, até que em 2011 seus líderes ganharam projeção nacional. Nas eleições de 2013 inscreveram três candidaturas independentes: Boric (Magallanes), Francisco Figueroa (Santiago) e Daniela López (Valparaíso). Dos três, apenas Boric conseguiu se eleger, o único dos líderes estudantis a conquistar uma vaga na Assembleia Nacional sem o apoio da *Nueva Mayoría*⁷⁸.

Desde então, Boric e seu grupo mantiveram uma posição de equidistância em relação ao bloco governista. No segundo turno das eleições presidenciais de 2015 ele sequer apoiou a candidatura de Bachelet (EL DINAMO, 2014). Após várias divisões, os remanescentes da *Izquierda Autónoma* decidiram realizar uma fusão com um partido legal chamado *Poder Ciudadano* no início de 2019, dando origem a *Comunes*. O partido se define como parte dos processos de luta contra o neoliberalismo e afirma em sua declaração de princípios que seu objetivo é a construção de uma “democracia radical”:

(...) a través de diversas movilizaciones sociales durante la última década, estudiantes, feministas, pensionados, trabajadores y comunidades de base han puesto en el centro de las preocupaciones del país las deudas democráticas de la transición y los postergados derechos de las mayorías. Es contra ese proceso de rearticulación y movilización popular que las elites reaccionan, histéricas, ante la posibilidad de un mayor protagonismo popular en la política y la emergencia de una alternativa democrática a la dictadura del mercado. Es ese proceso de autonomía popular que debemos revitalizar (COMUNES, 2019)

A fusão, porém, reúne tradições políticas diversas. Enquanto *Izquierda Autónoma* vem do movimento estudantil de vertente marxista, *Poder Ciudadano* era um partido de centro-esquerda formado em 2015 por ex-apoiadores de Michele Bachelet. Em 2017 a legenda decide apoiar Beatriz Sánchez e ingressar na Frente Ampla e, em 2018, se iniciam as negociações para a criação de *Comunes*.

Por fim, outro partido formado por ex-militantes estudantis é *Convergencia Social*. O partido é resultado da fusão de diferentes grupos políticos no interior da Frente Ampla, como o *Movimiento Autonomista* (uma dissidência da *Izquierda Autónoma* liderada por Boric), *Izquierda Libertaria*, *Nueva Democracia* e o movimento *Socialismo y Libertad* (SOL). Em abril de 2019 esses coletivos se unificam, formando o partido *Convergencia Social*. No entanto, a maioria deles já existia como organização política no interior da Frente Ampla. A fusão é resultado de uma série de debates travados no interior dos diferentes movimentos de tradição autonomista⁷⁹ que, em 2016, realizam uma conferência e decidem

⁷⁸ Tanto Giorgio Jackson quanto Camila Vallejo foram eleitos em Santiago dentro da lista da *Nueva Mayoría*. O primeiro como candidato independente; a segunda como candidata do Partido Comunista.

⁷⁹ O autonomismo é uma forte corrente política da esquerda estudantil chilena. Diferente do Brasil, porém, o autonomismo não é uma vertente do anarquismo, sendo melhor representada como uma corrente marxista

envidar esforços para criar um partido político legal. O movimento, no entanto, se divide, com uma parte se somando à construção de *Comunes* e outra participando da criação de *Convergencia Social*. Em seus estatutos o partido afirma que

Convergencia Social es una organización política de ciudadanos y ciudadanas comprometidos y comprometidas con la consecución de una sociedad socialista, democrática, libertaria y feminista, a partir del fortalecimiento y profundización de la democracia económica, social e institucional. (...) En este marco, un proyecto histórico socialista debe consistir en transformaciones sociales e institucionales que involucren la redistribución del poder y la democracia radical para un nuevo orden social, enmarcado en un proyecto soberano, independiente, nacional y continentalmente integrado, con pleno respeto, garantía y promoción de los derechos humanos asegurados en la Constitución y en los tratados internacionales suscritos y ratificados por Chile (CONVERGENCIA SOCIAL, 2019).

Diferente de *Comunes* e RD, *Convergencia Social* afirma claramente que seu objetivo é a conquista de uma “sociedade socialista” ainda que alcançada pelo “aprofundamento da democracia econômica, social e institucional”. O partido está em processo de legalização, cumprindo os requisitos exigidos pelo Serviço Nacional Eleitoral do Chile. Recentemente, viveu uma crise interna por conta do processo de negociação para convocação de um processo constituinte no país, levando à ruptura do prefeito de Valparaíso, Jorge Sharp, e à suspensão de Gabriel Boric.

Como vemos, além de marcadamente antineoliberais, os partidos oriundos do movimento estudantil chileno afirmam princípios característicos da nova esquerda em outras partes do mundo: a defesa de uma democracia radical, o reconhecimento de feminismo como elemento estruturante de suas estratégias políticas, a retórica tipicamente “populista” no sentido dado por Laclau. Além do mais, esses partidos são a coluna vertebral da Frente Ampla. Dos 20 deputados e deputadas eleitos em 2017 pela coalizão, 14 estão nesses três partidos: oito são de *Revolución Democrática*, quatro são de *Convergencia Social* e dois são de *Comunes*. O único senador da coalizão, Juan Ignacio Latorre, é filiado a *Revolución Democrática*. Não é exagero dizer, portanto, que os partidos impulsionados pelo movimento estudantil chileno de 2011 estão entre os principais responsáveis pela criação da Frente Ampla e sua consolidação enquanto força política alternativa à coalizão das forças progressistas liderada pelo Partido Socialista. O resultado da primeira eleição presidencial da Frente Ampla (2017) com a candidatura da jornalista Beatriz Sánchez⁸⁰ mostra a

independente (ou “autônoma”) das antigas correntes socialista (PS) e comunista (PC chileno). A maioria dos militantes autonomistas estavam organizados em um movimento chamado *La Surda*, que se dissolveu em diferentes agrupamentos no final da década passada.

⁸⁰ Beatriz Sánchez Muñoz é uma importante jornalista política chilena. Trabalhou nas principais rádios de Santiago e foi convidada para ser candidata pela Frente Ampla em 2017. Ele venceu as primárias com 68% dos votos, apoiada por *Revolución Democrática* e os ativistas da *Izquierda Autonomista*.

relevância do espaço político conquistado por essas forças políticas. Foram 1.336.824 votos (20,27%) contra 1.497.118 (22,7%) do candidato da *Nueva Mayoría*. Em primeiro lugar ficou o atual presidente Sebastián Piñera, que alcançou 2.417.216 votos (36,64%). No próximo capítulo analisaremos os fatores que levaram a esse bem-sucedido processo de institucionalização que originou novas forças políticas oriundas do movimento estudantil de 2011.

3.10 MTST: de junho de 2013 à candidatura de Guilherme Boulos

Entre os movimentos analisados neste trabalho, dois deles são produto do que Boaventura de Sousa Santos chamou de “revoltas de indignação”. São movimentos disruptivos que se impõem como reação à crise do modelo neoliberal, como o levante estudantil chileno ou o movimento #YoSoy132 no México. Embora seja verdade que o movimento estudantil no Chile contava com uma organização prévia através de suas entidades representativas (federações e confederações), o levante estudantil de 2011 extrapolou completamente o alcance que esses organismos exerciam até então (DANOSO, 2014). No caso do MTST, o fenômeno é diferente. Quando a crise social de 2013 explode no Brasil, o movimento já tinha 13 anos de um trabalho árduo e paciente nas periferias de São Paulo.

As origens do movimento remontam ao final dos anos 1990. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) era, então, o principal movimento social brasileiro, com forte influência na esquerda partidária, particularmente junto ao PT. Um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás⁸¹ o movimento realiza uma grande mobilização nacional, conhecida como Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. Saindo de diferentes pontos do país, grupos de militantes do MST se deslocaram a pé até Brasília para lembrar o primeiro ano do massacre e denunciar os impactos das políticas neoliberais implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. No dia 17 de abril de 1997 o movimento chega a Brasília reunindo milhares de pessoas na maior manifestação até então contra o neoliberalismo no Brasil. A marcha se repetiria em 1999, quando ficaria conhecida como “marcha dos 100 mil” (FOLHA, 1999).

Após a marcha de 1997, o contato do MST com os centros urbanos por onde passaram os manifestantes estimula uma reflexão sobre a necessidade de interagir com os trabalhadores e trabalhadoras das cidades. A partir disso o movimento concluiria que a crescente urbanização promovia um processo de deslocamento da disputa política em torno

⁸¹ O massacre de Eldorado dos Carajás, estado do Pará, ocorreu em 17 de abril de 1996. Numa operação para desobstrução de uma rodovia bloqueada por militantes do MST, foram assassinados 19 trabalhadores rurais, numa ação denunciada internacionalmente. O governo do Pará, à época, também era governado pelo PSDB.

da reforma agrária para as cidades. Em função disso o MST altera seu lema para “Reforma Agrária, uma luta de todos”. É a partir daí que surge o MTST como instrumento de organização popular nas cidades (MIAGUSKO, 2008). O próprio MTST, em sua *Cartilha do Militante*, admira essa origem, quando descreve o MST como “um movimento sério que sabe que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto, percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida” (MTST, 2005). O mesmo documento afirma ainda que o MTST tem origem direta do MST:

Foi assim que, na marcha nacional que o MST realiza todos os anos, no ano de 1997, este movimento resolveu liberar militantes comprometidos com a transformação da sociedade para criar um movimento urbano. Estes militantes começaram a estudar os problemas que os trabalhadores viviam com mais dificuldade e perceberam que, naquele momento, dois eram os mais preocupantes: Moradia e Trabalho. (Idem, 2005, n.p).

Diferente dos demais movimentos analisados neste trabalho, o MTST surge como parte de uma análise consciente das transformações produzidas pela reestruturação das relações de produção sob o neoliberalismo e a necessidade de alcançar os trabalhadores e trabalhadoras dos centros urbanos que não podiam ser disputados pelas formas tradicionais de organização política do mundo do trabalho (os sindicatos). O MTST, portanto, diferente de outros movimentos de moradia em São Paulo, traz consigo o “DNA” de um movimento consolidado ao longo de 15 anos, que desenvolveu dinâmicas de luta eficientes no campo e que tinha um projeto político que ia além da conquista de casas para quem não as tinha. Como afirma um membro da Coordenação Nacional do MTST:

O MTST nasce em 97 crítico a um certo grau de acomodação e de institucionalização que os movimentos sociais urbanos já tinham sofrido nos anos 1990 como resultado da escolha política do PT de recuar um tanto do processo de luta social para a disputa estritamente institucional. (...). Depois da derrota de 1994 [na eleição presidencial] essa opção é muito clara. Isso, obviamente, pega a área de influência do PT nos movimentos sociais, com exceção do movimento sem-terra, que se mantém na década de 90 como o movimento mais combativo do Brasil. O MTST nasce na esteira do movimento sem-terra, estimulado por militantes do MST para ocupar o espaço que estava vazio de movimento combativo para fazer grandes ocupações dentro dos centros urbanos (Entrevista 1 – realizada em 26/11/2019)

A primeira ação de organização de um acampamento realizada pelo MTST ocorreu no município de Campinas-SP, na ocupação do Parque Oziel, e serviu como experiência para a aplicação da forma de organização de acampamentos do MST em um contexto urbano, tendo sido concretizada por militantes deste movimento (GOULART, 2011). Não estão claras as razões, mas a crescente autonomia do MTST em seus anos iniciais acaba por

provocar um afastamento do MST. Ainda assim, a forma centralizada e vertical de organização do movimento, o esforço em garantir uma dimensão mais generalizada das lutas urbanas, a valorização da formação política permanente e a noção de “latifúndios urbanos improdutivos” mostram a presença de fortes referências oriundas da luta dos sem-terra (MIAGUSKO, 2008).

Até 2007, as ocupações do MTST focaram a região metropolitana de São Paulo. A ideia era formar um “cinturão de lutas” em torno da capital através da ocupação de grandes áreas e terrenos, ao invés de prédios desocupados, como fazem outros movimentos de moradia. A explicação, segundo um dos entrevistados, tem a ver com a percepção do papel da circulação na nova dinâmica do capitalismo e com os aprendizados que o MTST assimila de outros movimentos territoriais na América Latina, em especial os *piqueteros* da Argentina:

Quando a gente começa a dialogar com os *piqueteros* argentinos, que tinham a ideia de cercar a região metropolitana, ou seja, você não precisa estar dentro... se você cercar a região metropolitana, fazendo travamentos de rodovias, primeiro você cria um problema pra circulação do capital; segundo, você cria um ambiente político... então a gente começa a atuar junto às principais rodovias de São Paulo, cercando a região metropolitana (...) Isso é uma inspiração *piquetera*. E isso no país não havia sido feito ainda, pelo menos não dessa forma. (Entrevista 5 – realizada em 4/11/2019).

Além de inovações nas formas de atuar, o MTST ainda buscava se diferenciar dos demais movimentos de moradia – a própria definição do movimento é a de “movimento popular urbano” – a partir de determinados princípios que marcarão sua trajetória. Dois deles, merecem destaque. O primeiro afirma que o movimento não deve “nunca colocar a luta e o poder político institucional (partidos políticos, eleições, voto, cargos no governo, etc.) como parte principal do movimento” (MTST, 2005). O segundo afirma que o movimento “nunca cobrará nada de nenhum lutador sem teto”. Como afirma a própria Cartilha do Militante do MTST, esses princípios “fazem com que ele seja diferente de tudo aquilo que já existia antes de sua construção e provam que o quanto ele é importante para as massas trabalhadores e desempregados pobres do país” (Idem, 2005, n.p). Sob todos os pontos de vista, o MTST busca se afastar do pragmatismo que marca muitos movimentos sociais de moradia no final dos anos 1990, afirmando um perfil marcado pela autonomia e combatividade. A crítica ao processo de “institucionalização dos movimentos sociais”, que se organizam a partir da ordenação da lógica do Estado e suas políticas, fóruns e dinâmicas, também será uma diferença que o MTST buscará demarcar em seus primeiros anos, como atestam diferentes trabalhos sobre o movimento (LIMA, 2004; MIAGUSKO, 2008; GOULART, 2011).

Com o fechamento de centenas de postos de trabalho da região metropolitana de São Paulo, seja pelo processo de mecanização da produção, seja pelo processo de

desindustrialização do país, o MTST passa a contar com um contingente crescente de trabalhadores e trabalhadoras em condições econômicas de vulnerabilidade. A primeira grande ocupação ocorreu em 2000 na cidade de Guarulhos-SP e foi batizada com nome da revolucionária catarinense Anita Garibaldi. Em poucas semanas o terreno ocupado chegou a contar com 12.000 pessoas cadastradas e até hoje ocupa uma área grande no município (GOULART, 2011). Outras ocupações vieram em seguida em Osasco (2002), São Bernardo do Campo (2003) e São Paulo (2003) todas despejadas de forma violenta.

A sequência de ocupações frustradas, no entanto, não foi em vão. Segundo Goulart, a agitação provocada pelo movimento, as marchas e a exposição midiática fez com que novos ativistas se aproximassem do MTST: “eram os ex-petistas, os desiludidos com a atuação sindical em retração, ou contrariados com os partidos de esquerda e os jovens universitários que não conheceram o ascenso das lutas populares” (2011, p. 44). As ocupações Chico Mendes, em Taboão da Serra, e João Cândido, em Itapeverica da Serra, iniciaram uma nova fase no MTST. Mais experientes desde os despejos anteriores e mais organizados, os sem-teto fizeram uso constante de marchas, acampamentos e bloqueios para pressionar os três níveis de governos, articulando uma importante rede de apoio nos demais movimentos sociais. As perspectivas de conquistas começaram a aparecer, viabilizando um período de crescimento do MTST.

Reeleito em 2006, Lula lança em 2008 o programa “Minha Casa, Minha Vida” através do Ministério das Cidades. O número crescente de ocupações e a nacionalização do movimento fazem com que o MTST pressione o governo federal a assumir o compromisso de incluir as famílias acampadas no novo programa e a criar políticas efetivas de reforma urbana. Vale lembrar que o movimento, nesse período, mantinha uma posição absolutamente crítica aos governos liderados pelo PT. Numa entrevista concedida em 2006, logo após a reeleição de Lula, o então coordenador estadual do MTST em São Paulo, Guilherme Boulos, afirmou que: “Não vejo nenhum sinal de mudança importante na política do governo Lula para o próximo mandato. Penso que será o complemento fiel do primeiro: mais reformas neoliberais, mais cortes de investimento, mais dinheiro para os investidores financeiros” (BOULOS, 2006).

Em 2009 o governo federal cria um segmento específico do programa Minha Casa, Minha Vida voltado ao atendimento das demandas de movimentos sociais de moradia. Nessa modalidade, os recursos para a construção das habitações passariam a ser gerido por entidades ligadas aos movimentos sociais de luta por moradia, que tinham autonomia para contratar construtoras ou promover mutirões de construção. O resultado foi um aumento da qualidade dos imóveis com custos mais baixos em comparação com as unidades produzidas

pelas empreiteiras (FREITAS, 2017). Essas conquistas impulsionam do crescimento do MTST que vai se expandindo e promovendo um processo de nacionalização. Apesar da implementação de novas políticas de habitação, sua leitura em relação aos governos petistas segue crítica. Enquanto outros movimentos sociais sustentam abertamente o governo de Lula – CUT, UNE, MST, dentre outros – o MTST mantém uma posição de equidistância. Nas eleições presidenciais de 2010, por exemplo, dirigentes do movimento declararam apoio à candidatura de Luciana Genro, do PSOL. Além disso, durante alguns anos o MTST fez parte da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), embrião de central sindical e popular hegemônica pelo PSTU. Como destaca Oliveira:

Ao mesmo tempo, os dirigentes políticos do movimento afirmam que se por um lado as políticas desenvolvidas pelos governos petistas beneficiaram em certos aspectos os trabalhadores de sua base, e em outros aspectos os prejudicaram (como veremos mais adiante, na questão das políticas de moradia). E por isso no plano geral, afirmam serem críticos aos governos petistas, adotando uma postura de fazer oposição ao governo devido as limitações que enxergam nele (2018, p. 119)

Outros movimentos de moradia que se mantiveram na órbita do PT eram, no entanto, menos críticos aos governos petistas. Era o caso, por exemplo, das entidades que participavam do Fórum Nacional de Reforma Urbana, como a Central de Movimentos Populares (CMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Mesmo a entrega do Ministério das Cidades, responsável pelas políticas habitacionais, ao Partido Progressista (PP), não foi suficiente para uma ruptura desses movimentos com o governo.

A eleição de Dilma Rousseff, em 2010, não melhora as relações com o MTST. Os primeiros impactos da crise econômica se fazem sentir no Brasil e os movimentos sociais independentes cobram medidas de proteção aos mais pobres e aos trabalhadores. No primeiro ano do novo governo o PIB mantém variação negativa, com queda de 7,5% em 2010 para 2,7% em 2011 (BCB, 2019). Ainda assim, o crescimento econômico, num contexto de recessão mundial, demonstra a eficiência das medidas anticíclicas tomadas pelos governos petistas a partir de 2008. Em 2012, porém, o crescimento fica abaixo de 1% e alerta para a possibilidade de fim do ciclo neodesenvolvimentista. A maioria dos movimentos sociais da órbita do petismo, apesar de críticos, não mostravam disposição de um maior enfrentamento. Como afirmam Boulos e Simões:

É evidente que o alinhamento político [dos movimentos sociais] com o PT e o governo não significou ausência de tensões. Havia críticas às políticas adotadas, em especial à política econômica, assim como mobilizações, greves e ocupações. Mas, em última instância, prevalecia o alinhamento, reforçado pela ideia de que um conflito maior poderia fortalecer os setores da direita que, mesmo com todas as concessões, permaneceram refratários aos governos petistas (2017, p. 72)

Por isso, quando explodem as manifestações de 2013, poucos movimentos sociais possuíam tanta legitimidade social quanto o MTST. Afinal, sua autonomia era salvo-conduto para apontar os limites que o projeto de conciliação de classes do progressismo brasileiro começava a demonstrar.

As manifestações de 2013 tiveram início com a luta dos estudantes contra o aumento das tarifas de transporte público em Porto Alegre e se alastraram por todo o país. Em São Paulo, onde ocorreram inicialmente mobilizações lideradas pelo Movimento Passe Livre com apoio de outros movimentos sociais e partidos de esquerda, a repressão policial gerou uma onda de solidariedade que ampliou o movimento para muito além dessas organizações. Em pouco tempo, os protestos se transformaram em mobilizações de massas que se multiplicaram em todas as capitais do país, com forte presença da juventude e ampla repercussão midiática. De uma primeira fase, menor e mais homogênea ideologicamente, os protestos de 2013 passaram a uma segunda fase, mais ampla, complexa e difusa. Nessa segunda etapa as reivindicações não se resumiam ao aumento das tarifas do transporte: criticavam os empreendimentos para as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol, defendiam mais investimentos para saúde e educação, denunciavam a corrupção e o modelo de governabilidade. Em sua terceira e última etapa, o movimento vai se pulverizando em diferentes pautas e dois blocos vão se cristalizando: um representando uma nova direita, radicalmente liberal, e outro representando uma nova esquerda (SINGER, 2013). Nesse segundo bloco emerge o MTST como principal movimento social urbano do país.

Pela origem do movimento de 2013, nada mais natural que o MPL ocupasse espaço crescente na política brasileira, convertendo-se numa voz poderosa dos movimentos sociais da nova esquerda. Mas as divisões internas do movimento e sua rejeição à interação com o sistema político e partidário fizeram com que o movimento se enfraquecesse. Assim como outros movimentos que se desenvolveram ao longo da primeira década dos anos 2000 influenciados pela agenda antiglobalização, o MPL afirmava um caráter assumidamente antineoliberal e buscava articular outras lutas por transporte que eclodiam em diferentes regiões do Brasil. Em 2003, a chamada “Revolta do Buzu” – que virou tema do documentário de mesmo nome, dirigido por Carlos Pronzato – e a “revolta da catraca”, no ano seguinte em Florianópolis, mostraram o potencial de mobilização que a luta em torno da mobilidade urbana, em geral, e da tarifa zero, em particular, poderia ter, especialmente entre os jovens.

Não é o propósito deste trabalho tecer um balanço aprofundado dos significados de junho de 2013 no Brasil. No entanto, estamos entre aquele que acreditam que, à sua maneira, a onda de protestos que atingiu o país se inscreve na sequência de levantes populares que atingiram Túnis, Santiago, Istambul, Nova York, Madri, Cidade do México e outras que

denunciaram a falência da democracia liberal (SAFATLE, 2017). E o MTST está entre os movimentos sociais que melhor souberam interpretar o potencial de junho de 2013 em termos possibilidades para a organização de uma nova esquerda. Um ativista do movimento afirma que, entre os processos políticos que mais inspiraram os dirigentes do MTST a partir de 2013 está a criação do Podemos.

Nós entendemos que ali havia uma experiência muito interessante. Por quê? Porque foi a construção de um novo campo crítico ao que era a socialdemocracia europeia, expressa no PSOE, vindo de movimentos sociais – inclusive com uma centralidade muito grande de movimentos de moradia, como a plataforma dos atingidos por hipotecas – (...) e claro o movimento dos indignados, que foi o “disparador” daquilo tudo. O Podemos soube construir uma dinâmica de partido-movimento a partir de um fenômeno social, de baixo para cima (Entrevista 1 – realizada em 26/11/2019).

Não foi por acaso, portanto, que o MTST passou a ocupar crescente espaço na política brasileira. O movimento passou a compreender, a partir de 2013, que a dinâmica da luta política no Brasil estava em transformação. Em um ano, a base social do MTST triplica. Sua capacidade de convocatória aumenta e, com isso, as manifestações convocadas pelo movimento passam a ter outra dimensão (Entrevista 1). Para o mesmo ativista:

Esse é um aprendizado de 2013. Porque 2013 abre um ciclo de mobilização de rua “para o bem” e “para o mal”. O crescimento do MTST é expressão disso, mas também as ocupações de escolas pelos secundaristas, o [movimento] “Ocupa Estelita” vai ser expressão disso... Uma série e movimentos que surgem e se articulam nesse período pós-2013. E o MTST compreendeu rapidamente que, para esse processo ter uma consequência maior – inclusive vendo a experiência do Movimento Passe Livre – não dava para fazer isso de maneira isolada e sem buscar composições no campo da esquerda. E aí o movimento se aproxima dos partidos políticos. O resultado dessa aproximação é a Frente Povo Sem Medo em 2015 (Idem, 26/11/2019).

Vemos que 2013 é considerado um marco para os próprios dirigentes do MTST. Ainda que o movimento, em 2014, não tenha alterado significativamente sua posição em relação ao processo eleitoral – apoiando o PSOL no primeiro turno e o PT no segundo – a partir de então há uma mudança de qualidade no papel do MTST. Tendo como referência os partidos-movimento da nova esquerda, o movimento estimula a formação de um campo político alternativo àquele hegemônico pelo PT e seus aliados progressistas. A criação da Frente Povo Sem Medo⁸² é descrita como parte do esforço de formação de um espaço que pudesse articular as novas lutas sociais em curso e unificar aqueles que compartilhavam do

⁸² A FPSM, criada em outubro de 2015, congrega diversos movimentos sociais e compete, em relevância, com a Frente Brasil Popular (FBP), liderada pelo MST e claramente identificada com o campo do petismo. O MST não participa da FPSM, enquanto o MTST não compõe a FBP.

desejo de reorganizar a esquerda no Brasil sob outras bases políticas, ideológicas e organizativas.

A vitória de Dilma Rousseff, em 2014, por uma diferença de pouco mais de 3% dos votos, era um sinal claro das dificuldades que se avizinhavam para os velhos partidos progressistas. Antes mesmo da posse para um segundo mandato⁸³, Dilma inicia uma série de medidas de ajuste fiscal que aprofundam a dinâmica de recessão na economia. A elevação contínua da taxa básica de juros, a contenção do investimento público, o aumento da taxa de retorno nas concessões, a diminuição das restrições ao capital especulativo e a retomada das privatizações representaram um banho de água fria naqueles que esperavam o aprofundamento das medidas desenvolvimentistas adotadas no auge da crise econômica (MEDEIROS, 2017). As denúncias de corrupção apresentadas pela Operação Lava Jato e amplificadas pelos veículos de comunicação contra o PT criaram um ambiente cada vez mais propício para que as forças conservadoras, derrotadas nas eleições de 2014, implementassem um plano de deposição da presidente da República. Em três anos a aprovação do governo de Dilma havia despencado de 60% para algo em torno de 10%. Os partidos da centro-direita que foram criados (PSD, PROS, PRB) ou atraídos para o governo (PMDB, PP, PR) foram rompendo com a coalizão liderada pelo PT passando para a oposição. Enfraquecida diante da onda golpista que se aproximava, Dilma convocou os movimentos sociais ao Palácio do Planalto para discutir a gravidade da situação (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

Entre os movimentos que foram ao encontro da presidenta estava o MTST. Mesmo crítico aos governos petistas, o movimento integrou-se de corpo e alma na campanha contra a deposição de Dilma Rousseff. Com isso, aproximou-se das bases sociais do petismo e ampliou ainda mais sua relevância política. Uma vez consumado o processo de impeachment, o MTST apostou todas as fichas no fortalecimento da Frente Povo Sem Medo e na oposição ao governo de Michel Temer (PMDB). No interior do movimento surgiram os primeiros debates sobre a necessidade de ir além. Como afirma uma ativista:

Há um processo de amadurecimento do MTST, a partir do momento em que ele se coloca como um ator nacional e assume várias responsabilidades frente a uma nova esquerda. Acho que também tem a ver com uma avaliação do movimento de que não bastam só as ruas mais. Isso tem a ver com um processo de amadurecimento que tem isso como consequência. De compreender que as ruas são fundamentais, mas que não são decisivas sozinhas (...) É uma segunda coisa que tem a ver mais com os partidos, que é a necessidade de um projeto político do movimento (Entrevista 4 – realizada em 12/11/2019).

⁸³ No dia 28 de dezembro de 2014 o então ministro-chefe da Casa Civil, Aloísio Mercadante, vem à público anunciar a edição de duas medidas provisórias – MP 664 e MP 665 – que introduziam uma série de alterações no acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, como o Seguro-Defeso e a Pensão por Morte.

No interior do movimento, portanto, ganham força duas ideias-chave: i) que a esquerda brasileira precisava enfrentar um processo de reorganização que passava pelo fortalecimento de um campo de forças alternativo ao progressismo; ii) que o MTST sozinho era incapaz de impulsionar esse processo e que, por isso, precisava estimular um campo de aliados (Entrevista 3, 2019). Esse campo era identificado com setores do petismo críticos à estratégia de conciliação de classes defendido pela direção majoritária do PT, com a maioria do PSOL, e com outros movimentos sociais, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Mídia Ninja, a Intersindical, o Círculo Palmarino, movimentos de juventude ligados ao PSOL (Manifesta, Rua, Afronte!) dentre outros.

O resultado das eleições de 2016 reforça a hipótese de um processo de reorganização da esquerda. Enquanto o PT perdeu quase dois terços dos governos municipais sob controle do partido, o PSOL elegeu várias lideranças jovens, mulheres e negras, incluindo Marielle Franco. Mesmo que numericamente pouco expressivo (o partido elegeu apenas 53 parlamentares em todo o país) o resultado apontava na direção de um processo de renovação geracional e de perfil dos quadros da esquerda institucional. A partir disso, MTST lança uma plataforma programática chamada “Vamos” que tinha como propósito ser um instrumento de discussão de programa para uma síntese política superior aos partidos existentes até então. Essa iniciativa, no entanto, tem pouca adesão e o movimento começa a discutir, em meados de 2017, a hipótese de uma aliança entre partidos e movimentos nas eleições gerais do ano seguinte. A proposta consistia na filiação de lideranças sociais ao PSOL para disputa da Presidência da República: Guilherme Boulos, do MTST, candidato a presidente, e Sônia Guajajara, da APIB, como vice. A proposta encontrou resistência em setores do PSOL e teve de ser submetida a uma Conferência Eleitoral em março de 2018. Concorrendo contra outros três pré-candidatos do partido, Boulos e Sônia foram escolhidos por 70% dos delegados do PSOL e a aliança político-eleitoral foi aprovada. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) também se somaria à aliança inédita entre partidos e movimentos. O processo de institucionalização do MTST assumiu um caráter parcial, já que o movimento e seus ativistas não ingressam no PSOL, limitando as filiações a alguns quadros políticos como Boulos.

3.11 Os jovens mexicanos e o movimento #YoSoy132

Nosso terceiro caso remete ao movimento #YoSoy132 que irrompeu inesperadamente no México entre maio e dezembro de 2012. Naquele período os partidos mexicanos estavam em plena campanha presidencial e nenhum deles poderia supor que um movimento tão potente, com características semelhantes às aquelas encontradas nas chamadas “revoltas de

indignação” emergiria no cenário político mexicano, revelando as próprias transformações em curso na sociedade e no sistema político do país. A partir de um episódio aparentemente secundário, surgiu um movimento social de massas que incidiu fortemente sobre o processo eleitoral, ainda que não tenha alterado seus resultados, como desejado. Antes de apresentar uma cronologia do movimento, analisemos os antecedentes que prepararam o terreno para o surgimento de #YoSoy132.

Como abordado neste capítulo, a política mexicana esteve por 70 anos sob controle do Partido Revolucionário Institucional (PRI), herdeiro da revolução de 1919. Se em suas primeiras décadas esse controle foi exercido através de uma sólida hegemonia política e social, nos anos que precederam a vitória do opositor PAN, no ano 2000, se sustentava na manipulação de resultados eleitorais e no controle do aparato estatal. Especialistas não chegam a um consenso sobre quando teria começado a “transição” do sistema de partido hegemônico ao atual regime pluripartidário de competição eleitoral. Enquanto alguns afirmam que ela teria iniciado em 1997, quando o PRI perde pela primeira vez a maioria dos assentos no Congresso da União, o parlamento mexicano, outros afirmam que, de fato, seu início remonta às eleições presidenciais de 1988, quando a crise no partido do governo leva a uma dissidência dos setores nacionalistas do PRI e à criação da Frente Democrática Nacional, encabeçada pela candidatura de Cuauhtémoc Cárdenas, derrotada após uma mega fraude eleitoral⁸⁴ (GUERRERO, 2016).

Não há dúvida, no entanto, que essa transição se consolida de fato com a eleição de Vicente Fox em 2000. Com uma campanha centrada no discurso da mudança, em favor de uma melhor distribuição da riqueza, contra a corrupção e o narcotráfico, o candidato do PAN apresentou um programa neoliberal que combinava consolidação da transição democrática, fortalecimento do setor privado e reformas do Estado. Durante seu mandato, além de apresentar-se como um dos grandes defensores da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelo governo dos Estados Unidos, Fox promove a chamada “Ley Televisa”⁸⁵, uma alteração na Lei Federal de Comunicações que tirava do Estado a responsabilidade por outorgar concessões de rádio e TV, além de extinguir os órgãos de

⁸⁴ Diferentes pesquisas indicam que a votação aproximada de Cárdenas foi de 41%, do PRI de 35%, do PAN 22%, e do PDM e PRT de 2%. O governo demorou uma semana para falsificar os dados e, depois, reclamou 50,4% da votação para o PRI, o mínimo necessário para obter maioria no Colégio Eleitoral, composto por supostos deputados e senadores, que qualificou a eleição e deu a vitória a Salinas. À FDN, a secretaria de Governo atribuiu 31% dos votos, e ao PAN 18%. Isto significa que a fraude atingiu 5 milhões de votos, ou 27% do total dos votos supostamente depositados. Para saber mais sobre a fraude de 1988 ver LAURELL, A. C. “A democracia no México: o primeiro será o último?”. In: Lua Nova, nº 24, São Paulo, Set. 1991.

⁸⁵ A Televisa é um conglomerado de mídia fundado em 1973 a partir da fusão do Telesistema Mexicano com a Televisión Independiente de México. A empresa tornou-se conhecida no mundo inteiro por exportar programas de televisão, em especial telenovelas. Em 2013, a Televisa foi apontada como a 18ª maior empresa de mídia do mundo pelo *ranking* “Top Thirty Global Media Owners”.

regulação e controle, cujas atribuições ficariam a cargo de um Conselho Nacional de Telecomunicações. Ignorando mais de 1400 sugestões da sociedade civil, a “Ley Televisa” foi aprovada por consenso no parlamento mexicano e fortaleceu ainda mais os monopólios da comunicação, um dos fatores que impulsionará o movimento #YoSoy132 anos mais tarde (ALCALÁ; BONILLA, 2006).

Em 2006, diante de novas eleições presidenciais, a transição democrática dá um passo adiante: pela primeira os candidatos considerados “favoritos” à vitória não são do PRI. Pelo governista PAN concorreu Felipe Calderón; pelo opositorista PRD, concorreu o ex-governador do Distrito Federal, Andrés Manuel López Obrador. Com uma campanha marcada por denúncias de compra de votos e uso da máquina eleitoral, o resultado oficial contrariou todas as pesquisas, que apontavam a vitória de Obrador. Após diversas paralisações no processo de contagem dos votos e com uma diferença de apenas 0,58% em relação a seu adversário, o candidato governista, para a surpresa de todos, foi declarado eleito. O fantasma da fraude, novamente, ressurgia nas eleições mexicanas. Imediatamente Obrador denunciou o resultado, exigindo a recontagem de todos os votos e convocando uma manifestação no Zócalo, coração político da capital mexicana. Segundo o jornal *El País*, mais de um milhão de pessoas atenderam ao chamado do candidato do PRD:

"Propongo que nos quedemos aquí en asamblea permanente, hasta que resuelva el Tribunal, que permanezcamos día y noche hasta que se cuenten los votos y tengamos un presidente electo, con la legalidad mínima que nos merecemos los mexicanos", ha dicho López Obrador ante un Zócalo atiborrado de gente junto con las calles adyacentes. "Les informo que yo también viviré en este sitio mientras estemos en asamblea permanente", ha agregado. (EL PAÍS, 2006).

O movimento contra a fraude se organizou na forma de 47 acampamentos em todo país. A Justiça Eleitoral autorizou a recontagem de votos em apenas 9,2% das urnas, rejeitando o pedido do PRD de recontagem total. O documentário *Fraude: México 2006* mostra o desenrolar da crise política até o arquivamento das denúncias pela Instituto Federal Eleitoral, em agosto⁸⁶. Este episódio é importante porque, seis anos depois, a desconfiança com o sistema eleitoral e o “sequestro” da narrativa sobre a democracia mexicana em algumas poucas vozes serão antecedentes importantes para o movimento #YoSoy132.

Em 2012, após seis anos de governo de Felipe Calderón, o México estava diante de uma nova eleição presidencial. Os candidatos estavam em plena campanha e o candidato do PRI, Enrique Peña Nieto, liderava todas as pesquisas de opinião. O candidato do PRD, novamente, era Andrés Manuel López Obrador, enquanto a deputada Josefina Vásquez Mota

⁸⁶ *Fraude: México 2006*. Direção de Luiz Mandoki. Cidade do México: Conra el Viento Films, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rmYe-9XsHcs>

representava o governista PAN. Peña Nieto era um quadro da nova geração de políticos do PRI e havia governado o Estado do México entre 2005 e 2011. No segundo ano de seu governo foi responsável por uma violenta repressão a um protesto de vendedores de flores na cidade de San Salvador Atenco. Ao todo, foram presas 146 pessoas, com graves denúncias de violações aos direitos humanos cometidas pela polícia local. Segundo relatório divulgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, as autoridades mexicanas – incluindo o governo do Estado do México, então comandado por Peña Nieto – foram responsáveis por detenções ilegais e arbitrárias, torturas físicas, psicológicas e sexuais, além de interdição do acesso à Justiça, dentre outras violações aos direitos humanos (CIDH, 2015). Esse episódio seria lembrado durante a campanha presidencial e seria o estopim para o surgimento do movimento #YoSoy132.

Durante um evento de campanha realizado na Universidad Iberoamericana, respeitada instituição privada da Cidade do México, um grupo de estudantes intitulado *Los Presidenciables* decidiu fazer questionamentos aos candidatos que visitariam a instituição. Além de perguntar sobre o chamado “massacre de Atenco” os estudantes também faziam uma intervenção lúdica, tingindo de vermelho suas mãos e roupas, usando máscaras do ex-presidente Carlos Salinas de Gortari e levando consigo algumas placas alusivas à repressão desencadeada por Peña Nieto seis anos antes. Através dessa performance, queriam chamar a atenção para o caráter antidemocrático do candidato do PRI (SAAVEDRA, 2014).

Acontece que o evento tomou desdobramentos inesperados. Questionado sobre a violência em Atenco, Peña Nieto defendeu a ação policial. Sob vaias e gritos de repúdio, o ex-governador teve de deixar as instalações da Universidade às pressas. O evento, gravado, foi difundido rapidamente nas redes sociais e amplamente divulgado. Como resposta ao desgaste provocado pelo episódio, líderes da coalizão de Peña Nieto vieram à público deslegitimar os estudantes que participaram do protesto. O presidente do PRI, Pedro Joaquín Coldwell, afirmou em um canal de TV que a manifestação havia sido liderada por “um punhado de jovens, que não são representativos da comunidade universitária” e que talvez eles sequer fossem estudantes da Iberoamericana (SIERRA, 2014, p. 34). O porta-voz do Partido Verde Ecologista, apoiador do candidato do PRI, Arturo Escobar, afirmou que o movimento era liderado por “um grupo minoritário, encabeçado por gente de Andrés Manuel López Obrador” e que “os senhores não tão jovens que lideraram este grupo minoritário que buscou insultar o grupo de campanha de Peña Nieto, vinha motorizado, armado e orquestrado por Andrés Manuel López Obrador” (Idem, p. 35).

A tentativa de desqualificar os manifestantes como “gente de Obrador” não se limitou aos líderes políticos ligados a Peña Nieto. Em muitos veículos de comunicação,

especialmente televisivos, o argumento encontrou guarida, mostrando a flagrante preferência dos monopólios da comunicação pelo candidato do PRI. A reação dos formadores de opinião deixou os estudantes surpresos.

De tal suerte, que sintieron una gran estupefacción al constatar la reacción de los medios y, sobre todo, la manera en que manipularon la información sin hacer ningún intento profesional de corroborar los dichos de los políticos y mucho menos tratar de escuchar el punto de vista de los estudiantes. En otras palabras, estaban indignados por las calumnias que sin mayor pudor se expresaban sobre ellos. (SAAVEDRA, 2014, p. 90)

A indignação, porém, logo deu lugar a uma potente reação. A partir das manifestações dos dirigentes da campanha de Peña Nieto, alguns estudantes publicaram em suas redes sociais, especialmente Facebook, fotos de si mesmos portando a credencial de estudantes da Iberoamericana, repudiando as suspeitas levantadas contra eles. Um dos estudantes, Rodrigo Serrano, propõe a gravação de um vídeo onde os estudantes se identificavam com nome e número de matrícula. Ao todo, 131 jovens enviaram gravações reivindicando a condição de estudante da universidade. A edição do vídeo de 11 minutos foi concluída no dia 14 de maio. Sem saber, os estudantes da Iberoamericana iniciavam a primeira manifestação em rede do México (GUERRERO, 2012).

No mesmo dia começou a se formar uma rede de solidariedade entre universidades – primeiro privadas, depois públicas – sob a *hashtag* #YoSoy132. Nos dias seguintes à publicação do vídeo foram convocadas as primeiras reuniões de estudantes para pensar ações para além das redes sociais⁸⁷ e uma marcha é anunciada para o dia 18 do mesmo mês. Nas redes sociais o apoio à manifestação é avassalador e ao meio-dia a *hashtag* #YoSoy132 já era a mais comentado no Twitter em todo o mundo (SIERRA, 2014). No dia 23 uma nova marcha é convocada na Cidade do México e outras acontecem em diferentes regiões do México. Além de passeatas também eram realizadas assembleias onde o movimento discutia suas ações. Nessas primeiras manifestações a denúncia central é contra a concentração da informação e sua manipulação por parte dos grandes monopólios, como a Televisa. Como destaca Guerrero sobre, as particularidades do movimiento:

Su primera particularidad fue el sector socioeconómico al que pertenecían los jóvenes estudiantes. Esta era la primera ocasión que, como colectivo, universitarios del sector privado participaban en un proceso político o electoral. La segunda distinción fue que dicha marcha sería realizada bajo un “código de ética”: marcharían sobre las banquetas, no se apoyaría el nombre de ningún partido o candidato, y no permitirán acciones violentas; se notaba su condición educativa.

⁸⁷ Diferente do Brasil, onde existem dos Centros Acadêmicos (CAs) de cada curso, os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) de cada universidade, e a UNE, que representa todos os estudantes universitários do país; ou mesmo do Chile, onde existem as federações estudantis (equivalentes aos DCEs) e a Confederação de Estudantes do Chile (Confech), equivalente à UNE, no México não há tradição de organizações estudantis formais.

En tercer lugar, era la primera protesta política que se dirigía a una empresa privada – en este caso a un medio de comunicación – y no a una institución del sector público o político (GUERRERO, 2012, p. 180).

O movimento se converte, pouco a pouco numa ampla frente em defesa da democratização do Estado e da sociedade mexicana. Numa declaração de princípios apresentada durante um protesto em frente as instalações da Televisa e publicada no jornal *La Jornada*, o movimento proclama sua identidade com as lutas populares do México, afirmando que “cuando llegamos, estaba el mundo y éramos ya un pueblo con hambre y con siglos de opresión. Éramos cúmulo de descontento, éramos fraudes electorales sin revolución, éramos Chiapas y 500 años sin nombre levantados en armas” (LA JORNADA, 2012). Nessa declaração o movimento também se caracteriza como “um movimento estudantil, social, político, apartidário, pacífico, autônomo, antineoliberal, independente dos partidos, candidato e organizações que respondem a um programa eleitoral; um movimento democrático onde a tomada de decisões emana de suas assembleias” (Idem, 2012). Nessa mesma declaração o movimento apresenta uma plataforma ampla de seis pontos, a saber: 1. Democratização e transformação dos meios de comunicação, informação e difusão; 2. Mudança do modelo educativo, científico e tecnológico; 3. Mudança do modelo econômico neoliberal; 4. Mudança do modelo de segurança pública; 5. Transformação da política e maior vinculação desta com os movimentos sociais; 6. Pleno cumprimento da garantia do direito à saúde.

Como se nota, a exemplo do movimento estudantil chileno, que transbordou suas reivindicações para além da agenda educacional, e do MTST, que se reivindica “mais do que um movimento de moradia, um movimento político” (BOULOS, 2006), o movimento #YoSoy132 propõe uma transformação global da sociedade mexicana. E essa transformação começava por deter o retorno do PRI à Presidência da República. Como afirmou um dos ativistas entrevistados, “cuando decimos ‘que no regrese el PRI’, estamos defendiendo los movimientos que sufrierón la represión del PRI, como lo de Atenco, y estamos denunciando Peña Nieto por su papel ahí” (Entrevista 13 – 2019).

Como se pode imaginar, como o movimento surge em contraponto ao retorno do PRI, que liderava as pesquisas, #YoSoy132 logo foi acusado de ser um instrumento a favor da candidatura de Lopez Obrador. Embora o movimento não propusesse o voto no candidato do PRD, ele acabaria beneficiando-o naturalmente. Um ativista descreve a relação do movimento com a esquerda partidária durante o período que antecedeu as eleições, afirmando que:

Toda la oposición saludava al movimiento. El PRD saludava a través de la voz de su candidato presidencial, que veía el movimiento como una continuidad

generacional de la oposición, de la izquierda, de la lucha social... Pero después de eso el PRD no apareció más, porque el movimiento en sus primeras asambleas, se declaró apartidista. (...) Había un rechazo a todos los partidos (Entrevista 14 – realizada em 10/12/2019).

A exemplo do que identificamos no Chile, também no caso mexicano o rechaço aos partidos da ordem estava presente. Mas como López Obrador estava em rota de colisão com a direção do PRD e já começava a organizar seu novo partido, o Movimento de Regeneração Nacional, alguns jovens se aproximaram do movimento. Segundo esse mesmo ativista, “MORENA empezó a crecer y a ser apoyado por un montón de jóvenes, y ahí está el detalle: MORENA no era un partido, sino un movimiento, y muchos de sus militantes estaba vinculado a #132”. Após algumas tensões dessa “dupla militância” o movimento reafirmou sua completa independência em relação à campanha de López Obrador e seguiu organizando manifestações e assembleias. Ainda assim, como nota Guerrero, é impossível não reconhecer o impacto de #YoSou132 no cenário eleitoral: quando o movimento começou, em maio, a vantagem de Peña Nieto em relação à segunda colocada, Josefina Vásquez, era de cerca de 20% nas pesquisas de intenção de voto. Quando as urnas foram abertas, em 1º de julho, a diferença em relação ao segundo colocado foi de pouco mais de 6% (2012, p. 278).

Com a vitória do candidato do PRI o movimento foi perdendo força. Sua última grande iniciativa foram os protestos convocados contra a posse de Peña Nieto, em dezembro, violentamente reprimidos pela polícia. Depois disso foi se diluindo pouco a pouco, embora alguns grupos resistissem usando a denominação #YoSoy132 até 2015. Hoje existem muitas interpretações dos motivos que fizeram com que o movimento não se firmasse de forma duradoura no cenário político mexicano ou se institucionalizasse como partido político. Além das variáveis que analisamos neste trabalho, Saavedra destaca que a constituição de #YoSoy132 se deu sob fortes tensões organizativas, diferenças políticas e lutas pelo poder. Além disso, a autonomia real das assembleias universitárias, por exemplo, fazia com que cada uma delas tivesse sua própria agenda, que nem sempre coincidia com as prioridades gerais presentes na origem do movimento (2014, p. 109). Segundo o autor, as divergências no interior do movimento faziam com que este tivesse de emitir constantes “esclarecimentos” e notas públicas, o que ensejou diferenças e tensões.

Otras de las tensiones organizativas en el 132 han tenido que ver con la conducción del movimiento. En sus inicios el 132 contaba con una coordinadora interuniversitaria prácticamente autoelegida que, sin embargo, resultaba muy rápida y eficaz para tomar decisiones y llegar a acuerdos. No obstante, esta instancia fue cuestionada por ciertos sectores del 132, porque veían en ella el inicio de la centralización del poder en unos cuantos, quienes podrían empezar a tomar decisiones sin representación y legitimidad (SAAVEDRA, 2014, p. 110).

Como podemos perceber, as variáveis que analisaremos no próximo capítulo não encerram todas as abordagens possíveis para compreender a dinâmica de funcionamento de um movimento tão inovador como foi #YoSoy132. Por isso, nossa prioridade será analisar especificamente os fatores que fizeram com que, não obstante toda a relevância política conquistada nos meses em que atuou, o movimento não tivesse sequer cogitado a hipótese de institucionalização.

Essa opção não chega a ser uma novidade. O movimento *Occupy Wall Street*, referência para muitos ativistas mexicanos, tampouco se institucionalizou, ainda que tenha reforçado a narrativa antissistema do candidato da esquerda democrata, Bernie Sanders, nas primárias do partido. Embora não seja correto dizer que #YoSoy132 não tenha mantido *nenhuma* relação com o sistema partidário, uma vez que de lá saíram ativistas que disputaram eleições e a aproximação com a campanha de López Obrador chegou a ser considerável, de fato estamos diante de um fenômeno bastante diferente daquele que vimos no Brasil ou no Chile. Ainda assim, não é o único caso, como destacamos na última sessão deste capítulo.

3.12 Nota indispensável: camponeses, indígenas e feministas na América Latina

Não é possível desenvolver um trabalho sobre movimentos sociais e nova esquerda na América Latina sem mencionar alguns dos mais importantes processos sociais dos últimos anos. Ainda que não sejam objeto deste trabalho, vale mencionar que as tensões entre luta social e institucionalização política estão presentes em muitos outros movimentos. Mencionemos, rapidamente, apenas três deles: o movimento camponês na Colômbia, o movimento indígena na Bolívia e Equador, e o movimento feminista na Argentina, Chile e Brasil.

Entre os exemplos mencionados nesta seção, apenas um – a Greve Nacional Agrária – ocorreu no período analisado neste trabalho (2013). Os demais se deram no decorrer da última década como expressão do fortalecimento de dinâmicas de resistência e luta social que ganharam enorme protagonismo em todo o mundo. Como vimos, a crise do progressismo é um desdobramento dessas de dimensões estruturais da crise capitalista – econômica e política – e se revela tanto pelo fim do ciclo expansionista que impulsionou a agenda neodesenvolvimentista, quanto pelas derrotas políticas acumuladas nos últimos anos (derrotas eleitorais no Chile, Argentina e Uruguai; golpes parlamentares ou guinadas reacionárias no Peru, Equador, Colômbia, Bolívia, Paraguai e Brasil). O esgotamento do progressismo, no entanto, abre espaço para o fortalecimento de novas e velhas causas que marcam o novo ciclo de protestos em toda a América Latina. Nesse ciclo, três movimentos

aparecem com enorme protagonismo: o movimento camponês, o movimento indígena e o movimento feminista.

O movimento camponês, em 2013, protagonizou um dos mais importantes levantes populares da década. Em meio às negociações de paz para pôr fim ao conflito armado entre a insurgência guerrilheira e o Estado colombiano, os camponeses se rebelaram contra o governo de Juan Manuel Santos exigindo o cumprimento dos acordos firmados junto aos produtores de café. O que parecia uma reivindicação de um setor específico, logo se tornou uma mobilização que envolveu milhares e pessoas numa grande greve nacional dos produtores agrícolas contra a política econômica neoliberal de Santos. As manifestações rejeitavam os acordos do livre comércio e reivindicavam subsídios por parte do governo, assim como o corte dos impostos de matérias-primas e dos insumos agrícolas importados. Menos de dez dias após o início da greve, Bogotá estava paralisada por mobilizações de diferentes setores como sindicatos, camponeses e estudantes expressando solidariedade com os camponeses e, ao mesmo tempo, reivindicando suas demandas próprias (BERMEO; PINHEIRO, 2019).

Em setembro de 2013, um encontro agrário, camponês e popular, realizado na Universidade Nacional da Colômbia, em Bogotá, aprova uma declaração que afirma que a greve nacional “representa la movilización más importante y contundente de los últimos años en el país. (...) las campesinas y los campesinos logramos mostrarle a la sociedad colombiana nuestro poder de convocatoria para defender nuestra dignidad y nuestros derechos” (COSCIONE; PINZÓN, 2014, P. 186). Além da demanda por “dignidade”, marca das revoltas de indignação, chama a atenção a amplitude do movimento e sua capacidade de reunir, num curto espaço de tempo, diferentes setores sociais contra o neoliberalismo, enfrentando os monopólios midiáticos e as constantes ameaças de violência por parte das forças paramilitares de extrema-direita e do próprio governo.

A greve nacional agrária de 2013 pode ser considerado um caso de nova esquerda, considerando as características do movimento? Parcialmente. O uso de novas tecnologias para a convocação de protestos, o rechaço ao neoliberalismo e ao sistema político, a ampliação do movimento para além de uma agenda corporativa, podem ser consideradas características de movimentos sociais de nova esquerda. No entanto, a natureza das reivindicações – essencialmente econômicas – e a própria composição social do movimento – liderado por camponeses – remetem ao ciclo de lutas anterior, posicionando a greve nacional agrária como um caso *híbrido*.

Isso também se pode dizer em relação à luta dos povos originários na América Latina. Se há um movimento com séculos de resistência, é o movimento indígena. Difícil, portanto,

caracterizá-lo como um caso de “nova esquerda”. Não há dúvida, porém, que estamos diante de um novo ciclo de protesto indígena, a partir da crise do progressismo na Bolívia e Equador, e dos ataques aos povos originários no Chile, Argentina, Peru e Brasil. Na Bolívia, esse novo ciclo teve início com a luta indígena pela aprovação da chamada “lei das autonomias” e contra a construção de uma rodovia que cruzaria a Terra Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore – TIPNIS, com a ruptura definitiva entre o governo do MAS e parte das entidades indígenas⁸⁸ provocada pela repressão policial a uma marcha convocada contra o empreendimento (PANNAIN, 2018). No Equador, o rompimento entre a poderosa CONAIE e o governo de Rafael Correa pôs em evidência os impasses do progressismo diante dos impactos de sua agenda neodesenvolvimentista sobre os povos tradicionais e o meio ambiente. O auge dos conflitos ocorreu em 2015, quando o governo de Rafael Correa enfrentou uma série de protestos indígenas que culminaram com a prisão de mais de duzentas pessoas (ACOSTA, A.; GUIJARRO, J. C., 2018). Como pano de fundo estava a polêmica envolvendo as reservas de petróleo encontradas no Parque Nacional Yasuní e as divergências entre indígenas e governo sobre a exploração dessa *commodity*. Os protestos contra o governo se intensificaram em 2019, com o cerco dos indígenas à capital, Quito, e a troca da sede do governo para Guayaquil, no marco da luta indígena e popular contra reformas neoliberais propostas pelo governo de Lenín Moreno.

No Peru, o ciclo de protestos se intensificou durante o governo de Ollanta Humala⁸⁹ (2011-2016) em torno de conflitos socioambientais e de demarcações de terras envolvendo multinacionais. A luta contra o Projeto Conga⁹⁰ mobiliza milhares de indígenas e ativistas ambientais em todo o país. O governo de Humala desencadeia, a partir de 2012, uma violenta repressão, com a morte de vários manifestantes e prisão do prefeito de Cajamarca, acusado de colaborar com os movimentos sociais (LOWY, 2014.). Nesse contexto de resistência, movimentos indígenas, rurais e urbanos firmam novas alianças e impulsionam mobilizações que culminam na criação da Frente Ampla por Justiça, Vida e Liberdade. Essa frente entre partidos e movimentos disputa as eleições presidenciais em 2018, alcançando 18,74% dos

⁸⁸ O governo de Evo Morales é acusado por parte do movimento indígena de estimular divisões em suas entidades representativas. A *Confederación de los Pueblos Indígenas de Bolivia* (Cidob) e o *Consejo de Ayllus y Markas del Qullasuyu* (Conamaq) foram diretamente atingidas por essas divisões, segundo demonstra Pannain (2018).

⁸⁹ Eleito pelo Partido Nacionalista Peruano após derrotar a principal nome da direita peruana, Keiko Fujimori, Humala foi um dos líderes latino-americanos eleitos na chamada “onda rosa” dos progressismos na América Latina. No governo, manteve a orientação neoliberal da política econômica e terminou seu mandato com menos de 20% de aprovação. Acusado de corrupção, passou nove meses em prisão preventiva entre 2017 e 2018. Aguarda sentença em liberdade.

⁹⁰ O projeto permitia à empresa mineira Yanacocha – subordinada à multinacional Newmont – a exploração de uma gigantesca mina de ouro a céu aberto, com presumível aumento da poluição, contaminação de rios, e ameaça às formas de vida das comunidades afetadas.

votos através da candidatura de Verónica Mendoza, configurando um caso semelhante àquele envolvendo MTST e PSOL, com a institucionalização parcial de alguns movimentos e ativistas sociais (TADDEI, 2018).

No Chile, a luta do povo Mapuche ganhou projeção internacional com os protestos de 2017. Ativistas indígenas queimaram mais de 200 caminhões, dezenas de templos religiosos e instalações governamentais. Os ataques, realizados na região de Araucanía, foram reivindicados pelo "Weichan Auka Mapu", ou "Luta do território rebelde", um novo grupo mapuche que atua na região. Reduzidos a 700 mil indivíduos – dos 17 milhões que habitavam o sul do Chile e da Argentina – a luta mapuche é uma das mais antigas resistências do continente. Desde 2018 o presidente, Sebastián Piñera, busca ampliar a lei antiterrorismo no Chile para criminalizar ainda mais o protesto indígena (FOLHA, 2014). A morte do jovem indígena Camilo Catrillanca durante uma operação policial reacendeu a luta mapuche naquele ano. Os indígenas reclamam suas terras ancestrais, o direito ao uso da água, autonomia e a proteção de seus lugares sagrados. Na recente onda de protestos que varreu o Chile, a bandeira Mapuche tornou-se símbolo das manifestações (BINDEGAIN, 2015).

No Brasil, o movimento indígena ganhou novo impulso a partir da realização do Acampamento Terra Livre (ATL), em 2005, e da criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), no mesmo ano. A APIB congrega diversas entidades e articulações regionais dos povos indígenas em todo o Brasil e desde sua criação é responsável pela realização, todos os anos, do ATL, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Mas a consolidação da APIB é apenas um exemplo na retomada das lutas indígenas no Brasil. A luta dos Guarani Kayowá no Mato Grosso do Sul foi uma das primeiras a ganhar projeção nacional nos últimos anos. Essa etnia, que vive em condições precárias de vida à beira de rodovias, vítima da violência de fazendeiros da região, impulsionou uma campanha nacional de solidariedade que chegou às redes sociais, com milhares de pessoas adicionando "Guarani-Kayowá" aos seus perfis no Facebook. Após reclamações de usuários, porém, o aplicativo proibiu esse gesto de solidariedade.

No Pará, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na volta grande do Rio Xingu, opôs diversas etnias ao governo federal, à época comandado pelo PT. O empreendimento, idealizado nos anos 1970 pelo regime militar, sempre teve a oposição de indígenas e ambientalistas da região. Nos anos que antecederam o início das obras diversas etnias se mobilizaram, realizando encontros e ocupando o canteiro de obras da Usina⁹¹. Ao longo de todo o período, confrontos entre órgãos ambientais, FUNAI, governo e movimentos

⁹¹ Em 2010, após um encontro de lideranças indígenas de diferentes etnias, o autor participou de uma dessas ações de ocupação, ao lado de militantes e dirigentes do PSOL do Pará.

sociais foram uma constante. O consórcio que administra Belo Monte, a Norte Energia S.A, responde por inúmeras ações judiciais e o movimento indígena segue mobilizado.

No sul da Bahia, a luta dos Tupinambá pela demarcação de suas terras e contra as ameaças endereçadas ao cacique Babau e seus familiares, mobilizou centenas de ativistas em todo o país. Desde 2004 os tupinambás iniciaram um processo de retomada de terras que estavam nas mãos de fazendeiros, instaurando um conflito que sofreu por diversas vezes a intervenção da Polícia Federal e que tem como propósito a demarcação de novas áreas indígenas na região.

A luta dos camponeses e indígenas ganhou notável impulso na última década, motivado tanto pelos impactos das políticas neodesenvolvimentistas sob seus modos de vida, quanto pela contraofensiva neoliberal. Mas nenhum movimento ganhou tanta relevância nos discursos, práticas sociais, políticas públicas e no processo de surgimento de uma nova esquerda, quanto o movimento feminista. Movimentos como *Ni Una Menos*, realizado em 2015 no Chile, Argentina e Uruguai; #EleNão, em 2018 no Brasil; o movimento #24A no México, contra a violência de gênero; os recentes protestos pela descriminalização do aborto no Chile e Argentina, demonstram a potência da luta feminista. Não é propósito deste trabalho analisar com profundidade os impactos da nova onda feminista na agenda da nova esquerda, entretanto, nos parece fundamental mencionar esses processos como parte de um novo ciclo de lutas sociais que questiona as estruturas de poder e colocam em xeque as formas tradicionais de organização. Se o feminismo não gerou processos de institucionalização, ele está transformando a política de fora para dentro. A eleição de centenas de novas lideranças mulheres no Brasil, a comoção gerada pelo assassinato de Marielle Franco, o desempenho de candidatas mulheres da “nova esquerda” em recentes processos eleitorais (Verónica Mendoza, no Peru, e Beatriz Sánchez, no Chile); o surgimento de vozes potentes como Alejandra Ocasio-Cortéz, nos EUA, ou mesmo da jovem ativista ambiental, Greta Thunberg, são sinais de que algo está acontecendo a partir da crise dos paradigmas políticos, sociais, sexuais, raciais e culturais dominantes desde a Revolução Francesa.

CAPÍTULO 4 – NOVA ESQUERDA E INSTITUCIONALIZAÇÃO

No capítulo anterior apresentamos as variáveis que incidem sobre os processos de institucionalização de movimentos sociais na nova esquerda na América Latina, bem como sua operacionalização. Também fizemos uma apresentação dos casos em análise, destacando aspectos que os diferenciam e os assemelham. Neste capítulo, examinamos o peso das variáveis em cada caso concreto, apresentando os resultados de nosso trabalho. Para isso, verificamos em que medida a autonomia dos movimentos sociais em relação ao sistema político incide sobre os processos de institucionalização. Também apresentamos os resultados da comparação entre os sistemas partidários de Chile, México e Brasil, determinando os níveis de acessibilidade de cada um deles. Na terceira parte deste capítulo, determinamos a relevância da existência de governos progressistas para os processos de institucionalização, e na quarta parte verificamos os dados relativos à confiança na democracia e suas instituições. Para concluir a comparação das variáveis em cada caso, identificamos a relevância da coesão interna em cada um dos movimentos sociais da nova esquerda para o processo de institucionalização. Na segunda parte do capítulo, apresentaremos os resultados da aplicação das variáveis em cada um dos três casos analisados e, no capítulo seguinte, nossas conclusões.

4.1 A autonomia no centro da questão

Como verificamos no capítulo anterior, há diferentes formas de interação dos movimentos sociais com os sistemas partidários e distintas abordagens teóricas sobre o tema. Tomando como referência o modelo teórico de Hanagan (1998), os movimentos sociais podem estabelecer cinco dinâmicas distintas em relação aos partidos, que vão desde a total dependência (modelo de articulação) até a competição aberta entre movimentos e partidos no campo institucional (modelo de competição). Nas entrevistas realizadas com ativistas dos três movimentos sociais analisados neste trabalho, fizemos a seguinte pergunta: “Considerando as condições de autonomia e dependência do movimento em relação ao Sistema Político, numa escala de 1 a 10, sendo 1 = MUITO DEPENDENTE e 10 = MUITO AUTÔNOMO, como você classificaria seu movimento?”. A partir dela, produzimos a escala de conversão apresentada no capítulo anterior. Evidentemente, essa escala diz respeito à autoimagem que os ativistas têm dos seus movimentos, e não expressa uma medida *objetiva* capaz de mensurar o nível de autonomia real de cada movimento em relação ao sistema

político. No entanto, nos parece fundamental considerar esse elemento, digamos, *subjetivo*, na interpretação dos fatores que levam um movimento a desenvolver uma postura de maior ou menor autonomia em relação ao sistema político, já que, em geral, a literatura sobre o tema costuma desconsiderá-lo.

No caso do MTST, mais da metade dos ativistas entrevistados respondeu ao questionamento sobre autonomia/dependência localizando o movimento numa posição de maior autonomia, com grande parte das respostas variando entre 7 e 8. Na tabela de conversão, esses indicadores correspondem ao modelo de *independência*, que expressa uma separação nítida entre movimento social e partidos políticos, com prioridade para as estratégias que se traduzem na forma de enfrentamento e pressão de um movimento sobre o sistema político. Uma parte minoritária dos ativistas sem-teto indicou o número 6 da tabela, que na escala de conversão corresponde ao modelo de *cooperação*, onde partidos e movimentos sociais mantêm suas fronteiras bem delimitadas, mas estabelecem formas de trabalho comum e de aliança. Apenas uma ativista afirmou que o movimento estaria localizado no extremo de menor autonomia, correspondendo ao modelo de *interpenetração* (indicando a posição 4 na tabela). Segundo ela, porém, sua visão expressa uma percepção mais ampla, que incorpora todas as instituições do Estado:

O Brasil tem uma tradição dos movimentos serem mais dependentes porque não conseguem ter políticas autônomas que resolvam os problemas concretos. Isso pra nós é até uma questão interessante, porque a gente sempre defendeu o poder popular, o que pra nós significa um poder paralelo, com uma condição de viabilizar políticas de forma mais autônoma (...) Eu acho que a dependência é muito grande, porque a gente tem uma Constituição garantista em que a moradia é dever do Estado... então estamos nessa fase ainda, de cobrar do Estado o dever de fazer valer a moradia como um direito, assim como a alimentação, o trabalho... Acho que esse é um desafio importante pro movimento. (Entrevista 4 – realizada em 12/11/2019).

Curiosamente, embora considere o movimento mais dependente que autônomo, por conta da necessidade de endereçar ao Estado suas reivindicações, a ativista acaba reforçando a perspectiva de Albala (2020), segundo a qual, onde o Estado tem uma ação menos decisiva no desenvolvimento econômico e social – como é o caso do Brasil – os movimentos desenvolvem uma dinâmica de ação mais autônoma. A própria ativista reconhece isso, ao afirmar que o movimento está na fase de “cobrar do Estado o dever de fazer valer o direito à moradia”. O que demonstra que há um reconhecimento implícito de que o movimento mantém diferentes formas de interação com o sistema político.

O caso do MTST, em particular, guarda características muito específicas se comparado com os demais movimentos analisados neste trabalho. Como sua ação tem um objetivo concreto – consolidar o direito à habitação – que só pode ser viabilizado com a

decidida participação do Estado, o movimento desenvolveu estratégias de diálogo com os partidos do campo progressista em diferentes níveis, de governos locais até o Governo Federal. Não espanta, portanto, que uma parte dos ativistas caracterize a forma de interação com o sistema político como sendo de *cooperação*, uma vez que os resultados do movimento só podem ser atingidos através de políticas públicas desenvolvidas por governos⁹². Um ativista descreve bem a diferença entre a autonomia em relação aos atores partidários e a dependência em relação à promoção das políticas públicas de habitação:

Politicamente, a dependência do movimento é zero. O movimento não pauta as suas posições pela atuação dos atores do Estado. Não tem adaptação da luta em um local porque o governo é mais “dialogável” ou não. Isso não existe. Agora, em relação às políticas públicas, isso é diferente. Ter governos que tenham políticas públicas e que moldem essas políticas de acordo com a pressão das ruas, isso influencia nossa capacidade organizativa de forma muito forte (...). Mas esse grau [de dependência] é muito influenciado pela capacidade que nós temos de arrancar do Estado políticas públicas e conquistas. (Entrevista 6 – realizada 27/11/2019)

Esse mesmo ativista afirma que a profundidade do conflito social está diretamente ligada à presença do Estado na promoção e políticas sociais, como aponta Albala (2020) em seu modelo teórico. Para ele, “se nós temos um Estado que não faz nada, o grau de radicalização e de conflito é maior” (Entrevista 6), reconhecendo que a autonomia não é determinada apenas pela posição política de cada movimento, mas também pela relação de demanda que o movimento estabelece em relação ao Estado e, particularmente, ao sistema político (partidos e instituições eleitas). Um exemplo é dado por outro ativista, que afirma que a mobilização pela aprovação do Plano Diretor do município de São Paulo, na Câmara de Vereadores, e a formulação do Programa “Minha Casa, Minha Vida 3”, foram divisores de águas na relação entre o movimento e o sistema político.

A aprovação do Plano Diretor de São Paulo, em 2014, foi onde o movimento incidiu diretamente e definiu artigos e pontos de avanço no Plano; e a formulação do “Minha Casa, Minha Vida 3” em nível nacional, em 2015, ainda que pela crise econômica e pelo golpe nunca tenha saído inteiramente do papel, foi onde o MTST incidiu de maneira bem direta na formulação de uma política habitacional em nível nacional (Entrevista 1 – realizada em 26/11/2019).

Essas conquistas só foram possíveis, segundo os ativistas, porque o MTST estabeleceu algum nível de cooperação com o sistema político, especialmente através dos partidos de esquerda e centro-esquerda, mais sensíveis às suas reivindicações. Mas, enquanto isso, o movimento reafirmava sua condição de “autonomia política”, isto é, seu direito de expressar suas reivindicações e defender suas posições sem subordiná-las a um partido ou

⁹² Para uma análise das políticas públicas de moradia e a interações com movimentos sociais no nível federal no período dos governos petistas ver VIANA, R. (2017).

governo. A ocupação realizada em frente à casa do ex-presidente Lula, em 2009, além de outras mobilizações junto à Caixa Econômica Federal e ao Ministério das Cidades, seriam, segundo os ativistas, demonstrações de que as primeiras grandes conquistas do movimento – a construção do Condomínio João Cândido, em Taboão da Serra (SP), maior empreendimento do programa “Minha Casa, Minha Vida”, e do condomínio Zumbi dos Palmares, em Sumaré (SP), veio a partir de diálogo, mas também do enfrentamento (Entrevista 1). Assim, o movimento se vê como autônomo em relação ao sistema político, mas reconhece que precisa estabelecer relações com os atores políticos para viabilizar conquistas.

Os ativistas do movimento estudantil chileno entrevistados para este trabalho, embora tenham apostado na institucionalização, também reivindicam uma condição de elevada autonomia do movimento de 2011 em relação ao sistema político. Nas entrevistas realizadas para este trabalho, todos os ativistas descrevem o movimento como altamente autônomo. A maioria das respostas varia entre 8 e 9, o que na escala de conversão para o modelo de Hanagan (1998) significa uma dinâmica de relação com o sistema político que varia entre a independência e a competição. Apenas um ativista localizou o movimento como adepto do modelo de cooperação. Ainda assim, ele admite que isso se deve mais à tradição política do Chile que à natureza do movimento estudantil:

Ese dilema, de la autonomía y la dependencia, está en el corazón del Frente Amplio y de lo que fue la experiencia del 2011. La fuerza social es muy autónoma: no obedece a los ritmos ni a los mecanismos de participación que establece el Estado. Por ejemplo, hay muchos movimientos que crean sus propias representaciones, que no son las federaciones oficiales de las universidades. Así convive lo social, cada vez más alejado de la política y del Estado (...) (Entrevista 9 – realizada em 20/11/2019)

A afirmação é apenas aparentemente contraditória. No fundo, expressa uma situação semelhante àquela vivida pelo MTST. O movimento estudantil chileno, como o brasileiro, tem estruturas de representação muito consolidadas: as federações estudantis (correspondente aos DCEs no Brasil) e a Confech (equivalente à UNE) são reconhecidas pelo movimento como entidades representativas. São elas, portanto, que assumem a voz dos estudantes em movimento no ano de 2011 e direcionam suas reivindicações aos organismos do Estado. Mas o movimento era muito mais amplo do que jamais havia sido, trazendo consigo muitos jovens que não participavam das formas tradicionais de ação política nas escolas e universidades ou que consideravam insuficientes as formas existentes de participação. Com isso, as lideranças mais vinculadas aos partidos tradicionais foram cedendo espaço a outras que representavam de forma mais fidedigna a massa de jovens que se somava ao movimento (DONOSO, 2014). A autonomia em relação aos partidos, portanto,

se deu de forma dupla, fora e dentro do próprio movimento. Como destaca Bidegain (2015):

Es posible afirmar que durante 2011 se vivió un proceso de autonomización de la dirigencia universitaria. Mientras a comienzos del año los sectores cercanos a los partidos políticos tenían la conducción del movimiento, a fines del año eran los sectores más alejados de los partidos los que lograron articular un mayor número de federaciones (BIDEGAIN, 2015, p. 231).

O movimento tornou-se cada vez mais autônomo após 2011, embora mantivesse, a exemplo do MTST, uma relação contraditória de rejeição e interação com o sistema político. Um dos ativistas confirma isso, afirmando que “había represión, había muchos problemas, pero había puentes. Nos sentamos a la mesa con el gobierno, íbamos a sus reuniones, y tratamos de construir viabilidad para nuestras reivindicaciones” (Entrevista 10 – realizada em 18/11/2019).

No caso do movimento #YoSoy132 identificamos fenômeno semelhante. A maioria dos ativistas entrevistados também aponta um alto grau de autonomia do movimento em relação ao sistema político. Observando os resultados das entrevistas, a maioria situa o movimento, numa escala de 1 a 10, entre 7 e 9 (o que corresponde, na nossa tabela de conversão, ao modelo de *independência*). Chama a atenção que, diferente dos ativistas do movimento estudantil chileno ou do MTST, nenhum dos ativistas de #YoSoy132 que colaborou com este trabalho tenha apontado valores abaixo de 7, o que significa que os entrevistados acreditam que o movimento jamais chegou a estabelecer um modelo de *cooperação* com o sistema político. Isso não significa, no entanto, que militantes partidários não participassem do movimento, ou ainda, que não tenha havido algum nível de interação com a campanha de López Obrador. Um ativista lembra que, nos dias que precederam as maiores mobilizações, aconteceram eventos de campanha com jovens que, em seguida, engrossariam as fileiras do movimento #YoSoy132:

En los días siguientes a que fue Peña Nieto a la Ibero, y empezó formalmente el asunto [o movimiento #YoSoy132], Obrador hizo un mitin con jóvenes en la Plaza de Las Tres Culturas, la Plaza Tlatelolco, que es donde fue la masacre de 1968, un lugar icónico de la movilización estudiantil. Y fue un mitin precioso, de mucha fuerza, mucha energía. Y toda esa gente terminó en 132. (Entrevista 15 – realizada em 2/12/2019).

Esse mesmo ativista lembra que, apesar do movimento jamais ter cogitado transitar a um processo de institucionalização⁹³, a relação com o PRD e a campanha de Obrador era um tema que gerava tensões no interior de #YoSoy132.

⁹³ Como veremos, até surgiram propostas nesse sentido em algumas assembleias, mas com apoio marginal.

Fue una tensión bastante fuerte, pasamos horas discutiendo. El movimiento se declara político y apartidista, se declara anti-PRI y anti-PAN y la tensión era ¿Y nos declaramos anti-PRD, si o no? Unos decían “pues sí, pues estamos en contra de todos ellos, todos los políticos son iguales”. Nosotros decíamos “si, pero los que son claramente el enemigo son el PRI y el PAN”. Pero si no te declaras anti-PRD implícitamente estás apoyando a López Obrador. Sí, hubo una gran tensión con la presión de demostrar públicamente que el movimiento no era “operado” por López Obrador. (Entrevista 15 – realizada em 2/12/2019)

O que podemos aferir dessa declaração é que, diferente do caso do Chile ou mesmo do Brasil, o movimento #YoSoy132 sofreu as tensões de ter que de relacionar, ainda que indiretamente, com uma força progressista que representava uma alternativa política e eleitoral às forças neoliberais. No caso brasileiro, como sabemos, a situação era absolutamente distinta, uma vez que o partido hegemônico nas esquerdas estava à frente do Governo Federal em 2013, enquanto no Chile, embora na oposição à Piñera, o PS estava longe de representar uma alternativa de poder para a juventude que saiu às ruas em 2011⁹⁴. Além disso, agreguemos ainda o fato de que o movimento #YoSoy132 surge no meio de um processo eleitoral, embaralhando as cartas e diminuindo drasticamente a vantagem do então candidato do PRI, que no início da campanha parecia marchar rumo a uma vitória tranquila. Outro ativista, mais experiente, afirma que, apesar da tensão, a desconfiança em relação a López Obrador e ao sistema político falou mais alto. Questionado em relação aos motivos que fizeram com que o debate sobre a institucionalização não avançasse no interior do movimento #YoSoy132, ele afirma:

Yo creo que predominó, sobre todo, el descrédito de los partidos. Y, además, el problema mismo de la actitud de López Obrador frente al movimiento. Porque, por un lado, la derecha acusaba 132 de ser manipulado por López Obrador; pero, por otro lado, además que eso no era verdad, López Obrador es que tampoco tenía confianza en el 132. Entonces, la prueba política es el momento de la elección. (...) López Obrador se queda denunciando el fraude y el movimiento 132 convoca una convención nacional contra la imposición [de Peña Nieto] en Atenco. Y entonces llegamos a Atenco todos los movimientos sociales antineoliberales. Hay una segunda sesión de esa convención en Oaxaca, pero al mismo tiempo, López Obrador convoca a la constitución formal de un nuevo partido, que es MORENA. Entonces la idea de nuevo partido si, se plantea. Pero la plantea López Obrador (Entrevista 13 – realizada em 13/11/2019).

A autonomia do movimento #YoSoy132 pode ser verificada, portanto, não apenas a partir do descrédito com que o movimento encara o sistema político, mas também pela independência que o movimento manteve frente à enorme pressão exercida em favor de uma adesão formal à campanha de López Obrador. Quando o ex-candidato do PRD utiliza a

⁹⁴ Isso é o que podemos aferir a partir das entrevistas realizadas com ativistas que deram origem a novos partidos de esquerda no Chile. Porém, não é uma afirmação que pode ser tomada como absoluta. Basta ver o resultado das eleições presidenciais seguintes, que reconduziram Michelle Bachelet à Presidência da República.

comoção gerada pelas novas denúncias de fraude eleitoral para impulsionar a criação de seu novo partido, a maioria do movimento rejeita seu chamado e reafirma sua condição apartidária. Como veremos, porém, essa postura não impede que alguns integrantes de #YoSoy132 acabem aderindo a MORENA.

Em termos comparativos, a média das respostas dos ativistas do MTST ficou em torno de 6,5 (autonomia média/alta), o que indica uma dinâmica de relação com o sistema político que varia entre a *cooperação* e a *independência*. No caso do movimento estudantil chileno de 2011, as respostas ficaram em torno de 8 (autonomia alta), o que representaria uma posição bastante nítida de *independência*. Lembremos, porém, que o MTST era um movimento consolidado em 2013, com praticamente 15 anos de existência e uma dinâmica de relações com o sistema político que precedia o ciclo de protestos que chegou ao Brasil em 2013. O movimento estudantil chileno, embora consolidado em entidades representativas, viveu uma explosão em 2011, que levou às ruas milhares de ativistas sem qualquer participação política anterior. O MTST, por sua vez, estava muito mais consolidado, já que é um movimento que “recruta” seus participantes como uma verdadeira organização política. Já o movimento estudantil chileno de 2011 foi arrastado para o centro de um levante antineoliberal que até hoje ecoa na política chilena. A diferença entre os dois movimentos é mais que suficiente para explicar as distintas percepções que os ativistas expressam, embora todos eles ressaltem mais as características de autonomia que dependência em seus movimentos. No caso mexicano, como observamos, também predomina uma forte percepção de autonomia, que se mistura com rechaço aberto aos partidos e à política institucional.

Notamos, assim, que entre os ativistas dos movimentos analisados neste trabalho a percepção de maior autonomia em relação ao sistema político é preponderante. Optamos por usar a classificação dos movimentos no modelo proposto por Hanagan (1998) a partir da autoimagem dos próprios ativistas e sua percepção individual sobre os movimentos porque consideramos que ela ajuda a compreender a natureza da nova esquerda social que não se vê representada pelos tradicionais partidos políticos forjados pelo sistema democrático-liberal. É, portanto, uma abordagem complementar àquela elaborada pelo modelo de Adrián Albala em seu *Partidos políticos y movimientos sociales en América Latina (2011-2016)*. Nele, o modelo de aferição de autonomia não considera a autoimagem, mas utiliza a combinação de dois outros fatores: i) presença do Estado no desenvolvimento econômico (relação entre gasto público em relação ao PIB) e, ii) força das clivagens políticas em cada sistema partidário. Em resumo, a hipótese consiste na ideia de que o incremento do gasto social e a existência de clivagens ideológicas fortes geram maior proximidade entre partidos e movimentos, enquanto uma menor presença do Estado no investimento público e uma

clivagem mais fraca incentivam a autonomia dos movimentos sociais.

Entre os países que viveram ondas de protestos massivos a partir de 2011 analisados por Albala, Chile e México são os que apresentam os piores índices de investimento público em relação ao PIB. Para estabelecer uma linha de corte entre um Estado com maior ou menor presença na economia, Albala utilizou como referência a média de investimento dos países da região (31,5% de investimento/PIB), criando uma função em que 1 = países com um gasto público superior à média regional e 0 = países com gasto público inferior a essa mesma média, onde se localizam Chile e México. Já o Brasil, entre os nove países analisados, encontrava-se então acima de média regional. No entanto, no que se refere às clivagens ideológicas entre os partidos, ostentava ao lado da Colômbia os piores indicadores entre os países analisados. Para medir o quanto as clivagens políticas são visíveis, Albala criou uma ponderação em três níveis, sendo: 2 = sistema político com forte clivagem ideológica e clara identificação das ofertas políticas; 1 = sistema político com clivagem moderada; e 0 = sistema político com uma clivagem fraca e pouca identificação das ofertas políticas (ALBALA, 2018, p. 49). As clivagens foram aferidas a partir dos dados do Latinobarômetro de 2011 e de questões relativas à confiança nos partidos políticos. De acordo com esses indicadores, os três países – Chile, México e Brasil, além da Colômbia – apresentaram um sistema político de clivagens fracas ou moderadas. Sua conclusão, portanto, é que os três países analisados neste trabalho reúnem as condições necessárias para uma maior autonomia dos movimentos sociais em relação ao sistema político, comprovando a percepção dos ativistas entrevistados, de modo que a pesquisa de campo serve como complemento ao modelo teórico de Albala.

Com isso, notamos que a autonomia está no centro dos processos de surgimento de movimentos sociais de nova esquerda. Ela é percebida pelos ativistas como uma condição para o surgimento desses movimentos, mas não é suficiente para ser considerada determinante nos processos de institucionalização, uma vez que tanto movimentos que se institucionalizaram formando seus próprios partidos (como o caso dos ativistas do movimento estudantil chileno) quanto movimentos que não se institucionalizaram (como o movimento #YoSoy132) são produto de processos de autonomização verificados nos três países. A autonomia, nesse caso, apesar das diferenças percebidas entre os atores, parece-nos bem mais uma *constante* que uma *variável* na comparação entre os três movimentos sociais de nova esquerda aqui analisados. Sendo assim, não se mostra condição necessária ao processo de institucionalização, ainda que seja uma característica dos movimentos sociais da nova esquerda.

4.2 Confiança na democracia e suas instituições: Chile, Brasil e México

O ciclo de protestos que se iniciou em 2011 na América Latina tem características comuns a seus homônimos europeus: a crítica radical aos limites da democracia liberal e a profunda desconfiança com o sistema político. Ainda que os indicadores econômicos apontassem que a crise iniciada em 2008 com a quebra do banco Lehman Brothers não havia provocado grandes impactos na região em 2011, o mal-estar latente diante da privatização dos serviços públicos (Chile) ou de sua precarização (Brasil), ou ainda, contra a manipulação da informação (México), alimentaram revoltas que, muitas vezes, se voltaram não só contra todo o sistema político. Delas surgiram movimentos inspirados na defesa de uma “democracia real” ou uma “democracia dos 99%”, mas também novos movimentos de direita e extrema-direita que diziam se opor ao *establishment* representado pelos velhos partidos de centro-direita e centro-esquerda.

Mas como explicar que, apesar de toda a crítica endereçada ao sistema político e aos partidos, ainda assim movimentos sociais da nova esquerda tenham optado por se institucionalizar e compor, eles próprios, o sistema político que tanto criticavam? Como vimos na seção anterior, apesar dos entrevistados enfatizarem a elevada autonomia desses movimentos em relação ao sistema político, alguns deles – notadamente o movimento estudantil chileno e o movimento sem-teto no Brasil – já mantinham algum nível de interação com as instituições do Estado e os partidos políticos. Se pode dizer o mesmo de outros movimentos impulsionados naquele período e que não são objeto deste trabalho, como o movimento camponês colombiano e o movimento indígena de Equador e Bolívia. Autonomia, portanto, não significa o mesmo que ausência de interação com o sistema político. Seja como for, essa interação pressupõe algum grau de reconhecimento e legitimação das instâncias estatais de mediação de conflitos.

Para analisar este aspecto, consideramos que a confiança na democracia é um elemento que pode nos dar pistas sobre o processo de institucionalização, a partir da hipótese de que *quanto maior a confiança na democracia e em suas instituições, maior a chance de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda*. Essa “confiança” diz respeito às tradições políticas enraizadas em cada país, isto é, à cultura de reconhecimento de que a democracia, mesmo em sua versão dominante – liberal – é um sistema capaz de incorporar e conviver com as visões de mundo da nova esquerda. Para aferir esse nível de confiança, recorreremos aos dados do Latinobarômetro em 2011 e 2013 sobre o funcionamento do sistema democrático, usando um modelo dicotômico e tendo como referência o valor médio das respostas sobre o tema na América Latina. Para os países que estão acima da média

regional foi atribuído um valor = 1 e para os países abaixo dessa média foi atribuído um valor = 0. Como referência usamos questões relativas diretamente à qualidade da democracia (apoio à democracia, preferência entre um regime democrático e um não democrático, rejeição/aceitação de um regime autoritário, avaliação da qualidade da democracia, nível de satisfação com democracia, a quem serve o governo e a democracia, reconhecimento das instituições democráticas).

Os dados de 2011, em geral, apontam uma queda do apoio à democracia em toda a região. Segundo o informe do Latinobarômetro (2011), dos 18 países pesquisados, apenas quatro verificaram um aumento do apoio à democracia no período (Argentina, Paraguai, República Dominicana e Uruguai). O mesmo aconteceu em relação à imagem de progresso econômico da região, que teve queda em 14 dos 18 países pesquisados. Como podemos notar, 2011 é um ano paradigmático na mudança de humor das sociedades em todo o Continente.

No Chile, chama a atenção uma queda acentuada na percepção da condição econômica futura dos cidadãos em relação ao levantamento anterior⁹⁵. Em 2010, 48% dos chilenos e chilenas acreditavam que sua situação econômica melhoraria nos doze meses seguintes; em 2011 esse percentual despencou para apenas 30%. Para efeito de comparação, no Brasil a queda foi muito mais sutil, mantendo elevados índices de confiança em relação ao progresso pessoal: 70% em 2010 e 64% em 2011 (Idem, 2011, p. 33). Verificamos fenômeno semelhante em relação à percepção de para quem se governa. No caso do Chile, questionados sobre se o governo está à serviço do bem da maioria do povo, em 2011 um total de 29% dos entrevistados afirmou que sim, contra 55% do levantamento do ano anterior, demonstrando uma enorme insatisfação com o funcionamento da democracia. Esses dados, porém, não devem nos enganar. É fato que eles nos ajudam a explicar o mal-estar relevado pelos protestos estudantis daquele ano. No entanto, os índices de confiança geral na democracia no Chile ainda se mostravam maiores que aqueles presentes nos demais países analisados neste trabalho. Além disso, como aponta o relatório do próprio Latinobarômetro:

El retroceso de desempeño de los gobiernos no debe interpretarse como un retroceso en la consolidación de la democracia, sino más bien como un impacto positivo de la demanda por más democratización. Las exigencias son mayores, los desempeños no pueden permanecer iguales. El éxito del quinquenio virtuoso eleva el piso de las demandas (2011, p. 37)

No caso do Chile essa afirmação se revela ainda mais verdadeira. Em 2011, apesar de uma ligeira queda, o país alcança um índice de apoio à democracia de 61%, o segundo

⁹⁵ Foi perguntado aos entrevistados: ¿Y en los próximos doce meses, cree que su situación económica y la de su familia será Mucho mejor, Un poco mejor, Casi igual, Un poco peor, o Mucho peor que la que tiene hoy? (Latinobarômetro, 2011)

maior da série histórica que se iniciou em 1995, acima da média regional da América Latina (58%) e bastante acima dos números verificados no Brasil e México naquele ano (45% e 40% respectivamente). Quando questionados sobre a preferência pela democracia em relação a outros sistemas de governo, os chilenos novamente aparecem acima da média regional. Enquanto na América Latina 76% dos entrevistados afirma que, apesar dos problemas, a democracia é o melhor sistema de governo, no Chile esse índice chegava a 80%. Em relação à legitimidade dos partidos políticos e do Congresso Nacional, novamente os dados coletados entre os chilenos e chilenas revela um reconhecimento acima da média regional. Enquanto na América Latina 59% reconhecem que não pode haver democracia sem a existência do parlamento, no Chile esse índice chega a 65%, quinto maior entre os 18 países pesquisados. O mesmo acontece quando a questão se refere à existência de democracia sem partidos políticos. Enquanto no Chile 60% das pessoas reconhece que a existência de partidos é uma condição para um sistema democrático, a média na América Latina é de 58%. Perguntados o quão democrático é o Chile, numa escala de 1 a 10, a média das respostas dos chilenos e chilenas ficou em 6,9, enquanto a média da região ficou em 6,4.

Como vemos, em todos os indicadores que se referem ao reconhecimento da democracia como sistema de governo os dados do Chile aparecem acima da média da América Latina, revelando uma sólida preferência pelo sistema democrático e um reconhecimento de sua superioridade em relação às demais formas de governo. No informe divulgado dois anos depois, quando os partidos da Frente Ampla começam seu processo de institucionalização, o apoio à democracia alcançará um recorde de 63% (LATINOBARÔMETRO, 2013).

No caso do Brasil e do México, usamos os indicadores oferecidos pelo informe do Latinobarômetro de 2013, considerando que não há dados disponíveis especificamente para o ano de 2012, quando eclodiram as mobilizações do movimento #YoSoy132. No caso do Brasil, em 2013, 49% dos brasileiros e brasileiras entrevistados afirmaram que preferem um sistema democrático a um sistema autoritário, enquanto 19% afirmaram preferir um governo autoritário e 21% afirmaram não haver diferença relevante entre ambas as formas de governo. No mesmo levantamento, realizado no México, apenas 37% afirmaram que a democracia é preferível⁹⁶, mesmo percentual dos que afirmam não ver diferença entre um sistema democrático e um sistema autoritário. Por sua vez, 16% afirmam preferir um sistema de governo autoritário. O caso do México é dos poucos em que a alternância de poder – iniciada

⁹⁶ Para efeito de comparação, na mesma pesquisa, o país que mais reconhece a democracia como preferível (Uruguai) alcançou 71% de apoio a essa forma de governo, chegando a ter índices acima dos 80% durante os anos 1990.

em 2000 com a vitória do PAN – não produziu um impacto significativo sobre o apoio à democracia. Segundo dados do Latinobarômetro, o país perdeu 12 pontos percentuais de apoio à democracia no período entre 1995 e 2013 (2013, p. 19). Considerando a média da América Latina, que foi de 56% em 2013, tanto México como Brasil estão bem abaixo do índice regional. Porém, quando questionados sobre o célebre conceito de Churchill, de que apesar dos problemas, a democracia ainda é a melhor forma de governo, 81% dos brasileiros e brasileiras entrevistadas dizem concordar com a afirmação do histórico líder conservador, enquanto no México esse índice chega apenas a 66%. Considerando a média da América Latina (79%) o Brasil está levemente acima, enquanto o México aparece em penúltimo lugar, à frente apenas de El Salvador.

Em relação ao sistema partidário, tema particularmente relevante em nosso trabalho, quando questionados se pode haver democracia sem partidos políticos, 45% dos mexicanos e mexicanas afirmaram que sim. É o maior índice entre os países pesquisados, muito acima da média regional de 2013, que foi de 31%. No caso do Brasil, os dados também estavam levemente acima da média regional (34%). Para efeito de comparação, no Chile 25% das pessoas concordaram com a afirmação de que é possível haver democracia sem partidos. O mesmo acontece em relação à afirmação de que é possível haver democracia sem a existência de Congresso Nacional. Enquanto na América Latina, em média, 27% dos entrevistados disseram concordar com essa afirmação, no México esse índice chegou a 38%, despontando como o país com maior rejeição ao parlamento. No Brasil, a concordância com a afirmação de que é possível haver democracia sem a existência de Congresso Nacional alcançou 34% em 2013, também acima da média. Novamente, naquele ano, Chile esteve abaixo da média regional, com 20% dos entrevistados concordando com a afirmação.

Por fim, o Latinobarômetro de 2013 oferece pela primeira vez um indicador relacionado à satisfação com a democracia em cada país. Enquanto na América Latina a média de satisfação era de 39%, no México, mais uma vez, os indicadores demonstraram uma grande insatisfação com o sistema democrático: apenas 21% dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos com a democracia. Enquanto o Brasil esse índice era um pouco maior (26%), também abaixo da média regional, no Chile 38% disseram estar satisfeitos.

Em praticamente todas as abordagens analisadas nesta seção (apoio à democracia, preferência pela democracia em relação a outros sistemas, legitimidade dos partidos e instituições parlamentares, satisfação com a democracia, dentre outros) os dados repetem mais ou menos a mesma tendência. Enquanto no Chile os indicadores revelam que em 2011, apesar dos protestos, havia um relevante apoio à democracia, em geral acima da média da América Latina, em 2013, após os protestos de junho no Brasil e da eleição presidencial de

2012 no México, o apoio à democracia e suas instituições alcançavam patamares abaixo da média dos demais países pesquisados. No caso do Brasil e México cabe destacar, ainda, que o México ostentava alguns dos piores indicadores em relação à democracia entre todos os países pesquisados em 2013, enquanto o Brasil, em geral, apesar de apresentar um nível de confiança e satisfação bem abaixo da média regional, tinha números mais positivos.

Evidentemente não é possível afirmar de forma peremptória que esses números indicam padrões de comportamento dos movimentos sociais analisados neste trabalho, uma vez que as entrevistas realizadas pelo Latinobarômetro utilizam uma amostra representativa de toda a sociedade e não apenas de ativistas de movimentos sociais. No entanto, acreditamos que essas informações relevam tendências a partir da cultura política de cada país. Por exemplo, é de se supor que a crise política que sucedeu a eleição de Enrique Peña Nieto, no México, com as acusações de fraude endereçadas pelo candidato da oposição, López Obrador, tenham degradado ainda mais a confiança dos mexicanos nas instituições democráticas. Por que esse ambiente não influenciaria os ativistas do movimento #YoSoy132 que tinham diferentes origens sociais? No Brasil, como vimos, a confiança com o sistema democrático está abaixo da média da região. Porque imaginar que essa condição não tenha influenciado os ativistas sem-teto ao decidirem promover um tipo de interação com o sistema político que não considerava a criação de um partido do MTST? No caso do Chile, além dos dados apresentados nesta seção, chama a atenção que a decisão de se institucionalizar tenha gerado relativamente poucas tensões no interior do movimento estudantil, segundo a percepção dos ativistas entrevistados para este trabalho⁹⁷.

A análise desta variável, portanto, indica que o reconhecimento do papel da democracia e suas instituições – incluindo o sistema de partidos – é fator relevante nos processos de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda. No Chile, onde esse processo gerou o surgimento de novos partidos, se verificava um elevado nível de confiança na democracia. No Brasil, onde esses níveis estavam abaixo da média regional, o processo de institucionalização se deu parcialmente, assumindo a forma de uma aliança entre movimentos sociais e atores que estavam dentro do sistema político (PSOL e PCB), enquanto no México, onde os níveis de desconfiança com a democracia estavam entre os

⁹⁷ Esta percepção, compartilhada pela imensa maioria dos ativistas entrevistado, é contestada por Bidegain (2015) que ressalta as tensões vividas pelos ativistas após a criação dos seus partidos. Seu trabalho destaca as críticas endereçadas especialmente aos líderes de *Revolución Democrática* quando da decisão de colaborar com o governo Bachelet. Nossas entrevistas, no entanto, focam o momento *anterior* à institucionalização (enquanto Bidegain tem como período de análise o momento *posterior* à decisão de criar partidos). A pergunta presente no questionário é expressa: “A decisão de interagir/não interagir com o sistema político-partidário gerou tensões no interior do movimento? (SIM/NÃO)” e “[Em caso afirmativo] Essas tensões geraram dissidências no movimento?”

maiores entre os países pesquisados, o processo de institucionalização do movimento #YoSoy132 não apenas não ocorreu, como foi amplamente rechaçado, segundo revelam os ativistas entrevistados. Assim, considerando o modelo proposto no capítulo anterior, encontramos valores de confiança na democracia que correspondem, em cada um dos países analisados aos seguintes resultados: Chile = 1; Brasil = 0; México = 0.

4.3 O progressismo no poder: Chile, Brasil e México

Como destacamos no capítulo anterior, utilizamos três dados para medir o impacto da experiência progressista no poder como variável incidente sobre os processos de institucionalização de movimentos sociais. O primeiro é a duração de cada uma das experiências; o segundo é a variação do Índice de Gini (diminuição da desigualdade); e o terceiro é percepção dos ativistas entrevistados sobre os governos e partidos progressistas. Quanto à duração de cada experiência há importante variação entre os três casos. Enquanto a *Concertación* governou o Chile por duas décadas (1990-2010), a coalizão política encabeçada pelo PT no Brasil esteve à frente do governo federal por treze anos⁹⁸. No México, a experiência de um governo progressista teve início apenas em 2019, o que a coloca fora do período alcançado neste trabalho.

Em relação ao processo de diminuição da desigualdade social, é importante destacar que as duas primeiras décadas deste século foram marcadas por uma importante redução da desigualdade em diferentes países da América Latina. O fenômeno, portanto, não diz respeito apenas aos governos de caráter progressista. Segundo dados da CEPAL (2019), a desigualdade no continente caiu significativamente entre 2002 e 2017, graças ao ciclo de crescimento econômico que beneficiou a região. Dados do relatório *Panorama Social de América Latino 2018*, no entanto, mostram que ela diminuiu num ritmo mais acelerado na primeira década:

El promedio simple de los índices de Gini de 18 países de América Latina bajó de 0,543 en 2002 a 0,466 en 2017. Sin embargo, el ritmo de reducción se enlenteció en los años recientes: entre 2002 y 2008 la disminución anual promedio del índice fue del 1,3%; entre 2008 y 2014, del 0,8%, y entre 2014 y 2017, del 0,3% (CEPAL, 2019, p. 39).

No caso do Chile, houve uma queda de quase 15% da desigualdade, enquanto no Brasil o índice de Gini caiu 5,2% no período. Na Argentina despencou 18% e na Bolívia a desigualdade caiu 23%, passando de 0,61 para 0,47 (CEPAL, 2019). Na comparação entre

⁹⁸ Em termos estritamente quantitativos, significa que o PT governo 35% menos tempo que a coalizão liderada pelos socialistas e democratas-cristãos no Chile.

Chile e Brasil, portanto, há que se reconhecer que enquanto os governos liderados pelo PT conviveram na maior parte do período em que estiveram no poder com um contexto de crescimento econômico, os governos da *Concertación* só vivenciaram essa realidade na segunda metade dos anos em estiveram à frente do palácio de La Moneda. Evidentemente, além de condições objetivas favoráveis, o sucesso de uma política de diminuição das desigualdades sociais deve dispor de condições subjetivas, isto é, disposição e vontade política de aproveitar os “bons ventos” na economia, razão pela qual não devemos atribuir todo o sucesso das políticas sociais dos governos progressistas apenas ao contexto internacional favorável.

Para mensurar o impacto das políticas progressistas há diferentes indicadores disponíveis, tais como crescimento da renda *per capita*, relação investimento público/PIB, participação da renda do trabalho na riqueza nacional – o que indica uma menor dependência do capital financeiro – dentre outros. Nossa opção pelo Índice de Gini se dá pela facilidade de manuseio dos dados, que já consideram boa parte desses indicadores, e, também, por apresentar uma síntese daquele que parece ser aos olhos da nova esquerda o mais grave problema gerado pelo desenvolvimento do capitalismo semiperiférico da América Latina: a desigualdade social⁹⁹.

No Brasil, segundo dados do Banco Mundial, em 2003, ano em que Lula assumiu pela primeira vez a Presidência da República, o Índice de Gini estava próximo a 0,58 (BANCO MUNDIAL, 2019). Ao final de seu segundo governo, esse índice foi reduzido até 0,53. Já em 2015, último ano do governo Dilma Rousseff antes do golpe parlamentar, o índice havia sido reduzido a 0,51, numa tendência de redução menor que aquela percebida nos governos de Lula. No caso do Chile, o Índice de Gini em 1990, logo após o fim da ditadura militar de Augusto Pinochet, era de 0,57. Em 2010, com o fim do governo de Michelle Bachelet e o ciclo de governos da *Concertación*, o índice havia caído para 0,48 (Idem, 2019). Uma redução das desigualdades de 0,9 ponto, levemente maior que a do Brasil (0,7). No caso chileno, embora a diminuição da desigualdade tenha sido maior nos governos da *Concertación* em comparação com os governos petistas, devemos observar que ela foi menos intensa, pois se deu ao longo de 20 anos, com uma relativa estabilização a partir de 2006, quando o índice chileno alcança os mesmos valores que durarão até o fim do governo de Bachelet. Também é importante considerar que quando a região viveu o *boom* das

⁹⁹ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade plena, ou seja, todos têm renda equivalente. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

commodities, apenas Uruguai e o Chile tinham uma taxa de pobreza extrema abaixo de 5% da população no início da década de 2000, o que também impactou positivamente o processo de diminuição das desigualdades no país andino (CEPAL, 2019). No caso brasileiro, o ciclo de diminuição das desigualdades, segundo podemos perceber através da medição do Índice de Gini, começa em 1996. A partir desse ano, até 2015, o Brasil percebe uma diminuição dos indicadores ano após ano. A desigualdade só voltaria a crescer em 2016, após o golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff (BANCO MUNDIAL, 2019).

Percebemos, portanto, que tanto as políticas da *Concertación*, como aquelas desenvolvidas pelos governos liderados pelo PT, tiveram impacto na redução das desigualdades sociais no Chile e no Brasil. Embora a experiência do progressismo chileno tenha logrado uma diminuição levemente maior das desigualdades sociais no período em que esteve no governo, a diferença é pouco expressiva. Por isso, não consideramos que ela possa ser determinante para definir diferenças nos processos de institucionalização de movimentos sociais nos dois países.

Por fim, questionamos os ativistas entrevistados sobre a relação entre seu movimento social e o governo da época em que ocorreram os ciclos de mobilização analisados neste trabalho. Diante da pergunta “Como você definira as relações com o governo nacional do período entre 2011 e 2013?” apresentamos sete alternativas de respostas: a) ótimas; b) muito boas; c) boas; d) regulares; e) ruins; f) muito ruins; g) péssimas. Também perguntamos, após essa definição, como cada ativista caracterizaria o governo da época e oferecemos três opções: aliado/adversário/outro.

No caso mexicano, onde governava uma coalizão de direita, a maioria esmagadora dos ativistas entrevistados afirmou que as relações com o governo de Felipe Calderón eram “muito ruins”. Apenas um ativista afirmou que considerava as relações péssimas e todos afirmaram que viam o governo como um adversário. No caso dos ativistas chilenos, que também se enfrentaram contra um governo de direita, todos afirmaram que a relação com a administração de Sebastián Piñera era “muito ruim” e que a postura do governo em relação ao movimento era de adversário. No caso do Brasil, onde governava uma coalizão de centro-esquerda, a percepção majoritária dos ativistas sem-teto é de que as relações com o governo eram “regulares”. Alguns afirmam que as relações eram “ruins”, mas nenhum sustenta que as relações eram boas ou muito boas. Evidentemente, a existência de políticas sociais e de diálogo institucional no período em que ocorreram as manifestações no Brasil influenciou positivamente a imagem que os ativistas têm em relação ao governo petista. O mesmo ocorre diante da pergunta se o governo era “aliado” ou “adversário”. A imensa maioria dos ativistas entrevistados evitou se posicionar dicotomicamente, optando pela

alternativa “outro”. Um deles, inclusive, chega a mencionar a delicada posição do MTST no cenário dos movimentos sociais brasileiros:

O MTST era um ponto fora da curva. Porque o governo era do PT, e o PT tinha uma hegemonia muito forte no movimento social (e no movimento de moradia em particular). De repente aparece um “patinho feio”, um movimento que começa a crescer, se torna maior que os movimentos de moradia ligados ao PT, com maior capacidade de mobilização e, óbvio, isso gerou uma concorrência entre os movimentos. (...) Por isso as relações [do governo] com o MTST eram mais tensas. (Entrevista 1 – realizada em 26/11/2019).

Ou seja, o MTST se batia contra a hegemonia do PT nos movimentos sociais de moradia, mas não chegava a considerar, por conta disso, que os governos petistas fossem adversários. Esse aspecto nos leva a uma reflexão importante sobre o papel do PT junto aos movimentos sociais brasileiros. A manutenção de uma hegemonia sobre as esquerdas, construída ao longo dos anos 1980 e 1990, fez com que o partido, mesmo à frente de uma coalização governamental que incluía forças de direita e centro-direita, mantivesse uma forte influência sobre os movimentos sociais. É como se o processo de *aggiornamento* do PT, que o transformou em “partido de governo” (SECCO, 2011), praticamente não tivesse abalado a liderança do partido junto a esses movimentos. Por isso o processo de surgimento de novos atores sociais se dá, em geral, numa perspectiva crítica ao lulismo, mas nunca em oposição a ele. Esse, no entanto, é tema para estudos vindouros.

A existência de governos progressistas no Brasil e Chile expôs os limites das políticas de diminuição das desigualdades, reforçando uma perspectiva de autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos e governos liderados por essas coalizões e estimulando indiretamente o processo de institucionalização – cada um à sua maneira – do movimento estudantil no Chile e do MTST no Brasil. Essa comparação faz sentido quando colocamos, lado a lado, Chile, Brasil e México. Nos dois países onde houve a experiência de governos progressistas liderados por forças socialdemocratas, a nova esquerda produziu processos de institucionalização, enquanto naquele país onde não houve experiência de um governo progressista no período que antecedeu as manifestações de 2012 o movimento não produziu processos de institucionalização. Em termos de mensuração, Chile e Brasil teriam peso (=1), enquanto México teria peso (=0).

Diante dos três elementos analisados nesta seção – longevidade da experiência socialdemocrata no poder, impacto das políticas de diminuição da desigualdade e percepção dos ativistas em relação aos governos progressistas – podemos concluir que, mais que a longevidade, a simples existência de governos progressistas é relevante para a ocorrência de processos de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda, como demonstra a diferença entre os processos no Chile e Brasil, de um lado, e no México, de outro. Ao

mesmo tempo, observamos que as diferenças entre Chile e Brasil em relação ao impacto das políticas de diminuição da desigualdade ou à duração desses governos não são significativas, o que nos impede de determinar se esse é, de fato, um fator relevante no processo de institucionalização. Para alcançarmos resultados mais expressivos, a comparação deveria se dar entre países que aderiram ao reformismo fraco (SINGER, 2012), como Brasil, Chile ou Uruguai, e aqueles que preferiram, no mesmo período, a via do reformismo revolucionário: Venezuela, Equador e Bolívia. Talvez, nesse caso, poderíamos concluir, como aponta Albala (2019), que a existência de uma forte presença do Estado no combate às desigualdades pode desestimular o surgimento de novos movimentos sociais autônomos. Por fim, as entrevistas realizadas permitem concluir que, em geral, predomina entre esses atores uma insatisfação generalizada com os limites dos governos progressistas (no Chile e Brasil) e das propostas dos partidos de centro-esquerda (no México), embora a maioria dos ativistas – salvo algumas poucas exceções – não vejam os partidos socialdemocratas como adversários¹⁰⁰.

Dos três fatores analisados nesta variável, portanto, apenas o fator “presença de governo progressista” se mostra relevante. Ele é mais potente que o tempo de duração ou a profundidade das políticas de cada governo (ao menos na comparação entre governos de corte socialdemocrata) e incide diretamente sobre a percepção dos ativistas em relação ao seu papel no contexto de cada país. Nesse caso, Brasil e Chile apareceriam como países nos quais a variável se mostrou presente (=1) enquanto México configura-se num caso de ausência da variável (=0).

4.4 Chile, Brasil e México: acessibilidade dos sistemas partidários

Outra hipótese nesta tese é a de que as regras para a criação de novos partidos impactam o processo de institucionalização. Para testar essa hipótese, criamos um índice de acessibilidade que considera as obrigações legais exigidas para a formação e o registro de partidos políticos no Chile, Brasil e México. Esse índice leva em conta três fatores, todos baseados na legislação eleitoral e partidária de cada país analisado neste trabalho, que considera representatividade e implantação nacional. São eles:

- i) Prazo máximo para o cumprimento das obrigações mínimas exigidas para o registro de um novo partido;

¹⁰⁰ Nas entrevistas realizadas com ativistas dos movimentos sociais analisados neste trabalho fizemos a seguinte pergunta: “Em termos de partidos, considerando o maior partido de esquerda ou centro-esquerda hoje, você o identifica como: a. Aliado; b. Adversário; c. Outro. A maioria das respostas optou pela alternativa “c”. Quando a pergunta se referia aos governos, as predominaram as respostas negativas.

- ii) Quantidade mínima de filiados ou apoiadores exigidos pela lei;
- iii) Alcance ou implantação regional mínima exigida.

Essas regras, em geral, são produto de embates entre forças que estão dentro de fora do sistema partidário; sofrem a influência do Poder Judiciário e do sistema eleitoral, assim como respondem a processos sociais mais amplos. Como vimos no capítulo anterior, o sistema político de um país é produto de suas lutas e conflitos. O modelo transicional chileno, por exemplo, concentrava o sistema partidário em poucas legendas até 2014; já o sistema partidário que nasce do processo de redemocratização no Brasil dos anos 1980 respondia à estratégia do regime militar de dividir os partidos de oposição em diferentes legendas, o que gerou um sistema crescentemente pulverizado. No caso mexicano, o sistema partidário é produto de décadas de controle político por um único partido, o que ajuda a explicar as regras draconianas que controlam o ingresso de novas legendas no sistema partidário.

No Brasil, especialmente nos últimos anos, a suposta facilidade com que os partidos políticos se legalizam e a conseqüente fragmentação eleitoral que esse processo acarreta tem sido alvo de muitas críticas (e.g. PAYNE, 2007; DALTON, FARREL e McALLISTER, 2011; CARREIRÃO, 2014). Não é raro, portanto, ver entre analistas e formadores de opinião uma associação negativa entre acessibilidade do sistema político e qualidade da democracia. Como Dahl (2002), acreditamos que, diante da complexidade das sociedades modernas e da heterogeneidade de interesses, é cada vez mais difícil garantir um processo de representação que expresse os interesses da totalidade dos cidadãos. No entanto, é justamente a capacidade de inclusão da maior parte das preferências dos representados que define o grau de *representatividade* de um sistema político (DAHL, 2002). Infelizmente, esse tema foge ao escopo de nosso trabalho. Mas nos parece importante pontuar que não acreditamos ser possível determinar se um sistema partidário é melhor ou pior (ou, melhor dizendo, mais ou menos democrático) apenas pela quantidade de partidos que ele pode abarcar¹⁰¹. O importante, a nosso ver, é que ele permita a manifestação da maior pluralidade de vozes possível. Por isso, nosso índice de acessibilidade não tem como propósito hierarquizar qualitativamente os sistemas partidários, mas avaliar em que medida as regras de acesso a cada um deles ajuda a explicar as distintas trajetórias de institucionalização nos países analisados neste trabalho.

¹⁰¹ Este argumento tem sido feito por uma parte da literatura que segue o caminho inaugurado por Sartori, segundo o qual um “pluralismo limitado e moderado” compreende “de três a cinco partidos relevantes” (Sartori, 1982, p. 201).

Entre as obrigações definidas para o acesso de uma agremiação ao sistema partidário de um país, as mais comuns se traduzem em quantidade de apoiadores ou filiados, alcance regional mínimo e prazos a serem cumpridos para a legalização ou registro. Começamos pela quantidade mínima de filiados e apoiadores, uma forma de atribuir *representatividade* ao partido que busca seu ingresso no sistema de partidos legais de um país. No México, onde pode haver legendas regionais ou nacionais, nossa análise se concentrará no segundo grupo. Para formar um partido nacional, a *Ley General de los Partidos Políticos*, em seu 12º artigo, afirma que um partido nacional deve realizar assembleias em pelo menos 20 dos 32 entes federativos do país (ou 200 distritos eleitorais). Cada assembleia estadual deve reunir, no mínimo, três mil filiados. No caso de assembleias distritais, elas devem reunir ao menos 300 pessoas. Com isso, a lei exige um número mínimo de 60 mil participantes reunidos em assembleias para que um partido possa assegurar seu processo de legalização.

Art. 12. El número de afiliados que concurrieron y participaron en la asamblea estatal o distrital, que en ningún caso podrá ser menor a tres mil o trescientos, respectivamente, de conformidad con lo dispuesto por esta Ley; que suscribieron el documento de manifestación formal de afiliación; que asistieron libremente; que conocieron y aprobaron la declaración de principios, el programa de acción y los estatutos; y que eligieron a los delegados propietarios y suplentes a la asamblea nacional constitutiva (MÉXICO, 2015).

As assembleias deverão ser obrigatoriamente acompanhadas por um fiscal do Instituto Nacional Eleitoral (INE), que verificará documento pessoal e comprovante de residência dos participantes, e as listas de presença deverão ser entregues ao órgão para verificação (Idem, 2015). Além disso, a lei ainda exige que o partido tenha, no ato do seu pedido de registro, um número de filiados equivalente a, no mínimo, 0,26% dos eleitores que tenham participado das eleições para deputado federal no pleito anterior. Tomando as eleições de 2012 como referência, isso significaria ao menos 220 mil filiados. Para efeito de comparação, isso é mais que o número total de filiados do PSOL, partido que tem 15 anos de existência e dez deputados federais num país com mais de 100 milhões de eleitores. Ou seja, diferente do Brasil, onde a legislação exige um número mínimo de apoiadores – e não de filiados – no México o partido já deve surgir com um número de mais de 200 mil integrantes e reunir ao menos 60 mil deles em assembleias públicas.

No Chile, a legislação exige que o partido apresente um número mínimo de filiados correspondente a 0,25% do eleitorado que tenha participado da eleição para a Câmara dos Deputados em cada uma das regiões onde o partido está sendo legalizado. Não é possível, portanto, determinar um número absoluto de filiados mínimos, já que o partido pode escolher em quais regiões irá se legalizar. Segundo a legislação, é necessário que o processo de constituição do partido se desenvolva em pelo menos oito das dezesseis regiões

administrativas entre as quais o Chile se divide, ou alternativamente, três regiões geograficamente contíguas. Para efeito de comparação, nas últimas eleições parlamentares foram computados 5.997.250 votos válidos para a Câmara de Deputados (entre os mais de 14 milhões de eleitores aptos). O percentual mínimo exigido pela legislação chilena corresponderia, numa média aplicada a todas as regiões do Chile, a pouco menos de 15 mil eleitores. Como o Chile está dividido em 16 regiões – umas muito densas, como Santiago, e outras pouco habitadas, como a Patagônia – em média, o partido que queira se legalizar teria que filiar algo em torno de 8 mil eleitores (caso opte pelo sistema de filiação em oito regiões diferentes) ou 3 mil (caso opte pelo sistema em regiões contíguas). Claro que, se entre as regiões contíguas estiver Santiago, esse número será muito maior.

No Brasil, como nos demais países, a lei dos partidos políticos combina número mínimo de apoiadores e distribuição geográfica. Para legalizar-se, o partido deve receber “o apoio de eleitores não filiados à partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles” (BRASIL, 1995). Como se vê, a lei brasileira não exige que o partido tenha um número mínimo de filiados, mas de eleitores que assinem um documento apoiando a criação do novo partido, o que facilita enormemente o processo de legalização. Em termos quantitativos, considerando a eleição de 2018 como referência, o percentual de 0,5% corresponderia a cerca de 492 mil eleitores¹⁰² (TSE, 2018). Se comparado com Chile e México é um número muito mais expressivo, mas como destacamos, coletar a assinatura num documento de apoio é mais fácil que filiar o eleitor ao partido, ou ainda, como no caso do México, levá-lo a uma assembleia. Seja como for, nos parece que no quesito “quantidade de apoiadores ou filiados” o sistema partidário mexicano é aquele que impõe as maiores dificuldades.

Aliás, também em termos de alcance regional mínimo, a legislação mexicana é a que apresenta as exigências mais duras. Ao exigir a realização de um mínimo de 20 assembleias com, pelo menos, três mil filiados em cada uma delas, a lei obriga os partidos a terem presença em 62% de todos os estados da federação já no seu nascimento. O sistema chileno, ao contrário, tem as exigências menos rígidas em termos de representatividade regional: presença em metade das 16 regiões do país ou, alternativamente, três regiões contíguas (18,75% do total). Significa que com uma quantidade de filiados em percentual equivalente

¹⁰² Nas eleições de 2018 foram computados 98.403.044 de votos válidos para a Câmara dos Deputados no Brasil (TSE, 2018).

a 0,25% do total de eleitores em três regiões, o partido terá praticamente alcançado os requisitos mais exigentes da lei. No caso do Brasil, a lei exige presença de apoiadores em pelo menos nove unidades da federação, o que corresponde a 33% do total. Além disso, embora a lei brasileira proíba expressamente a existência de partidos regionais, um partido pode funcionar com instâncias regionais de direção em apenas algumas regiões do país, assim como no Chile.

No que se refere aos prazos para a legalização dos partidos, o Brasil é o que apresenta maior tempo para cumprimento das obrigações necessárias ao seu registro: a partir do início dos trâmites legais o partido tem dois anos (730 dias) para alcançar os requisitos para sua legalização. No Chile, por sua vez, esse tempo é de apenas 200 dias corridos (SERVEL, 2016). No caso do México, a legislação não prevê um prazo mínimo para a cumprimento das obrigações exigidas para o registro de um partido nacional. O que existe é uma espécie de “janela” para que os partidos possam pedir sua legalização junto aos órgãos competentes. Essa janela se abre nos anos que precedem as eleições presidenciais, que acontecem a cada seis anos. Segundo a lei mexicana, a criação de novos partidos só pode ser requerida no mês de janeiro que precede a eleição:

Una vez realizados los actos relativos al procedimiento de constitución de un partido, la organización de ciudadanos interesada, en el mes de enero del año siguiente a la elección, presentará ante el Instituto o el Organismo Público Local competente, la solicitud de registro, acompañándola con los siguientes documentos: a) la declaración de principios, el programa de acción y los estatutos aprobados por sus afiliados; b) las listas nominales de afiliados por entidades, distritos electorales, municipios o demarcaciones territoriales del Distrito Federal, según sea el caso, a que se refieren los artículos 12 y 13 de esta Ley (...); c) las actas de las asambleas celebradas en las entidades federativas, distritos electorales, municipios o demarcaciones territoriales del Distrito Federal, según sea el caso, y la de su asamblea nacional o local constitutiva, correspondiente. (MÉXICO, 1995).

Assim, diferente da legislação brasileira ou chilena, que estabelece um prazo para o cumprimento dos requisitos para o registro de um partido, na lei mexicana o que existe é uma espécie de “prazo mínimo” para o pedido de registro. Assim, todos os partidos do México requisitam seu registro ao mesmo tempo: no mês de janeiro do ano que precede a eleição presidencial. O que pode parecer uma vantagem, no entanto, pode se revelar uma grande dificuldade. Aguardar até seis anos para o registro de um partido pode significar uma desmobilização da força social que impulsiona a criação da nova legenda. No caso de MORENA, partido do atual presidente López Obrador, é de se supor que as dificuldades impostas pela legalização tenham sido mínimas, já que o partido nascia sob o signo do principal líder opositor do país, com mandatos parlamentares e prefeituras em todo o México, e logo após as denúncias de fraude na eleição presidencial de 2012. Mas nas entrevistas que

realizamos, ficou claro, como veremos, que na percepção dos ativistas mexicanos construir um partido é tarefa próxima do impossível.

Sistematizando os três dados escolhidos para formar nosso índice de acessibilidade dos sistemas partidários de México, Chile e Brasil, chegamos ao seguinte resultado:

Tabela 3 – Índice de Acessibilidade dos Sistema Partidário - Resultados

	Chile	Brasil	México
<i>Prazo máximo para cumprimento das obrigações legais.</i>	200 dias	700 dias	2190 dias
<i>Quantidade mínima de filiados ou apoiadores exigidos pela lei.</i>	0,25% (15.000)	0,5% (492.000)*	0,26% (220.000)
<i>Alcance regional mínimo exigido.</i>	18,75% das Regiões	33% dos Estados	62% dos Estados
<i>*Apoiadores que firmam um documento de apoio à legalização do partido, não filiados.</i>			

Fonte: Elaboração própria.

Nos parece inequívoco que o sistema partidário do México seja de longe o menos acessível. Para que um movimento crie seu próprio partido ele precisa ter forte implantação nacional, com presença em quase dois terços dos estados do país. Além disso, precisa ter uma quantidade expressiva de filiados no momento da criação e contar com uma potente capacidade de mobilização, já que ao menos 60 mil deles deverão comparecer a assembleias para aprovação dos estatutos do partido. A legenda ainda precisara contar com alguma sorte: seu processo de legalização não pode ser nem tão rápido a ponto de criar uma longa espera até a janela de legalização, nem tão demorado a ponto de perder a oportunidade legal que se abre apenas uma vez a cada seis anos.

O sistema brasileiro, por sua vez, é relativamente acessível, especialmente por conta do prazo estipulado para o alcance do número mínimo de apoiadores (dois anos). Além disso, o fato do percentual mínimo de eleitores não se referir a filiados, mas a apoiadores, facilita bastante o processo de legalização. Recentemente, por exemplo, a Unidade Popular (UP), partido de esquerda que conquistou o registro eleitoral junto ao TSE em 2019, concluiu sua campanha de coleta de assinaturas de apoio que era realizada nos trens das principais regiões metropolitanas do país (FOLHA, 2018-a). No entanto, não são raros os casos de partidos que não conseguem cumprir os requisitos dentro do prazo exigido, como aconteceu com a Rede Sustentabilidade, partido de Marina Silva, em 2014.

No Chile, por sua vez, temos o sistema mais acessível entre os três analisados. Apesar do prazo relativamente exíguo para cumprimento das exigências legais – 200 dias corridos – os demais requisitos facilitam a obtenção do registro. A alternativa de formar o partido em apenas três regiões, desde que contíguas, e o percentual de filiados mínimos, correspondendo

a uma quantidade muito inferior àquela exigida no México, coloca o sistema partidário chileno como o mais acessível entre os três¹⁰³. Como veremos, porém, essas mudanças só foram consolidadas após uma reforma política e eleitoral que consolidou como resultado do processo de pressão pela institucionalização do movimento estudantil de 2011.

Essa caracterização nos permite concluir, por exemplo, que foi por conta das dificuldades impostas pela legislação que o movimento #YoSoy132 não se institucionalizou? Acreditamos que não. Mas nas entrevistas que realizamos ficou patente junto a vários ativistas mexicanos que a inacessibilidade do sistema partidário do país é um fator que desestimula o debate sobre a formação de novos instrumentos partidários. O contrário se pode dizer do sistema partidário chileno. Apesar da legalização dos partidos oriundos do movimento estudantil ter estimulada pela referida reforma eleitoral que facilitou o acesso de novas legendas a cargos legislativos, como vimos no capítulo anterior, há siglas que não conseguiram cumprir os requisitos mínimo exigidos. O partido *Convergencia Social*, por exemplo, então liderado pelo prefeito de Valparaíso, Jorge Sharp, e pelo ex-líder estudantil e atual deputado federal, Gabriel Boric, teve seu registro negado em 2019, demonstrando que uma maior acessibilidade não significa necessariamente que o sistema partidário não disponha de meios para conter o ingresso de grupos com menor representatividade. No caso do Brasil, que também tem um sistema partidário relativamente acessível, a existência de 33 partidos legais não expressa propriamente uma diversidade de linhas ideológicas distintas. Especialmente no campo da centro-direita há diferentes legendas com baixa identidade política e ideológica entre as quais se manifesta o fenômeno popularmente chamado “partidos de aluguel”, legendas sem compromisso programático com uma determinada diretriz ideológica que acabam sendo usadas apenas para assegurar vantagens pessoais para seus dirigentes em conluio com partidos maiores e mais poderosos.

Portanto, ainda que não encerre todas as explicações sobre o processo de institucionalização de movimentos sociais, a acessibilidade dos sistemas partidários parece ser um variável relevante para explicar o fenômeno, especialmente quando observamos que o processo de formação de novos partidos oriundos dos movimentos sociais da nova esquerda foi mais bem sucedido precisamente onde o sistema partidário se mostrou mais acessível, enquanto ocorreu o inverso onde o sistema de partidos é menos acessível. No caso do Brasil o nível intermediário de acessibilidade reflete a posição do MTST de interagir com

¹⁰³ A reforma do sistema partidário incentivou o surgimento de novos partidos. Mas como vimos no capítulo anterior, a mudança decisiva foi a reforma *eleitoral* que pôs fim ao sistema de votação binominal. Até então, era quase impossível eleger um deputado fora das duas grandes coalizões dominantes, sendo os casos de Gabriel Boric e Giorgio Jackson exceções. Essa constatação não invalida a conclusão que aponta o sistema partidário chileno como o mais acessível entre os três analisados, mas complementa a análise do fenômeno.

o sistema partidário, mas sem recorrer à formação de uma nova legenda.

4.5 O papel da coesão interna

A última variável do modelo proposta refere-se à coesão interna dos movimentos sociais. De nada adianta um movimento social acreditar na relevância das instituições democráticas, encontrar um sistema partidário aberto, rejeitar conscientemente os limites do paradigma socialdemocrata e constituir uma importante autonomia frente às demais forças políticas, caso não haja coesão suficiente para sustentar a decisão de se institucionalizar. Em outras palavras, se a decisão de interagir com o sistema político custar a unidade do movimento, há uma grande chance de o processo de institucionalização não progredir.

Os três casos analisados neste trabalho são bastante diferentes entre si. O MTST, movimento mais coeso entre os casos aqui expostos, dispõe de uma estrutura organizativa que busca, como qualquer organização política, alcançar o máximo de unidade entre seus membros. Seu formato “piramidal” é formado por assembleias de base, coordenações por ocupação, coordenações estaduais e coordenação nacional. A estrutura organizativa se assemelha a um partido político, com diferentes instâncias de decisão hierarquicamente sobrepostas. Herdada das organizações da Via Campesina, de onde o MTST se origina, essa forma de organização confere alto grau de coesão interna, como veremos nos depoimentos dos ativistas entrevistados.

Já o movimento estudantil universitário chileno dispõe de diferentes estruturas organizativas, onde se destacam as federações estudantis (uma por universidade) e a Confech. O movimento é menos coeso que o MTST, já que cada universidade tem sua própria dinâmica e as federações podem ser dirigidas por diferentes grupos políticos, muitos deles rivais entre si (DONOSO, 2014). Há, no entanto, um reconhecimento da legitimidade desses organismos de direção, independente do grupo político que lidera cada um deles. Esse reconhecimento, porém, não deve ser confundido com coesão política: além da dinâmica de ocupação de espaço nas federações, pautada pela disputa entre grupos políticos organizados, as características do levante estudantil de 2011, que extrapolou em muito a capacidade de convocatória demonstrada pelas lideranças nas ondas de protesto anteriores (*mochilazo* e “revolta dos pinguins”), traz consigo uma amplitude que dificulta a construção de compreensões comuns da realidade (PINTO, 2011). Por isso, podemos considerar que, por sua escala e suas características específicas em 2011, o movimento estudantil chileno tem um nível de coesão menor que aquele verificado entre os ativistas sem-teto do MTST e maior que aquele percebido entre os jovens que impulsionaram o movimento #YoSoy132.

Neste caso, o nível de coesão é ainda mais baixo. Primeiro porque o movimento

estudantil no México, diferente de Brasil e Chile, não tem a tradição de organizar-se em entidades representativas como nossos DCEs ou as federações estudantis chilenas. Não existe, por exemplo, uma união ou confederação nacional de estudantes. Isso faz com que os debates em torno dos procedimentos, práticas e ritos, tenham assumido um peso grande (para alguns desproporcional) nas assembleias do movimento, uma vez que não havia uma dinâmica de funcionamento compartilhada por todos. Um ativista menciona que as assembleias chegavam a durar dois ou três dias, tamanha a dificuldade de estabelecer procedimentos decisórios mais dinâmicos. Segundo sua visão, isso ocorria porque “el movimiento estudiantil mexicano es muy poderoso, pero es muy conyuntural y explosivo; no tiene estructuras nacionales de representación, no hay federaciones que controlen los estudiantes”. (Entrevista 14 – realizada em 10/12/2019). A ausência de entidades representativas, portanto, gerava uma dificuldade adicional em termos de coesão para o movimento #YoSoy132.

Nas entrevistas realizadas com ativistas dos três países, buscamos verificar a impressão de cada um sobre o nível de coesão interna de seus movimentos. Para isso, fizemos a seguinte pergunta: “Considerando as condições de COESÃO INTERNA, numa escala de 1 a 10, sendo 1 = NADA COESO e 10 = MUITO COESO, como você classificaria seu movimento?”. O movimento cujos ativistas afirmaram haver maior coesão interna foi o MTST. Vários ativistas indicaram o número 10, expressando uma percepção de “coesão absoluta”. Na média, as respostas ficaram em 9, muito acima dos valores verificados nos demais movimentos. Um dos ativistas que apontou nível de coesão máxima do movimento sem-teto afirma que essa característica é a que mais lhe impressiona. “Eu não sei de onde nasce tanta coesão. A capacidade de autodefesa interna é muito grande. É interessante porque, como o embrião do movimento é em São Paulo, é incrível que isso ocorra no Brasil inteiro” (Entrevista 6). É curiosa a forma como o ativista associa a coesão à “autodefesa”. Para ele, a necessidade do movimento de defender-se das ameaças externas – despejos judiciais, violência policial, disputas territoriais com outros grupos, preconceito – é um fator decisivo na constituição dessa elevada coesão interna. Faz sentido. Afinal, o movimento é composto por setores sociais vulneráveis diante de um Estado forte, sempre disposto a exercer sua coerção violenta sobre uma sociedade civil fraca (KONDER, 1980): trabalhadores pobres, em sua maioria negros e negras, muitos deles desempregados. Na mesma direção, outra ativista destaca que a coesão do MTST é fundada a partir de relações de confiança.

Como a militância no movimento social é muito radical e lida com a sobrevivência real, a gente é muito unido ou a gente não consegue viver, não sobrevive. Então,

acho que a estrutura da nossa luta nos faz ter que ser muito unidos. E como a gente lida com o “coração do capitalismo” ou a gente tem relações de muita confiança ou não dá. Não dá pra você não confiar muito no companheiro que vai fazer ocupação com você. Tem que ser relações de muita confiança e muita proximidade (Entrevista 2 – realizada em 5/12/2019).

Para ela, o que favorece a alta coesão do movimento são os riscos que ele corre ao enfrentar, com radicalidade, o “coração do capitalismo”, isto é, a propriedade privada. Como a tática do movimento consiste na ocupação de áreas públicas ou privadas que não cumprem a função social da propriedade, tal como exige o Estatuto das Cidades, a coesão seria um fator indispensável para assegurar proteção aos ativistas do MTST. Portanto, para os militantes que responderam ao questionário, a coesão tem a ver com a dinâmica de ação do movimento, mais que com a unidade consciente em torno de propostas ou linhas políticas. A coesão que é assegurada, portanto, mais pela prática que pela teoria.

Mas há diferenças no interior do movimento em relação a essa percepção majoritária. Entre os ativistas que atribuíram valores mais baixos na nossa tabela de coesão (em torno de 7) há uma clara distinção entre a base do movimento e seus dirigentes. Para estes, a coesão política predomina entre os quadros de direção, que travam debates permanentes e mais complexos sobre a situação política do país e as tarefas mais estratégicas do movimento, enquanto na militância em geral predomina uma coesão de outro tipo, baseada na solidariedade, formando uma “média” mais baixa que aquela encontrada nos espaços de coordenação¹⁰⁴. Segundo um deles:

São duas escalas diferentes [de coesão]: uma é a coesão política e outra é a coesão organizativa. Em termos de coesão organizativa, ou seja, do movimento ter muita unidade e uma estrutura organizativa que dificulta “grupismos”, divisionismos e tudo mais, o nível de coesão do MTS é altíssimo. Em termos de coesão política, e não me refiro a grandes divergências, mas em níveis de politização diferentes entre direção e base, aí o movimento é muito heterogêneo, tem uma coesão menor (Entrevista 1 – realizada em 26/11/2019).

O que chama a atenção na fala desse ativista não é tanto a divisão entre duas formas de coesão, mas sim o fato dele atribuir uma qualidade superior à coesão “política” em relação à “coesão organizativa”. Isso mostra como o movimento dá valor à unidade de posições, mesmo que elas estejam mais restritas aos espaços de direção. O mesmo ativista reconhece isso ao afirmar que o MTST atua “como um partido”.

¹⁰⁴ Importante lembrar que as entrevistas realizadas para esse trabalho foram feitas com membros da Coordenação Nacional do MTST, uma vez que foi naquele espaço em que se travaram as discussões mais importantes sobre o processo de institucionalização do movimento. A percepção de coesão relatada por esses ativistas, portanto, inclui múltiplas dimensões (do trabalho de base, da relação entre coordenações estaduais e nacional, e claro, no interior da coordenação nacional).

Não é à toa que o MTST nasce e tem muito da sua estrutura organizativa “herdada” do MST, porque são movimentos que são reivindicativos, de massas, mas são também direção política que pensa estratégia. O MST tem a sua direção política que atua como um partido, embora tenha relações com outros partidos e até filiações em outros partidos. O MTST é igual. Nós temos uma direção política que atua como um grupo político, um partido, uma organização política. (Idem, 2019)

A coesão aparece, portanto, como um elemento importante na dinâmica do MTST, uma vez que se relaciona tanto com aspectos propriamente políticos – unidade em torno de posições, táticas e estratégia – como com aspectos práticos relacionados às formas de luta e mobilização do movimento.

No caso do movimento estudantil chileno, apesar da maioria das respostas apontar para uma maior coesão (acima de 6) encontramos uma enorme variedade de posições sobre o tema. Enquanto alguns ativistas atribuem um elevado grau de coesão ao movimento (acima de 7), outros apontam um nível de coesão muito baixo (abaixo de 3). Como no caso do MTST, acreditamos que haja entre os ativistas estudantis chilenos percepções distintas em torno do próprio conceito de coesão. Para alguns, a coesão se refere à totalidade do movimento, enquanto para outros diz respeito à coesão média entre os dirigentes das federações e os ativistas em geral.

Entre os ativistas que apontaram uma baixa coesão do movimento, notamos uma nítida divisão entre os estudantes que atuavam nos coletivos estudantis (grupos políticos que existiam antes da revolta estudantil de 2011) e aqueles que tinham uma atuação mais autônoma, ainda que fossem dirigentes de entidades estudantis. Uma importante liderança de Antofagasta afirma que, do seu ponto de vista, a decisão de criar partidos não demandava um elevado nível de coesão porque essa decisão era tomada por uma minoria.

Hay dos momentos. Uno es en la definición de constituir partidos, que se da de manera cohesionada, pero en “élites” del movimiento estudiantil, se da en Santiago con 300 personas en un salón; no se da para todo el resto de los estudiantes movilizados que estaban en los otros lugares de Chile. Entonces para nosotros, que no fuimos parte de esa reunión chiquitita que ocurrió en algún lugar, no fue una decisión reflexionada de forma colectiva sobre ese vínculo o ese paso institucional (Entrevista 8 – realizada em 20/11/2019).

Essa perspectiva de divisão nos parece interessante porque afirma que a decisão de criar partidos políticos só foi possível, apesar da baixa coesão do movimento, porque havia uma “elite” que vinha acumulando debates sobre o tema. Como toda elite, era um setor minoritário que tinha elevada coesão entre si, mas que não expressava necessariamente a visão da totalidade do movimento estudantil. Como consequência, a mesma ativista afirma que

Hubo una falta de cohesión absoluta en la decisión, por ejemplo, en mi región. Mi adhesión a un partido fue una decisión con cinco amigos más, no fue parte de una decisión generacional de la época de las movilizaciones. Entonces, no es que tuviésemos una estructura, que cohesionadamente, decidiese algo. Y eso porque esa estructura de movimiento estudiantil ya se había disuelto para la decisión de ser partidos (Idem, 2019).

Essa afirmação coloca em xeque a ideia de que, para gerar processos de institucionalização é necessário, ou ao menos desejável, um maior grau de coesão no interior do movimento. O que merece destaque nessa percepção, a nosso ver, é o papel dos *colectivos*, organizações políticas estudantis que funcionavam como pequenos partidos dentro do movimento e que tinham elevado nível de coesão interna. São desses *colectivos* que nascem os principais partidos oriundos do movimento estudiantil chileno: *Revolución Democrática*, *Comunes* e *Convergencia Social*. No caso de RD, sua origem remonta a um coletivo formado no interior da Universidade Católica chamado *Nueva Acción Universitaria* (NAU), liderado pelo atual deputado Giorgio Jackson e pelo sociólogo Miguel Crispi, então estudantes de engenharia e sociologia, respectivamente (RD, 2019). Nascido em oposição às lideranças estudantis ligadas à Democracia Cristã, que dirigiam a Federação de Estudantes da Universidade Católica (FEUC), a *Nueva Acción Universitaria* venceu as eleições para a entidade em 2009 e dirigiu por seis anos consecutivos a federação daquela universidade. No caso de *Comunes*, o núcleo estudiantil que formaria o partido¹⁰⁵ tem origem numa organização estudiantil chamada *Izquierda Autónoma*, coletivo que partilhava da mesma tradição política de militantes que, mais tarde, criariam o partido *Convergencia Social*. Uma das ativistas entrevistada atribui a essas organizações estudantis a coesão interna que permitiu a transição de lideranças estudantis do movimento social ao mundo partidário.

La verdad es que nuestro proceso fue un poquito más complejo. Nosotros éramos un colectivo que se llamaba Izquierda Autónoma que viene de una tradición que viene de La Surda¹⁰⁶. (...) Durante el 2011 crecemos un montón, teníamos unas 10 federaciones estudiantiles y, por lo tanto, cuando pensamos en proyectarnos en la política, pensamos “bueno, no vamos a proyectarnos nosotros solos, que somos un colectivo estudiantil; sino que converjamos con quien comparte nuestra tradición”. Y entonces fuimos de vuelta a buscar a los “zurdos”. Y entonces ahí nasce el Movimiento Autonomista, que es de donde era Gabriel [Boric] y sigue funcionando Izquierda Autónoma, pero ahora con más sectores que no eran solo estudiantiles (Entrevista 12 – realizada em 22/11/2019)

¹⁰⁵ Como vimos no capítulo anterior, *Comunes* é resultado de uma fusão entre um grupo oriundo do movimento estudiantil e lideranças políticas que dirigiam o partido *Poder Ciudadano*.

¹⁰⁶ *La Zurda* foi uma organização política socialista formada por antigos militantes do MIR durante os anos 1990. O MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária) era a mais importante organização político-militar marxista no Chile durante o governo de Salvador Allende. Dele participaram ou se aproximaram vários brasileiros exilados no país, como Eder Sader, Rui Mauro Marini e Marco Aurélio Garcia.

Perguntada sobre as tensões geradas pelos debates em torno da necessidade dos militantes estudantis criarem seu próprio partido, a mesma ativista afirma que, no caso de *Izquierda Autónoma* elas não existiram, já que “nunca hubo una discusión sobre que no teníamos que hacerlo” (Idem, 2019). Ou seja, como esses militantes vinham da experiência de atuação em organizações políticas, mesmo que no âmbito estudantil, a institucionalização era quase que uma aspiração natural, o que assegurou as condições de coesão necessárias para que pudessem dar esse passo com o mínimo de tensões. Para essa mesma ativista, o nível de unidade desse grupo era muito elevado:

Teníamos [en *izquierda Autónoma*] un nivel de cohesión muy alto. (...) Nos dedicamos a fortalecer una especie de pertenencia interna y de convencimiento interno también. Yo creo que cuando hay unidad política es más fácil tomar esa decisión y moverse para algún nivel de flexibilidad (Idem, 2019).

Como vemos, a percepção dos ativistas sobre o nível de coesão do movimento estudantil chileno em 2011 é bastante diversa. Entre aqueles que participavam dos *colectivos* predomina a impressão de maior coesão, embora esta não se refira ao movimento como um todo. Entre os demais predomina a percepção geral de que a coesão não era tão forte. Seja como for, na média, predomina uma ideia de maior coesão, ao contrário do que ocorre entre os ativistas mexicanos.

Entre os ativistas do movimento #YoSoy132 a percepção mais forte é de que havia um baixo nível de coesão no interior do movimento. No caso mexicano a maioria das respostas se localizou entre as notas 4 e 6, com a maioria das respostas indicando uma percepção de baixa coesão. Não chega a surpreender, uma vez que a tradição do movimento estudantil mexicano é, como vimos, bastante diferente daquela encontrada no Chile ou Brasil. Além disso, vários ativistas mencionaram diferentes níveis de coesão em cada momento, indicando que #YoSoy132 aparentava uma maior unidade nos primeiros meses de protesto.

En los momentos iniciales hubo mucha cohesión por elementos identitarios, y eso hay que analizarlo como una de las cosas más importantes. El elemento juvenil-estudiantil y los símbolos, sobre todo el *hashtag* que agregaba participantes con mucha facilidad sin exigirles nada, fue lo que cohesionó mucho el movimiento inicialmente. Pero el grueso de los participantes juveniles estaba despolitizados y desmovilizados, entonces la creación de subjetividades creaba un sentido de orgullo e identidad. Porque en México no hay las juventudes partidistas o federaciones como en Sudamérica. Después, bajo las peleas internas, mistificaciones ideológicas, errores y diferencias de opinión el movimiento fue menos hábil para cohesionarse a sí mismo (Entrevista 16 – realizada em 30/11/2019).

Outro aspecto frequentemente mencionado é a diferença existente entre os estudantes de escolhas públicas, mais acostumados com os ritos da política, e os das escolas privadas.

Em muitos depoimentos essa divisão aparece como a expressão de dois mundos completamente diferentes, como afirma este ativista sobre #YoSoy132:

Era muy amplio ideológicamente, con un cierto sentimiento de pertenencia de común, generacional, pero en la hora de la traducción en una especie de cuestión política más general, se rompía todo. Fue una tensión permanente de saber quien era aliado de quien, y quien tomaba la palabra sin consultar, y quien daba una entrevista a los medios sin haber acordado previamente lo que iba a decir palabra por palabra... Se llegó a tener niveles de desconfianza dese estilo. (...) Peleas que duraban 4 o 5 horas por una ausencia de confianza, incluso con ciertas caricaturas entre los que eran de las escuelas privadas y los de las públicas: los de las privadas nos veían como una bola de radicales y guerrilleros, y nosotros a ellos como unos mamones que sabían nada de la vida. (Entrevista 15 – realizada em 2/12/2019)

Além da desconfiança que dividia o movimento e das diferenças entre estudantes das instituições públicas e privadas, apesar da amplitude que #YoSoy132 assumiu, havia ainda todo o contexto no qual o movimento se desenvolveu, onde as tensões do processo eleitoral incidiam pesadamente sobre os ativistas.

Aunque fueran incorporando otros problemas y temas, el punto de tensión fundamental era la lucha contra el regreso del PRI al gobierno. Ese es el punto de la mayor unidad interna. Pero es también el punto donde, frente la campaña de López Obrador y la lucha contra el fraude, introdujo diferencias. Durante el curso del movimiento, la lucha contra el regreso del PRI le dio la cohesión. Pero después del fraude y de las dificultades que hubo, no logró mantener la cohesión y la unidad del movimiento (Entrevista 13 – realizada em 13/11/2019).

Fortemente marcado pela conjuntura imediata, o movimento #YoSoy132 demonstrou um caráter mais de reação (no caso específico, à manipulação eleitoral e midiática) do que de defesa de um projeto. Ainda que, como pudemos notar tanto pela plataforma divulgada pelo movimento, quanto pela declaração acima, os ativistas tenham buscado incorporar uma agenda mais ampla, predominou o caráter de impugnação ao candidato do PRI (Entrevista 14). Uma vez eleito Peña Nieto, #YoSoy132 voltou suas baterias para a posse do novo presidente, em dezembro. Mas já era tarde. Enfraquecido, o movimento foi reprimido e desarticulou-se.

Os dados levantados sobre a percepção dos ativistas acerca do nível de coesão em cada movimento nos dão um panorama interessante, mas incompleto. Para dar um passo além, cruzamos esses dados com as respostas dadas à pergunta “A decisão de interagir/não interagir com o sistema político-partidário gerou tensões no interior do movimento?”. Verificamos que quanto maior a percepção de coesão, menor a percepção de que existiram problemas no processo de institucionalização. Isso fica particularmente evidente no caso chileno, onde todos os ativistas que afirmaram que o movimento tinha um baixo grau de coesão, também afirmaram que o processo de institucionalização gerou maiores tensões. Por

sua vez, todos os ativistas que afirmaram que o movimento tinha maior coesão, afirmaram também que o processo de institucionalização havia se dado sem maiores tensões, ainda que a bibliografia demonstre que as tensões estiveram efetivamente presentes em diferentes momentos (BINDEGAIN, 2015; DONOSO, 2014; BINDEGAIN & VON BÜLOW, 2017). No caso do México, o resultado é semelhante. Embora todos tenham apontado um baixo nível de coesão do movimento, é entre os que apontam as notas mais baixas que a percepção de que a decisão do movimento de não se institucionalizar gerou tensões é predominante, enquanto entre os que apontam as notas mais altas, a percepção é inversa.

Entre os ativistas sem-teto que reivindicam maior coesão interna, a maioria deles admite tensões de baixa intensidade no processo de institucionalização, quase sempre relacionadas ao temor de perda de autonomia por parte do movimento. No entanto, confrontados com a pergunta se essas tensões geraram algum tipo de dissidência no movimento, todos os ativistas responderam de forma negativa, o que significa que mesmo com algum nível de tensão, a coesão interna do MTST evitou qualquer divisão relevante.

Com isso, podemos concluir que a coesão interna é um fator importante nos processos de institucionalização de movimentos sociais. Embora não chegue a evitar tensões, é fundamental para manter a integridade daqueles movimentos – ou setores do movimento, como no caso chileno – que decidem enfrentar o processo de institucionalização e colabora decisivamente para sustentar a decisão de ingressar no sistema partidário.

4.6 O arquétipo da nova esquerda na América Latina: o caso chileno

Na primeira parte deste capítulo analisamos a incidência de cada uma das variáveis sobre os três movimentos sociais estudados neste trabalho. Na segunda parte, esboçaremos conclusões em torno dos casos a partir da confirmação das hipóteses iniciais em torno dos processos de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda na América Latina.

Como vimos, o surgimento de novos partidos oriundos do movimento estudantil no Chile após 2011 não chega a ser um caso inédito de institucionalização de movimentos sociais na região. Exemplos como os do MAS-IPSP¹⁰⁷, na Bolívia, durante os anos 2000, e mesmo do PT nos anos 80, mostram que a o fenômeno não é novo. O que nos chama a atenção é que os movimentos da nova esquerda surgidos a partir de 2011, no contexto de crise da democracia liberal, têm como característica uma dura crítica ao sistema de partidos, o que em tese dificultaria processos de institucionalização. No entanto, como buscamos

¹⁰⁷ Movimiento al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos, partido criado pelo movimento indígena e cocaleiro para viabilizar a eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia.

demonstrar, diante de determinadas condições particulares, esses movimentos podem criar partidos próprios, numa dinâmica de competição com as velhas forças da esquerda social-democrata ou comunista. E o caso do Chile apresenta-se como uma espécie de arquétipo para a região, num processo muito semelhante àquele vivido na Espanha pelos jovens do 15M e que redundou na criação do Podemos. No caso chileno, porém, a energia das ruas não foi canalizada para um único partido, mas para uma frente de partidos que se identificam com a rebelião juvenil de 2011 e que representam diferentes matizes de pensamento e tradições políticas.

O movimento estudantil chileno em tudo se vê como um caso de “nova esquerda”. As lideranças entrevistadas – dirigentes estudantis da época e hoje lideranças partidárias de legendas criadas nos últimos anos – afirmam, quase que em uníssono, que o movimento estudantil de 2011 pode ser considerado um caso de nova esquerda. Suas referências internacionais, em geral, apontam para processos recentes de mobilização de massas e não para as antigas referências revolucionárias que serviram de inspiração para as gerações anteriores. A utilização de novos mecanismos de mobilização e visibilização dos protestos através da internet, a mediatização do conflito, a horizontalidade, o surgimento de novas lideranças e a instituição de novas formas de intervenção¹⁰⁸, todas essas características fazem do caso chileno um modelo de movimento social da nova esquerda latino-americana.

Além disso, de acordo com a análise das variáveis selecionadas, no Chile se produziu uma combinação de fatores que favoreceu, se tomamos mais uma vez como referência o modelo teórico de Hanagan (1998), uma dinâmica de competição entre movimentos e partidos e levou à criação de novas legendas partidárias legais. Isso foi possível, primeiro, pela presença de uma elevada autonomia desses movimentos em relação ao sistema político. Se é verdade que partidos tradicionais da esquerda chilena, como o PS e PCCh, tinham militantes nas federações estudantis – este último com a principal liderança do movimento de 2011 entre seus quadros¹⁰⁹ – por outro lado também devemos admitir que a amplitude do movimento e o peso dos coletivos independentes impediram qualquer tipo de tutela por parte da esquerda tradicional.

Além da autonomia, notamos como característica geral uma posição bastante crítica aos partidos da *Concertación* que governaram o país por duas décadas. A geração de jovens

¹⁰⁸ Além das tradicionais marchas, ocupações de escolas e universidades, e assembleias, o movimento inovou criando outras formas de protesto. Uma delas foi a realização de uma maratona intitulada “1800 horas pela educação”, quando, durante semanas, estudantes se revezaram correndo sem parar ao redor do Palácio de La Moneda, no centro de Santiago. As 1800 horas eram uma referência à estimativa de quanto custaria estatizar completamente o ensino superior chileno (1,8 bilhão de dólares). O protesto inovador chegou a repercutir na imprensa brasileira: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1907201103.htm>

¹⁰⁹ Camila Vallejo, atualmente deputada pelo Partido Comunista do Chile.

que liderou os protestos de 2011 nasceu e viveu no Chile da transição e expressava, no seu rechaço ao neoliberalismo, uma crítica implacável aos limites da simples “gestão” do modelo herdado de Pinochet. Os governos progressistas chilenos, embora tenham colaborado com a redução das desigualdades e a consolidação de uma democracia liberal estável, pouco fizeram para enfrentar os problemas estruturais do modelo econômico neoliberal, o que produziu, em relação às forças tradicionais da esquerda, cada vez mais associadas às disfunções do modelo, uma crescente frustração dos jovens que viviam na pele os impactos do modelo de ensino superior. A presença de uma longa experiência progressista no poder, portanto, apresenta-se como um fator decisivo no caso do movimento estudantil chileno. Como afirma um ativista entrevistado, enquanto os protestos de 2006 eram focados na educação, com o propósito de reparar injustiças presentes no sistema educacional chileno, os protestos de 2011 foram antissistêmicos, criticando o Chile da transição e todo o modelo neoliberal (Entrevista 11). Outro ativista, destaca que essa mudança na natureza dos protestos – de uma perspectiva mais corporativa para uma mais ampla – expressa uma radicalidade que tinha como pano de fundo o desconforto com todo o sistema político.

Las demandas y el contenido eran radicales con relación al consenso político en el sistema de partidos: la desmercantilización de la educación era una demanda radical, una demanda que apunta a la raíz de los problemas de la educación, y que a su vez, era una demanda ajena al consenso de quien gobernaba. (Entrevista 9 – realizada em 20/11/2019).

É no curso desse enfrentamento que alguns atores passaram a amadurecer a necessidade de dar um passo além. Explicando a decisão de institucionalizar-se, o mesmo ativista afirma que “en el curso de la crisis de legitimidad del neoliberalismo, en ese momento nosotros decimos que llegara el tiempo de no solamente construir movimiento social, sino que acelerar la construcción de los instrumentos propiamente políticos” (Idem, 2019). Essa crise de legitimidade abre a perspectiva de um novo espaço de luta, que transcende o movimento social. Numa dicotomia algo precária entre “movimento social” e “movimento político” os ativistas reconhecem que é preciso disputar, também por dentro das instituições do Estado, um caráter pós-neoliberal para o ciclo que se abria. Ao mesmo tempo, concluem que os partidos de centro-esquerda que haviam legitimado até então o consenso neoliberal, não tinham condições de liderar esse processo, razão pela qual iniciam o debate sobre construir seus próprios instrumentos partidários. Nesse sentido, a existência de uma longa experiência socialdemocrata à frente do aparato de governo com a manutenção das bases neoliberais do Estado, alimentou o ceticismo com a possibilidade de uma renovação “por dentro” dos velhos partidos progressistas. Assim, aqueles setores do movimento estudantil que passaram a alimentar a necessidade de intervir diretamente na

política partidária o faziam desde a perspectiva da criação de novas legendas partidárias.

Mas como explicar que um movimento crítico aos partidos de centro-esquerda e ao sistema político e econômico como um todo, poderia encontrar lógica na decisão de inserir-se nesse mesmo sistema organizando seus próprios instrumentos partidários? É aí que entra o papel dos elevados índices de confiança na democracia presentes na sociedade chilena. Todos os dados analisados neste trabalho demonstram que no Chile predominavam, quando dos protestos de 2011, um forte reconhecimento da democracia enquanto sistema político em comparação com outros países latino-americanos. A cultura política, marcada por quase três décadas de autoritarismo, reconhecia que a democracia é preferível em relação a outras formas de governo. Além disso, a opinião de que instituições como o parlamento são necessárias à democracia está bem acima da média regional. A elevada confiança no sistema democrático, portanto, mostra-se uma característica importante para explicar o processo de transição de parte do movimento estudantil ao mundo político.

Mas esse fenômeno só pôde ocorrer graças às características do sistema político chileno que, reformado em 2015, pôs fim ao sistema binominal e garantiu maior representatividade. Isso estimulou a criação de partidos que encontraram diante de si um sistema mais acessível que aquele existente em outros países. Como demonstramos neste capítulo, em comparação com outros sistemas partidários, o sistema chileno é bastante acessível. Com a aprovação da nova *Ley Orgánica de los Partidos Políticos*, promulgada em 2016, foram criados vários partidos. De todas as 22 legendas constituídas legalmente hoje no Chile, catorze surgiram entre 2016 e 2019 (SERVEL, 2019), após a promulgação das alterações legais. É verdade que *Revolución Democrática*, por exemplo, surgiu antes disso. Mas ela se beneficiou tanto das alterações legais quanto da liderança da Giorgio Jackson, que se elegeu como candidato independente em 2013 num acordo com o Partido Socialista. Seja como for, as regras de acesso ao sistema partidário chileno tornaram-se ao longo do tempo muito mais brandas que de outros países, o que favorece de forma objetiva processos de institucionalização.

Por fim, e não menos relevante, notamos que o movimento estudantil, apesar de sua pluralidade, produzia importantes nichos de coesão interna, fundamentais ao processo de institucionalização que se seguiria. Embora partilhassem de perspectivas comuns, a liderança do movimento era diversa, com setores mais radicais e outros mais moderados; com dirigentes vinculados aos partidos tradicionais e outras mais autônomas ou sem vivência partidária. Um importante líder dos protestos descreve essa pluralidade e afirma:

La predominancia del movimiento, inicialmente, la tenía el PC. Y el PC acá era un partido que, en ese momento, estaba empezando la alianza para armar la Nueva

Mayoría, y, por lo tanto, como tenían un partido bien disciplinado y querían llegar a algún acuerdo (eran más políticos en ese sentido que el resto), eran percibidos como más “amarillos”, más moderados. Yo, por otro lado, era considerado más moderado aún, venía de ingeniería, era visto como niño moderado y técnico, y claro, menos político porque efectivamente, no tenía una historia de militancia. (...) Y a pesar de que había espacios con la ultra, nunca tuvieron todo el dominio, pero llegaron a ser muy influyentes (Entrevista 10 – realizada em 18/11/2019).

Como atesta esse depoimento, conviviam muitas perspectivas diferentes no interior do movimento. Mas verificando especificamente os três novos partidos formados por ativistas e lideranças estudantis chilenas pós 2011, veremos que todos eles têm como embrião os *colectivos* estudantis nas universidades. Esse fenômeno, aliás, também ocorre no Brasil, com dezenas de coletivos estudantis atuando nas instituições de ensino e disputando as eleições para suas entidades representativas. Mas, em geral, esses movimentos estão associados a organizações políticas de fora da universidade, quase sempre vinculadas a partidos políticos legais¹¹⁰. Esses *colectivos* dão coesão e diminuem as tensões internas, colaborando decisivamente no processo de institucionalização. Chama a atenção, por exemplo, que a ativista que atribuiu menor coesão interna ao movimento estudantil seja justamente alguém que não fazia parte de um coletivo e que descreve a criação do próprio partido como obra de “uma minoria num salão em Santiago” (Entrevista 8).

Analisando o caso chileno, portanto, percebemos o encontro de todas as variáveis favoráveis ao processo de institucionalização de movimentos sociais da nova esquerda: i) percepção crítica dos limites do progressismo no poder; ii) elevado nível de coesão interna; iii) sistema político acessível à criação de novos partidos legais; iv) cultura política com altos índices de confiança na democracia e suas instituições. Além disso, o movimento estudantil chileno demonstra elevada autonomia em relação ao sistema político, assegurada pela combinação entre um Estado pouco presente e a ausência de nitidez das ofertas políticas, e consequentemente, das clivagens ideológicas. Esse aspecto, no entanto, está presente também nos movimentos que não se institucionalizaram (México) ou que se institucionalizaram apenas parcialmente (Brasil).

É suficiente, portanto, que os movimentos sociais de nova esquerda tenham a seu favor essas variáveis para que processos de criação de novos partidos sejam bem-sucedidos? De forma alguma. No Chile, essas variáveis só “funcionaram” porque havia uma crise de grandes proporções, tanto do modelo político quanto do modelo econômico. Uma ativista

¹¹⁰ No movimento estudantil brasileiro, além das juventudes partidárias propriamente, temos a União da Juventude Socialista (UJS), vinculada ao PCdoB, além de dezenas de coletivos vinculados ao PT e ao PSOL, por exemplo. O próprio autor, quando militou no movimento estudantil universitários, era membro de um coletivo nacional intitulado *Contraponto*, dirigido por militantes jovens da Força Socialista, tendência interna do PT e depois do PSOL.

destaca que o contexto político era de absoluto comprometimento do mundo político com o *establishment*, de modo que as posições do movimento estudantil pareciam muito radicais, ainda que não fossem mais que a reivindicação difusa de um Estado de Bem-Estar Social:

O Chile é tão neoliberal, que quando nós falávamos de educação gratuita, era como se falássemos de Cuba, quando na verdade estávamos falando da Alemanha, da socialdemocracia. O “centro” [político] nesse momento estava super à direita, então nós falávamos de gratuidade e de educação pública e nos associavam à Venezuela (Entrevista 7 – realizada em 18/11/2019 e concedida em português)

Não havia alternativa, portanto, dentro do campo dos partidos tradicionais. Como vimos em outras partes do mundo – notadamente Grécia e Espanha – a criação de novos partidos vem acompanhada de uma profunda crise da socialdemocracia, que já não consegue encarnar as aspirações de progresso e mudança, tamanho é seu comprometimento com a administração do sistema. Questionados em relação aos argumentos que justificavam a decisão por formar novos partidos as respostas são as mesmas: ampliar a ação política para além do mundo universitário; buscar novos interlocutores para suas posições; desilusão ou desconfiança com os partidos tradicionais de esquerda; necessidade de intervir sobre os rumos da política e do Estado (Idem, 2019). Um ativista afirma, ainda, que a intenção era armar uma frente que nas eleições parlamentares seguintes se postulasse como expressão política do movimento de 2011. Tudo para apresentar uma alternativa aos antigos partidos de esquerda e afrontar o modelo da transição do qual esses mesmos partidos eram fiadores.

En ese momento, nuestra tesis, nuestro grito de guerra era “producir la crisis de la transición”. Porque socialmente estaba deslegitimado el neoliberalismo, pero todavía era una crisis de movimientos más o menos espontáneos, pero sin expresión política, sin expresión en la disputa del poder propiamente tal. Y en el fondo hacer un partido y disputar presencia en el Congreso tenía que ver con llevar a las últimas consecuencias esa movilización social y esa crítica (Entrevista 9 – 20/11/2019).

A demanda por superar os antigos partidos era tão forte que aqueles setores que não conseguiram criar seus partidos buscaram alternativas intermediárias. Isso porque, como afirma o mesmo ativista, a intenção não era só criar um partido, mas reunir as condições para “propor uma alternativa à esquerda tradicional” (Idem, 2019). No caso desse ativista, que fazia parte de um coletivo que não conseguiu institucionalizar-se imediatamente após 2011, a saída foi a formação de uma fundação de estudos.

O processo de institucionalização de setores importantes do movimento estudantil chileno só foi possível, portanto, pela decisão consciente de “levar às últimas consequências” a crítica ao neoliberalismo e ao modelo de transição. Nesse caminho, as variáveis apresentadas nesse trabalho conformam um modelo explicativo que ajuda a compreender o

surgimento de novos partidos de forma tão rápida e avassaladora, impactando o jogo político e assegurando um espaço relevante à nova esquerda no sistema partidário chileno.

4.7 Sinfonia inacabada: a aliança entre MTST e PSOL

O caso da aliança eleitoral entre PSOL e MTST é bastante peculiar. Através da candidatura de Guilherme Boulos à Presidência da República, o movimento ocupou um lugar importante no debate das esquerdas. O caminho escolhido para ingressar na disputa político-eleitoral foi o de uma aliança com um partido já existente. A discussão sobre como interagir com o sistema partidário se iniciou depois de 2013 e ganhou força máxima após o impeachment de Dilma Rousseff¹¹¹. Mas a opção de criar um “partido dos sem-teto” nunca esteve colocada. Para os líderes do movimento, o fim do ciclo petista à frente do Governo Federal abria um cenário de “reorganização da esquerda” no Brasil, que exigia a confluência de diferentes grupos políticos em torno de uma plataforma de enfrentamento aberto ao neoliberalismo (Entrevista 1). Entre os parceiros identificados pelo MTST para essa missão estavam partidos (PSOL e PCB) e movimentos (Mídia Ninja, APIB, Intersindical, dentre outros). Em uma entrevista concedida em 2017, Guilherme Boulos, membro da coordenação nacional do MTST, sintetizou essa posição:

A esquerda não pode ficar restrita a um projeto eleitoral. Temos um ciclo se encerrando, o ciclo de uma estratégia que foi capitaneada hegemonicamente pelo PT, inclusive nos seus governos, de que era possível ter avanços sem enfrentar a estrutura arcaica de privilégios. Nos governos Lula se teve avanço porque havia um crescimento médio de 4%. Com manejo orçamentário se fazia política social sem tirar nada do andar de cima. Quando a crise vem, isso não é mais possível. A esquerda tem de pensar rumos, um novo projeto, uma nova perspectiva (VALOR, 2017).

O MTST passa então a ver no fim do ciclo petista à frente do Governo Federal a oportunidade de impulsionar a formação de um novo polo de esquerda no Brasil. A partir disso se intensificam contatos entre dirigentes do PSOL, dos sem-teto, intelectuais, líderes de outros movimentos sociais e até lideranças petistas insatisfeitas com as dificuldades de renovação do PT¹¹².

No PSOL, o debate sobre a reorganização da esquerda também ganha impulso depois do impeachment. O partido, criado por parlamentares dissidentes do PT e lideranças sindicais e estudantis em 2005, mantinha até então uma influência limitada na esquerda

¹¹¹ Até então, como atestam dos documentos do MTST, predominava uma negação do sistema partidário.

¹¹² Um desses encontros chegou a se tornar público, conforme noticiou a Folha de São Paulo. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1894224-psol-petistas-e-movimento-de-sem-teto-discutem-plano-para-esquerda.shtml>

partidária. Mesmo antes do golpe contra Dilma o partido já vinha buscando uma aproximação com a nova esquerda europeia, enviando delegações aos congressos do Bloco de Esquerda (Portugal) e Front de Gauche (França), além de acompanhar as eleições que levaram o Syriza à vitória, na Grécia, em 2015. Em junho de 2013, o PSOL teve uma posição de reconhecimento da importância do fenômeno social que as manifestações representavam, numa posição diferente da maioria dos partidos de esquerda que estavam no governo de Dilma Rousseff e que assumiram uma posição de desconfiança em relação aos protestos¹¹³.

As manifestações de 2013, aliás, são um marco importante no processo de mudanças no interior do MTST. Com maior independência em relação aos governos petistas que outros movimentos de moradia, o movimento ganhou a partir de então uma projeção inédita. Impulsionando protestos contra os impactos das obras para a Copa do Mundo de futebol (2014), o MTST se credencia como um importante ator no processo de lutas sociais no Brasil e inicia uma estratégia de nacionalização para ampliar sua atuação a outros estados. Os protestos em Brasília, na abertura da Copa das Confederações da FIFA, em junho de 2013, foram a primeira grande ação do movimento fora de São Paulo, apesar de estar presente no Distrito Federal desde 2010, quando realizou sua primeira ocupação em Brazlândia. Um ativista destaca que

Os principais impactos [do MTST na esquerda brasileira] começaram a ser notados com o crescimento do movimento. Até 2012 pra 2013, quando o movimento ainda não tinha avançado na sua nacionalização nem tinha crescido no potencial de mobilização, tinha pouca expressão mesmo na esquerda. De 2013 pra frente, quando começou a crescer, começou a ser um ator importante num novo polo de mobilização social que não estava ligado às origens do petismo. Então, você não tinha um movimento social que conseguisse ser de massas, nacional e expressivo no país que não tivesse a mesma trajetória histórica de formação do bloco petista. Então o MTST passa a ser o primeiro movimento social com essa característica. E isso possibilita que ele consiga, a partir desse lugar, articular uma série de novos atores nesse novo polo dinâmico da esquerda (Entrevista 3 – realizada em 7 de novembro de 2019).

Portanto, apesar de existir desde 1997, são as jornadas de junho de 2013 que fazem com que o MTST ocupe o posto de principal movimento social urbano da nova esquerda brasileira. A profunda crise do desenvolvimento capitalista nos grandes centros urbanos oferecia um manancial interminável de potenciais lutadores da reforma urbana que eram organizados pelos jovens dirigentes do MTST, muitos deles oriundos de outros extratos

¹¹³ Anos mais tarde essa posição assumiria contornos ainda mais acentuados, com o ex-presidente Lula afirmando que as manifestações de junho de 2013 “foram feitas já fazendo parte do golpe contra o PT. Elas já foram articuladas para garantir o golpe. Elas não tinham reivindicações específicas. As manifestações começaram como parte do golpe, incentivadas pela mídia brasileira e incentivadas, acho que inclusive, de fora para dentro. Eu acho já que teve o braço dos Estados Unidos nas manifestações do Brasil” (FÓRUM, 2019). O Movimento Passe Livre, principal movimento de 2013, divulgou nota dias depois repudiando as declarações de Lula.

sociais. O movimento, portanto, já estava consolidado quando ocorre o impeachment de Dilma e o movimento amadurece a necessidade de interagir com o sistema partidário. Liderando manifestações contra o golpe parlamentar em todo país, o MTST amplia sua influência na esquerda. É nesse momento, segundo vários ativistas, que o movimento conclui que precisa dar um passo além. Uma dirigente comenta esse fenômeno:

O movimento tem características de um movimento político. É um movimento que reivindica, não só da boca pra fora, um projeto político mais amplo, e não dá conta sozinho. Então o movimento teve isso como amadurecimento, de que era importante construir uma ferramenta e que nesse momento ela se dá a partir da construção de um partido, uma ferramenta mais ampla (...). Porque não vai existir reforma urbana por fora de um projeto político mais amplo (Entrevista 4 – realizada em 12/11/2019)

Mas porque o MTST não buscou criar seu próprio partido e preferiu uma aliança com um partido já existente? Um fator, como vemos, é a percepção de que o movimento deveria ser parte de algo mais amplo, a ideia de que “não dá conta sozinho”. Outro fator é que, especialmente desde o impeachment de Dilma, havia uma crescente confluência de posições entre MTST e PSOL. O partido também vinha formulando uma ideia de reorganização da esquerda muito similar àquela em discussão entre os sem-teto. Uma resolução aprovada por seu Diretório Nacional logo após a destituição de Dilma afirma:

(...) Assim, tornou-se inevitável que se faça um paralelo entre a resistência aos ataques aos direitos sociais e trabalhistas e o debate sobre a reorganização da esquerda no “pós-PT”. Por isso, para o PSOL e para todos os que estão dispostos a reconquistar um protagonismo de esquerda em nosso país, se apresentam tarefas de dimensões políticas e organizativas (PSOL, 2016)

E entre as tarefas, o partido ressaltava a necessidade de fazer do PSOL um espaço de acolhimento dos movimentos sociais da nova esquerda, levando em conta as mudanças que tornaram mais difíceis a estruturação de novos partidos:

A legislação eleitoral criou enormes dificuldades para estruturação de novos partidos de esquerda e está formatada para impedir o surgimento de alternativas eleitorais do nosso campo. (...) Assim, nosso partido, em primeiro lugar, deve ser um porto generoso para todos os segmentos dispostos a reconstruir no dia-a-dia das lutas e nas eleições, um projeto de esquerda, radicalmente democrático e com independência de classe. Garantir, pelo menos, a filiação democrática de todos e todas que se enquadrarem neste perfil deve ser um compromisso desde já assumido pelo partido.

O acúmulo conquistado na sua primeira década de existência e a postura correta diante do golpe institucional credenciou nosso partido como um novo polo de aglutinação da esquerda brasileira. Devemos nos propor a ser um porto seguro e democrático a todos os que querem reconstruir a esquerda no país por meio de um projeto que faça um ajuste de contas com os erros, reconheça avanços e aponte mudanças de práticas e de programa para a nova conjuntura que atravessaremos no país. (Idem, 2016)

Como se vê, as posições do PSOL em 2017 iam cada vez mais ao encontro daquelas em discussão no MTST e encontraram guarida em outros movimentos sociais, como APIB e Mídia Ninja, além do PCB. Em dezembro do ano seguinte, em seu VI Congresso Nacional o partido reafirma essas posições de forma ainda mais enfática. Na época, as conversas para uma possível aliança eleitoral entre PSOL e MTST já estavam adiantadas. Em março de 2018 Boulos se filia ao PSOL e, poucas semanas depois, é escolhido como candidato da aliança para a eleição presidencial de 2018.

Como demonstra a resolução aprovada pelo PSOL, no mesmo período foram aprovadas regras que tornaram mais difícil a legalização de novos partidos de esquerda. Embora no essencial os principais aspectos analisados no capítulo anterior se mantenham inalterados, tais como alcance mínimo regional e número mínimo de apoio equivalente a 0,5% dos eleitores que participaram da eleição para Deputado Federal, o Supremo Tribunal Federal disciplinou duas lacunas legais, definindo um prazo mínimo de cinco anos de existência legal para que uma nova legenda se funda a outra, e desconsiderando apoio de eleitores já filiados a um partido para criação de uma nova sigla (STF, 2015). Embora pontuais, as mudanças tiveram como propósito inibir o surgimento de novas legendas, diminuindo a acessibilidade do sistema partidário brasileiro. Não é possível determinar em que medida as novas regras tenham cumprido seu propósito, desestimulando a criação de um partido dos sem-teto. A verdade é que parece ter falado mais alto a ideia de unidade política das forças sociais e partidárias dispostas a impulsionar o processo de reorganização da esquerda.

Assim, duas das variáveis analisadas neste trabalho estavam colocadas enquanto eram desenvolvidos os debates sobre a relação do MTST com o sistema político. A primeira diz respeito à crítica endereçada pelo movimento aos limites do projeto progressista liderado pelo PT. Em muitos documentos são esses limites que justificam a necessidade de o movimento impulsionar um projeto de nova esquerda no Brasil. O segundo tem a ver com a acessibilidade do sistema partidário brasileiro, um pouco mais restrita na época, mas ainda assim muito maior que em países como México. Sobre essa segunda variável, não foram identificadas nas entrevistas realizadas quaisquer referências à hipótese de criação de um partido do MTST ou a eventuais dificuldades impostas pelas mudanças na legislação. Apesar da acessibilidade do sistema partidário brasileiro, falou mais alto desde o início uma ideia de unidade com outras forças políticas.

As duas outras variáveis – coesão interna e confiança no sistema democrático – refletem a dualidade do processo de *institucionalização parcial* vivido pelo MTST. Como vimos, o Brasil apresenta alguns dos piores níveis de confiança na democracia e nas

instituições democráticas em toda a América Latina. E o MTST alimenta, desde muito tempo, uma crítica contundente ao sistema político brasileiro. Essa crítica se expressava, até recentemente, na orientação de proibir seus membros de serem candidatos a cargos eletivos, diferentemente, por exemplo, do MST, que tem sua “bancada da reforma agrária” no Congresso Nacional¹¹⁴. Essa posição crítica aproximou o movimento de processos sociais como aquelas vividos, por exemplo, na Espanha em 2011, incorporando bandeiras que tinham como centro o fim dos privilégios e a luta “dos 99%” contra o 1% mais rico. Em relação ao sistema político, se por um lado retardou uma aproximação do MTST com o mundo partidário, por outro servia como um “diferencial” em relação a outros movimentos. Uma ativista ressalta que essa posição ajudava o movimento a se conectar com a desconfiança presente nas periferias contra os políticos:

O MTST sempre teve um discurso muito radical contra a participação nas eleições. Era a nossa forma de nos credenciarmos na periferia: se diferenciar dos politiquinhos que iam lá e sacaneavam o povo. Acho que do golpe pra cá isso mudou bastante na compreensão das pessoas, dando mais importância a esse espaço da política (Entrevista 4 – realizada em 12/11/2019)

A desconfiança do movimento com o sistema político, afinal, era justificável. Em geral, a relação do Estado e suas instituições com movimentos sociais desta natureza costuma se dar a partir do conflito, da repressão e da defesa intransigente do direito “sagrado” à propriedade privada. Um movimento como MTST, formado por trabalhadores pobres das periferias, desempregados, em sua maioria negros e negras, não era bem-vindo nos palácios do poder. O histórico de violência contra os sem-teto “conectava” a desconfiança do movimento com o sistema político e o baixo apreço à democracia verificado na sociedade em geral, desestimulando uma maior aproximação com o sistema partidário, que só viria a ocorrer 15 anos depois da criação do movimento¹¹⁵.

Por fim, destacamos o alto nível de coesão do movimento e como essa variável foi decisiva para viabilizar um processo relativamente unitário de integração ao sistema partidário, ainda que na forma de uma aliança eleitoral. Como vimos no início deste capítulo, o MTST apresenta os maiores níveis de coesão entre os movimentos analisados neste trabalho. Sua estrutura mais verticalizada que os demais e a cultura de autodefesa foram fundamentais para forjar essa coesão. Como afirma a mesma ativista, sobre os debates no

¹¹⁴ Entre os atuais deputados federais que têm origem na militância do MST, podemos citar Dionilso Marcon (RS), Walmir Assunção (BA) e João Daniel (SE). Todos são filiados ao PT.

¹¹⁵ Além da candidatura de Guilherme Boulos pelo PSOL, o movimento mantém dirigentes filiados ao partido em outros estados. Em Pernambuco, caso mais paradigmático, o presidente do PSOL e a co-deputada que lidera um mandato coletivo do partido na Assembleia Legislativa do estado são militantes do MTST. Isso não impede, porém, que o movimento tenha militantes filiados a outros partidos, especialmente ao PT.

interior do movimento sobre o processo de formação da aliança eleitoral com o PSOL:

Foi mais fácil do que a gente imaginava, porque o processo pós-golpe no Brasil alterou muito a ideia das pessoas sobre a política. Não que as pessoas passaram a gostar de política ou a confiar mais nos políticos, mas as pessoas entenderam melhor qual a importância de algumas coisas (Idem, 2019).

Embora ela sustente que a facilidade com que o movimento chegou à conclusão de que era necessária uma interação orgânica com o mundo partidário se deva à uma maior compreensão do papel da política no pós-golpe, também admite que havia uma rejeição dos militantes do movimento aos políticos. Segundo ela, as pessoas não passaram “a gostar de política ou a confiar nos políticos”, mas entenderam que a ação partidária tinha seu papel. Isso só foi possível, sem maiores dificuldades, porque havia uma elevada coesão interna no movimento e também porque sua direção mantinha um processo de crescente aproximação com a esquerda partidária como um todo, e não apenas com o PSOL, especialmente a partir do papel do MTST e da figura de Guilherme Boulos na organização das manifestações contra o impeachment de Dilma Rousseff.

A filiação de Boulos ao PSOL e a formação de uma aliança não só eleitoral, mas também política, se deu pela leitura comum que partido e movimento vinham desenvolvendo sobre o processo de reorganização da esquerda brasileira e de superação do petismo como sua corrente hegemônica. Os acontecimentos seguintes – prisão de Lula, eleição de Bolsonaro, construção de uma frente política de oposição – enfraqueceram essa perspectiva e retardaram o processo de reorganização, numa espécie de “sinfonia inacabada”. Os próximos capítulos dessa história ainda estão por ser escritos¹¹⁶.

O que podemos observar no empreendimento inovador de formação de uma aliança entre um movimento social e um partido político, que resultou não na entrada em massa de militantes sem-teto no PSOL, mas na filiação pontual de algumas lideranças e na construção de uma plataforma eleitoral comum, é que a incidência das variáveis analisadas neste trabalho produziram uma espécie de *institucionalização parcial* do MTST. Por um lado, a coesão interna e a crítica aos limites da experiência progressista no poder estimularam um ousado processo de interação com o sistema partidário, levando à filiação do principal dirigente do movimento ao PSOL. Muitos ativistas viam o MTST como parte de um processo mundial de surgimento de uma nova esquerda, percepção que foi reforçada por fenômenos como o da candidatura de Ada Colau à prefeitura de Barcelona¹¹⁷. Por outro lado, a baixa

¹¹⁶ Como o autor está diretamente envolvido nestas discussões, abstenho-me de aprofundar o tema neste trabalho, esperando que outros pesquisadores o façam no futuro breve.

¹¹⁷ Ada Colau é uma ativista catalã que liderou o movimento Plataforma de Afectados pela Hipoteca no auge da crise econômica e social que atingiu a Espanha a partir de 2010. Em 2014, criou uma frente política chamada “Barcelo en Comú” (“Barcelona em Comum”) composta por Podemos, *Izquierda Unida y*

confiança no sistema político e a existência de um sistema partidário que, embora acessível, exigia condições de ingresso que desestimulavam a criação de um “partido dos sem teto”, fizeram com que o MTST chegasse à conclusão de que o melhor caminho era aliar-se a um partido político já constituído e que fosse capaz de expressar as bandeiras do movimento, numa versão adaptada do processo de *cooperación* analisado no segundo capítulo deste trabalho. Esse papel foi cumprido pelo PSOL, com apoio de outros movimentos e do PCB.

4.8 Contra a ordem: o movimento #YoSoy132 e a negação da institucionalidade

As referências internacionais, a dinâmica horizontal, o uso sistemático das mídias sociais para distintos fins, a crítica implacável aos impactos do neoliberalismo, fazem de #YoSoy132 um caso evidente de movimento social da nova esquerda, como admitem todos os entrevistados para esta tese. Mas, diferente dos outros casos analisados neste trabalho, o movimento irrompeu na cena política mexicana da noite para o dia. Não foi planejado por um movimento social organizado, como os sem-teto no Brasil ou os estudantes chilenos com suas federações e *colectivos*. A Ibero, universidade onde ocorreram os protestos contra Peña Nieto, não tinha tradição relevante no movimento estudantil mexicano, concentrado nas universidades públicas. Apesar disso, o movimento não era despolitizado. Com todas essas características, por que então #YoSoy132 não redundou em um processo de institucionalização semelhante ao visto na Espanha com o 15M ou no Chile com os estudantes universitários? A explicação, como veremos, está na análise das variáveis analisadas neste trabalho.

Observando o movimento #YoSoy132 e o contexto mexicano, notamos uma combinação de baixa coesão interna, elevada desconfiança com o sistema democrático e suas instituições, baixa acessibilidade do sistema partidário e inexistência de uma experiência progressista de governo que estimulasse a criação de uma esquerda partidária alternativa e crítica à socialdemocracia. Com isso o México fulgura neste trabalho como exemplo de não institucionalização de um impressionante movimento social com potencial para tanto. Em nenhum momento durante os seis meses em que o movimento #YoSoy132 esteve ativo teve relevância em seu interior o debate sobre a criação de um novo partido. Um ativista mencionou que em algum momento a proposta chegou a surgir, mas sem qualquer adesão.

El planteamiento de interactuar con las instituciones de Estado surgió al principio como una propuesta poco planificada de hacer un partido. En estas doce mesas que se hicieron cuando fue la primera grande asamblea se propuso, pero no tuvo resonancia y se disipó. Y entonces esa fórmula de “somos apartidistas, pero no

Alternativa e outros. Venceu as eleições municipais e tornou-se prefeita de Barcelona em 2014.

apolíticos” servía para blindarse del acercamiento de todos los partidos y de cierta forma también desmarcarse de participar en el sistema de partidos (Entrevista 14 – realizada em 10/12/2019)

Mas essa não é a única diferença em relação ao MTST ou ao movimento estudantil chileno. Um aspecto circunstancial que deve ser considerado relevante é o fato de que #YoSoy132 surge no meio do processo eleitoral mexicano. Essa característica particular, embora não possa explicar sozinha o rechaço do movimento à institucionalidade, deve ser levada em conta. Apesar de haver ativistas de partidos participando de #YoSoy132, o movimento se “blindou” de qualquer alinhamento formal com uma das forças políticas, reforçando um discurso crítico aos partidos e minando as condições para uma maior interação com o sistema político, muito embora, como vimos, havia uma relação de proximidade com a campanha de López Obrador, principal beneficiado pelos ataques de #YoSoy132 a Peña Nieto. Ainda assim, diferentes ativistas mencionaram a existência de algumas candidaturas oriundas do movimento, em sua maioria por listas independentes ou através de MORENA. Nenhum deles, porém, se elegeu.

Outro aspecto destacado por diferentes ativistas diz respeito à pouca cultura de organização política existente no movimento, o que fazia com que a dinâmica predominantemente assembleísta de #YoSoy132 acabasse por produzir fenômenos como plenárias de três dias de duração. O problema central para este ativista, era o voluntarismo:

Fue un movimiento muy guiado por la impaciencia de accionar. Pensábamos “hay que hacer, hay que hacer, hay que hacer”. Se consumió mucha energía en eso y nunca hubo un momento de sentarnos, pensar y decir quien somos, a donde vamos, como lo hacemos. Fue un activismo desenfrenado y frenético de seis meses (Entrevista 15 – realizada em 2/12/2019)

Essa falta de cultura organizativa e de espaços para reflexões de maior fôlego gerava tensões no interior do movimento. Um ex-ativista, hoje filiado ao partido de López Obrador, destaca que o movimento, ao privilegiar a horizontalidade, minava o surgimento de novas lideranças e desestimulava um eventual processo de institucionalização:

Yo te mencionaba la horizontalidad. La contraparte negativa, es como decir que esa es la tesis, la antítesis es lo que los propios participantes llamaron “el protagonismo”. Como era un movimiento altamente mediático, la lógica mediática atrapa a participantes individuales en el “24h news circle”, entonces los encuadra, los mediatiza y dicen “él es el que va a decir que hace el movimiento”. Que, desde un punto de vista más clásico de izquierda, está bien, porque es una táctica que obedece a una estrategia, pero como el movimiento no había tenido una estrategia común, solamente era una “insurgencia”, el movimiento tiraba hacia abajo al quien los despuntaba mediáticamente. Por ejemplo, yo fue vocero y muchas veces tuve que resolver conflictos nacidos a raíz de protagonismo mediático en el movimiento (Entrevista 16 – realizada em 30/11/2019).

Para outro ativista, porém, o controle sobre as lideranças acontecia porque o movimento se negava a enfrentar o debate sobre sua relação com o sistema político e a contradição de negar a importância da institucionalidade enquanto agia em função das eleições. Para esse mesmo ativista, isso se devia a dois fatores principais. O primeiro, um apoio tácito a López Obrador, a quem era delegada a função de fazer o embate eleitoral; o segundo, a ausência de um partido que pudesse incorporar as demandas do movimento. Ele explica que o processo de institucionalização não ocorreu

(...) en parte porque había un acuerdo tácito por votar a Obrador, pero también por miedo. Se decía mucho en el movimiento “no queremos que se politice”, entendiendo “politizar” como funcionar como un partido político institucional, y también porque ningún partido político presentaba estructuras a las cuales se podría tomar, digamos meternos todos al PRD para ganar una candidatura, etc. (Entrevista 15 – realizada em 02/12/2019).

As tensões no interior do movimento, como vemos, dizem respeito essencialmente às circunstâncias nas quais o movimento surgiu, em meio a um processo eleitoral conturbado e tendo como eixo a oposição a um candidato específico e tudo o que ele representava. Acontece que havia outro candidato que, se não encarnava o “programa” do movimento, tampouco era visto como um adversário. Para tornar tudo mais complicado, esse mesmo candidato resolve, logo após o processo eleitoral, iniciar a construção do seu próprio partido político, o que parece ter contribuído para esvaziar definitivamente qualquer perspectiva de institucionalização de #YoSoy132. A liderança de López Obrador e a criação de MORENA é um tema controverso, que dividiu opiniões entre os ativistas entrevistados. Enquanto alguns acham que a criação do novo partido foi importante para inibir a continuidade de #YoSoy132, outros acham que o movimento tinha problemas endógenos insuperáveis. Seja como for, nos parece presumível que, sem a experiência de um governo progressista e com a ruptura de Obrador com o desgastado e corrompido PRD, seu novo partido prolongasse a sobrevivência da socialdemocracia como alternativa ao neoliberalismo, “bloqueando” o surgimento de instrumentos partidários representativos da nova esquerda. Uma ativista afirma que um setor do movimento estudantil intitulado “Tempos Modernos” foi mais longe, disputando nas primeiras assembleias a ideia de incorporação aos partidos de centro-esquerda, PRD e o PT mexicano (Entrevista 17), proposta que foi amplamente rechaçada. Essa tensão, no entanto, estimulou a definição de movimento “apartidário, mas não apolítico”. Essa mesma ativista acredita que, com a negativa do movimento em se converter na ala juvenil dos partidos de centro-esquerda, predominou uma posição mais “autonomista” influenciada pela tradição zapatista. Além disso, ela também acredita que a convocação para a construção de MORENA, logo depois das eleições, teve influência para bloquear qualquer

processo de institucionalização através da criação de um partido do movimento. Segundo ela “el discurso de Obrador, de quien se esperaba un llamado a la calle, a la toma de protesta, se volvió a la construcción de MORENA” (Idem, 2019). Ao que parece, a ausência de um governo que servisse de paradigma para a crítica da nova esquerda mexicana aos limites da socialdemocracia não só enfraqueceu a demanda por um polo alternativo a esta, como ainda deu sobrevida e fortaleceu um processo de “renovação do progressismo” através da criação de MORENA.

Outra variável que parece ter forte incidência para explicar a dificuldade das forças da nova esquerda de criar partidos no México é a baixa confiança nas instituições democráticas. Esse aspecto se relaciona diretamente com a pouca acessibilidade do sistema político, que acaba gerando um quadro partidário pouco representativo e concentrado em algumas poucas legendas. Como vimos, segundo dados do Latinobarômetro, apenas 37% dos mexicanos e mexicanas afirmaram que a democracia é preferível em relação ao um regime autoritário, mesmo percentual dos que afirmam não ver diferença entre os dois sistemas. De acordo com a mesma pesquisa, o México teve uma queda de 12 pontos percentuais de apoio à democracia no período que antecede imediatamente o surgimento de #YoSoy132, entre 1995 e 2013 (LATINOBARÔMETRO, 2013). As acusações de fraude em diversas eleições, as denúncias de corrupção e o crescente envolvimento de políticos com o narcotráfico e grupos paramilitares, seguramente reforçam a percepção negativa da sociedade mexicana em relação à democracia e ao sistema político¹¹⁸. Um ativista faz uma conexão entre os temas ao afirmar que desconfiança e rejeição andavam de mãos dadas:

Creo que este rechazo se debió a una desconfianza de la juventud con el sistema político y en particular con el sistema de partidos. Es como si, por la historia de fraudes en México, porque se identifica que los políticos pasan de un partido a otro sin problema, muchos personajes de partidos políticos... por ejemplo, Andrés Manuel [López Obrador] viene del mismo PRI. Entonces ese tipo de argumento generaba una desconfianza a todo tipo de acercamiento a los partidos. Y tampoco había un partido nuevo que se distanciara y se diferenciara claramente del régimen (Entrevista 15, realizada em 02/12/2019)

Outro ativista destaca que, além da desconfiança, havia a ideia de que o sistema político exercia, por sua própria natureza elitista e excludente, uma forte capacidade corruptora. Ele afirma que uma das ideias que exercia mais força sobre os ativistas

¹¹⁸ O envolvimento de políticos com o crime organizado ficou evidente, por exemplo, nas investigações do chamado “Massacre de Iguala”. A matança ocorreu em 2014, quando um grupo de 43 estudantes da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos, em Ayotzinapa, na cidade de Iguala, se dirigia para uma manifestação. Eles foram presos pela polícia do estado de Guerrero e entregues a narcotraficantes, que os assassinaram. As autoridades mexicanas concluíram que o prefeito de Iguala, José Luis Abarca Velázquez, e sua esposa, María de los Ángeles Pineda Villa, foram os mentores da chacina. Ambos eram filiados ao PRD.

Era la creencia, por esa desconfianza muy profunda del sistema político mexicano, de la influencia corruptora del sistema político. Entonces, se interactuábamos con el sistema político, como ellos eran viejos “lobos del mar” nos iban a engañar, nos iban a utilizar, nos iban a comprar o a corromper de alguna forma para desvirtuar el objetivo democratizador del movimiento (Entrevista 16 – realizada em 30/11/2019)

Podemos notar que a desconfiança com o sistema político e a democracia liberal, embora semelhante àquela verificada em outros movimentos de nova esquerda, suplantava a disposição de interagir com o sistema político de forma orgânica. Some-se a isso uma forte tradição autonomista oriunda do zapatismo, que ainda hoje exerce influência sobre setores do movimento estudantil, e a baixa acessibilidade do sistema partidário mexicano, e concluiremos que se torna quase impossível viabilizar o processo de institucionalização de um movimento social. Não por acaso diversos ativistas entrevistados para este trabalho mencionaram a dificuldade de legalizar partidos no México, ainda que não houvesse qualquer pergunta sobre o tema no questionário utilizado.

Como vimos, para registrar um partido nacional no México é necessário ter um nível de implantação nacional muito elevado. Para atestar essa representatividade o partido deve realizar assembleias em, no mínimo, 20 estados, reunindo ao menos três mil filiados em cada uma. Não por acaso o México possuiu apenas oito partidos nacionais, fazendo com que importantes tradições políticas – comunistas, socialistas, dentre outros – não contem com sua própria representação institucional. Além disso, a existência de uma “janela” que permite a legalização de partidos apenas uma vez a cada seis anos também é destacada como uma dificuldade adicional pelos ativistas entrevistados, como este, que afirma:

El sistema político mexicano es muy cabrón, muy tramposo, porque el único momento en que te permite fundar un partido nuevo es en el año inmediato después de la elección presidencial, solamente puedes formar un nuevo partido nacional a cada seis años, en el primer año de un nuevo gobierno (Entrevista 15 – realizada em 02/12/2019)

Outro ativista afirma que, com as regras para o registro de partidos nacionais, o movimento #YoSoy132 nunca poderia ter criado um partido nacional, mas que seria possível criar algumas legendas regionais, como prevê o sistema partidário mexicano. Mas sequer essa possibilidade foi acalantada pelos ativistas.

La etapa de reflexión política nunca alcanzó un estado de maduración para plantearse un partido político. Fue insuficiente. (...) Se pudo haber hecho varios partidos locales, no diez, por al menos tres, pero un partido nacional jamás hubiera podido suceder, porque es muy difícil. Pero sí hubiera podido haber iniciativas (Entrevista 16 – realizada em 30/11/2019)

Segundo os ativistas entrevistados, as poucas incursões eleitorais de jovens oriundos de #YoSoy132 se deram em MORENA ou em listas independentes, mudança introduzida na Constituição mexicana em 2014 e que assegurou a possibilidade de uma espécie de “candidatura avulsa”. Uma pequena parte de remanescentes de #YoSoy132 está organizado hoje num movimento chamado “WikiPolítica” e passou a defender a ideia de construir um novo partido, mas não conquistou apoio necessário (Entrevista 16). O movimento hoje é encabeçado por Pedro Kumamoto, eleito deputado estadual em Jalisco com uma candidatura independente em 2014. Nas eleições de 2018 WikiPolítica lançou dezesseis candidaturas em todo o país (ESTADÃO, 2018).

Chama a atenção também que, diante das evidentes dificuldades impostas pelo sistema partidário mexicano para o registro de novas agremiações, os jovens de #YoSoy132 não tenham buscado uma articulação mais ampla envolvendo outros movimentos sociais, a exemplo do que fez o MTST no Brasil. Poucos meses antes do surgimento de #YoSoy132 havia sido criada uma organização política que buscava reunir os movimentos sociais mexicanos na perspectiva de construir um partido “de baixo pra cima” chamada *Organización Política del Pueblo y de los Trabajadores* (OPT). O movimento, que era impulsionado pelo Sindicato dos Eletricitários e congregava diversos movimentos e entidades de classe, iniciou o processo de legalização em janeiro de 2013, como exige a lei mexicana, mas tampouco alcançou os requisitos legais para registrar-se. Segundo um ativista:

Por supuesto, para el movimiento 132 no hay interés en hacer un partido y menos en ese momento – entre julio y diciembre del 2012 – porque ese es el momento de luchar contra la imposición [de Peña Nieto]. Pero exactamente en ese mismo período, López Obrador llama a hacer MORENA. (...) En 2013, después que 132 ya se desarticuló la OPT hace las asambleas exigidas por la ley, pero no logra alcanzar los requisitos. (Entrevista 13 – realizada em 13/11/2019).

A rejeição ao sistema partidário mexicano, enfim, falou mais alto. O movimento #YoSoy132 esteve diante da oportunidade de criar um partido nacional, partidos regionais, ou ainda, impulsionar um partido de esquerda dos movimentos sociais como propunha a OPT. Sua opção foi centrar a luta contra a posse de Peña Nieto, uma luta duríssima, para não dizer perdida de antemão. Com a chegada do candidato do PRI à Presidência da República, seis meses depois do início das manifestações, #YoSoy132 perde força e acaba por se desarticular. Apesar da potência do movimento, as dificuldades impostas pelo sistema partidário mexicano, a pouca confiança nas instituições democráticas, a baixa coesão interna e as expectativas construídas em relação a López Obrador concorreram para impedir que se reunissem as condições para um processo potencial de institucionalização que, na verdade,

jamais esteve na ordem do dia para a imensa maioria dos ativistas.

4.9 Comparando variáveis e testando hipóteses

Como afirmamos, nosso propósito neste capítulo era testar a incidência das variáveis sobre os movimentos sociais analisados e determinar em que medida elas poderiam colaborar no desenvolvimento de um modelo explicativo adequado para interpretar os processos de institucionalização de movimentos sociais identificados com as posições da nova esquerda que surgiram em todo o mundo a partir de 2011. Das cinco variáveis apontadas inicialmente – autonomia, confiança no sistema democrático, experiência progressista no poder, acessibilidade do sistema político e coesão interna – quatro delas se mostraram relevantes para explicar por que cada movimento social analisado neste trabalho seguiu um caminho próprio depois de ter protagonizado importantes mobilizações.

A única que se mostrou insuficiente para explicar processos de institucionalização foi a variável autonomia (AUT), que na verdade se apresenta como uma condição para o surgimento de movimentos sociais de nova esquerda, mas não como um fator explicativo dos processos de institucionalização, uma vez que tanto movimentos que se institucionalizaram, como o movimento estudantil chileno, quanto movimentos que não seguiram essa caminho, como o movimento #YoSoy132, atuavam em cenários de grande autonomia em relação aos seus respectivos sistemas políticos. Portanto, a autonomia aparece como uma característica constante nos movimentos sociais de nova esquerda que, em geral, se referenciam criticamente no sistema de partidos para afirmar uma polarização com os partidos da “ordem”.

As demais variáveis, por sua vez, mostraram relevância na explicação dos processos de institucionalização. No caso do Chile, identificamos uma combinação de coesão média, confiança no sistema político alta (acima da média regional), longa experiência com o progressismo no poder e grande acessibilidade do sistema partidário (e, a partir de 2015, também do sistema eleitoral). A coesão, que não é tão alta se comparada com aquela percebida em movimentos como o MTST, é compensada pelos demais estímulos oferecidos por uma forte rejeição aos antigos partidos da socialdemocracia e uma alta acessibilidade do sistema político, que permite um engajamento dos ativistas na construção de suas próprias ferramentas partidárias. O elemento ideológico – ou cultural – fica por conta dos elevados índices de reconhecimento das instituições democráticas, o que atenua a sensação de “contradição em termos” que representa o fato de um movimento social antissistema criar ferramentas partidárias para atuar no interior do sistema. Por tudo o que ouvimos dos

ativistas entrevistados, bem como pelos dados analisados, podemos considerar relevantes a atuação das variáveis na explicação do processo de institucionalização de parte do movimento estudantil chileno.

No caso do MTST, a combinação de uma coesão alta, acompanhada de uma baixa confiança nas instituições democráticas; a existência de uma experiência progressista relevante (embora mais breve que a chilena), contra a qual o movimento se enfrentou várias vezes, e um nível de acessibilidade do sistema partidário mediano, permitiu que o movimento desenvolvesse uma estratégia de institucionalização particular, onde os sem-teto não substituíram sua identidade de movimento social por uma identidade partidária – como fizeram os ativista chilenos – nem abriram mão de sua autonomia em relação ao sistema político. A institucionalização, portanto, foi parcial: incentivada pela crítica aos limites da experiência progressista precedente e pelo alto nível de coesão do MTST, que permitia um experimento dessa natureza sem grande risco de dissidências; mas desestimulada pelo elevado índice de desconfiança com as instituições democráticas e por um sistema partidário que, embora acessível, dava os primeiros sinais de fechamento.

Por fim, o caso mexicano se configura como um movimento de baixa coesão interna, pouca confiança nas instituições democráticas, baixíssima acessibilidade do sistema partidário e inexistência de uma experiência progressista de governo que pudesse expressar os limites da socialdemocrata no poder. A incidência dessas variáveis, nesse caso, agiu decisivamente para desestimular um processo de institucionalização do movimento #YoSoy132, mas sob nenhum ponto de vista enfraquece as características de movimento social de nova esquerda. Pelo contrário: como vimos no segundo capítulo deste trabalho os movimentos sociais da nova esquerda tem entre seus traços a crítica implacável aos limites da democracia liberal e seu sistema de partidos. O processo de não institucionalização de #YouSoy132, portanto, é o caminho que seguiram a maioria desses movimentos no mundo todo. A dispersão, mais que a institucionalização, são a regra quando se trata de “revoltas de indignação”.

Para comparar as variáveis usamos dois modelos. No primeiro, dicotômico, os valores são determinados por “ausência/presença” ou “alto/baixo” em função da hipótese a testar. Em geral, esse modelo é usado para comparação entre dois objetos. Por isso, nos casos analisados neste trabalho ele é aplicável apenas na análise de duas variáveis: confiança nas instituições democráticas (DEM) e experiência com o progressismo no poder (PRO). Como vimos, para análise da variável *DEM* usamos como referência a média regional de confiança na democracia presente nos levantamentos do Latinobarômetro de 2011 e 2013, atribuindo valor de ausência (=0) aos países abaixo da média regional (Brasil e México) e valor de

presença (=1) ao país acima dessa média (Chile). Já na análise da variável *PRO*, optamos por utilizar apenas uma dicotomização simples de ausência (=0) e presença (=1), já que não foi possível formular uma mensuração que pudesse apreender as diferentes características da experiência progressista no Chile e no Brasil.

Para as outras duas variáveis utilizamos uma parametrização diferente, que permite estabelecer valores intermediários, criando a possibilidade de definir hierarquias do tipo alto/médio/baixo (2/1/0). Esse modelo é utilizado nas variáveis coesão interna (COE) e acessibilidade do sistema político (SIST). Em ambos os casos, atribuímos pesos distintos para cada um dos três países. O resultado pode ser apresentado da seguinte forma:

Tabela 4 – Incidência das Variáveis

País	COE	SIST	DEM	PRO	Trajetórias de Institucionalização
Chile	1	2	1	1	Institucionalização completa
Brasil	2	1	0	1	Institucionalização parcial
México	0	0	0	0	Ausência de Institucionalização

Fonte: Elaboração própria.

Como vemos, Chile e Brasil constituem casos de institucionalização de movimentos sociais, onde estudantes e sem teto decidem interagir com o sistema partidário e disputar eleições, enquanto o México constitui um caso de não institucionalização. Embora os valores de Chile (5) e Brasil (4) sejam bastante aproximados, duas variáveis decisivas ao processo de formação de novos partidos incidiram com menos força no caso brasileiro: a confiança nas instituições democráticas e a acessibilidade do sistema partidário. Apesar do movimento demonstrar elevada coesão interna e uma crítica consistente aos limites do progressismo, a institucionalização depende da forte incidência das variáveis exógenas. É a ausência de uma maior confiança nas instituições democráticas (DEM) ou, alternativamente, uma menor acessibilidade do sistema partidário (SIST) que faz com que os resultados sejam diferentes entre Chile e Brasil. Se uma dessas características estivesse presente no caso brasileiro em condições necessárias ($DEM > 1$) ou suficientes ($SIST = 2$) poderíamos supor um processo de institucionalização ainda mais avançado. No México, por sua vez, a combinação ou alteração de uma ou duas variáveis não teria impacto significativo para o processo de institucionalização, uma vez que estavam ausentes todas as variáveis consideradas necessárias para tanto.

Concluimos, portanto, que a análise desenvolvida neste trabalho atesta a relevância das variáveis estudadas e representa uma contribuição inovadora ao debate teórico sobre os processos de institucionalização de movimentos sociais, contribuindo com outros modelos

existentes, notadamente aquele desenvolvido por Albala (2020). Também representa uma contribuição empírica, aportada pelas entrevistas realizadas com duas dezenas de ativistas de três países diferentes, enriquecendo as discussões teóricas presentes neste trabalho, validando muitas de nossas percepções iniciais e oferecendo apontamentos para interpretar os desdobramentos do ciclo de protestos iniciado em 2011.

CONCLUSÕES

Em seu *A Razão Populista* (2013), Ernesto Laclau, intelectual influente junto ao progressismo latino-americano, em particular o kirchnerismo argentino, explica as mudanças do quadro político na Europa nas últimas décadas rejeitando tanto a oposição “esquerda x direita” quanto a oposição “novo x velho”. Em sua visão, a luta de classes se tornara apenas um jogo ao qual o sistema em decadência recorreria para neutralizar uma articulação de forças hegemônica, enquanto a oposição entre “velho” e “novo” seria uma estratégia para reabilitar, no caso espanhol, o desgastado PSOE através da rejuvenescida liderança de Pedro Sánchez¹¹⁹ (SCHAVELZON, 2015). Para Laclau, a nova construção discursiva de partidos como o Podemos, deveria se dar em termos de “os de baixo” ou “o povo” contra “as elites” ou “os de cima” naquilo que ele conceituou como *operação populista* (LACLAU, 2013).

As referências da nova esquerda espanhola rompem, ao mesmo tempo, com o classismo e o economicismo que estão na base da visão de mundo dos partidos comunistas e socialistas revolucionários em geral, e também com o “movimentismo” que marca originalmente o movimento 15M e nega a importância de conquistar espaços institucionais de intervenção política para aproximar-se do populismo de Laclau (SHAVELZON, 2015). Mas essa aproximação não se torna uma adesão, já que os debates no interior do partido teriam desdobramentos sobre a forma de organização, seu sistema de alianças e levaria, inclusive a rupturas¹²⁰. O próprio Pablo Iglesias, principal expoente do Podemos, manifestaria sua identificação maior com *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015) do que com as obras tardias de Laclau, quando o autor abandona definitivamente suas referências teóricas marxistas (Idem, p. 46).

A criação do Podemos foi o mais importante processo de institucionalização de movimentos sociais ocorrido na Europa em muitos anos. Lideranças do movimento dos “indignados” compreenderam que a energia dispersa nas manifestações necessitava de um polo aglutinador que desse sentido à disputa por outra forma de organização do Estado e dos negócios público, reconhecendo o papel da institucionalidade. Nessa tentativa de criar um sentido comum à transição para dentro do sistema político, as referências predominantes não foram aquelas então hegemônicas nas esquerdas socialdemocrata e comunista, mas os governos populares de Bolívia, Equador e Venezuela e o populismo de Laclau.

¹¹⁹ Lamentavelmente, Laclau não pode viver o suficiente para ver seus pupilos formarem uma coalizão com o mesmo Sánchez, inclusive com Pablo Iglesias compondo a vice-presidência e um ministério.

¹²⁰ Como é o caso de Iñigo Errejón, que deixou o Podemos para criar seu próprio partido inspirado nas ideias de Laclau em torno do populismo.

É importante mencionar o processo que levou à formação do Podemos porque nele encontramos alguns dos dilemas que estão presentes nas discussões sobre a nova esquerda latino-americana. Se por um lado as referências teóricas predominantes não são marxistas – com forte influência do populismo, do pós-colonialismo, da teoria decolonial, dentre outras – por outro, o sentido de polaridade “esquerda x direita” está mais presente do que nunca. Em um Continente tão desigual, onde a violência das elites econômicas se manifesta de diferentes formas, como falar em “fim da luta de classes”? Como vimos nas entrevistas realizadas com ativistas de México, Brasil e Chile, a esmagadora maioria dos ativistas considera seus movimentos como sendo de esquerda. Questionados sobre se enquadravam esses movimentos como casos de “nova esquerda” (em oposição a uma “velha esquerda”) a maioria também respondeu positivamente, demonstrando que a superação da dicotomia “nova x velho” como reivindicada por Laclau tampouco parece estar na ordem do dia para esses ativistas. Na América Latina, essas oposições parecem estar mais presentes que nunca.

Um dos principais desafios de nossa pesquisa consistia, precisamente, em definir em termos teóricos as características que diferenciavam essa nova esquerda daquela que foi hegemônica nos últimos 30 anos. No plano da mobilização social, esse novo ciclo de esquerda se caracteriza pelo recurso à luta social e à ação direta como instrumentos privilegiados de intervenção política; pela desobediência civil e política quase sempre pacífica; pela defesa da democracia radical a partir das maiorias sociais; pela denúncia da exclusão social, da desigualdade e das elites econômicas; pela utilização de ferramentas tecnológicas como meio de comunicação e mobilização; e pela reconfiguração das relações de poder a partir da defesa de uma democratização radical da vida pública (GIANOLLA, 2018). No plano institucional se caracteriza por uma forte autonomia em relação ao sistema político e aos tradicionais partidos de esquerda, o que leva alguns a considerarem essa nova esquerda como uma “força auxiliar” do neoliberalismo¹²¹.

Com essa tentativa de caracterização é possível dirimir alguns equívocos que se disseminaram em diferentes ambientes. O primeiro, é aquele que afirma que os movimentos sociais pós-2011 se caracterizam pela dispersão, fragmentação, pulverização e pelo caráter individualista da mobilização. O segundo, é aquele que afirma que esses movimentos sociais são essencialmente identitários e não trazem consigo qualquer demanda material concreta. O terceiro afirma que esses movimentos sequer podem ser considerados de “esquerda” por

¹²¹ O autor chegou a ouvir, de um intelectual ligado a um tradicional partido de centro-esquerda a emblemática formulação de que “se um movimento se volta contra um governo popular [progressista] então necessariamente é um movimento de direita” porque “quem derruba governos progressistas na América Latina são os EUA e o imperialismo”. A afirmação, obviamente, associa dois fenômenos distintos: levantes de contestação à ordem e movimentos de orientação conservadora contra governos progressistas.

não assumirem uma identidade abertamente anticapitalista. O quarto é aquele que afirma que, na verdade, esses movimentos fazem parte de uma estratégia de “desestabilização democrática” a partir da teoria das guerras híbridas (KORYBKO, 2018).

A questão da “fragmentação” nasce do estranhamento causado pela ruptura com certas formas tradicionais de intervenção política. Como as manifestações não são lideradas por entidades de classe, com seus dirigentes discursando ao microfone num palanque ou carro de som para uma atenta audiência, surge a ideia de que esses movimentos não têm um sentido claro ou simplesmente expressam um mal-estar difuso que não é canalizado para uma causa concreta. Não foi o que vimos nos casos analisados neste estudo, muito menos o que temos visto desde então com o fortalecimento do movimento feminista, indígena, camponês e popular em toda a América Latina. A novidade é que esses movimentos sociais consolidaram uma condição de crescente autonomia em relação às forças políticas hegemônicas na esquerda, o que reforça a ideia de “ausência de direção”, mas jamais de falta de propósitos.

Outro equívoco refere-se ao “identitarismo”. O que vimos nos casos analisados neste trabalho, e em outros com os quais tivemos contato ao longo de nosso estudo, é uma forte vinculação com demandas concretas que têm como objetivo a superação das políticas neoliberais em todas as dimensões da vida social. A luta dos sem-teto no Brasil, dos estudantes no Chile e México, dos indígenas no extremo-sul da América Latina ou na Amazônia, das mulheres, dos camponeses, ou seja, as lutas que têm desafiado o sistema político e os limites da democracia liberal demandam muito mais que reconhecimento: buscam alterar a natureza do Estado e do sistema econômico que, no sul global, ainda mantém milhões de pessoas apartadas de condições mínimas de acesso à dignidade. É claro que a reivindicação pelo reconhecimento das identidades ganhou força nos últimos anos e tem cumprido um papel fundamental na transformação das demandas sociais e no fortalecimento da luta por direitos civis. Mas no caso da América Latina, as grandes mobilizações do ciclo de protestos iniciado em 2011 têm como marca principal a luta por direitos sociais e econômicos, mirando o neoliberalismo como inimigo a ser batido. É verdade – e isso é o que alimenta o terceiro “mito” – que isso não faz dos movimentos sociais da nova esquerda movimentos de caráter classista, mas os coloca em franca oposição aos extratos economicamente dominantes e às elites políticas que as representam. A nova esquerda latino-americana é antineoliberal e, na maioria dos casos, anticapitalista.

Finalmente, também é um equívoco supor que o crescimento da conflituosidade social seja parte de uma estratégia do imperialismo com o objetivo de desestabilizar a democracia na América Latina. Evidentemente, não menosprezamos o papel da influência

externa em crises políticas e institucionais como as vividas no Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru ou Venezuela. Aliás, na maioria dos casos há provas abundantes de associação das elites nacionais com instituições políticas e econômicas estrangeiras. Mas resumir a indignação social a uma simples etapa da “guerra híbrida” contra a democracia nos parece uma explicação reducionista da realidade. Como vimos nos casos analisados neste trabalho, tanto Brasil, quanto Chile e México tinham razões de sobra para verem surgir movimentos sociais e protestos como os que eclodiram entre 2011 e 2013. A postura “negacionista” só serve para desqualificar processos sociais complexos que têm suas origens na crise do modelo econômico e dos projetos políticos a ele correspondentes.

Durante duas décadas os partidos do campo progressista lutaram para governar. Nesse caminho, se produziu um revisionismo ideológico que acompanhou o fortalecimento de visões mais moderadas de respeito ao livre mercado e aos limites da democracia liberal. Mesmo experiências inovadoras de participação popular, implementadas em nível local por esses partidos, foram ignoradas quando eles chegaram ao governo nacional. Os movimentos sociais que atuaram em cooperação com esses partidos ocuparam um papel de base de apoio dos projetos do progressismo, com destaque para o movimento sindical.

Com as transformações provocadas pelo fim do consenso liberal-democrático e pelo surgimento dos movimentos sociais da nova esquerda há uma reconfiguração de papéis, onde muitos desses atores já não querem manter a dinâmica do ciclo anterior, onde perdurava uma divisão entre os partidos, que cuidavam da política institucional, e os movimentos sociais, que organizavam os excluídos para a luta social. A nova esquerda, ao contrário, já não quer outorgar aos velhos partidos do progressismo a condição de representantes de suas demandas e busca, ela mesma, organizar uma agenda de enfrentamento ao neoliberalismo.

Neste processo de autonomização dos movimentos sociais em relação aos velhos partidos de esquerda, parte deles optou por uma trajetória de institucionalização, formando seus próprios partidos políticos ou engendrando formas alternativas de interação com o sistema político. Entre os três casos analisados, dois são ilustrativos desta opção. No caso do Chile, o movimento estudantil de 2011 deu origem a três novos partidos políticos que hoje compõem a Frente Ampla, coalizão que reúne as legendas da nova esquerda chilena. No caso brasileiro, os sem-teto construíram uma aliança eleitoral com o PSOL e o PCB e apresentaram seu principal dirigente às eleições presidenciais de 2018. Nas eleições municipais de 2020 apresentarão candidaturas pelo PSOL em vários municípios, aprofundando ainda mais a interação com o sistema político. No México, por sua vez, temos um caso em que a nova esquerda não se institucionalizou. Apesar da potência do movimento, #YoSoy132 se deparou com diferentes obstáculos que sequer permitiram que o debate sobre

o futuro do sistema partidário pudesse florescer.

Para compreender porque esses movimentos sociais tiveram trajetórias de institucionalização tão diferentes elaboramos um modelo teórico que compreendia inicialmente a análise de cinco variáveis: i) autonomia dos movimentos em relação ao sistema político; ii) confiança da sociedade nas instituições democráticas; iii) experiência do progressismo no poder; iv) acessibilidade dos sistemas partidários; v) nível de coesão interna. Além dessas variáveis, sustentamos a existência de, pelo menos, um elemento característico da nova esquerda, que é a relação com as contradições do desenvolvimento capitalista no espaço urbano. Nosso propósito foi demonstrar como essas variáveis incidem sobre os processos de institucionalização em diálogo com um contexto de transformações mais amplo, que envolve as mudanças no capitalismo em escala global e a crise da democracia liberal.

Por isso dedicamos um capítulo inteiro para explorar a natureza das mudanças que marcam a nova etapa do capitalismo e do sistema político liberal que corresponde, nos países democráticos, à sua forma de governo predominante. O ciclo anterior permitiu um casamento perfeito entre socialdemocracia e liberalismo econômico, graças ao contexto de expansão econômica internacional. Mas as mudanças provocadas pela crise econômica e a imposição de novos padrões de acumulação em nível internacional impactou fortemente essa situação. No ciclo anterior, a socialdemocracia latino-americana consolidou uma vocação desenvolvimentista. Como afirma Lanzaro (2007) sobre a situação do progressismo na América Latina, as transformações do modelo econômico alteraram os recursos de poder dos partidos, suas pautas de governo, seus discursos e compromissos. Há uma mudança de papéis em que se fortalecem as identidades de “partido de governo” e se enfraquecem certas “linkagens” com o desconforto promovido pela crise econômica, afastando esses partidos da indignação popular e gerando tensões, cisões, fraturas partidárias e novas oposições. Entre o “cidadão comum” essa situação alimenta o mal-estar com a democracia e estimula posições contra o sistema partidário que atingem os próprios partidos progressistas (LANZARO, 2007, p 15). Para Lanzaro, a crise democrática tem relação direta com as mudanças na economia:

Tales circunstancias políticas se asocian a las consecuencias sociales y económicas del neoliberalismo y la globalización, que recomponen los déficits latinoamericanos de antigua data: la pobreza, la desocupación y los altos índices de desigualdad, las formas de marginalidad viejas y recientes, las fronteras de inclusión–exclusión, la heterogeneidad y la fragmentación, en fin, las múltiples manifestaciones del dualismo de nuestras sociedades, que se recrean en esta nueva tanda de modernización capitalista, como contracara de ciertos empujes de crecimiento económico (2007, p. 16).

O ciclo de protestos iniciado em 2011 na América Latina guarda relação direta com esse contexto de crescente mal-estar ante os limites do modelo de desenvolvimento

revelados a partir da crise econômica internacional. A crescente autonomia dos movimentos sociais surgidos nesse contexto responde, a um só tempo, tanto a fenômenos estruturais – como a limitada presença do Estado no enfrentamento aos problemas estruturais que mantém elevada a desigualdade em nossa região – quanto conjunturais – a diluição das identidades políticas entre “esquerda” e “direita” ante seu compromisso com a estabilidade fiscal e as exigências da economia de mercado. Portanto, embora não seja uma condição para a existência de trajetórias de institucionalização, a autonomia em relação ao sistema político é uma característica dos movimentos sociais da nova esquerda, que não se manifesta na forma de uma negação absoluta da política (se assim fosse não verificaríamos processos de institucionalização como os descritos aqui), mas da rejeição de suas forças hegemônicas.

A crise da democracia liberal, portanto, provoca uma *ruptura* com os padrões dominantes de representação, onde as forças do centro do espectro político – à direita e à esquerda – passam a ser associadas com a manutenção de um sistema crescentemente questionado devido sua incapacidade de incorporar demandas por mais democracia e medidas de proteção aos mais vulneráveis diante da crise do neoliberalismo. Com isso, a hegemonia da socialdemocracia e sua perspectiva reformista do capitalismo, antes hegemônica, também entram em crise, abrindo espaço para propostas mais radicais¹²². A “nova esquerda” é, portanto, produto de uma combinação entre a crise do sistema liberal-democrático e de sua força hegemônica no campo das esquerdas.

A nova esquerda nasce dos movimentos sociais. Tem na sua composição social elementos predominantemente originários das classes populares e endereça sua crítica ao “sistema”. Esse sistema é a combinação das elites econômicas com os tecnocratas – eleitos ou não – que mantém, através de uma democracia limitada, as maiorias sociais longe dos processos decisórios. Incapazes de incorporá-la, a democracia liberal e seu modelo de representação volta e meia colapsa, dando origem a movimentos massivos como aqueles vistos a partir de 2011 em todo o mundo. Não há, no entanto, um modelo alternativo pronto e acabado. A nova esquerda é uma antítese do que existe, mas ainda não expressa a superação dialética dos limites do que existe.

Na América Latina, que viveu tardiamente um ciclo de governos de centro-esquerda através da chamada “onda rosa”, as contradições são ainda maiores. Primeiro, porque esse ciclo desembocou em dois blocos de governos bastante distintos entre si: de um lado, um bloco orientado por uma perspectiva “refundadora” do sistema político e econômico na

¹²² O mesmo acontece, como vimos, com a centro-direita (ou a direita liberal) cuja crise abre espaço para projetos nacionalistas de extrema-direita. As eleições no Brasil e o desempenho eleitoral dos tradicionais partidos desse campo é particularmente ilustrativo.

Venezuela, Bolívia e Equador; de outro, um bloco de governos formado por uma esquerda reformista de tipo socialdemocrata, representado por Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai. Ambos os blocos viveram a seu modo os impactos da crise sistêmica que descrevemos neste trabalho e o aumento do conflito social e político em torno de seus efeitos, redundando em troca de posições no poder através de eleições (Argentina, Equador, Uruguai), golpes parlamentares (Brasil, Paraguai, Honduras) e escalada da violência política (Bolívia, Venezuela, Chile).

A nova esquerda na América Latina surge desse etapa de conflitos sociais iniciada em 2011. São movimentos “contra o sistema” que representam demandas concretas no plano econômico, político e social. E que compartilham, ademais, duas características comuns: elevada autonomia em relação ao mundo da política e especial incidência no espaço urbano. Esses movimentos sociais, no entanto, percorrem trajetórias distintas diante da possibilidade de institucionalização. Por isso nosso propósito foi construir um modelo teórico que pudesse encontrar variáveis que incidissem sobre a decisão dos movimentos sociais da nova esquerda por criar seus próprios instrumentos partidários. Nosso objetivo, segundo os resultados aqui apresentados, foi alcançado.

Das cinco variáveis selecionadas para este trabalho, ao menos quatro mostraram-se relevantes para que um movimento social decida se institucionalizar: confiança no sistema democrático representativo; experiência progressista no poder; acessibilidade dos sistemas partidários e coesão interna. Essas variáveis, porém, mostraram-se relevantes especificamente para o caso dos movimentos sociais da nova esquerda, atestando a validade das hipóteses apresentadas na introdução desta tese. No caso de movimentos sociais da nova direita, por exemplo, não é possível definir se uma variável como “experiência progressista no poder” teria o mesmo impacto. Por isso, a seleção dos casos analisados neste trabalho seguiu dois critérios fundamentais: i) serem movimentos sociais da nova esquerda; ii) ter trajetórias distintas de institucionalização.

Enquanto o movimento estudantil chileno, através dos *colectivos* organizados nas universidades e das oportunidades abertas com a reforma eleitoral realizada após 2011, encontrou condições para um processo de institucionalização que resultou na criação de novos partidos; no Brasil o MTST optou por uma aliança com um partido já existente por circunscrever sua inserção no mundo partidário, pelo menos até o momento, à disputa eleitoral. No caso do México, por sua vez, encontramos um caso de não-institucionalização que ilustra a incidência das mesmas variáveis num contexto de ausência de condições mínimas para a criação de partidos oriundos do movimento #YoSoy132.

As entrevistas realizadas com duas dezenas de ativistas dos três países não só foram

fundamentais para testar as hipóteses iniciais de nossa pesquisa, como enriqueceram nossa perspectiva de análise. A cada nova entrevista impressões eram confirmadas, refutadas ou complementadas. Exemplo maior é a variável coesão, que só passou a ser considerada após uma entrevista na qual um ativista afirmou que, sem esse elemento, o movimento jamais teria podido estabelecer o processo de institucionalização verificado no caso dos sem-teto. Evidentemente, acreditamos que o modelo apresentado neste trabalho pode e deve ser melhorado, olhando para outros casos, regiões ou ampliando o alcance temporal. Mas consideramos que logramos apresentar, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, uma contribuição ao debate sobre o papel dos movimentos sociais no século XXI e os novos desafios interpretativos colocados pela particular interação entre os movimentos sociais da nova esquerda e o sistema político. No que diz respeito especificamente às contribuições metodológicas, a criação de um índice de acessibilidade dos sistemas partidários é um aporte aos estudos sobre relação entre partidos e movimentos sociais.

Aliar estudos sobre partidos e movimentos sociais; crise econômica e crise democrática; hegemonia da socialdemocracia e nova esquerda; foi um enorme desafio. Maior ainda porque, além do debate teórico, desenvolvemos um estudo de caso envolvendo três diferentes movimentos sociais de três países e com trajetórias de institucionalização distintas. As entrevistas revelaram, no entanto, que estamos diante de um mesmo fenômeno: o surgimento de uma geração inteira de atores sociais que já não limitam seu horizonte histórico ao simples desejo de “governar”.

Parece-nos que vivemos um período histórico cheio de possibilidades. A nova dinâmica da globalização neoliberal, mais violenta contra os povos e mais agressiva contra o meio ambiente, coloca na ordem do dia a célebre disjuntiva entre civilização e barbárie. A nova esquerda ainda não apresenta saídas. Mas já afirma a negação do passado e rejeita as hipóteses de uma “reforma” do sistema. Parece pouco, mas diante da pobreza de horizontes que marcou o final do ciclo anterior, pode ser uma semente para pensar um novo futuro possível.

* * *

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A.; GUIJARRO, J. C. “Estruturas incertas após uma falsa revolução: o Equador legado pela década correísta”. In: In: LEITE, J. C. UEMURA, J. SIQUEIRA, F. O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Integrantes de movimentos sociais discursam no Planalto em defesa de Dilma. Brasília, 30/03/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/integrantes-de-movimentos-sociais-discursam-no-planalto-em-defesa-de-dilma>. Acesso em 16/12/2019.

AGUILÓ, A. “Las Revuletas de indignación y las nuevas luchas por la democracia”. In: SANTOS. B. C. Revueltas de Indignación y outras conversas. La Paz: Stigma, 2015.

ALBALA, A. “Partidos Políticos y Movimientos Sociales en América Latina (2011-2016)”. In: Perfiles Latinoamericanos, Vol. 28, nº 55, pp 27-54, 2020.

ALBALA, A. VIEIRA, S. M. “¿Crisis de los partidos en América latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente” In: Política. Volumen 52, nº N° 1, Santiago, 2014.

ALBERONI, F. Movimento e istituzione: come nascono i partiti, le sette, le chiese, le nazione e le civiltà. Venezia: Sonzogno, 2014.

ALCALÁ, F.G.; BONILLA, J. F. “La Ley Televisa de México”. In: Chasqui, nº 94, Quito: 2006, pp. 40-45. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/160/16009408.pdf> . Acesso em 12/12/2019.

ALMEIDA, D. R. “A participação política possível: a dualidade Estado/sociedade na teoria política contemporânea”. Representação além das eleições: repensando as fronteiras entre Estado e sociedade. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ALMOND, G.; VERBA, S. The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries. Newbury Park: Sage, 1989.

ALONSO, A. “As teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate”. Lua Nova, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, A; MISCHÉ, A. “Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests”. In: Bulletin of Latin American Research, Vol. 36, nº 2, 2017.

AMAZONAS, J. “A socialdemocracia: instrumento do capitalismo”. In: Revista Princípios, nº 2, junho de 1981, pág. 5-12.

ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANJOS, H. Socialismo e Liberdade: uma história do PSB (1945-1965). Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

ANTUNES, R. “A Terceira Via de 'Tory' Blair”. In: Outubro Revista, Ed. 3, fev. 1999.

_____. *Uma esquerda fora do lugar: o Governo Lula e os descaminhos do PT*. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

ARENDDT, H. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do Orçamento Participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

_____. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. Relatório de Pesquisa “A inovação democrática”, UFMG, Belo Horizonte, 2011.

Disponível em:

http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_10929_em_21_06_2011_15_48_32.pdf

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Resultado Primário e Nominal do PIB (2009-2019). Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/grafico/graficoestatistica/resultados>. Acesso em 10/12/2019.

BANCO MUNDIAL. Índice de Gini (Brasil, Chile). 2019. Disponível em:

<https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?end=2015&locations=CL-BR&start=2003>

BARBOSA, R. F. “Aganaktismeni: o movimento grego entre razão e emoção”. *Sinais*, nº 20, Jul-Dez 2016, Vitória.

BBC. British Broadcasting Corporation. Results of the 2017 General Election. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/election/2017/results/england>. Acesso em 05/06/2019.

BBC. News. Greece police tear gas anti-austerity protesters. 1º de maio de 2010. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8655711.stm>. Acesso em 5/6/2019.

BENEYTO, J. V. “A socialdemocracia privatizada”. In: *Le Monde Diplomatique*, dez. 1999.

BERMEO, D. M.; PINHEIRO, W. D. “Ações coletivas e suas configurações antiutilitaristas: o caso colombiano da Marcha Patriótica”. In: *Revista Interterritórios*. Universidade Federal de Pernambuco. Vol. 5, nº 8, Caruaru: 2019, pp. 163-176.

BIDEGAIN, G. P. “Autonomización de los movimientos sociales e intensificación de la protesta: estudiantes y mapuches en Chile (1990-2013)”. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Chile, Santiago, 2015.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. 6ª ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

BOULOS, G. “O MTST é mais que um movimento de moradia”. Entrevista. São Paulo: 2006. Disponível em: <https://www.lsr-cit.org/?p=116>. Acesso em 17/12/2019.

- BOULOS, G.; SIMÕES, G. “Outra governabilidade era possível” In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. Cinco Mil Dias: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.
- BRAGA, R. “Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno à luta de classes”. In: SINGER, A; LOUREIRO, I. (Orgs.) As Contradições do Lulismo. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BÜLOW, M; BIDEGAIN, G. P. “Se Necesitan Dos Para Bailar Tango: Estudiantes, Partidos Políticos y Protesta en Chile (2005-2013)”. In: ALMEIDA, P; ULATE, A. C. Movimientos sociales en America Latina: Perspectivas, tendencias y casos. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- BUSTAMENTE, F. M. Macpherson y la Democracia Liberal. Santiago: 2005.
- CÂMARA, M. A. “Juntas Vecinales de El Alto: Memórias Campesino-Sindicais na Constituição do Protagonismo Social”. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 13, nº 1, maio de 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/285>. Acesso em: 02/12/2019.
- CARDOZO, F. S. “A resistência dos desempregados na Argentina: o movimento piquetero e o debate sobre o trabalho”. Artigo apresentado no IX Encontro Estadual de História. Seção RS da Associação Nacional de História (2008). Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212448421_ARQUIVO_ArtigoANPUHRS_rev.pdf. Acesso em 11/11/2019.
- CARNEIRO, A. P. Diálogo social e neoliberalismo: análise comparativa dos conselhos econômicos e sociais da Espanha, Portugal e do Brasil (1991-2016). Dissertação de Mestrado em Gestão Pública e Sociedade. Universidade Federal de Alfenas, 2016.
- CARNEIRO, A. P.; GAMBI, T. F. R. “Neoliberalismo, Desigualdade e Democracia: Discussão fundamentada nos Conselhos Econômicos e Sociais”. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, vol. 23, nº 74, jan./abr. 2018, págs. 69-88.
- CARREIRÃO, Y. S. “O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente”. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº14. Brasília, 2014, pp. 255-295. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n14/0103-3352-rbcpol-14-00255.pdf>. Acesso em 7/01/2020;
- CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CASTORIADIS, C. A Instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CELIBERTI, L. “Esquerda em relação a quê? Perspectivas feministas”. In: LEITE, J. C. UEMURA, J. SIQUEIRA, F. O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. “Panorama Social de América Latina – 2018”. Santiago, 2019.

CHILE. Ley Orgánica Constitucional de los Partidos Políticos. Senado Federal. Publicada em 15/04/2016. Disponível em: <https://www.servel.cl/ley-18-603-l-o-c-de-los-partidos-politicos/>. Acesso em 08/01/20290.

CIDH. Informe nº 74/15. Caso 12.846. Fondo Mariana Selvas Gomez e outras. México, 28/10/2015. Disponível em <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/2016/12846fondoes.pdf>. Acesso em 12/12/2019.

COHEN, J. “Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements”. Social Research, vol. 52, no 4, 1985.

COMUNES. Declaración de Principios. Horizonte Común: una Democracia Radical, Feminista y Popular. Santaigo, 2019. Disponível em <https://www.partidocomunes.cl/comunes>. Acesso em 16/12/2019.

CONTRERAS, D. “No Chile, vitrine da América do Sul, 85% não podem pagar pela saúde”. Entrevista. Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/no-chile-vitrine-da-america-do-sul-85-nao-podem-pagar-pela-saude-2/>. Acesso em 13/12/2019.

CONVERGENCIA SOCIAL. Estatutos. Santiago: 2019.

COSCIONE, M.; PINZÓN, V. G. “Paro nacional agrário em Colômbia: TLCs y perspectivas del movimiento social y popular”. In: Revista NERA, nº 24, Jan/Jun 2014, pp. 167-190.

COUTINHO, C. N. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COVARRUBIAS, H. M. “La gran crisis del capitalismo noliberal”. In: Andamios, vol. 7, nº 13 México, Maio/Agosto de 2010.

COX, G. W. Making Votes Count – Strategic Coordination in the World’s Electoral System. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DALTON, R.; FARRELL, D.; McALLISTER, I. Political parties and democratic linkage. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DATAFOLHA. Democracia x Ditadura. Pesquisa de Opinião. Realizada entre 03/10/2018 e 04/10/2018-a. Disponível em: <https://glo.bo/2PjULcM>

DATAFOLHA. Grau de confiança nas instituições. Pesquisa de Opinião. Realizada entre 06/06/2018 e 07/06/2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Up4UIh>

DE MASI, D. A sociedade pós-industrial. São Paulo: Editora Senac, 1999.

DELLA PORTA, D. (2012), “Cercando la política: protesta e democrazia”. La Rivista Il Mulino, 2, 314-320.

DERICQUEBOURG, B. “Os dilemas do Syriza. História de uma decepção?”. Nueva Sociedad. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/os-dilemas-do-syriza/>. Acesso em 06/07/2019.

DOIMO, A. M. *A Vez e a Voz do Popular*. Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

DONOSO, S. *La reconstrucción de la acción colectiva en el Chile post-transición: el caso del movimiento estudiantil*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

DUMÉNIL, Gerard; LEVY, Dominique. “La finance capitaliste: rapports de production et rapports de classe. In: DUMÉNIL, Gerard; LEVY, Dominique [et al]. *La finance capitaliste*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006, p.131-180.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. São Paulo: Zahar, 1970.

EAPING-ANDERSEN, G. “As três economias políticas do Welfare State”. In: Lua Nova, nº 24, São Paulo, Set. 1991.

ECKSTEIN, H. “Parties, political: party systems”. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. Vol. 11. New York: Crowell, Collier & Macmillan, 1968.

EDELMAN, M. 2001. “Social movements: changing paradigms and forms of politics”. *Annual Review of Anthropology*, no 30.

EL DINAMO. “Boric descarta apoyo a Bachelet em segunda vuelta”. Santiago, 20 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.eldinamo.cl/pais/2013/11/20/boric-descarta-apoyo-a-bachelet-en-segunda-vuelta-nuestra-posicion-es-de-autonomia-pero-de-dialogo/>. Acesso em 16/12/2019.

EL PAÍS. “Más de un millón de personas apoyan a López Obrador en la Plaza del Zócalo”. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2006/07/31/actualidad/1154296802_850215.html. Acesso em 12/12/2019.

ESPING-ANDERSEN, G. “As três economias políticas do Welfare State”. In: Lua Nova, nº 24, São Paulo, Set. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em 30/03/2019.

EXAME. “A crise e as crises da Espanha”. Revista Exame, 22 de junho de 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/a-crise-e-as-crises-da-espanha/>. Acesso em 22/07/2019.

FERREIRA, A. C. *A classe por si: Teoria econômica e política em Proudhon e no proudhonismo*. Em Debate: Revista Digital. Florianópolis, n. 11, p. 4-25, jan-jun, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. “FHC enfrenta maior ato contra seu governo hoje”. Edição de 26 de agosto de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26089902.htm>. Acesso em 17/12/2019.

FOLHA DE S. PAULO. Obrador reúne 300 mil contra “fraude”. Edição de 9 de julho de 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0907200601.htm>. Acesso em 10/12/2019.

FOLHA DE S. PAULO. Piñera propõe endurecer lei antiterror no Chile por conflito indígena. 23/04/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/pinera-propoe-endurecer-lei-antiterror-no-chile-por-conflito-indigena.shtml>. Acesso em 10/12/2019.

FOLHA DE S. PAULO. “Militantes usam trens da CPTM para recolher assinaturas para novo partido”. Edição de 31 de agosto de 2018(a). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/militantes-usam-trens-da-cptm-para-recolher-assinaturas-para-novo-partido.shtml>. Acesso em 08/01/2020.

FOLHA DE S. PAULO. Aposentados são símbolos da desigualdade no Chile. Edição de 16 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/aposentados-sao-simbolo-da-desigualdade-no-chile.shtml>. Acesso em 12/12/2019.

FORUM. Movimento Passe Livre lamenta declarações de Lula sobre atos de junho de 2013. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/movimento-passe-livre-lamenta-declaracoes-de-lula-sobre-atos-de-junho-de-2013/>. Acesso em 10/01/2020.

FOUCHER, M. M. “A socialdemocracia europeia prisioneira de suas contradições”. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-Social-Democracia-europeia-prisioneira-de-suas-contradicoes/6/30019> e acesso em 04/06/2019.

FRANÇA. Élection présidentielle 2017. Ministère de l'Interieur (em francês). Disponível em: <https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles>. Consultado em 05/06/2019.

FREITAS, C. “20 anos dos MTST: um formigueiro contra o neoliberalismo”. Esquerda Online. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/20-anos-do-mtst-um-formigueiro-contra-o-neoliberalismo/>. Acesso em 12/12/2019.

FRIEDMAN, M. Capitalismo e Liberdade. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.

GADEA, C. A. “Ernesto Laclau e a razão populista”. Revista Humanitas, agosto de 2017. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6936-ernesto-laclau-e-a-razao-populista>. Acesso em 23/07/2019.

GALLARDO, A. M. “A Reforma Política no México: uma análise crítica dos avanços e retrocessos nas novas leis eleitorais no país”. In: Paraná Eleitoral. Vol. 3, nº 3, p. 491-520, 2015.

GARAVITO, C. A.; BARRET, P. S.; CHÁVEZ, D. La nueva izquierda en América Latina – sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Norma, 2005.

GERBAUDO, P. The Digital Party: Political Organization and Online Democracy. London: Pluto Press, 2018.

GIANOLLA, C. “Movimentos-partido, populismo e democratização”. In: SANTOS, B. S.; MENDES, J. M. Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

GIDDENS, A. “Disseminação do 'rótulo' Terceira Via irrita seu ideólogo”. Entrevista ao jornal Folha de São Paulo em 22 de março de 2000. Acesso em 23/06/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2205200001.htm>

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GHIBAUDI, J. “Movimentos sociais, periferia e formas de dominação: dois estudos de caso sobre economia política e território em Buenos Aires”. In: Espaço e Economia, nº 2, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/326>. Acesso em: 02 dezembro 2019.

GOHN, M. G. Teorias explicativas dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1997.

GOLDER, M. An Evolutionary Approach to Party System Stability. New York: New York University Press, 2004.

GOLDSTONE, J. A. “Introduction: bridging institutionalized and noninstitutionalized politics”. In: _____ (org). *States, Parties, and Social Movements*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-26, 2003.

GORZ, A. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GOULART, D. C. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Tese (Doutorado). Marília: UNESP, 2011.

GUERRA, A. [et al.]. Brasil 2016: recessão e golpe. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

GUERRERO, M. D. El movimiento #YoSoy132 y su intervención en el proceso electoral del 2012 en México. Tese (Doutorado). Universidade Complutense de Madri. Madri, 2016.

HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. A Soberania Popular como Procedimento. In: Novos Estudos. CEBRAP, nº 26, março de 1990, pp. 100-113.

HAYEK, F.A. O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HANAGAN, M. “Social Movements. Incorporation, Disengagement, and Opportunities - A Long View”. In: GIUGNI, M. G.; McADAM, D.; TILLY, C. From Contention to Democracy. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998, p. 4-30.

HOBBSBAWM, E. J. A Era das Revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. A Era do Capital. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

- _____. A Era dos Impérios. São Paulo: Paz e Terra, 2009-a.
- HUNTINGTON, S. Political order in changing societies. New Haven: Yale University Press, 1968.
- IBOPE INTELIGÊNCIA. Índice de Confiança Social (ICS). Pesquisa de Opinião. Realizada entre 19/07/2018 e 23/07/2018. Disponível em: <https://bit.ly/2KUWd2F>
- INSTITUTO NACIONAL ELECTORAL (INE). Actores Políticos. Partidos Políticos Nacionales. México, 2019. Disponível em: <https://www.ine.mx/actores-politicos/partidos-politicos-nacionales/partidos-perdieron-registro/>. Acesso em 10/12/2019.
- INGLEHART, R. *Modernization and Post Modernization: Value Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press. 1997.
- KATZ, C. Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- KITSCHOLT, H. Movements Parties. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (Org.). *Handbook of Party Politics*. London – UK, Thousand Oak – US, New Delhi – IN: SAGE Publications, 2003.
- KONDER, L. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- _____. História das Ideias socialistas no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- KORYBKO, A. Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LA JORNADA. “Convoca #YoSoy132 a la transformación de México”. Edição de 28/07/2012. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2012/07/28/politica/005n1pol>. Acesso em 12/12/2019.
- LA SERNA, C. La transformación del mundo del trabajo: representaciones, prácticas e identidades. Buenos Aires: CLACSO/CICCUS Editorial, 2010.
- LACLAU, E. “Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. (41-47), out/1986.
- _____. A razão populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015 (1985).
- LAISNER, Regina. A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática? Estudos de Sociologia, Araraquara, v.14, n.26, p.17-35, 2009
- LANZARO, J. “Gobiernos de Izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia”. In: LANZARO, J.; HILLEBRAND, E. *La izquierda en América Latina y Europa: nuevos procesos, nuevos dilemas*. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung, 2007.

_____. “La socialdemocracia criolla”. Nueva Sociedad; Caracas, vol. 217, set/out 2008.

LANZARO, J.; HILLEBRAND, E. *La izquierda em América Latina y Europa: nuevos procesos, nuevos dilemas*. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung, 2007.

LARRAGAÑA, O.; RODRÍGUEZ, M. E. Desigualdad de Ingresos y Pobreza en Chile 1990 a 2013. PNUD. Santiago, 2014. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/chile/docs/pobreza/undp_cl_pobreza_cap_7_desiguypob.pdf. Acesso em 1/1/2020.

LATINOBARÔMETRO (2011). Corporación Latinobarómetro, Santiago de Chile. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>.

_____ (2013). Corporación Latinobarómetro, Santiago de Chile. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>.

_____ (2017). Corporación Latinobarómetro, Santiago de Chile. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>.

LAURELL, A. C. “A democracia no México: o primeiro será o último?”. In: Lua Nova, nº 24, São Paulo, Set. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200012. Acesso em 4/12/2019.

LAVALLE, A. G.; ISUNZA, E. V. Representación y participación en la crítica democrática. Desacatos (CIESAS), v. 49, p. 10-27, 2015

LECHNER, R. Especificando la política. Crítica Y Utopía, nº 8, 31–52, 1982.

LEFORT, C. Democracy and Political Theory. Boston: MIT Press, 1989.

LEITE, J. C. UEMURA, J. SIQUEIRA, F. O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

LEMOINE, M. “Social-democracia europeia vs. socialismo latino-americano?” In: Le Monde Diplomatique, Ed. 54, nº 4, jan. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/social-democracia-europeia-vs-socialismo-latino-americano/>. Acesso em 31/07/2019.

LEVY, D. “La Educación Superior y el Estado en Latinoamérica: Desafíos privados al predominio público”. Cidade do México: FLACSO-CESU, Colección Problemas Educativos de México, 1995.

LIMA. S. L. Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: IUPPUR/UFRJ, 2004.

LIMA, M. P. C & ARTILES, A. M. “Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social”. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 103, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5569>. Acesso em 06/06/2019.

LINERA, A. G. “Cinco debilidades de los gobiernos progresistas latinoamericanos”. In: SADER, E.; RINESI, E; LINERA, A. G. Restauración conservadora y las nuevas resistencias en latinoamerica. Buenos Aires: Fundación Germán Abdala, 2016. Disponível em: <http://fundaciongermanabdala.org/wp-content/uploads/2018/09/04-linera.pdf>. Acesso em 1/8/2019.

LIPINSKY, E., BUKOWSKA, X. “Civil society”. In: BADIE, B., BERG, S. D.; MORLINO, L. (Eds) International Encyclopedia of Political Science, Vol. 1, Londres: Sage, pp. 259-264.

LOUREIRO, I. A Revolução Alemã (1918-1923). São Paulo: Editora da Unesp, 2005

LOURTIE, P. “Portugal no contexto da crise do euro”. *Relações Internacionais*, nº 32, Lisboa, dez. 2011.

LÖWY, M. O Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. (3ª edição ampliada). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2012.

_____. Lutas ecosociais dos indígenas na América Latina. In: *Crítica Marxista*, n.38, p.61-69, São Paulo: 2014.

LUQUE, C. D. *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, nº 6, Jan.-Jun. p. 237-247. Disponível em: <http://www.abdconst.com.br/revista7/representacaoCarlos.pdf>. Acesso em 26/07/2019. Curitiba, 2013.

MACPHERSON, C. B. *A Democracia Liberal. Origens e Evolução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MANDOKI, L. *Fraude: México 2006*. Cidade do México:

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, E.; ROYER, LUCIANA. “A política urbana e de habitação”. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. *Cinco Mil Dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

MARLIÈRE, P. “O surgimento do populismo de esquerda na política francesa: O movimento França Insubmissa de Jean-Luc Mélenchon”. *Revista Relações Internacionais*, dez. 2017.

MARTINS, J. R. V. *Chile*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. Coimbra: Centelha, 1975.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F.; et al. *A questão do partido*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1978.

MATOS, A. R. “Democracia, participação cidadã e políticas públicas: uma avaliação a partir das ações de protesto”. *Configurações*, nº 10, 2012, p. 69-82.

MAYA, M. L. “The Venezuelan *Caracazo* of 1989: Popular Protest and Institutional Weakness”. In: *Journal of Latin American Studies*. Fev. 2003, p. 117-137.

MEDEIROS, J. “Por dentro da ordem: os comunistas na Assembleia Constituinte de 1946”. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Universidade de Brasília (UnB), 2016. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21080/1/2016_JulianoMedeiros.pdf. Acesso em 30/07/2019.

_____. “Por uma história do PSOL”. In: MEDEIROS, J; DUTRA, I. Um partido necessário: 10 anos de PSOL. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2015.

MELLO E SILVA, L. “Inovações do sindicalismo brasileiro em tempos de globalização e trabalho sob tensão”. In: SINGER, A; LOUREIRO, I. (Orgs.) *As Contradições do Lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. “História e Teoria Política”. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MÉXICO. *Ley General de los Partidos Políticos*. Câmara de Diputados del Congreso de la Unión. Publicada em 13/08/2015. Disponível em: http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGPP_130815.pdf. Acesso em 08/01/2020.

MIAGUSKO, E. *Movimentos de Moradia e Sem Teto em São Paulo: experiências no contexto de desmancha*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2004.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

MIGUEL, L. F. “Democracia e sociedade de classes”. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº9. Brasília, setembro – dezembro de 2012, pp. 93-117.

_____. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

_____. “Da desigualdade de classe à dominação política na tradição marxista.” In: MIGUEL, L. F. *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

_____. “A cidadania sitiada” In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. *Cinco Mil Dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

MISCHE, A. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 134-150, 1997.

_____. “Partisan performance: the relational construction of Brazilian youth activist publics”. In: ROSSI, F.; VON BÜLOW, M. (orgs.) *Social Movement Dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America*. Farnham: Ashgate, 2015, p. 43-72.

- MONEDERO FERNÁNDEZ, J. C. “Política após a derrota da política: pós-democracia, pós-política e populismo”. In: SANTOS, B. S. & MENDES, J. M. Demodiversidade – imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”. In: Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 45, nº 2, Brasília, Jul/Dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a07v45n2.pdf> . Acesso em 30/07/2019.
- MONTEIRO, L. “O Movimento Passe Livre acabou?”. Publicado em <http://passapalavra.info/2015/08/105592> em 4 de agosto de 2015. Acesso em 25/07/2019.
- MOTTA, L. E. “A respeito da questão da democracia no marxismo (a polêmica entre Althusser e Poulantzas)”. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº13. Brasília, janeiro/abril de 2014, pp. 19-51.
- MOUALLEM, L. “Por que há uma crise na socialdemocracia sueca?”. Nexo Jornal, set. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/09/11/Por-que-h%C3%A1-uma-crise-na-social-democracia-da-Su%C3%A9cia>. Acesso em 05/06/2017.
- MTST. Cartilha do Militante. São Paulo: 2005.
- NATANSON, J. La nueva izquierda: triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolivia, Venezuela, Chile, Uruguay y Ecuador. Buenos Aires: Debate, 2008.
- NERES, G. M.; DOMBROWSKI, O.; SILVA, V. S. “A construção do conceito moderno de democracia. Versão inicial de um projeto de pesquisa”. In: Tempo de Ciência. Toledo, v. 23, nº 45, p. 116 - 134, jan./jun. 2016.
- O ESTADO DE SÃO PAULO (ESTADÃO). Movimento jovem altera política tradicional no México. Edição de 14/03/2018. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,movimento-jovem-altera-politica-tradicional-no-mexico,70002225294>. Acesso em 13/01/2020.
- OFFE, C. “Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas”. In: _____. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, M. S. “Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva”. Tese (Doutorado). Brasília: IPOL/UNB, 2016.
- OLIVEIRA, M. C. Minha Casa, Minha Luta: o MTST frente a ofensiva neoliberal. Dissertação (Mestrado). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018.
- ORTIZO, I.; BURKE, S.; BERRADA, M.; CORTES, H. “World Protests 2010-2013”. New York: Friedrich Ebert Foundation, 2013.
- PALFREY, T. “Spatial equilibrium with Entry”. In: Review of Economic Studies, nº 51, 1984, pp. 139-156.
- PANNAIN, R. N. “A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises”. In: Lua Nova, São Paulo, nº 105, pp. 287-313, 2018.

PANIZZA, F. “La marea rosa”. In: *Análise de Conjuntura OPSA*. Rio de Janeiro, n. 8, 2006. Disponível em: http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/21_analises_La_marea_rosa.pdf. Acesso em: 31/07/2019.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Boletim Nacional*, n.51, 1990. Disponível em

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Participatory democracy revisited*. *Perspective on Politics*, v. 10, n. 1, 7-19, March 2010.

PAULANI, L. M. “Neoliberalismo e Individualismo”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n°13, pp. 115-127, dez. 1999.

_____. “Desenvolvimentismo, planejamento e investimento públicos nos cinco mil dias do lulismo”. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. *Cinco Mil Dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

PAYNE, J. M. “Party systems and democratic governability”. In: PAYNE, J. M. et al. *Democracies in development*. Washington: Inter-American Development Bank. 2007. Disponível em: http://www.idea.int/publications/dem_dev/. Acessado em 10/01/2020.

PERSSON, L. F. *A socialdemocracia e o Welfare State: a construção de um modelo social-democrata no Brasil*. *Conversas e controvérsias*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 90-104. 2010/1.

PETKOFF, T. “As duas esquerdas”. In: *Nueva Sociedad*. *Democracia y política en Latinoamérica*. Out/2007. Disponível em: https://nuso.org/media/articles/downloads/p8-11_1.pdf. Acesso em 20/07/2019.

PIKETTY, T. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, C. R. J. “Movimentos sociais em 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política?”. In: BRINGEL, B. M. & GOHN, M. G. *Movimentos Sociais na Era Global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

PLOTKE, D. “What’s so new about new social movements?”. *Socialist Review*, no 46-87, 1992.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 1990 – 2006*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2007-2008>. Acesso em: 02/01/2020.

_____. *Desiguales: Orígenes, cambios y desafíos de la brecha social en Chile*. Santiago, 2017.

POCHMANN, M. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

POLLETA, F. JASPER, J. “Collective Identity and Social Movements.” *Annual Review of Sociology* 27, p. 283-305, 2001.

- PORTUGAL. Assembleia da República – Comissão Nacional de Eleições, 2015. Disponível em: www.cne.pt. Acesso em 11/06/2019.
- POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PRD. História del PRD, 2019. Disponível em: encurtador.com.br/oqADP. Acesso em 04/12/2019
- PRECIADO, J. UC, P. “As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise”. In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- PSOL. Nossa tarefa é resistir ao golpe contra nossos direitos e reorganizar a esquerda no Brasil (Resolução Política da Executiva Nacional do PSOL Ampliada). São Paulo, 10 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://psol50.org.br/executiva-do-psol-lutar-contratemer-por-novas-eleicoes-diretas-e-pela-reorganizacao-da-esquerda/>. Acesso em 09/10/2020.
- PZREWORSKY, A. “A socialdemocracia como fenômeno histórico”. In: Lua Nova, nº 15, São Paulo, outubro, 1988.
- _____. A falácia neoliberal. Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, p. 209-225, abr. 1993
- _____. Capitalismo e socialdemocracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- REVOLUCIÓN DEMOCRÁTICA. Nuestra História. Santiago, 2019. Disponível em: <https://revoluciondemocratica.cl/nuestra-historia/>. Acesso em 11/01/2020.
- REZENDE, D. Representação além das eleições: Repensando as Fronteiras Entre Estado e Sociedade. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2014.
- ROA, G. “Chile: antigas perguntas, novos contextos. Uma visão do trânsito entre a rua e as instituições”. In: LEITE, J. C. UEMURA, J. SIQUEIRA, F. O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate. São Paulo: Editora Elefante, 2018.
- RUIZ ENCINA, C. E. Conflicto social en el neoliberalismo: análisis de clase de la revuelta estudiantil en Chile. Buenos Aires: CLACSO, 2013.
- SAAVEDRA, M. E. “Sistema de protesta: política, medios y el #YoSoy 132”. Sociológica. Vol. 29, nº 82, Cidade do México. may./ago de 2014.
- SABADO, F. “A crise profunda da socialdemocracia”. Disponível em Carta Maior: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-crise-profunda-da-social-democracia/6/33887>. Acesso em 06/06/2019.

- SÁENZ, M. A.; FREIDENBERG, F. “Partidos políticos na América Latina”. In: Opinião Pública, Campinas, Vol.VIII, nº2, 2002, pp.137-157.
- SAFATLE, V. “Um problema de imagem”. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. Cinco Mil Dias – o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SANTOS, B. S. “La ola Podemos”. Público.es de 8 de novembro de 2014. Disponível em: www.blogs.publico.es/espejos-extranos/2014/12/08/la-ola-podemos. Acesso em: 22/07/2019.
- _____. Revueltas de Indignación y outras conversas. La Paz: Stigma, 2015.
- _____. A Difícil Democracia: Reinventar as Esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. “Para uma nova visão da Europa: aprender com o sul”. In: SANTOS, B. S. & MENDES, J. M. Demodiversidade – imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.
- SANTOS, B. S. AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- SCWARZ, R. Sequências brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SARTORI, G. A teoria da democracia revisitada 1: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994a.
- _____. A teoria da democracia revisitada 2: Questões Clássicas. São Paulo: Ática, 1994b.
- _____. Partidos e Sistemas Partidários. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SECCO, L. História do PT. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- SERVICIO ELECTORAL DE CHILE (SERVEL). Partidos Constituídos. 2019. Disponível em: https://www.servel.cl/partidos-constituidos/?mla_paginate_current=2. Acesso em 10/12/2019.
- SCHAVELZON, S. “A Formação do Podemos: América do Sul, populismo pós-colonial e hegemonia flexível”. In: *Novos Estudos. CEBRAP*, 2015, n.103, pp.33-57. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002015000300033&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 19/01/2020.
- SCHUMPETER, J.A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SETÚBAL, M. Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005, p. 198-207.
- SIERRA, F. M. El movimiento estudiantil #YoSoy132: Antología hemerográfica. Dissertação (Mestrado). Universidade Iberoamericana. Cidade do México: 2014.

SILVA, D. P. & RODRIGUEZ, V. (2015). O Estado em Poulantzas: Uma análise da constituição da hegemonia na sociedade de classes. VIII Colóquio Internacional Marx Engels – Cemarx.

SILVA, F. P. “Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível?” In: Revista Oikos, Rio de Janeiro, Volume 9, nº 2, 2010, p. 121-140.

_____. “Analisando democracias a partir das relações entre Estados e movimentos sociais: os casos da Venezuela, Bolívia e Equador”. In: In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. “A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento: uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul”. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 86-124.

SINGER, A. Os sentidos do lulismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, Junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*; São Paulo: Novembro de 2013.

_____. “A ideia de lulismo”. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. *Cinco Mil Dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Campos, 2017.

SOUZA MATOS, S. T. “Liberalismo e Democracia: Apontamentos sobre a evolução histórica dos conceitos liberais de democracia”. In: *Revista Mediações*. Londrina: vol. 4, nº 2, pág. 42-50m jul/dez de 1999.

SOUZA, P. R; PENTEADO, C. L. “Notas sobre Partido-Movimento: diferença e equivalência na hipótese Podemos”. Trabalho preparado para apresentação no IX Congresso Latinoamericano de Ciência Política (ALACIP) em julho de 2017. Disponível em: encurtador.com.br/DGKQU. Acesso em: 26/07/2019.

SPD. “Godesberg Program of the SPD”. *German History in Documents and Images*. Consultado em 04 julho de 2019. University of Chicago, *Readings in Western Civilization*, vol. 9 Chicago, London: University of Chicago Press, 1987, pp. 419-25.

STREECK, W. “As crises do capitalismo democrático”. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, nº 92, mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100004 Acesso em 30/03/2019.

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL (STF). Julgamento da ADI 3.311. Acórdão publicado em 04/02/2016. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4758587>. Acesso em 10/02/2020.

TADDEI, E. H. “Relegitimação da governabilidade neoliberal, resistências populares e desafios emancipatórios na Argentina e em Nossa América”. In: LEITE, J. C. UEMURA, J. SIQUEIRA, F. *O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate*. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

- THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOGLIATTI, P. La via italiana al socialismo. Cidade do México: Ediciones Roca, 1972
- TOMAZI, Nelson. Iniciação à Sociologia. São Paulo: Atual Editora, 2000.
- TOURAINÉ, A. La société post-industrielle: naissance d'une société. Paris: Éditions Donoël, 1969.
- UNIÃO EUROPEIA. Eleições Europeias – 23 a 26 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/at-your-service/pt/be-heard/elections>. Consultado em 29 de abril de 2019.
- UNICEF. La Voz del Movimiento Estudiantil 2011: Educación Pública, Gratuita y de Calidad. Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, UNICEF, 2014. Disponível em: . Acesso em 1/8/2019.
- VALOR. Ciclo do PT se encerrou, diz Boulos. Edição de 15/12/2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/12/15/ciclo-do-pt-se-encerrou-diz-boulos.ghtml>. Acesso em 10/01/2020.
- VAROUFAKIS, Y. O Minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- VELASCO E CRUZ, A. K. “A primeira polêmica sobre o populismo na América Latina”. Revista Crítica Marxista, nº 43, outubro de 2016.
- VIANA, R. R. Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades: um olhar para a ação dos atores em torno das controvérsias. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- VIEIRA, F. B. “Articulações Internacionais 'desde baixo' em tempos de globalização”. In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- WALLERSTEIN, I. “Os movimentos: que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico?” In: _____. O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- _____. “Dilemmas of the radical left in a dying capitalist system”. In: *Monthly Review*, 2017. Disponível em: <https://mronline.org/2017/08/18/dilemmas-of-the-radical-left-in-a-dying-capitalist-system/>. Acesso em 05/07/2019.
- WEBER, M. The theory of social and economic organization. Nova York: The Free Press, 1980.
- _____. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- _____. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1999.

WOLFFENBÜTTEL, A. “O que é o Índice de Gini?”. IPEA, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em 22/12/2019.

WOOD, E. M. Democracia Contra Capitalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

WORSLEY, P. 1973. O conceito de populismo. In: TABAK, F. (org.). *Ideologias – populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado.

YARNÓZ, C. “A França aprova suas reformas apesar do boicote sindical e da divisão socialista”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/08/internacional/1404837089_753574.html. Acesso em 5/6/2019.

YIN, R. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIBECHI, R. “La emancipación como producción de vínculos”. In: CACEÑA, A. E. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 123-149. Disponível em: www.clacso.org.br/biblioteca. Acesso em 2/12/2019.

ANEXO 1 - Lista de entrevistas realizadas

Nome	Local	Função	Data
Guilherme Castro Boulos	São Paulo, Brasil	Coordenação Nacional do MTST	Nov/2019
Natália Szermeta	São Paulo, Brasil	Coordenação Nacional do MTST	Nov/2019
Cláudia Ávila	Porto Alegre	Coordenação Nacional do MTST	Dez/2019
Josué Augusto do Amaral Rocha	São Paulo, Brasil	Coordenação Nacional do MTST	Nov/2019
Severino Souto Alves	Recife, Brasil	Coordenação Nacional do MTST	Out/2019
Guilherme Simões Pereira	São Paulo, Brasil	Coordenação Nacional do MTST	Nov/2019
Izadora Brito	Aracaju, Brasil.	Coordenação Nacional do MTST	Dez/2019
Carolina Pérez Datari	Santiago, Chile	Dirigente da Revolución Democrática	Nov/2019
Catalina Iлона Io Pérez Salinas	Santiago, Chile	Presid. de Revolución Democrática	Nov/2019
Carla Moscoso Rojas	Santiago, Chile	Militante de Revolución Democrática	Dez 2019
Francisco “Pancho” Figueroa Cerda	Santiago, Chile	Militante de Comunes	Nov/2019
Giorgio Jackson Drago	Santiago, Chile	Deputado de Revolución Democrática	Nov/2019
Valentina Fernanda Saavedra Melendéz	Santiago, Chile	Militante de Comunes	Nov/2019
Rodrigo Echeopar	Santiago, Chile	Militante de Revolución Democrática	Dez/2019
Gabriela Zanabria Corona	Cidade do México, México	Militante de #YoSoy132	Dez/2019
Rodrigo Cerda Cornejo	Jalisco, México	Porta-voz de #YoSoy132 e militante de MORENA	Nov/2019
Edgar Sánchez Ramírez	Cidade do México, México	Dirigente do PRT	Nov/2019
Luiz Guillermo Rangél Rojas	Cidade do México, México	Militante do PRT e #YoSoy132	Dez/2019
Luís Emilio Tellez Contreras	Cidade do México, México	Militante da Coord. Socialista Revolucionária	Dez/2019
Nahúm Pérez Monroy	Münster, Alemanha	Militante de #YoSoy132	Dez/2019

ANEXO 2 – Lista de Tabelas

TABELA 1	
Desempenho Eleitoral da Socialdemocracia (1999-2009).....	68
TABELA 2.....	170
Apresentação das Variáveis	
TABELA 3.....	228
Índice de Acessibilidade dos Sistema Partidários (resultados)	
TABELA 4.....	257
Incidência das Variáveis	